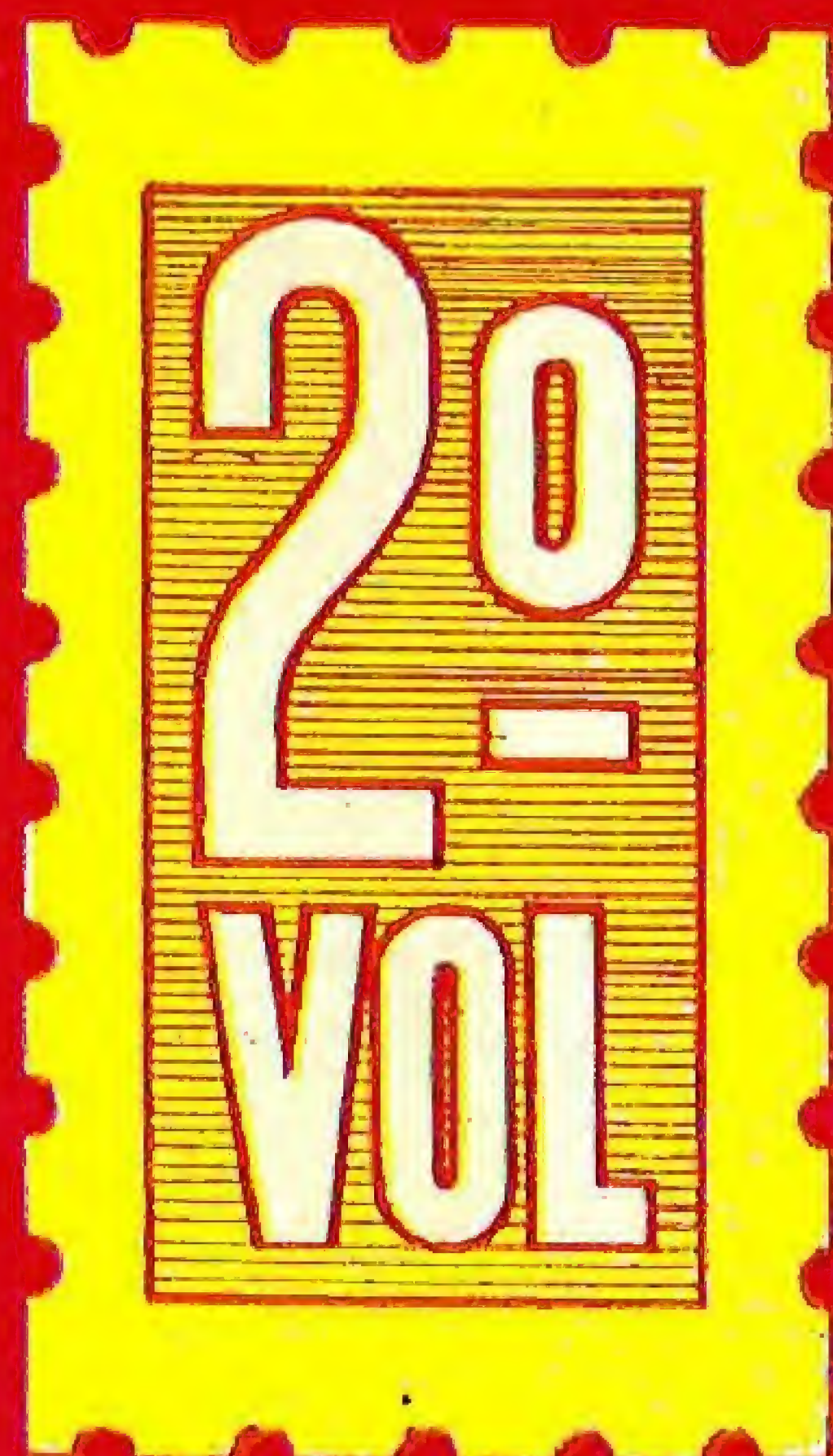
INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709

O comunismo no Brasil

I - A CONSTRUÇÃO
II - A INFILTRAÇÃO

2º VOL

Biblioteca do Exército - Editôra

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

VOL 50 — 255
OUTUBRO 1966

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709

O COMUNISMO NO BRASIL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Editôra

Rio de Janeiro

1966

Capa de:

MURILO MACHADO

A presente obra é composta de 4 volumes cujos assuntos são os abaixo discriminados:

1º Vol: — Introdução — O Comunismo no Brasil.

2º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap I — A Construção.

Cap II — A Infiltração.

3º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap III — A Agitação e a Propaganda.

Cap IV — A Movimentação de Massas.

4º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap V — A Ação Violenta.

ORGANIZAÇÃO DO IPM 709

CHEFE — Coronel FERDINANDO DE CARVALHO

ASSISTENTE — Major PAULO CESAR CHAVES DE AMARANTE

1. **SEÇÃO DE JUSTIÇA:**

   Major JAIRO LERY SANTOS

   2.º Sgt ANTONIO FERREIRA

2. **SEÇÃO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES:**

   Major CESÁRIO CORRÊA DE ARRUDA FILHO

   Major PAULO MACHADO DE LACERDA

   Major LUIZ GONZAGA COSTA DE ARAÚJO

   Capitão ERI MAIA GONÇALVES

   Capitão BERNARDINO NAZARETH MACHADO DE SOUZA

   Capitão TIBURCIO GERALDO ALVES RIBEIRO

   Capitão ADILSON FALCÃO DA MOTA

   2.º Sgt OSMIR FAUSTO DA FONSECA

   2.º Sgt AIRTON DOS SANTOS RIBEIRO

   3.º Sgt WALTER LUIZ BONFIM

3. **SEÇÃO DE DEPOIMENTOS:**

   Capitão DARCI CARMEN DE DAVID

   3.º Sgt ROBERTO TELLES DA SILVA

   Sr. FRANCISCO DE ASSIS LIMA

4. **SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO:**

   Capitão HILTON DA ROCHA VILLARINHO

   1.º Sgt HUMBERTO JOSÉ BARBOSA

   2.º Sgt GERALDO ALVES DE SOUZA

   2.º Sgt ADALBERTO CASAS MENDONÇA

   2.º Sgt JOSUÉ CASADO DA SILVA

HOMENAGEM PÓSTUMA

Dedicamos êste volume ao inesquecível companheiro, o Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER, um dos mais prestimosos colaboradores do IPM 709, e cuja brilhante e exemplar carreira no Exército Brasileiro há de ser sempre um estímulo para os que dedicam o melhor de seus esforços à causa da democracia.

FERDINANDO DE CARVALHO
Coronel

2ª PARTE — AS ATIVIDADES COMUNISTAS NO BRASIL

Objetivo :

Procuraremos apresentar nesta 2ª Parte da Introdução do Relatório, com maior pormenorização, as atividades partidárias dos militantes comunistas no Brasil, no quadro das vinculações internacionais em que se colocam, e com os necessários esclarecimentos de ordem doutrinária e ideológica.

Êsse texto que constitui uma amplificação do Capítulo IV da 1ª Parte, acentua objetivamente uma série de aspectos do maior interêsse para o pleno conhecimento da ação do Partido Comunista e das entidades correlatas ou aliadas ao mesmo.

Julgamos indispensável o conhecimento dessas atividades, nos aspectos doutrinários ou concretos aqui expostos, para todos os que desejam ou precisam apreciar com nitidez e realismo a ação dos marxistas-leninistas no Brasil e formular um julgamento claro e justo sôbre as suas possibilidades e vulnerabilidades.

Resumo :

A apreciação das atividades comunistas no Brasil será desdobrada segundo os títulos principais:

CAPÍTULO I — A Construção;

CAPÍTULO II — A Infiltração;

CAPÍTULO III — A Agitação e a Propaganda;

CAPÍTULO IV — A Movimentação de Massas, e

CAPÍTULO V — A Ação Violenta.

Essa sistematização, a par da idéia de progressividade que contém, facilita a exposição e o entendimento sôbre êsse conjunto extremamente complexo de organizações e de atividades que constitui o núcleo da ação subversiva em nosso País.

ÍNDICE

O COMUNISMO NO BRASIL

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO

Resumo :

O primeiro aspecto importante a analisar são as atividades relativas à construção do Partido e das entidades congêneres, abrangendo, o adestramento e o aperfeiçoamento de militantes e ativistas, inclusive, os que se classificam na categoria de dirigentes.

A organização do PC obedece a certos princípios e segue uma linha política pràviamente determinada. Essa linha política focaliza a orientação para a mobilização dos militantes, a formação dos líderes e as normas para o acionamento das massas.

Atualmente o PCB empenha-se em uma fase de ampliação de quadros e melhoria do nível ideológico de seus dirigentes.

Na construção do PCB, a legalização da entidade tem sido um anseio permanente. O Partido Comunista, malgrado a eficiência de sua atuação na clandestinidade, procura alcançar por todos os modos uma situação de legalidade ou, pelo menos, de semilegalidade. Durante o período presidencial de João Goulart, o PC alcançara, no dizer de Prestes e de alguns outros próceres, a legalidade "de fato".

Os Estatutos do PC que se encontram em vigor são pràticamente os de 1954. Os novos estatutos de 1961 foram redigidos sob as restrições que o pedido de registro impunha para dar conformação legal e constitucional às normas do Partido. É,

entretanto, importante observar que os Estatutos do PCB inspiram-se totalmente nos Estatutos do PC da União Soviética.

Um dos problemas fundamentais para a construção do Partido Comunista é o problema financeiro. O PCB tem uma série de fontes de recursos econômicos, entre os quais se salientam as contribuições de simpatizantes e de entidades diversas, como os sindicatos.

As atividades partidárias obedecem a normas de clandestinidade e segurança que consubstanciam a experiência de muitos anos de militância, tanto no âmbito nacional, como no estrangeiro.

O trabalho de educação, outra forma importante da ação comunista, abrange três níveis de doutrinação ideológica: o básico, para a formação geral de militantes; o médio, para o aperfeiçoamento de líderes de categoria subalterna, e o superior, para o adestramento dos dirigentes dos mais altos escalões partidários. As escolas de nível superior localizam-se principalmente nos países do Mundo Socialista.

Entre as atividades dos órgãos de direção salientam-se os Congressos que são as mais eminentes reuniões do Partido. É o Congresso que decide a política partidária e nêle se faz a escolha do Comitê Central ou Presidium que dirige o PC.

Além dos efetivos partidários, o PC aciona um número imenso de pessoas, comunistas ou não, que se situam nos variadíssimos graus de uma escala imensa de participação.

É de todo o interêsse, para a contenção das atividades partidárias, a identificação dêsses aliados, freqüentemente mais perigosos que os próprios comunistas.
O presente capítulo será desdobrado nos seguintes títulos:

1. A Política de Organização.
2. A Legislação do PCB.
3. Os Estatutos do PCB.
4. O Problema Financeiro.
5. As Normas da Ação Clandestina.
6. O Trabalho de Educação.
7. Atividades dos Órgãos de Direção Nacional.
8. Os Auxiliares do PC.

1. A POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO

> A direção do movimento passará às mãos da classe operária à medida em que se fortalecer e ampliar o movimento de massas, os elementos conciliadores forem isolados, como conseqüência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convenceram por sua própria experiência de que sòmente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista pode dirigir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas (Do panfleto: A Política e a Organização dos Comunistas, editado pelo PCB, pág. 36).

A Organização não é para o Partido Comunista apenas um fator estático de estruturação, mas um elemento dinâmico destinado a torná-lo um organismo vivo e atuante.

Os princípios que inspiram todo o trabalho de organização, são os seguintes:

1º O Partido deve constituir-se como a vanguarda da classe operária;

2º O Partido deve ser uma forma superior da organização da classe operária;

3º O Partido deve ligar-se profundamente às massas do povo;

4º O Partido deve dirigir as massas para a luta revolucionária.

Dentro dessa concepção geral, estabelecida por Lenine, o Partido Comunista organiza-se e atua.

Como vanguarda da classe operária, o Partido tem obrigação de assumir a liderança de todos os movimentos da classe e marchar resolutamente em seu primeiro escalão.

Como forma superior da organização de classe operária, o Partido deve estruturar-se como um órgão de grande eficiência de liderança e ação.

Para ligar-se profundamente às massas, o Partido se infiltra em tôdas as coletividades, procura sentir os seus problemas, identificar-se com êles e "aprender com as massas para ensinar as massas", isto é, conhecer as coletividades para servir-se delas e explorá-las.

Para dirigir as massas na luta revolucionária, o Partido precisa ter capacidade de mobilização das coletividades e de orientação das suas atividades.

Assim sendo, o Partido precisa:

— planejar e realizar a sua organização;
— apurar e fortalecer constantemente essa organização, escoimando-a de seus defeitos e proporcionando-lhe os meios adequados;
— formar os líderes para as funções de direção;
— recrutar os militantes;
— colocar a organização em funcionamento, de acôrdo com os princípios que o regem.

A Resolução sôbre a Política de Organização do Partido, editada pelo PC em dezembro de 1962, estabelece realmente como primordiais as seguintes tarefas de trabalho de organização:

1º Recrutar milhares e milhares de novos membros.
2º Fortalecer as Organizações de Base existentes e criar um grande número de novas Organizações de Base.
3º Fortalecer os órgãos dirigentes das Organizações Intermediárias mais importantes.
4º Formar quadros partidários em tôdas as instâncias.
5º Lutar permanentemente pela justa aplicação dos princípios.
6º Elevar o nível teórico do Partido.

É interessante considerar essas tarefas para compreender a orientação geral da política de organização do Partido.

Para ampliar o recrutamento é efetuado um planejamento minucioso. Na Resolução de 1962, o Partido encarava uma situação como altamente promissora. Dizia êsse texto:

"Existem tôdas as condições para que reforcemos nossas fileiras com milhares de novos membros mesmo na situação de legalidade de fato em que nos encontramos para um recrutamento incomparàvelmente maior, com a conquista do registro eleitoral do Partido."

Nessa época o govêrno de Goulart proporcionava ao Partido Comunista um ambiente altamente favorável à ampliação de efetivo partidário e lhe dava, além disso, condições para uma breve conquista do registro eleitoral. A mesma Resolução declarava ainda:

"Expressão elevada dêsse processo e que merece particular menção vem sendo a marcha firme de nosso partido para a legalidade."

E mais adiante:

"Tal conquista será uma vitória dessas fôrças, vitória de grande importância que abrirá caminho para um nôvo e impetuoso avanço delas."

O fortalecimento das Organizações de Base, ligado ao recrutamento, daria ao Partido o alicerce mais sólido para a ação. Diz a Resolução já aludida:

"Construir o Partido nas concentrações fundamentais do proletariado, das massas trabalhadoras do campo e das camadas médias urbanas — eis a contribuição mais importante e decisiva do trabalho de organização para que o Partido se ligue ampla e profundamente às massas, para que passe a ser um Partido de ação, dirigente de grandes massas. Por isso a política de organização tem, como um dos seus principais objetivos, a criação em todo o país, de milhares de Organizações de Bases, ou de Organizações de Grande Emprêsa, o seu fortalecimento, assim como o das já existentes, nos terrenos ideológico, político e orgânico."

O fortalecimento das organizações intermediárias consiste no aperfeiçoamento das direções estaduais e territoriais e das Organizações de Grandes Emprêsas ligadas diretamente ao Comitê Central.

A formação de quadros, objeto do denominado trabalho de educação, é um dos elementos essenciais da Organização. A Resolução Política de 1962, chama a atenção sôbre os exagêros do "praticismo" das lideranças partidárias:

> "A experiência demonstra que os quadros se formam através de militância continuada nas fileiras do Partido, no trabalho junto às massas, onde adquirem na prática as principais qualidades de dirigentes da classe operária e do povo. Simultâneamente é necessário combater as arraigadas tendências "praticistas" existentes em nosso Partido e impulsionar a formação teórica e ideológica dos quadros a fim de realizar o princípio marxista da unidade de teoria e da prática."

Essa formação é realizada através de palestras, conferências, círculos de estudo, cursos de diversos níveis, seminários, artigos, livros, etc.

Outro elemento também considerado na eficácia da ação partidária são as frações comunistas infiltradas nas coletividades. Diz a Resolução:

> "Fator importante neste sentido é a organização do funcionamento regular das Frações partidárias nas organizações de massas, assim como o balanço crítico e autocrítico periódico, em Assembléias das Organizações de Base, do Trabalho das Frações e dos seus membros e dos membros do Partido em geral, nos movimentos e organizações de massas. É necessário ainda não só interessam aos dirigentes comunistas de organizações não-partidárias em participar dos cursos gerais do Partido, como também organizar cursos especiais para êles, sempre que possível."

Os princípios em que os comunistas dizem basear o funcionamento de sua organização são os denominados "do centralismo democrático "e de "direção coletiva". Êsses princípios são,

em geral, apenas formas disfarçadas da severa centralização de direção partidária, sob o domínio de um pequeno número de líderes autoritários. A própria Resolução confessa êsses fatos:

> "Sabemos que o princípio do centralismo democrático, princípio fundamental da estrutura e do funcionamento partidário, foi grosseiramente deformado, na consciência e na vida do Partido pelos falsos métodos de direção que dadas as nossas debilidades, lograram impor-se e imperar durante longos anos em nossas fileiras. Tem sido e é até hoje menosprezado, deturpado e mesmo pôsto em dúvida por aquêles camaradas que, dada ainda a pouca difusão e conhecimento entre nós da teoria do Partido, são ideològicamente influenciados pela burguesia e pela pequena-burguesia."

Mais adiante prossegue:

> "Como antes assinala, têm sido alcançados êxitos no esfôrço pela aplicação com acêrto do princípio da direção coletiva. Mas persistem em certa média, velhos hábitos de direção, falsos métodos de trabalho, ao lado de tendências novas, incorretas e de erros que precisam, evidentemente, ser combatidos."

Essa autocrítica é uma das grandes armas do comunismo que aparentemente lhe empresta uma auréola de honestidade de propósitos e sinceridade idealista. Na Resolução Política que viemos citando há uma série de críticas, inclusive, em relação ao Comitê Central. Êsse aspecto mascarava, entretanto, a severa rigidez de atuação dos órgãos dirigentes, constituindo o que os próprios comunistas denominam de "falsos métodos de deveres", mas continuam aplicando-os. Diz a Resolução:

> "É igualmente inegável que, ao tratarmos de corrigir os métodos impositivos do passado, elementos de liberalismo surgiram e se mantêm. Ao combater o voluntarismo a planificação arbitrária e simplesmente imposta, caímos no trabalho não planificado e espontâneo. Ao romper com o contrôle repressivo, reiniciamos em geral ao emprêgo sistemático de qualquer contrôle, mesmo em sua expressão mais elementar — o contrôle do cumprimento das tarefas."

A falha de contrôle representa um êrro imperdoável para o Partido que coloca a disciplina de execução das tarefas sob o caráter de máximo rigor.

A) *A Nova Política de Organização do Partido Comunista.*

Conforme consigna a Resolução Política de 1962, por influência das realizações da União Soviética e dos demais países socialistas, "amplia-se no seio do povo brasileiro o campo de atração das idéias do socialismo, o entusiasmo por elas, o interêsse pelo conhecimento da doutrina do socialismo científico".

Essa manifestação, amplamente explorada pela propaganda marxista-leninista, tirando partido político-ideológico de todos os acontecimentos mundiais, apreciados sempre através de um prisma parcialista, está facilitando o trabalho de mobilização das massas nas campanhas que, sob a direção internacional, vem o Partido Comunista realizando para exercitar a sua função no quadro da Guerra Revolucionária.

Sente assim êste Partido a necessidade de ampliar e aperfeiçoar os seus efetivos para fazer frente às solicitações decorrentes da missão que lhe foi imposta pelo movimento comunista mundial.

Daí a orientação que a Resolução Política de 1962 procurou adotar e organizar "um partido de ação, dirigente de grandes massas".

> "Que Partido devemos construir ?
>
> Cremos, não haver dúvida de que já ultrapassamos, há bastante tempo, aquela fase em que nosso Partido, por fôrça de certas particularidades de sua formação, se entregava, quase que exclusivamente a uma atividade de propaganda e agitação. Pouco a pouco viram se acumulando condições que lhe tem permitido atuar cada vez mais entre as massas no seio do povo. Temos mesmo organizado e dirigido lutas econômicas e políticas, de setores de classe operária e de amplas camadas populares. Mas é inegável que, apesar dos êxitos já alcançados, ainda não somos, na sociedade brasileira, aquela fôrça política, capaz de dirigir não só a maioria da classe operária como também as grandes massas do nosso povo."

E para solver essa deficiência, declara:

> "Torna-se pois necessário que saibamos dar resposta ao que deve ser feito *hoje*: E será através de nossos atos, do nosso trabalho, da nossa política, das nossas iniciativas, de nossa fidelidade à luta *diária* pela solução dos problemas das massas, que as massas se convencerão de que somos realmente os defensores de seus interêsses. Então nos darão seu apoio e nos seguirão. Então exerceremos plenamente o papel de vanguarda."

A política de construção reveste-se de uma forma agressiva que não se contenta com a infiltração das coletividades, nem com a simples utilização delas para seus interêsses próprios.

> "A atividade dos comunistas entre as massas não se restringe, por isso mesmo, à atividade dentro e através das organizações de massas. Deve o Partido atuar entre as massas também diretamente como entidade que tem vida própria, com partido político, exatamente como forma superior de organização de classe operária, sua vanguarda organizada e esclarecida."

Êsse papel é levado aos menores escalões, enquanto os elementos de direção se profissionalizam e ascendem na hierarquia partidária mediante promoção.

> "Os quadros que se destaquem por sua capacidade teórica e prática, por sua firmeza ideológica, e que se revelam em avanço, devem sem vacilação ser promovidos. As promoções devem realizar-se de forma paulatina, mas a tempo de não se deixarem estagnar os quadros e tendo-se sempre o cuidado de não desligá-los arbitràriamente do meio em que surgiram e estão ligados às massas e à vida do Partido, nem do tipo de trabalho que se sentem em melhores condições de realizar."

A movimentação do pessoal dirigente por todo o país é uma das características do Partido em que ação clandestina para

burlar a vigilância e distribuir os meios de acôrdo com os objetivos. A Resolução de 1962 recomenda:

> "Ao mesmo tempo, é preciso ter em vista as necessidades do Partido, que muitas vêzes só podem ser atendidas com a movimentação de quadros de um para outro local, ou o desligamento da produção, de outros para que se dediquem inteiramente ao trabalho partidário. Dando a devida atenção a êsse aspecto e combatendo tôda tendência localista ou à irremovibilidade, é necessário educar os quadros no conhecimento sempre maior e mais profundo dos problemas de conjunto da atividade partidária e nêles desenvolver o espírito da dedicação à causa do comunismo."

Os membros do Partido ficam dêsse modo sujeitos à transferência compulsória, determinada pelos interêsses do Partido e do movimento comunista. Os problemas de família são colocados em segundo plano, devendo os integrantes subordinarem-se às decisões com tôda a disciplina.

B) *O Plano de Construção.*

Em abril de 1961, o Comitê Central emitiu um Plano de Construção para orientar a Política de Organização do PCB. Declara a Resolução Política de 1962:

> "Em particular, no esfôrço feito pelo cumprimento do Plano de Construção do Partido, de abril de 1961, foi sensível a melhoria do trabalho em vários órgãos dirigentes intermediários. Avançou-se no combate ao espontaneismo no conhecimento dos problemas da realidade econômico-social e política local, na preocupação prática das direções em atender às necessidades de desenvolvimento do trabalho das bases do Partido. Quase todos os CCEE tomaram em grau maior ou menor, medidas para melhorar seu aparêlho auxiliar de direção. Em alguns passou-se a enfrentar o estudo específico de determinados problemas."

Foram apreendidos exemplares do Plano de Construção de 1961 em todos os recantos do País, de onde se infere a sua disseminação por tôdas as organizações estaduais.

O Plano se inicia com uma introdução na qual analisa a situação atual do Brasil, apresentando uma conclusão otimista, sôbre o incremento do comunismo no país e a possibilidade de legalização do Partido. Diz textualmente:

"A intensificação dos movimentos grevistas, o fortalecimento da unidade sindical, a elevação da consciência antiimperialista do povo e os novos passos dados no sentido da unificação das fôrças patrióticas são elementos que revelam a existência de condições que permitem avançar no sentido de conquista de novas posições políticas de nível mais elevado."

"Em primeiro plano, coloca-se agora a possibilidade de conseguirmos a legalidade completa, jurídica e formal, de nosso Partido. Devemos para tanto mobilizar tôdas as fôrças interessadas no fortalecimento da frente-única nacionalista e democrática."

Vinham a seguir, no ítem II as tarefas do trabalho de construção:

1º Melhoramento do trabalho de direção através do planejamento e do estudo apurado dos problemas

2º Recrutamento de novos militantes.

O Partido visava a incluir 15 mil novos militantes em suas fileiras, de acôrdo com uma relação de cotas discriminadas, em anexo, para cada Estado.

A São Paulo cabiam 6.000 membros; a Guanabara 1.500; a Minas e Estado do Rio, 1.000 cada. Aos demais Estados as cotas eram menores do que 1.000 membros, variando entre 750 e 50.

O ítem consignava instruções sôbre a natureza dos recrutamentos, recomendando particular atenção aos elementos com capacidade de liderança.

3º Fortalecimento das Organizações de Base, ampliando suas atividades políticas e aperfeiçoando seu nível de estudo ideológico.

4º Trabalho ideológico, através de estudos e cursos do partido, nos diversos graus.

5º Finanças, como estabelecimento dos planos correspondentes.

6º Trabalho de massas, que deveria ser intensificado e planificado.

7º Imprensa, através de difusão e maior aproveitamento do órgão central de imprensa do Partido (Jornal Novos Rumos).

O Plano de Construção dedicava o seu ítem III às Condições de Execução onde eram previstas as seguintes prescrições:

1º prazos para a preparação e execução do plano;

2º prazos para a discussão e elaboração dos planos dos diversos escalões;

3º contrôles de execução dos planos através de reuniões das comissões estaduais com tal finalidade.

O plano comportava dois anexos: um com as cotas de recrutamento previstas para cada Estado ou Território da Federação, e outro, consignando um plano para difusão do órgão central de imprensa (Novos Rumos).

O plano de Construção emitido pelo Comitê Central, deu lugar a planos de construções estaduais e territoriais.

Êsse planejamento constitui uma perfeita demonstração de organização e da eficiência de funcionamento do Partido Comunista, mesmo em condições de ilegalidade e clandestinidade em que se encontra.

O Plano de Construção previa ainda (ítem II, 2º c) o seguinte:

> "O CC (Comitê Central) editará um folheto especialmente destinado ao trabalho de recrutamento, contendo informações sôbre o que é o Partido suas finalidades e sua política atual e difundirá, através de seus assistentes e de boletins informativos internos, as experiências nacionais do trabalho do recrutamento. Prazo para a impressão do folheto: até 31 de maio."

Realmente o Jornal "Novos Rumos" publicava em seu nº 106 — Ano III (17 a 23 Mar 1961) as bases dêsse folheto de propaganda, através de dois artigos editoriais:

"O que é o Partido Comunista ?" e
"O que quer o Partido Comunista ?"

Nesses artigos o PC é apresentado sob a aparência de uma associação altamente patriótica, cujos objetivos são a fundação de uma sociedade comunista para "por fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classes".

Está aí, por conseguinte, estampado, comprovado, impossível de ser contestado, o proselitismo comunista para recrutar pessoas desavisadas para uma associação subversiva e ilegal. Tudo isso funcionava dentro do "Plano de Construção" que pretendia transformar o PC em uma fôrça política e social invencível e demolidora.

C) *A nova Política de Construção.*

As Teses para Discussão do VI Congresso, cuja realização foi impedida pela Revolução de 31 de março, consignam as bases para a nova Política de Trabalho de Construção, coerentes com a linha geral da política partidária. Consigna o ítem VI dessas Teses os seguintes trechos:

> "O imperativo vital da construção de um grande Partido Comunista dirigente das grandes massas ainda não se tornou convicção geral em nossas fileiras. Não compreendem êste imperativo os camaradas que continuam presos à concepção do Partido como seita, de "poucos mas bons". Semelhante concepção inibe o recrutamento em ampla escala como o favorecem as condições atuais, isola o Partido das massas e o incapacita para atuar concretamente na vida política. Por outro lado, a necessidade de um grande Partido Comunista dirigente das grandes massas não é compreendida por aquêles camaradas que subestimam o papel do Partido na revolução brasileira, considerando-o mera organização auxiliar da frente única do movimento sindical, das entidades de massa, etc. Mesmo entre quadros dirigentes responsáveis, é ainda sensível a subestimação do papel do Partido. Numerosos camaradas encontram tempo para tudo, menos para cuidar da construção do Partido ou sequer da participação nas discussões nas organizações partidárias de que são membros. Isto leva, está claro, ao desinterêsse pelo recruta-

mento de novos militantes e pelo fortalecimento orgânico, político e ideológico do Partido.

O conjunto dos militantes não vem sendo, em geral, ganho para a luta permanente pela realização dos planos de construção cuja execução tem sido por sua vez insuficientemente ajudada e controlada pelos órgãos dirigentes. Além disso, não temos realizado esfôrço sistemático, de cima para baixo, no sentido da assimilação da política de organização aprovada pela Conferência Nacional de dezembro de 1962.

A construção do Partido, incluindo o recrutamento de novos militantes, não deve ser espontânea, mas cuidadosamente estudada, planificada e controlada, concentrando-se, do ponto de vista nacional nas seguintes direções: 1) as grandes e médias emprêsas industriais, com o objetivo de enraizar o Partido entre os setores fundamentais da classe operária — metalúrgicos, trabalhadores das indústrias de autoveículos e construção naval, trabalhadores do petróleo, ferroviários, marítimos, rodoviários, trabalhadores da aviação e outros setores dos transportes, trabalhadores da indústria têxtil; 2) as massas trabalhadoras do campo, particularmente os assalariados agrícolas e camponeses pobres nas grandes concentrações da produção agro-pecuária; 3) os jovens das diversas camadas sociais, com especial atenção para os jovens operários e para a juventude estudantil, que constitui uma das camadas pollticamente mais ativas da pequena burguesia; 4) as mulheres, sobretudo as mulheres trabalhadoras e as donas de casa, cuja participação tem sido crescente na luta contra a carestia e contra os dispositivos jurídicos e preconceitos reacionários, que ainda pesam sôbre a população feminina. Realizando esta política de concentração, devemos aumentar e fortalecer os nossos contingentes partidários em outros setores sociais, como, em particular, os bancários, o funcionalismo público e a intelectualidade progressista.

A criação e o fortalecimento de organizações do Partido nas grandes emprêsas estaduais e privadas constitui um aspecto fundamental da construção do Partido. Após o V Congresso, desenvolveram-se em algumas grandes emprêsas, organizações partidárias vigorosas, estreitamen-

te vinculadas às massas, que, de modo geral, têm aplicado com êxito a linha política do Partido. As organizações de grande emprêsa ainda são, porém, pouco numerosas e padecem, em sua maioria, de tendência economista e reboquista ou se mantêm num isolamento sectário, motivo por que não podem contribuir, em ampla medida, para a politização das massas da emprêsa. Cabe a todos os escalões dirigentes dedicar esforços redobrados para multiplicar e consolidar as nossas organizações nas grandes emprêsas industriais, que devem constituir instrumento poderoso de aplicação da linha política do partido e o seu principal alicerce na classe operária.

No que se refere às organizações de base de bairro, é necessário combater a tendência, manifestada em muitas delas, de se omitirem da ação política junto às massas ou de se preocuparm apenas com os problemas políticos gerais, o que as leva a substimar os problemas específicos do bairro e a isolar-se de consideráveis setores das massas.

As organizações de base e as organizações de grande emprêsa merecem das direções uma assistência constante, sobretudo educativa, isenta de mandonismo e de rotina burocrática. Na emprêsa ou no bairro, as organizações de base precisam ter iniciativa própria, capacidade criadora para sentir as reivindicações imediatas da massa e liga-las, na propaganda e na ação, às grandes questões da vida política. É indispensável realizar, nas organizações de base, um esfôrço sistemático no sentido de estimular a atividade de todos os seus membros, qualquer que seja o seu grau de experiência, integrando-os na vida orgânica partidária e nas tarefas junto às massas.

É necessário dedicar maior atenção ao reforçamento dos organismos dirigentes dos diversos escalões do Partido, cuidando também de melhorar suas ligações com os membros do Partido e as grandes massas trabalhadoras. Para tanto, é indispensável observar rigorosamente o princípio da direção coletiva incentivar por todos os meios a atividade dos comunistas e desenvolver a crítica e a autocrítica. Cabe, por sua vez, aos organismos dirigentes nos Estados e municípios fazer esforços para adaptar a política geral do Partido as peculiaridades das circunscrições que

dirigem, de maneira a avançarmos na concretização da política dos comunistas para cada Estado e município.

A construção de um Partido de ação, dirigente de grandes massas, o crescimento numérico do Partido e a multiplicação das suas tarefas exigem atenção especial à política de quadros. O melhoramento dos órgãos dirigentes, nos diversos escalões, depende de uma justa seleção dos quadros, que leve em conta a fidelidade aos ideais comunistas, a assimilação da política do Partido e a capacidade para aplicá-la, a combatividade e a ligação com as massas. Devemos lutar, firmemente, contra a substimação, de fundo revisionista, da necessidade de um núcleo de funcionários, revolucionários profissionais, capazes de dedicar toda a sua vida ao Partido. Cumpre superar, além disso, nos órgãos dirigentes, o conservadorismo ainda existente na valorização dos quadros jovens, que precisam ser promovidos com maior audácia."

Vemos que o Partido Comunista, reformulando a sua política de Construção, procura criar uma organização de maiores efetivos capaz de enraizar-se em todos os setores e enquadrar massas cada vez mais numerosas e politizadas. Essa ampliação deve ser planejada e selecionada, conseguida principalmente nas grandes e médias emprêsas, entre os trabalhadores do campo e na juventude. Para êsse fim dois trabalhos se tornam relevantes e são integrados em todos os Planos de Construção:

— o recrutamento de novos militantes;
— a educação partidária para a formação e o aperfeiçoamento dos dirigentes.

A formação de um núcleo de revolucionários profissionais é considerado como elemento indispensável à consecução dessas tarefas que exigem uma dedicação especial dos órgãos de direção.

Verifica-se que se manifesta no Partido um anseio de renovação. "Procuramos superar o conservadorismo". Querem valorizar os "quadros jovens que precisam ser promovidos com maior audácia".

Em largos traços é esta a nova política de construção preconizada pelo Partido Comunista e que representa a possibilidade de um nôvo impulso em suas atividades.

2. A LEGALIZAÇÃO DO PCB

O Partido Comunista foi pôsto fora da legalidade em maio de 1947 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Nessas condições as atividades partidárias comunistas estão sujeitas aos dispositivos da Lei de Segurança (Lei nº 1.802 de 5 Jan. 53) que estabelece como crime contra o Estado e sua ordem política e social:

— tentar mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional (Item III do Art. 2º), e

— reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por fôrça de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso (Art. 9º).

Dessa forma, tanto o funcionamento clandestino do Partido Comunista, associação de caráter internacional, como tentar a sua reorganização constituem crimes previstos na referida Lei.

Após 1947, o Partido Comunista passou entretanto a funcionar clandestinamente. Com o passar dos tempos e as crescentes conivência e tolerância das autoridades governamentais, o Partido ilegal começou a apresentar-se pùblicamente através de sua imprensa, de seus meios de propaganda e de seus atos políticos.

Em 1958 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a qualquer cidadão cabe o direito de ser comunista. Imediata-

mente, os comunistas interpretaram êsse direito como abrangendo também a propagação de idéias comunistas.

Em 1961, o Partido Comunista julgou oportuno solicitar à Justiça Eleitoral o registro legal do Partido, lançando simultâneamente uma campanha de mobilização de opinião pública e a coleta das 50.000 assinaturas exigidas pelo Código Eleitoral.

Para fazer face ao aspecto de internacionalidade atribuído à organização, os dirigentes alteraram a denominação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, estabeleceram um nôvo Programa francamente pacífico e progressista e escoimaram os Estatutos de tôdas as expressões, nomes ou dispositivo de vinculação ao internacionalismo proletário. Êsse procedimento era um artifício essencialmente político, mas vinha de encontro a uma série de circunstâncias que ensejavam um nôvo reajustamento na organização e na linha política do Partido.

Dentro dessa ordem de idéias o Partido Comunista procurou obter uma série de pronunciamentos de autoridades e políticos influentes em favor da legalização.

Governadores estaduais, deputados, senadores e outras personalidades manifestaram-se pùblicamente pelo registro do PCB.

Em agôsto de 1961, Luiz Carlos Prestes lançou um manifesto, publicado no Jornal NOVOS RUMOS (nº 127 de 11 a 17 Ago. 61 — Suplemento) no qual declarava o seguinte:

> "Ao Povo Brasileiro!
> Aos Trabalhadores!
>
> A organização legal dos comunistas em partido político é legítima reivindicação democrática e patriótica, que se impõe como um imperativo dos dias de hoje.
>
> Vivemos numa nova época histórica, na qual os mais importantes problemas podem ser resolvidos a favor dos interêsses da paz e da democracia. Multiplicam-se as fôrças que se opõem à guerra. E, em conseqüência do gigantesco esfôrço dos povos amantes da paz e da luta das grandes massa populares pela sua emancipação nacional e social, a idéia da coexistência pacífica e do entendimento internacional vai ganhando terreno no mundo inteiro.
>
> O irresistível avanço do socialismo e suas repercussões entre nós, bem como os êxitos da classe operária e de todo o nosso povo em sua perseverante luta democrática

e emancipadora, fizeram com que se criassem condições novas e promissoras para o Brasil.

Refletindo essa nova situação, a justiça brasileira, em consonância com as tradições liberais de nosso povo, já firmou jurisprudência sôbre o direito dos comunistas à livre atividade política, absolvendo-se nos processos contra êles instaurados.

Dirigentes de vários partidos, membros do Poder Legislativo, vultos de renome da intelectualidade, autoridades governamentais e partidos políticos pronunciam-se pela legalidade do partido comunista, reconhecem nos comunistas uma fôrça política, com a qual muitas vêzes se encontram lado a lado, na ação comum por objetivos patrióticos e democráticos.

Tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo, os comunistas brasileiros lutam por um govêrno que assegure a plena emancipação econômica do país, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a ampliação das liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares, bem como uma política externa independente. Estão certos de que essas transformações constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo. E empenham-se em realizálas, ao lado de tôdas as fôrças patrióticas e progressistas, batendo-se pelo respeito às liberdades fundamentais do homem e ao princípio democrático da pluralidade dos partidos, consagrados em nossa Constituição. Assim, como cidadãos brasileiros, anseiam por ver efetivado o direito de organizar legalmente o seu Partido.

Em todos os países onde prevalece o regime democrático, os partidos comunistas têm existência legal assegurada. A proscrição dos partidos comunistas é uma característica dos sistemas políticos reacionários, que negam os direitos dos cidadãos e as liberdades democráticas.

Compatriotas!

Trabalhadores!

Está em vossas mãos fazer o indispensável para a organização legal dos comunistas em partido político, fator de reforçamento da unidade da classe operária e das liberdades democráticas para nosso povo. Tendo recebido

numerosas sugestões de comunistas e não-comunistas, os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei vigente. Compete agora a todos vós levar avante até à vitória a grande batalha para o registro do Partido Comunista Brasileiro.

Organizai para isso, por tôda parte, nos Estados, nos Territórios, nos Municípios, nas cidades e no interior, amplas comissões de homens e mulheres democratas e progressistas, comunistas e não-comunistas, para angariar assinaturas de eleitores. Adotai as mais amplas iniciativas, dentro de um sólido trabalho de unidade, para que se atinja e supere, em curto prazo, o total de 50.000 assinaturas de eleitores, exigido pela lei eleitoral para o registro do Partido.

Nos locais instalados para tal fim, e de casa em casa, junto a cada brasileiro e a cada brasileira, apresentai as listas para a coleta de assinaturas dos eleitores e, juntamente com elas, levai a todo o povo os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro. Uni vossos esforços aos de todos os demais patriotas e democratas que desejam ver nossa Pátria emancipada e almejam o desenvolvimento independente de sua economia, a completa democratização da vida política do país, a elevação do bem-estar e da cultura do povo e a cooperação eficaz do Brasil em pról da paz mundial.

Em nome dos comunistas de todo o Brasil,

(a) **Luiz Carlos Prestes**

Êsse manifesto, em conjunto com os projetos do Programa e dos Estatutos, foram largamente disseminados por todo o País. O Jornal NOVOS RUMOS (nº 128 de 18 a 24 Ago. 61) publicou a seguir as Instruções para a Coleta de Assinaturas que prescreviam minuciosamente como devia ser executado êsse trabalho. Essas instruções eram as seguintes:

"INSTRUÇÕES PARA A COLETA DE ASSINATURAS"

1 — Na parte de cima da lista deverão ser preenchidos nos claros o nome do Estado ou D. Federal, da zona e do juízo eleitoral.

2 — O eleitor deve em primeiro lugar, escrever o seu nome de forma bem legível (abaixo da indicação — nome do eleitor); em seguida, na mesma linha fazer a sua assinatura, conforme assinou o título eleitoral (abaixo da indicação — assinatura do eleitor); em seguida, na mesma linha fazer a sua assinatura, conforme assinou o título eleitoral (abaixo da indicação — assinatura do eleitor); número do seu título eleitoral.

3 — As assinaturas para a obtenção do registro eleitoral devem ser conseguidas em duas vias, isto para que fique em poder das Comissões uma cópia das assinaturas conseguidas, o que será de grande utilidade para o caso de extravio de qualquer lista. Por isso deve o coletor solicitar que o eleitor assine em duas vias.

4 — Nas cidades onde existir mais de uma zona eleitoral, cada coletor de assinaturas deve andar com tantas listas (a primeira e a segunda via) quantas sejam as zonas eleitorais a fim de que cada eleitor só assine na lista da sua zona. Será extremamente prejudicial se o eleitor assinar em lista que não corresponder exatamente à de sua zona. Sendo assim, é necessário que, antes do eleitor dar sua assinatura, o coletor verifique o seu título eleitoral.

5 — Nenhum eleitor deve assinar em duplicata, isto é, em mais de uma lista (com a sua segunda via).

6 — Após preenchidas as listas é indispensável que se obtenha o certificado do escrivão eleitoral de que são verdadeiras as assinaturas. As listas devem ser levadas ao Cartório (pelos responsáveis da coleta em cada zona) e o escrivão deverá dar um recibo e terá um prazo de 48 horas para lavrar o atestado (§ 2º do Art. 133 do Código Eleitoral).

7 — A medida em que forem sendo preenchidas as listas elas devem ser remetidas à Comissão Central, sem qualquer delonga.

Em Janeiro de 1962, Prestes anunciava que já dispunha de 60 mil assinaturas. Em entrevista coletiva à imprensa publicada

no Jornal Novos Rumos (nº 154 de 19 a 25 Jan. 62) declarou o seguinte:

> "Há um processo democrático no Brasil, como já me referí anteriormente. A lei eleitoral exige que para registrar-se um partido político, são necessárias 50 mil assinaturas acompanhando o pedido ao Tribunal. Temos, conforme o recente balanço que fizemos cêrca de 60 mil assinaturas já coletadas. O processo é um tanto moroso, pois cada lista deve receber a chancela do Juiz de cada zona eleitoral. Mas acreditamos que até abril, tudo já estará mais claro e que os juizes cumprirão a lei e registrarão o Partido Comunista Brasileiro, cujos Estatutos atendem às exigências legais. Se tal ocorrer, como pensamos, disputaremos as eleições com legenda própria, mas sem exclusivismo e elegendo, inclusive, pessoas não comunistas."

A campanha pela legalização do PCB prosseguiu durante todo o govêrno de João Goulart, embora a sua ação se tornasse cada vez mais ostensiva.

Em março de 1963, Prestes declarava pùblicamente, no Congresso de Solidariedade à Cuba que o partido não tinha ainda hoje conquistado a "legalidade completa". Com isso deixava a entrever a existência de uma legalidade parcial.

Os dirigentes comunistas declaravam que o Partido já possuia a legalidade "de fato", sendo agora necessário obter apenas a legalidade "de direito".

A Revolução de 31 de março frustrou essa campanha que quase alcançava o seu êxito total.

3. OS ESTATUTOS DO PCB

Em fins de 1961, já no govêrno de João Goulart, o PCB apresentou à Justiça Eleitoral o pedido de registro. Acompanhava esse requerimento um projeto de Estatutos no qual foi adotada uma redação hábil para disfarçar determinados aspectos que poderiam ser arguidos de inconstitucionais e ilegais pela Justiça.

Se compararmos os Estatutos de 1954 com os de 1961, poderemos concluir fàcilmente que as modificações não foram substanciais. O nôvo documento procurou apenas mascarar o caráter internacional do movimento comunista, eliminando as referências diretas e ostensivas. Assim observaram-se as seguintes modificações:

1º) — Foi eliminada a citação nominal dos grandes criadores da doutrina comunista: MARX, ENGELS, LÊNIN e STÁLIN.

2º) — No enunciado da finalidade do Partido foi, por motivos òbviamente táticos, cancelada a meta da implantação da sociedade comunista. No têxto em vigor estava enunciado: "O Partido Comunista do Brasil tem como objetivos finais construir no Brasil o socialismo e edificar a sociedade comunista". No projeto de 1961, lê-se: "Tendo como objetivo programático final, o estabelecimento do socialismo, o Partido Comunista Brasileiro...".

3º) — A denominação de Partido Comunista do Brasil foi substituida pela de Partido Comunista Brasileiro, procurando focalizar, através do nôvo título, a nacionalização nominal da agremiação.

4º) — Foi cancelada a referência ao "espírito do internacionalismo, da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países".

5º) — A nomenclatura internacional da organização partidária foi também modificada sem, todavia, representar isto qualquer alteração real na estrutura e no funcionamento desta organização que continua a inspirar-se no modêlo mundial. Dentro dessa orientação foram substituidos os vocábulos Comitê, Presidium e Congresso por Diretório, Comissão Executiva e Convenção, respectivamente.

Tôdas essas alterações constituem a mais evidente mistificação, para simples efeito de assegurar a aprovação oficial.

São os próprios comunistas que testemunham êsse fato. Diz a "Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil", constituido por elementos que divergiram da nova orientação política do PCB:

> "Em agôsto de 1961, contrariando as decisões do Congresso e sob o pretexto de obter a legalidade do Partido, decidiram criar um nôvo Partido. Deixou-se de lado o Partido Comunista do Brasil e, em seu lugar, surgiu o Partido Comunista Brasileiro. De seus estatutos foi retirada a afirmação de que o Partido se orientava pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. O programa apresentado era menos radical que os do Partido Trabalhista e do Partido Socialista."

Essa referência mostra claramente as intenções que levaram os dirigentes do Partido à apresentação dos novos Estatutos. É interessante, entretanto, para desmascarar todo o falso rótulo de nacionalização, mostrar como os Estatutos do projeto de 1961 se espelham no modêlo dos Estatutos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), conservando sub-reptìciamente o seu sentido internacionalista e o objetivo da implantação do comunismo no Brasil.

OS ESTATUTOS DO PCB E DO PCUS

Os Estatutos do PCB, relativos ao projeto de 1961, tinham como objetivo essencial, como dissemos, a legalização do Partido, o que, consoante os acôrdos políticos em andamento na ocasião, mostrava-se extremamente promissor. Daí decorrem as alterações de nomenclatura, a artificial introdução de algumas idéias de cunho democrático como a admissão da pluralidade partidá-

ria e o silêncio sôbre o internacionalismo proletário o qual, entretanto, se evidencia nas entre-linhas, nos objetivos expostos e no próprio fato de ser o documento ìntimamente inspirado nos Estatutos do Partido Comunista da União Soviética.

Para comprovar esta última asserção vamos comparar os textos dos dois documentos referidos.

Os Estatutos do PCUS que compulsamos são os aprovados pelo XXII Congresso do PCUS de 31 de outubro de 1961, editado em castelhano pelas "Edições em línguas estrangeiras" de Moscou.

Colocaremos lado a lado textos correlatos nos dois documentos para seu melhor confronto.

ESTATUTOS DO PCB	**ESTATUTOS DO PCUS**
Art. 1.º — Membro do Partido é todo aquêle que aceita o Programa e os Estatutos do Partido e que contribui para a atividade deste com meios materiais e por sua participação em uma das Organizações partidárias.	Pode ser membro do PCUS qualquer cidadão da União Soviética que aceite o Programa e os Estatutos do Partido; participe ativamente na edificação do comunismo, atue em uma das organizações do Partido, cumpra as decisões do mesmo e contribua com as cotas estabelecidas.
—	—
Art. 2.º — A filiação ao Partido é individual. Realiza-se mediante pedido a uma Organização do Partido, encaminhado através de um dos membros desta e por ela aprovado.	A admissão dos membros do Partido é individual. São admitidos, como membros do Partido, os operários, camponeses e intelectuais conscientes, ativos e fiéis a causa do comunismo. Os novos membros são admitidos entre os candidatos que hajam permanecido como tais durante o período estabelecido (4).
—	—
Art. 3.º — São deveres do membro do Partido :	O membro do Partido tem o dever de (2) :
—	—
a) zelar ativamente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido;	— fortalecer ao máximo a unidade ideológica do Partido, preservá-la contra a penetração em suas fileiras de gente indígna do Partido e do povo (2.f)

ESTATUTOS DO PCB	ESTATUTOS DO PCUS
b) manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa das reivindicações destas, — participando de seus movimentos e organização, trabalhando para que conheçam, assimilem e ponham em prática a orientação geral do Partido, — e esforçar-se para que se ampliem sempre mais os laços entre o conjunto do Partido e as massas;	— aplicar com firmeza e perseverança as decisões do Partido, explicar às massas a política do mesmo, contribuir para o robustecimento e a ampliação de seus laços com o povo, ser solícito e atento com as pessoas e atender oportunamente os pedidos e necessidades dos trabalhadores (2.b);
c) elevar, através do estudo e da atividade prática, o próprio nível teórico e ideológico, e ajudar no mesmo sentido aos camaradas e a todo o Partido;	— dominar a teoria marxista-leninista, elevar seu nível ideológico e contribuir para a educação do homem na sociedade comunista (2.d);
d) participar do estudo e da elaboração da linha política do Partido e empenhar-se para que seja levada à prática, através do estrito cumprimento das resoluções partidárias;	— participar ativamente da vida política do país, na gestão dos assuntos estatais e na edificação econômica e cultural, dar o exemplo no cumprimento dos deveres para com a sociedade e ajudar a desenvolver e robustecer as relações sociais comunistas (2.c)
e) concorrer para a prática permanente da crítica e auto-crítica, para a luta de opiniões amplas e organizada e a correta observância da disciplina;	— desenvolver a crítica e a auto-crítica (2.g) — observar a disciplina partidária e estatal, igualmente obrigatória para todos os membros do Partido (2.i).
f) esforçar-se pelo aprimoramento sempre maior do espírito de solidariedade comunista;	— ser um ativo porta-voz das idéias do internacionalismo socialista e do patriotismo soviético entre as massas trabalhadoras. Lutar contra o nacionalismo e chovinismo e contribuir de palavras e de fato para fortalecer a amizade dos povos da URSS e os laços fraternais do povo soviético com os povos dos países do campo socialista e com os proletários e trabalhadores de todos os países (2.e)

ESTATUTOS DO PCB	ESTATUTOS DO PCUS
g) contribuir para o respeito às normas de segurança e o constante exercício da vigilância partidária.	— manifestar vigilância e guardar os segredos do Partido e do Estado (2.f).
Art. 4.º — São direitos do membro do Partido:	— O membro do Partido tem direito a (3):
a) participar, nas reuniões organizadas pelo Partido ou na imprensa partidária, das discussões sôbre problemas da vida interna e externa do Partido;	— discutir livremente nas assembléias, conferências e congressos, bem como nas reuniões dos comitês do Partido e em sua imprensa, as questões da política e a atividade prática do Partido (3.b)
b) eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes e, em geral, para qualquer cargo eletivo do Partido;	— eleger e ser eleito para os órgãos do Partido (3.a)
c) criticar, nas reuniões do Partido, ou junto às instâncias superiores partidárias, o que lhe pareça falso ou incorreto nos atos ou posições de qualquer Organização, órgão dirigente ou membro do Partido;	— criticar nas reuniões, conferências e congressos do Partido, bem como nos plenos dos comitês, a qualquer comunista, seja qual fôr o cargo que ocupe. (3.c)
d) encaminhar opiniões; sugestões, propostas, reclamações ou apelações a qualquer das sucessivas instâncias partidárias, desde os órgãos dirigentes da Organização a que pertence até ao Diretório Nacional e à Convenção Nacional do Partido;	— dirigir perguntas, declarações e propostas a qualquer instância do Partido e dos birôs e comitês do mesmo sempre que se discuta sua atuação ou conduta;
e) manter sua opinião e continuar a defendê-la nas discussões partidárias (art. 9.º, lêtra **d**), — salvo quando delas participa como representante da opinião de um Diretório ou Secretariado do Partido — sem entretanto deixar de cumprir as decisões de que divirja;	—apresentar propostas, expressar e defender abertamente sua opinião até que a organização tenha adotado uma decisão final a respeito (3.b)

ESTATUTOS DO PCB	ESTATUTOS DO PCUS
f) exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sôbre sua posição ou conduta.	— participar pessoalmente das reuniões do Partido, dos birôs e comitês do mesmo, sempre que se discuta sua atuação ou conduta (3.d)
Art. 7.º — O Membro do Partido que infrinja as normas estatutárias ou assuma atitude que fira os interêsses do Partido ou da classe operária está sujeito, conforme a natureza e gravidade da falta cometida a uma das seguintes medidas disciplinares: advertência, dentro do Partido, suspensão por tempo determinado do exercício do cargo partidário, destituição do cargo partidário, censura pública, expulsão do Partido.	— Ao membro ou candidato a membro do Partido são exigidas as responsabilidades e o cumprimento dos deveres fixados nos Estatutos, sendo por essas faltas passível das sanções: advertência, admoestação (admoestação rigorosa) registrada na ficha. A sanção máxima existente no Partido é a expulsão (9)
Parágrafo único. Ao decidir-se sôbre a aplicação da medida disciplinar a um membro do Partido, especialmente quando se trate de mais grave — a expulsão, deve haver o máximo de cuidado e de espírito de fraternidade, examinando-se minuciosamente o fundamento ou não das acusações...	— Ao decidir uma expulsão do Partido, deve assegurar-se o máximo de atenção e o meticuloso estudo do fundamento das acusações apresentadas do comunista (9)
Art. 8.º — A medida disciplinar a aplicar-se a um membro do Partido é decidida e executada pela Organização a que pertence.	— A decisão de pedir responsabilidades aos membros efetivos ou suplentes ... se discute nas organizações de base.
Art. 9.º — O princípio dentro da estrutura e do funcionamento do Partido é o centralismo democrático que significa...	— O princípio diretor da estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático que significa... (19).
Art. 10. As organizações do Partido estruturam-se segundo os critérios de local de trabalho ou moradia e de área territorial em acôrdo com a divisão administrativa do	— O Partido se estrutura segundo o princípio territorial e de produção: as organizações de base se criam no lugar de trabalho dos comunistas e se agrupam em organi-

país. De baixo para cima, são as seguintes: Organização de Base, Distritais, Municipais, Estaduais ou Territoriais. O Partido, como organização, abrange todo o país e constitui um sistema único de tôdas as Organizações partidárias.

—

Art. 18 — As organizações de Base constituem o alicerce de tôda a organização do Partido.

—

Art. 20 — Para a constituição de uma Organização de Base são necessários pelo menos 3 membros do Partido...

—

Art. 26 — A Convenção Distrital, Municipal e Estadual ou Territorial é o órgão dirigente superior da Organização respectiva, constituida de delegados eleitos pelas Organizações partidárias que lhe são diretamente subordinadas.

—

Art. 27 — A Convenção de uma Organização Intermediária é convocada pelo Diretório desta.

—

Art. 28 — O Diretório Distrital, Municipal, Estadual ou Territorial é o órgão dirigente da Organização respectiva entre uma e outra Convenção desta.

—

§ 1.º — A critério da respectiva Convenção, o Diretório Estadual

zações distritais, urbanas, etc., segundo o princípio territorial. A organização atuante em uma zona determinada é considerada superior a qualquer organização do Partido que atue em uma parte da referida zona (2.º).

—

— O fundamento do Partido é constituido pelas Organizações de Base... (53)

—

— As Organizações de Base se criam em lugares de trabalho dos militantes do Partido..., onde existam pelo menos três membros do Partido.

—

— O organismo superior da organização partidária regional, territorial (F) ou de República (E) é a Conferência regional e territorial ou o Congresso do Partido Comunista da República federada... (43).

—

— A Conferência ordinária da região ou do território ou o Congresso ordinário do Partido Comunista de República Federada são convocados pelo Comitê regional, territorial ou o CC do Partido Comunista da República Federada...

—

— O organismo superior da organização partidária é..., nos intervalos entre as Conferências e Congressos, o Comitê Regional, Territorial ou CC da República Federada.

—

— Os Comitês regionais, territoriais e centrais dos partidos comu-

ESTATUTOS DO PCB	ESTATUTOS DO PCUS
poderá eleger em seu seio uma Comissão Executiva..., a ela ficando subordinado o Secretariado.	nistas das repúblicas federadas elegem os respectivos birôs (Comissões executivas) e os Secretários de cada Comitê.
—	—
Art. 31 — A Convenção Nacional do Partido é o órgão dirigente supremo dêste... são podêres desta: a) examinar a prestação de contas do Diretório Nacional e sôbre elas decidir; b) estabelecer o Programa, os Estatutos e a orientação política geral do Partido: c) eleger o Diretório Nacional.	— O organismo supremo do Partido é o Congresso (31) O CONGRESSO : a) discute e aprova os informes do Comitê Central, ... b) revê, modifica e aprova o Programa e os Estatutos do Partido; d) determina a orientação política do Partido; d) elege o Comitê Central...
—	—
Art. 32 — A Convenção do Partido é convocada pelo Diretório Nacional reune-se ordináriamente de três em três anos, ...	— Os Congressos ordinários são convocados pelo Comitê Central uma vez em cada quatro anos, no máximo... (31).
—	—
Art. 35 — O Diretório Nacional é o órgão dirigente do Partido entre uma e outra Convenção.	— Nos intervalos entre os Congressos, o Comitê Central do Partido dirige tôda a atividade do Partido, de seus organismos locais, seleciona e distribui os quadros dirigentes (35).
—	—
Art. 34 — ... O Diretório Nacional. Reune-se ordinàriamente com intervalos não maiores de seis meses...	— O CC do PCUS celebra uma reunião plenária em cada seis meses, pelo menos ... (38)
—	—
Art. 37 — A Comissão Executiva é órgão dirigente executivo do Diretório Nacional entre uma e outra reunião dêste.	— O CC do PCUS elege: um Presidium, para a direção do trabalho do CC nos períodos compreendidos entre os plenos; (39)
—	—
Art. 38 — O Secretariado do Diretório Nacional é o órgão operativo diário dêste, que atende às questões de ordem prática do trabalho de direção e atua subordinado à Comissão Executiva.	— ... um Secretariado, para a direção do trabalho diário, principalmente na seleção dos quadros e contrôle do comprimento das decisões... (39)

ESTATUTOS DO PCB	ESTATUTOS DO PCUS
Art. 39 — Os recursos financeiros do Partido são constituidos pelas contribuições mensais de seus membros e simpatizantes e por donativos e rendas eventuais permitidas pela lei.	— Os fundos do Partido e as suas organizações (3) são constituidos pelas quotas e benefícios proporcionados pelas emprêsas do Partido e de outras contribuições.

Ressaltamos nessa apresentação comparativa uma série de dispositivos análogos, nos Estatutos do PCB e nos da União Soviética. Pràticamente, entretanto, pode-se encontrar uma correspondência completa nos dispositivos dêsses dois documentos.

É lícito afirmar, em conseqüência, sem perigo de êrro, que o Partido Comunista Brasileiro, como outros congêneres de inumeras nações:

a. Tem estrutura e funcionamento moldados nos padrões internacionais, com base no PCUS.

b. Baseia-se nos princípios que regem as atividades do movimento comunista em todo o mundo.

c. Objetiva a implantação no País de uma ordem política, econômica e social, assentada na doutrina marxista-leninista e nos princípios de subordinação e direção geral do internacionalismo proletário.

4. O PROBLEMA FINANCEIRO

As atividades partidárias no setor financeiro do Partido Comunista Brasileiro são orientadas pelo "Regulamento das Finanças do Partido". Existe na organização de tôdos os comitês um setor dedicado a êsse mistér.

O Regulamento citado declara:

> "A atividade financeira do Partido, em tôdas as instâncias dêste, tem como finalidade assegurar os meios necessários ao seu funcionamento e representa, simultâneamente, um instrumento para a sua formação ideológica, política e organizativa."

O Partido considera assim o Setor de Finanças como um dos elementos essenciais para a sobrevivência da organização partidária. É com êsses recursos financeiros que o Partido tem possibilidade de:

— manter o pessoal dirigente e funcionários que vivem exclusivamente para as tarefas partidárias. A maior parte do pessoal da alta direção é mantida pelo Partido. Todos os ativistas de grande operosidade são inteiramente mantidos pelo Partido. Os ordenados pagos pelo Partido são, em geral, muito baixos;

— custear a impressão de livros, panfletos e material de propaganda impresso;

— assegurar a manutenção da Imprensa do Partido (jornais, revistas, etc.) que, geralmente, não conta com verbas de publicidade. Embora inúmeras emprêsas auxiliem a Imprensa do Partido, nenhuma delas, comumente, consente na impressão de

anúncios em jornais ou revistas tìpicamente comunistas, para evitar os prejuízos do comprometimento público;

— custear a realização de Congressos, assembléias, conferências e outras reuniões partidárias de grande vulto. Para êsses conclaves o Partido pode contar, muitas vêzes, com auxílios oficiais de sociedades locais, dos governos estaduais ou federal, conforme sejam a política dominante e os motivos aparentes dessas reuniões;

— custear viagens, instalações e atividades de representações ou elementos destacados para determinadas missões do Partido.

O trabalho financeiro é considerado como uma atividade comum a todos os integrantes da organização. Diz o Regulamento:

> "São elementos essenciais do trabalho de finanças do Partido:
>
> a) a planificação do trabalho em cada Organização do Partido, segundo as suas próprias necessidades e as suas obrigações para com as instâncias superiores;
>
> b) o caráter de massas da atividade financeira do Partido, isto é, da atividade que deve ser realizada pela massa de seus membros e apoiar-se na massa dos simpatizantes e nas massas da classe operária e dos trabalhadores em geral."

Os planos financeiros que integram os planos de construção do Partido, prevêm as quotas que devem ser arrecadadas. Em determinadas ocasiões há necessidade de campanhas especiais para a consecução de fundos, principalmente os destinados à imprensa do Partido, sempre deficitária.

Como são constituidos os recursos do Partido ?

O Regulamento prevê as seguintes fontes:

a) contribuições mensais dos membros do Partido. Essa é uma parcela muito precária no cômputo geral;

b) contribuições mensais dos simpatizantes. Essa parcela é bastante mais volumosa. Depende entretanto da situação política dominante e da vigilância legal sôbre as atividads partidárias;

c) rendas resultantes das iniciativas financeiras das massas. Essas iniciativas abrangem bônus, rifas, contribuições, sorteios e inúmeros outros meios, ligados ou não às campanhas de arrecadação de fundos. Festas, piqueniques, espetáculos são também motivos para obtenção de recursos;
d) donativos especiais;
e) rendas resultantes de empreendimentos econômicos. Entre êsses empreendimentos citam-se, inclusive, a exploração de casas comerciais e firmas da propriedade do Partido, eventualmente em nome de um elemento qualquer;
f) recursos financeiros provenientes do estrangeiro. Êsses recursos podem ser destinados diretamente ao Partido ou terem uma finalidade específica, como, por exemplo, auxiliar o movimento estudantil ou a realização de um Congresso internacional.

O contrôle das finanças é, em geral, muito rigoroso. Tem ocorrido raros casos de desfalques ou malversação de fundos, o que é considerado falta extremamente grave.

A atividade financeira é para o Partido um índice de sua organização e de seu prestígio. A existência material do Partido Comunista é evidenciada pelos recursos que conseguem coletar.

Assim, a época mais fértil para obtenção de fundos é normalmente os períodos de eleições. Políticos de tôdas as correntes e partidos, procuram o Partido Comunista para disputar-lhe o apoio, a pêso de ouro. Êsse fenômeno se explica pela eficiência da máquina de agitação e propaganda que normalmente o Partido Comunista dispõe, pela sua capacidade de aliciamento de grandes massas de simpatizantes, pela sua combatividade e técnica de convencimento popular. O Partido Comunista não vale pelos votos que representa o seu efetivo, mas pelos votos que consegue carrear nas disputas eleitorais.

Nessas condições, o Partido exige, de um modo geral, uma substancial contribuição em dinheiro e em material de propaganda de parte dos candidatos que mereçam o seu apoio. É, por isso, muito comum que inúmeros políticos façam contribuições mensais para o Partido Comunista, sob o rótulo de doações de simpatizantes, visando a obter a simpatia e a boa vontade das direções partidárias por ocasião das eleições.

Êste assunto será melhor desenvolvido em capítulo especial dêste volume. No momento, queremos apenas ressaltar alguns aspectos financeiros. O Regulamento de Finanças do Partido exprime o que representam tais aspectos quando declara textualmente:

> "A atividade financeira partidária se apresenta em seus diferentes aspectos, como um reflexo vivo da realidade do Partido. Em particular, ela reflete:
>
> a) as relações existentes entre o membro do Partido e a Organização a que pertence, assim como entre cada Organização partidária e o respectivo órgão dirigente;
> b) as relações existentes entre os membros, Organizações do Partido, de um lado, e, de outro, os simpatizantes e as massas da classe operária e trabalhadoras em geral."

Obrigações financeiras de membros, organizações e direção do Partido

Todos os escalões do Partido Comunista têm obrigações nas contribuições e na arrecadação dos fundos partidários.

Cada membro do Partido deve "constituir em tôrno de si um grupo de simpatizantes contribuintes". Cada organização, além do contrôle do trabalho financeiro de seus membros, realiza iniciativas e promove empreendimentos financeiros como festas, rifas, tômbolas, conferências, espetáculos, torneios e vendas de livros, revistas, etc.

As contribuições mensais das diversas organizações obedecem aos seguintes critérios regulamentares:

a) cada Organização de base contribui para os Comitês imediatamente superiores com:
   — 80% da arrecadação das mensalidades dos membros e dos simpatizantes;
   — 50% da arrecadação das massas de sua iniciativa.
b) cada Organização Distrital, Municipal, de Zona, de Grande Emprêsa contribui para a Organização superior com uma quota mensal fixa, estabelecida semestralmente, mediante acôrdo;

c) cada Organização Estadual ou Territorial contribui para o Comitê Central com uma quota mensal fixa, estabelecida anualmente, mediante acôrdo.

Além dessas contribuições normais, uma Organização partidária pode estabelecer contribuições extraordinárias, de acôrdo com as necessidades e possibilidades.

Em geral as previsões orçamentárias anuais são feitas no Plano de Construção relativo a cada organização.

A título de exemplo vamos apresentar o ítem Plano de Finanças do Plano de Construção do Comitê Estadual de Minas Gerais para 1963:

"PLANO DE FINANÇAS"

Êste plano de finanças tem por finalidade assegurar os meios financeiros necessários ao funcionamento do Partido na capital (estadual), melhorar o aparêlho de agitação e propaganda, desenvolver o trabalho de educação e garantir o êxito da construção do Partido nos pontos fundamentais:

COTAS

Organismos	*Até agôsto*	*até dezembro*
— Funcionários	15.000,00	25.000,00
— Bancários	25.000,00	35.000,00
— Concórdia	10.000,00	13.000,00
— Ferrobel	6.000,00	10.000,00
— Pracistas	8.000,00	15.000,00
— Secundaristas	8.000,00	15.000,00
— Jornalistas	8.000,00	15.000,00
— Lagoinha	5.000,00	10.000,00
— Construção Civil	3.000,00	8.000,00
— Comerciários	12.000,00	18.000,00
— Motoristas	6.000,00	9.000,00
— Gráficos	5.000,00	10.000,00
— Aeroviários	10.000,00	18.000,00
— Barreiro	5.000,00	8.000,00
— Sagrada Família	3.000,00	5.000,00

— Hidroelétricos	5.000,00	8.000,00
— Pompeia	2.000,00	5.000,00
— Mulheres	3.000,00	8.000,00
— Glória	1.500,00	4.000,00
— Sta. Tereza	4.000,00	8.000,00
— Ferroviários	6.000,00	12.000,00
— Metalúrgicos	6.000,00	10.000,00
— Universitários	15.000,00	25.000,00
— Correios	4.000,00	8.000,00

"Criar a Comissão de Finanças com os companheiros.

Realizar no primeiro semestre três festas de massas, pic-nic, feijoadas, etc.

Para o lançamento da edição mineira de Novos Rumos, conseguir a importância de Cr$ 60.000,00 que deverá ser arrecadada de abril a agôsto. Serão dadas cotas às bases e será elaborado um plano a parte."

Analisando êsse Plano verificamos que foram estabelecidas cotas semestrais para as diversas organizações distritais, de emprêsas e de classes. A dotação para o jornal Novos Rumos obedeceria a um planejamento separado.

O total a arrecadar pelo Comitê Estadual, constitui uma parte da arrecadação de cada um dos comitês intermediários, obedecendo ao critério das cotas fixas, estabelecida no Regulamento.

Assim, o Comitê dos Funcionários deveria contribuir com Cr$ 15.000,00 até agôsto e 25.000,00 cruzeiros até dezembro para o Comitê Estadual. Daí se depreende que êsse Comitê deveria, para suas necessidades próprias, arrecadar importâncias bem maiores do que estas. As contribuições prescritas nêsse plano atingem o total de 175.000 cruzeiros até agôsto e 362.000 cruzeiros até dezembro.

Essas quantias são evidentemente deficientes para o funcionamento do Comitê Estadual que tem inclusive de pagar os vencimentos de seus dirigentes e funcionários. Conclui-se, pois, que êsse Comitê deveria contar com a contribuição de personalidades ou emprêsas simpatizantes, inclusives de políticos como sempre ocorre.

5. AS NORMAS DA AÇÃO CLANDESTINA

A doutrina da ação política dos comunistas, desde os tempos de Lenine, prevê formas gerais de trabalho que se realizam em quaisquer situações: a forma legal e a forma clandestina. Essas duas variedades devem ser plenamente coordenadas e ligadas, visando à consecução dos mesmos objetivos. A proporção de intensidade e graduação entre elas é variável de acôrdo com as condições da época e do lugar.

De maneira geral, os comunistas encaram três situações:

1ª — Quando o Partido Comunista está na clandestinidade, a sua organização é ilegal e o seu trabalho principal é clandestino. Apesar disso deve ser dada especial atenção às possibilidades de utilização de formas legais ou semi-legais, capazes de permitir a construção, preservação, ampliação e coordenação do trabalho com as massas.

2ª — Quando o Partido Comunista está em situação legal e ostensiva, embora não se encontre no Poder, a organização e o trabalho são parte ostensiva e legais e parte, ilegais e clandestina.

3ª — Quando o Partido Comunista está no Poder, sua existência, organização e trabalho são legais, mas algumas das esferas da organização e do trabalho são inteiramente secretos.

Os comunistas consideram como ideal para o Partido o trabalho ostensivo. Acham todavia que o trabalho secreto é necessário, em virtude da existência de numerosos inimigos.

De qualquer forma entre os dois tipos de trabalho deve existir a maior união e coordenação.

A decisão sôbre o que deve ser ostensivo e o que deve ser clandestino depende inteiramente das circunstâncias.

Existe uma publicação, editada pela China Comunista, denominada: "O trabalho ostensivo e o trabalho secreto do Partido". Êsse panfleto consigna as principais normas dêsses tipos de trabalho, as quais resumiremos, a seguir.

De um modo geral prescrevem tais normas:

> "Quando tivermos compreendido verdadeiramente as condições internas e externas do Partido e da classe revolucionária no momento e no local determinado, e que nos encontremos familiarizados com as leis, então seremos capazes de decidir sôbre quais os dispositivos legais que podem ser utilizados para as atividades do Partido e da classe revolucionária, quais as formas de trabalho, organização e luta que podem se realizar abertamente e quais as que não se podem levar a efeito senão em sigilo; em outras palavras, quais as atividades permitidas pela lei e quais as que se devem realizar ilegalmente."
>
> "De um modo geral, o campo legal se reduz quando as fôrças revolucionárias são débeis em sua capacidade de luta e sofrem retrocessos; êsse campo se amplia na medida em que as fôrças revolucionárias se tornam fortes e progressivas."
>
> "O Partido e a classe revolucionária devem, por conseguinte, preocupar-se em obter sempre uma situação legal e ampliar as possibilidades de executar legalmente certas atividades, sempre que possível."

O fenômeno da variação de proporções entre as atividades ostensivas e clandestinas do Partido Comunista pode ser observado ao atentarmos para a situação que imperava no Brasil imediatamente antes de 31 de março de 1964, quando os comunistas haviam obtido um importante grau de infiltração no govêrno. Se compulsarmos os órgãos da imprensa comunista dessa época vamos encontrar referências claras a essas atividades, denunciando expressivamente o fato. Para uma simples verificação basta consultar o jornal NOVOS RUMOS n.º 265 de 27 de Mar a

2 Abr 1964. Nesse número do órgão oficial do PCB encontramos os seguintes tópicos:

— Solidariedade aos marinheiros presos pelo Ministro Silvio Mota em razão de faltas disciplinares.

— Manifesto político do Partido Comunista concitando o povo a intensificar as suas "ações de massa para garantir a vitória do povo, no qual se lê:

"Êste é o momento de lutar pela defesa das liberdades públicas, contra qualquer tentativa de interromper o processo democrático. No terreno das liberdades democráticas não podemos ceder um milímetro siquer. Daqui para a frente, para novas conquistas, como a revogação das leis reacionárias e de quaisquer discriminações ideológicas. Cumpre defender a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, exigindo a revogação do decreto 9.070. Reivindicar a anistia ampla, para todos os presos e processados políticos. Exigir a existência legal de todos os partidos, inclusive o Partido Comunista."

— Notícia da Comemoração do Aniversário do PCB, cerimônia realizada ostensivamente na Associação Brasileira de Imprensa, na qual Prestes declarou que a Mensagem Presidencial sôbre as reformas "deve ser levada às fábricas para que os operários a discutam e a partir dessa discussão intensifiquem a luta pelas reformas".

— Publicação, em suplemento especial, das Teses para a Discussão do VI Congresso do Partido Comunista.

— Artigo do dirigente comunista Moisés Vinhas sôbre a necessidade de legalização do Partido Comunista, no qual se lê:

"Na atualidade mundial e nacional, é necessária, mais do que nunca, para o nosso povo a plena ação legal do partido dos comunistas."

— Artigo sôbre a III UNE Volante, integrada por estudantes comunistas que realizariam uma viagem por todo o País de propaganda ideológica.

— Programa da Frente Popular constituida para englobar em uma Frente-Única, liderada pelo Partido Comunista, as chamadas fôrças populares que apoiavam o govêrno conduzindo sistemàticamente o País a um regime

socialista. Essa Frente se sobrepunha aos partidos políticos e contava com a anuência do govêrno que passaria a ser por êle tutelado. A simples leitura dêsse Programa evidencia os objetivos indisfarçáveis de uma associação que visava conduzir o Brasil ao domínio do comunismo internacional.

Êstes são os principais tópicos encontrados em um simples número de um jornal comunista, ostensivamente. São indicações seguras de extensão da penetração comunista nêsse período histórico da vida brasileira.

As normas do trabalho secreto:

As normas para o trabalho secreto e clandestino do Partido Comunista constituem o fruto de longos anos de estudo e experiência mundial.

> "O trabalho secreto do Partido, dizem essas normas, deve ser realizado por especialistas (principalmente revolucionários profissionais) e não deve ser, em geral empreendido por aquêles que se ocupam do trabalho ostensivo. A forma secreta de trabalho dentro do Partido é completamente diferente da forma ostensiva de trabalho. Os trabalhadores clandestinos não devem, como regra, revelar a sua identidade ante as massas, nem tão pouco, dirigir diretamente a luta das massas. Devem ocultar-se, persistentemente, no trabalho difícil, durante um longo tempo."

O trabalho secreto exige severa disciplina, cuidado e estrito cumprimento de tôdas as prescrições de segurança que o presidem. As seguintes regras gerais devem ser observadas:

1ª — Cada militante e cada dirigente deve conhecer apenas o que tem de saber e não o que seja possível saber.

2ª — Devem existir regulamentos pormenorizados que prescrevam as relações de cada organização ou militante do partido com outras organizações ou mi-

litantes, de escalão superior ou inferior. Não serão permitidas relações laterais, além das que sejam prescritas.

3ª — Devem ser estabelecidos códigos secretos, chaves de têrmos para designar pessoas, organismos, sinais, locais, etc.

4ª — A exceção do que devem ser transmitidos de acôrdo com os regulamentos, tôdas as matérias discutidas em reuniões partidárias não devem ser reveladas a ninguém pelos que participaram das reuniões aludidas.

5ª — Nenhum nome de pessoa, lugar ou cifra deve aparecer nos informes e comunicações escritas. Não deve ser guardada nenhuma ficha de militantes ou dirigentes. Quando fôr necessário realizar anotações escritas, devem ser usados códigos.

6ª — Não deve existir, em princípio, nenhum documento secreto do Partido. Em caso de necessidade, êsses documentos não devem revelar as pessoas encarregadas do trabalho secreto e devem ser queimados imediatamente após a leitura. Nas publicações e literatura do Partido, nenhum segrêdo deve ser revelado.

7ª — As organizações secretas devem ser pequenas, compactas e eficientes. Todo o cuidado deve existir para evitar as organizações grandes e dispersas. Deve ser evitado o contato desnecessário entre os militantes.

8ª — Cada militante deve fazer todo o possível para preservar sua situação legal, para assegurar que a sua atividade seja conhecida pelo menor número de pessoas e evitar que a sua família e a sua história pessoal sejam desnecessàriamente conhecidas por outros militantes.

9ª — Não deve ser feita nenhuma comunicação geral dentro do Partido sôbre a forma secreta do trabalho partidário.

10ª — Não deve ser confundido o palavrório revolucionário destituido de objetivos práticos, com a propaganda do Partido. O primeiro deve ser combatido

ao passo que a última é constantemente necessária para disseminar a posição política partidária.

11º — Não deve ser solicitado aos militantes incumbidos do trabalho legal tarefas não permitidas pelas circunstâncias a fim de que não se criem dificuldades pela contradição entre o conteúdo ilegal dessas tarefas e a forma legal, e pela necessidade de contatos entre as frentes legal e a clandestina do trabalho partidário.

12º — Se o Partido se encontrar na completa ilegalidade o centro de gravidade de seu trabalho deve ser deslocado para os ramos secretos nas fábricas, oficinas e zonas rurais. Nesse caso deve ser feito todo o possível para colocar nesse trabalho clandestino os militantes que tenham capacidade para dirigir e para reduzir, o mais possível, sua dependência da direção dos organismos dirigentes secretos mais elevados.

Normas de utilização das possibilidades legais por um Partido ilegal.

Embora o Partido Comunista como organização esteja na ilegalidade e clandestinidade, existem sempre possibilidades para que membros executem individualmente ou em determinados grupos atividades de caráter legal, mas que redundam em benefício do Partido.

As normas estabelecem que nessas atividades os militantes devem tomar tôdas as cautelas para que não se exponham inùtilmente.

"Se se puderem utilizar, ampla e adequadamente, tôdas as possibilidades legais para que os membros do Partido participem em todo tipo de atividades sociais ostensivas e semi-ostensivas, então existem objetivamente muitas possibilidades legais que podem ser utilizadas, embora esteja o Partido completamente na clandestinidade."

Os militantes procuram nesse caso participar ativamente de inúmeras atividades para penetrar profundamente nos grupos,

manter contato com grandes massas, e controlar organizações sociais, instituições e publicações, ostensivas e legais.

Os comunistas consideram essa ação muito necessária e importante porque cada associação penetrada e dominada pode converter-se em um ponto de apoio do Partido entre as massas. Isso assegura também a preservação das organizações secretas e impede o isolamento do Partido em relação às massas.

A utilização das possibilidades legais significa para o militante o encargo de associar-se a tôdas as organizações e instituições legais, sem preocupar-se com o grau de contrôle inicial dos não comunistas.

Recomendam as instruções que as possibilidades devem ser também utilizadas para criar-se tôda a espécie de organizações e instituições legais "cinzentas" e procurar, dentro dos limites legais, apoiar os interêsses e dirigir as ações das massas.

Para tais objetivos devem ser adotadas as seguintes normas:

1º — Os comunistas devem ingressar nas organizações e instituições legais mediante procedimentos corretos.

2º — Devem assumir uma posição social e aparência adequadas, adotando a forma de trabalho, o estílo, a indumentária e o sistema de vida privada que estejam de acôrdo com êsses aspectos.

3º — Devem adotar as formas de ação ostensivas e legais que melhor se adaptem às circunstâncias para conduzir o seu trabalho, dirigir as lutas de massas e atender as diretivas de organização partidária. Não devem ultrapassar os limites da legalidade. Não devem imitar o procedimento interno do Partido.

4º — Devem ser capazes de utilizar as contradições entre os diferentes grupos das fôrças adversárias, de oporse, por meios próprios e legais, aos dirigentes dessas organizações e instituições e de manter, ao mesmo tempo, uma aparente amistosidade com os mesmos.

5º — Devem aderir honestamente às tarefas originais dessas organizações e instituições (sempre que essas tarefas não interfiram com os objetivos práticos da revolução comunista) e fazer o possível para preservar a situação legal dessas organizações.

6º — Devem manter os contatos necessários com as organizações secretas do Partido e submeter-se à direção e vigilância do mesmo. Êsses contactos devem reduzir-se ao mínimo necessário.

A utilização da legalidade garante aos comunistas infiltrarem-se e esconderem-se no seio das organizações e instituições, realizar por meios legais o trabalho partidário e disfarçar o trabalho das organizações secretas.

À medida que se amplia o trabalho ostensivo, diminui-se a extensão e o efetivo das tarefas secretas.

As instituições recomendam, outrossim, a coordenação entre os militantes que trabalham em várias camadas sociais. Assim, os que funcionam no trabalho ostensivo das camadas elevadas devem ajudar e ocultar os que realizam o trabalho secreto, nas camadas sociais diferentes, enquanto êstes, por sua vez, devem apoiar e ajudar aos primeiros. Um exemplo dêsse fato é a coordenação entre os elementos do Partido que atuam no parlamento e os que atuam fora dêle.

Os comunistas de um Partido na clandestinidade não podem prescindir do trabalho ilegal. Qualquer idéia de legalismo é considerada como liquidacionismo porque, nêsse caso, a forma principal de luta do Partido e da classe revolucionária é a ilegal. "Repelir o trabalho secreto e a luta ilegal é, na realidade, liquidar o trabalho do Partido e o próprio partido".

6. O TRABALHO DE EDUCAÇÃO

Uma das bases da construção do Partido Comunista é o denominado trabalho de educação que consiste na doutrinação e capacitação político-ideológica dos militantes e dos quadros dirigentes, em todos os escalões, com o objetivo de assegurar a formação e o aperfeiçoamento de ativistas do marxismo-leninismo e de líderes capazes de empreender as ações partidárias nos diversos setores da organização.

O PCB, como qualquer PC em todo o mundo, dedica especial atenção a êsse trabalho que é realizado da forma sistematizada em cursos e escolas, distribuidas normalmente em três graus de ensino: básico, médio e superior.

O trabalho de educação é uma tarefa específica e inconfundível do Partido. É graças a êle que essa organização sobrevive, mantendo e ampliando os seus quadros, preparando-os para tarefas gerais ou especiais.

O marxismo-leninismo é uma filosofia complexa, não está ao alcance de elementos incultos. Através do trabalho de educação a ideologia é instilada gradualmente na mentalidade dos indivíduos selecionados pelo Partido, tornando-os entusiastas incondicionais dessas suas promessas.

Apolonio de Carvalho, em artigo para a revista: "Problemas da Paz e Socialismo" (nº 12 — dezembro 1963), apresenta a resolução do PC para o trabalho de educação, decidida no V Congresso:

> "A Convenção Nacional de setembro de 1960 (V Congresso) definiu, ante os comunistas brasileiros, a tarefa de uma viragem ampla e de um esfôrço regular e crescente no sentido de sua educação ideológica e política.

A nova orientação traçada implicava numa compreensão nova do papel e das responsabilidades da vanguarda comunista no conjunto de nossa sociedade. Ela impunha, assim, um esfôrço nôvo, contínuo e regular pelo conhecimento de nossa ciência social marxista-leninista, em estreita unidade com o estudo e o conhecimento da realidade brasileira, em seus domínios econômico, político e social. Ao trabalho ideológico cabia assim antes de tudo, estimular a ação política dos comunistas, sua integração contínua com os problemas da classe operária e do conjunto do povo, como conhecedores de nossa vida social e portadores de soluções justas e viáveis para seus problemas, elaboradas à luz das leis de nosso desenvolvimento, de nossa peculiaridade e tradições. Daí decorriam suas duas características principais: a assimilação dos princípios gerais do marxismo-leninismo e o estímulo à sua aplicação criadora, nas condições concretas de nossa realidade social."

Houve assim, a partir do V Congresso, um nôvo impulso na tarefa de doutrinação ideológica e política das massas que, há já algum tempo, se vinha debilitando.

O artigo mencionado faz um histórico sôbre a evolução dessa nova fase:

"O primeiro passo foi a sistematização das experiências já realizadas, nêsse sentido, em 1959 e 1960. Foi possível, assim, definir um primeiro e modesto sistema de trabalho ideológico e, passar a um plano regular de cursos, palestras e conferências.

Num período de crescimento relativamente rápido das fileiras comunistas, era necessário começar pelas noções elementares concernentes à realidade nacional e a seus problemas, a suas soluções efetivas no domínio econômico e político e às características da classe operária e de seu partido marxista-leninista. Surgiu, assim, o pequeno ciclo de 7 palestras a que se chamou Curso Básico, com a análise sucinta da realidade econômica e social do país, o caráter de nossa época, a nova orientação política e o papel da vanguarda comunista junto às massas trabalhadoras e ao conjunto da nação.

Ao mesmo tempo, tornava-se indispensável atender às necessidades e exigências de estudo em formação dos qua-

dros intermediários, estimular e desenvolver a formação de propagandistas, ajudar aos setores caracterizados por um rítmo impetuoso de crescimento. Assim se organizou o curso de preparação ideológica e política (também chamado Curso Médio) que viria a constituir um segundo escalão bem definido no sistema de preparação ideológica.

Seu programa geral abrange 4 grupos de temas, ìntimamente entrelaçados: uma parte teórica, com noções sôbre Materialismo Histórico e sôbre Economia Política do capitalismo e do socialismo; uma parte dedicada à realidade brasileira, com sua estrutura econômica, política e social; um terceiro grupo de temas sôbre a nova linha política, aprovada na Convenção Nacional, finalmente a teoria, os princípios e características de um partido político revolucionário da classe operária. Nêste primeiro semestre, terão passado por êste curso cêrca de 200 quadros, embora sua aplicação efetiva esteja pràticamente reduzida a S. Paulo e à Guanabara. Daí, a necessidade de uma preocupação muito maior com a formação de propagandistas e professores, a fim de atendê-lo ràpidamente ao conjunto do país."

Mais adiante, o articulista manifesta as suas previsões sôbre o desenvolvimento dêsse trabalho:

"Espera-se que até o fim de 1962, êste sistema de cursos e conferências esteja consolidado e em plena descentralização. É ainda muito pouco. Mas constitui já uma atividade regular, planificada, voltada para objetivos bem definidos, a serviço da assimilação e da aplicação da linha política e uma resposta inicial à sêde de estudo e conhecimentos dos comunistas em nosso país. Com isso, será menos difícil enfrentar, em futuro bem próximo, o problema da verdadeira formação teórica dos quadros, no nível exigido pelas tarefas e circunstâncias atuais."

As Teses para Discussão do VI Congresso consignaram a relevância dessas atividades, estabelecendo uma orientação geral futura:

"O trabalho de educação é um aspecto fundamental da construção do Partido. Interrompido em 1956, em virtude

das conhecidas circunstâncias da luta interna, o trabalho de educação foi reiniciado, de modo sistemático, em 1961, tendo produzido, a partir de então, resultados positivos. Já alguns milhares de militantes passaram por diversos cursos. Alguns comitês estaduais tomaram medidas concretas para dar ao trabalho de educação um caráter planificado e organizado.

Cumpre reconhecer, porém, que o trabalho de educação continua a ser, com poucas excessões, um dos setores mais deficientes e subestimados da atividade das direções. Estas, inclusive o Comitê Central, ainda não souberam, em geral, superar o vício do praticismo tradicional em nosso Partido. A despreocupação com a formação ideológica dos militantes de vanguarda torna o Partido vulnerável às ideologias estranhas à classe operária e dificulta a assimilação e aplicação correta da nossa linha política. Entretanto, como a prática tem comprovado, alí onde o trabalho de educação se realiza de modo regular, consolidam-se as organizações partidárias, aumenta o número de militantes e de ativistas e melhora a atuação política do Partido.

O nosso trabalho de educação se ressentiu, no passado, de grande influência do dogmatismo. Nas condições atuais, o trabalho de educação deve ter por objetivo o ensino da teoria marxista-leninista, sempre em ligação com os problemas concretos da luta política e ideológica em nosso País. O trabalho de educação deve incentivar a firme adesão aos princípios de nossa doutrina e o espírito criador na aplicação dêsses princípios à pesquisa da realidade nacional, em seus vários aspectos. O conhecimento da grande doutrina de Marx, Engels e Lênin é o insubstituível instrumento de que dispomos para participar com êxito do intenso debate das idéias em curso no País.

A criação de comissões de educação, com caráter estável, em todos os comitês estaduais e nos comitês municipais de maior importância, constitui medida indispensável e inadiável. Nas demais organizações intermediárias e onde fôr possível, nas organizações de base, devem ser escolhidos encarregados de educação.

Um dos elos, principais do trabalho de educação está no corpo de professores, na sua quantidade e, sobretudo na sua qualidade. Em regra, é útil que os próprios dirigentes mais responsáveis dediquem uma parte do seu tempo à atividade letiva. O fundamental consiste, porém, na formação de professores especializados, selecionados de modo criterioso, tendo em vista a firmeza ideológica e política aliada à capacidade intelectual. É indispensável zelar para que o conteúdo dos cursos se baseie fielmente nos roteiros autorizados, sem que isto leve a cercear a sua utilização criadora pelos professores, com base nos princípios do marxismo-leninismo e na linha política do Partido. A realização dos cursos e palestras pressupõe, além disso, a existência de condições materiais satisfatórias, que precisam ser asseguradas pelas direções.

O trabalho de educação não deve desenvolver-se de modo espontâneo, na direção mais fácil, porém se orientar para os setores fundamentais da política de concentração do Partido, cabendo dar ênfase à formação de quadros operários e camponeses.

A realização de seminários sôbre questões teóricas e temas da realidade nacional, o estímulo ao estudo individual e à formação de círculos de estudo coletivo, a organização de bibliotecas — eis outras tarefas da frente de educação, que precisam ser levadas à prática.

O interêsse pelo estudo do marxismo ultrapassa, hoje, largamente, as fronteiras do Partido, como o demonstram os cursos de filosofia marxista e as conferências e debates sôbre temas da realidade nacional realizados nos auditórios das faculdades, dos sindicatos e de outras entidades. Isto torna oportuna a criação de instituições culturais de orientação marxista, voltadas para o amplo público, capazes de intervir com êxito no debate ideológico, de estimular e organizar pesquisas e de ganhar círculos consideráveis da intelectualidade para as posições do materialismo dialético e histórico. A êste respeito, é imprescindível que o Comitê Central supere o atraso na formulação de uma política específica para o trabalho com a intelectualidade."

O esfôrço de expansão das atividades de doutrinação político-ideológico se realiza dentro de um plano internacional. Na

União Soviética criaram-se inúmeras universidades populares frequentadas por milhares de alunos de tôdas as nacionalidades. M. Ivanov, em um artigo na revista anteriormente citada, declara:

"As universidades populares de cultura, organizadas à base dos princípios da atividade social, apresentaram-se como forma eficaz de propaganda da ideologia marxista-leninista, de educação estética e ideológica das massas e de difusão dos últimos adiantamentos da ciência, da técnica e da experiência de vanguarda. Nelas, muitos milhares de cientistas, especialistas, escritores e artistas transmitem desinteressadamente seus conhecimentos aos trabalhadores. Nas universidades de cultura organizam-se ciclos de conferências sôbre diferentes ramos do saber e se realizam seminários, debates, colóquios e visitas a diferentes exposições e a emprêsas de vanguarda. Na URSS vão a mais de 6.400 as universidades populares de cultura, que proporcionam conhecimentos variados em consonância com as crescentes inquietações espirituais das massas. No presente ano acadêmico funcionarão em Moscou mais de 200 universidades populares de progresso técnico, conhecimentos econômicos, culturais, ateísmo científico, direito e experiência de vanguarda, a cujos cursos assistirão dezenas de milhares de pessoas."

A China Comunista emula-se com a União Soviética na disseminação da doutrina comunista em cursos para alunos estrangeiros.

As indicações para êsses cursos, na Rússia e na China Comunista, são feitas normalmente pelos Partidos Comunistas locais. Todos os deslocamentos e a manutenção dos estudantes no exterior são feitos à custa daqueles países que intensificam o ensino consoante as necessidades da revolução comunista nos locais de origem dos alunos. Algumas vêzes são criados cursos especiais para um determinado país visando a um determinado objetivo revolucionário.

Ao regressarem às suas pátrias, os estudantes formados pelas escolas soviéticas, chinesas ou cubanas passam a desfrutar de especial prestígio.

A oportunidade dos cursos políitco-ideológicos em países do Mundo Comunista fornecem aos órgãos de informações dêsses países a oportunidade de obterem dados a respeito das possibilidades das nações do Mundo Livre, através de questionários respondidos pelos alunos, que se constituem em veículos voluntários ou involuntários da espionagem vermelha.

Os estudantes, preparados ideològicamente, regressam muitas vêzes com missões especiais que lhe são atribuidas pelos órgãos de direção do movimento comunista internacional.

Todos os recursos são utilizados para o envio dêsses estudantes, inclusive o uso de passaportes falsos e de países intermediários de trânsito.

Não existe no Mundo Livre nada que se compare, em matéria de educação político-ideológica, à organização que os comunistas estabeleceram para a impregnação e a disseminação de sua doutrina através de um eficiente sistema erucativo.

A) *As Escolas do Partido no Brasil:*

Há alguns anos atrás, o Partido Comunista estabeleceu um sistema de "escolas" que funcionavam sob a orientação direta dos órgãos de direção estaduais, ministrando diversos cursos de duração variável para vários graus de capacitação. O seguinte relatório, constante do trabalho: "Aspectos da atividade do Comunismo em Pernambuco", da Secretaria de Segurança Pública dêsse Estado, descreve as características gerais de alguns daqueles estabelecimentos que funcionaram vários anos formando militantes e dirigentes partidários:

> "As normas para funcionamento das Escolas do P. C. estavam previstas em documentos distribuídos pelo C.C., onde se afirmava, de início que: "As escolas do Partido têm como objetivo elevar ou completar a educação teórica e política de nossos quadros, mediante o estudo da teoria marxista-leninista e através da aprendizagem de um justo método de estudo e de trabalho, método que contribui grandemente para formar o caráter dos militantes". Melhor seria dizer-se na última oração, da transcrição supra, que o método contribui grandemente para deformar o caráter dos militantes.

Em seguida, dizem naquele documento, que as Escolas têm uma dupla finalidade: "a) uma função instrutiva (ensino da teoria marxista, da aplicação dessa teoria à realidade nacional, etc.); b) uma função educativa (formação do caráter através do estudo, do trabalho etc.)", concluindo-se que "uma escola do Partido deve ser ao mesmo tempo uma escola de teoria, uma escola de combate e de formação do caráter".

Os cursos ministrados tinham a duração de 7, 11, 15, 20 e 30 dias, de acôrdo com sua importância, sendo os programas prèviamente estabelecidos, com aulas teóricas e práticas, dadas pelo diretor da Escola e um grupo de professores escolhidos pelo Comitê Regional. Os programas eram organizados pela direção nacional do Partido, cabendo-lhe, também, aprovar a escolha dos professores, ditar as normas para as aulas, enfim, tudo era feito de acôrdo com o Comitê Central.

As Escolas funcionavam sob o regime de internato, com normas das mais rígidas. A vida coletiva do internato estava regulada pelo Partido, constituindo-se uma direção para o "coletivo" e as Comissões de Vigilância e Disciplina, de Estudos, de Higiene e Alimentação e do Jornal Mural.

O regime escolar incluía 9 horas úteis de trabalho diário, distribuídas entre aulas e estudos, iniciando-se às 8 e terminando às 21,30 horas de cada dia. Uma sabatina geral, procedida um dia após a realização da última aula, finalizava o curso tendo-se ainda uma reunião de crítica e auto-crítica.

A seleção dos alunos também merecia um critério especial, sendo as condições mínimas as seguintes: "a) ser militante responsável e haver demonstrado sua capacidade de realização; b) a idade não deve ultrapassar a 40 anos; c) ter um tempo mínimo de Partido de um ano; d) não haver após sua filiação ao Partido, cometido qualquer ato, ou tomado qualquer atitude contrária aos interêsses da classe operária; e) capacidade intelectual para participar de um curso; f) deve-se, enfim, exigir uma biografia de cada camarada proposto para participar do curso. As bio-

grafias devem ser examinadas pela direção a quem cabe a aprovação final da lista dos alunos com a assistência de comissão nacional de educação".

Entre nós, após aquela seleção, os alunos eram encaminhados às Escolas ou "aparêlhos" em carro, com os olhos vendados e de preferência à noite. Inicialmente, o carro, após apanhar os estudantes, rodava por várias ruas da cidade, a fim de desorientá-los, e, em seguida rumava para os "aparêlhos", que eram preferencialmente localizados em bairros muito afastados do centro e longe da rua principal, ficando alí encerrados durante todo o período do curso. A condição internacional dos diversos alunos variava muito, desde o analfabeto até aquêles com instrução superior (bacharéis em direito, médico), situação esta aproveitada para reuní-los, indiscriminadamente, em grupos de estudo, a fim de obter resultados uniformes. Não há dúvida que os intelectuais tinham maiores responsabilidades, mas os analfabetos e os operários em geral ouviam as aulas, participando dos debates, dentro de suas possibilidades.

As casas destinadas às Escolas, no Recife, eram conservadas rigorosamente fechadas, não podendo os alunos descobrirem suas localizações, tendo sempre exiguidade de espaço.

Os cursos tiveram, na prática, sempre resultados negativos. A falta de área compatível com as necessidades, a desorganização do coletivo, a deficiência dos professores, a insuficiente base cultural de muitos alunos, ou a irresponsabilidade de outros, foram os motivos dos fracassos. Num e noutro curso surgiram desarmonia entre professores, mau tratamento por parte dos dirigentes, displicência de outros, namôro de alunos e até tentativas de práticas homossexuais, tendo havido, muito certamente, a prática de atos sexuais, conforme podemos tomar conhecimento através de diversos relatórios que apreendemos."

Em S. Paulo, na mesma época foram descobertos atividades do Partido Comunista, relativas ao funcionamento de Escolas do Partido. O Departamento de Ordem Política e Social daquêle

Estado, em longo relatório, apresentou uma farta documentação sôbre o assunto, expondo a minuciosa sistematização do ensino clandestino do comunismo. Consigna êsse relatório, em sua introdução:

"Como já é do conhecimento público, no dia 12 de Maio de 1954, foi detida na cidade de Campinas a jovem CLARA CHARF, no momento em que transportava vários pacotes e malas. Verificou-se, posteriormente, que tais pacotes e malas continham numerosos documentos relacionados com as atividades do Partido Comunista do Brasil em nosso Estado.

Ulteriores diligências positivaram que a mesma havia sido incumbida, pela alta direção do P.C.B., de montar uma escola comunista na região de Campinas, com alunos procedentes de cidades circunvizinhas, num total de 90, inicialmente. Para tanto, seria auxiliada por outro "professor", apenas conhecido pelo vulgo de "Mendes" e que, no momento da diligência que culminou com a detenção de Clara, conseguiu fugir à ação policial, encontrando-se foragido. Procedendo-se ao exame dos documentos encontrados em poder de Clara Charf, positivou-se, imediatamente, que os mesmos se prendiam, realmente, à escola a ser instalada, porquanto tratavam, realmente, quase que exclusivamente, do assunto.

Foram encontrados em poder da detida, por exemplo, cêrca de 15 cadernos, manuscritos, contendo, todos êles, matéria didática, relativa ao "ensino" das táticas comunistas, bem como numerosos outros documentos, datilografados, com a mesma finalidade. Outros, em menor número, nos deram conta das atividades do Partido Comunista, relativamente à arregimentação das hostes vermelhas.

Juntamos a êste relato, alguns dos documentos, fielmente copiados dos seus originais, e que passaremos a apreciar em síntese.

O documento sob o número 1, por exemplo, que, por sinal é extenso, compondo-se de 134 fôlhas, foi copiado de um dos cadernos que se encontravam em poder de Clara

Charf, por nós reputado o mais importante. Tem êle o título: "Metodologia" e sub-títulos:

"A vida interna das escolas do P. — Sumário"
"O que é uma escola do P."
"A direção da Escola"
"O Corpo de Alunos"
"O regimento interno"
"A vida coletiva"
"O programa de trabalhos"
"Conclusões".

Na realidade não é um só documento. Numeramo-lo como uma só peça, porque êle fazia parte de todo o caderno. Se compõem de vários capítulos, e contem assuntos diversos, sendo todos, entretanto, matéria para Aula. Destacamos os seguintes capítulos:

"A Moral Comunista"
"Importância histórica do XIX Congresso do PCUS"
"Dois campos no mundo de após guerra"
"O XIX Congresso do PCUS e as tarefas do nosso Partido"
"Os Seminários dos Ativistas do Partido e dos Sovietes para Estado da Teoria Marxista-Leninista"
"Tarefas do Trabalho de Educação"
"A Educação Marxista-Leninista nos Partidos Comunistas e Operários"
"Intervenção de Encerramento do Ativo Nacional de Construção do Partido, sôbre o contrôle da Segunda Etapa do Plano Stalin de Recrutamento"
"Encerramento do ativo nacional de balanço do Plano Stalin"
"Sôbre o Projeto de Estatutos"
"Palestra sôbre o Projeto de Estatutos do P.C.B."

Destacamos dêsses documentos vários de seus capítulos, a saber:

"O que é uma escola do P." De sua leitura constata-se a meticulosidade do Partido Comunista em explanar o assunto, bem como realçar a importância da Escola, com suas funções instrutivas e educativas para o membro do Partido.

Sôbre "Moral Comunista", destacamos os seguintes tópicos:

"A Moral Comunista é um conjunto de regras e normas que determinam a conduta dos militantes do P. em s/luta pela revolução" — "Assim o militante comunista deve seguir os preceitos da ética comunista, enquadrar sua vida de acôrdo com a revolução". Com êsse preâmbulo, com essa catequese profunda sôbre a moral comunista, o caderno prossegue na explanação dos vários problemas focalizados pelo comunismo internacional, no sentido de revolucionar as massas, às quais se pretende conduzí-las à revolução, por etapas. Os ensinamentos contidos nesse caderno, destinados a "formar" os quadros comunistas mais ativos para a luta, já têm sido aplicados em outros setores, porquanto outras escolas já funcionaram em nosso Estado e no Brasil. Essa luta, por exemplo, preconizada nas aulas que deveriam ser ministradas aos alunos de Campinas, é um fato. Observamos, durante o longo período de tempo em que militamos na Polícia Política de S. Paulo, que a luta pelas greves, pela organização dos organismos de base (em fábricas, grandes indústrias e etc.), bem como pela formação dos "Comitês" pró "Frente Democrática de Libertação Nacional" nos locais de trabalho, já existe. Cuida-se, agora, apenas de aumentar êsses efetivos, por meio da formação de elementos novos, capacitados à luta e que, nas "Escolas" do Partido Comunista do Brasil, aprendam melhor a tática de infiltração, propaganda, arregimentação e agitação.

É isto que encerra o caderno a que nos referimos.

O documento de fls. 135, sob o título: "Os Seminários dos ativistas do Partido e dos Sovietes para estudo da teoria marxista-leninista", é uma confirmação das asserções por nós feitas anteriormente. O documento trata das finalidades dêsses seminários (escolas) e cuja finalidade é a formação marxista-leninista dos quadros do Partido, confirmando quanto dissemos a respeito da escola de Campinas, de que seria um "seminário regional", porquanto êsse documento nos revela que os mesmos são criados junto aos Comitês do Partido. Embora o curso dos "seminários" referidos neste documento seja muito mais pro-

longado (cêrca de 2 anos), pouco difere dos cursos das escolas do Partido Comunista do Brasil. Apenas quanto à duração.

O documento de fls. 138 é bastante interessante, pois contém, minuciosamente expostas, quais são as "Tarefas de Trabalho de Educação", ou seja a explanação dos assuntos que fazem parte do programa de ensinamento da Escola. O documento que se segue, de fls. 144, instrui o "professor" como deve ser feita uma sabatina.

O documento de fls. 146, sob o título "A Educação Marxista-Leninista nos Partidos Comunistas e Operários", realça a importância dos cursos de aperfeiçoamento dos ativistas, e cuja finalidade é o aperfeiçoamento e a seleção não só dos combatentes comunistas, como dos "professores", bem como realça a importância, para o Partido Comunista, da boa educação dos componentes dos vários órgãos da organização, obtido nos cursos instituídos, há anos, pelo comunismo internacional orientado por Moscou.

Finalmente, os documentos de fls. 149, 156, 162, 169, 172, 180 e 184, não se referem à Escola Comunista que seria instalada em Campinas. Contêm, os mesmos, informações oriundas de órgãos superiores do Partido Comunista, que dão conta de determinadas atividades do Partido, destacando-se o de fls. 149, de autoria do dirigente nacional Diógenes Arruda, que faz um longo estudo sôbre a situação atual do Partido Comunista do Brasil, seus prós e contras, contendo, ainda uma série de recomendações sôbre como deve agir o Partido de agora em diante para sanar certas falhas que entravam o progresso dos quadros de ativistas.

Destacamos, ainda, o documento de fls. 156, que se refere aos trabalhos realizados pelos comunistas referentes ao "Plano de Recrutamento Stalin". Como se sabe, logo após ao falecimento de Stalin, ocorrido em Março de 1952, o Partido Comunista do Brasil lançou um plano com o título acima, que visava aumentar o quadro de comunistas no Brasil. Baseados em conhecimentos e em estatísticas eleitorais, afirmavamos que, até 1952, o Partido Comunista possuiria aproximadamente 150 mil membros. A direção nacional do Partido, ao lançar o plano em aprêço,

desejou elevar para 500 mil o número de membros do PCB, bem como reforçar ao máximo as suas bases, as chamadas células de fábricas. O documento que ora analisamos nos dá conta do trabalho realizado pelo Partido, relativamente ao "Plano de Recrutamento Stalin". Dêle destacamos um tópico que reputamos importante, e que se refere aos progressos verificados nas bases. Afirma o Partido e somos forçados a acreditar, porquanto, internamente, a direção dessa organização não foge à verdade, bem como não esconde suas debilidades — que "o Partido dobrou seus efetivos e podemos afirmar com precisão que êle começa a se enraizar nas emprêsas". E confessa — de modo apreensivo para nós — que o Partido possui células em 91% das emprêsas de mais de 1.000 operários e 72% em emprêsas de 500 a 1.000 operários. E, quanto a atividade dos comunistas no sentido de levar a cabo o "Plano de Recrutamento Stalin", confessa o documento que êsse trabalho deu resultado em 78% nas emprêsas de mais de 500 operários. Referentemente ao trabalho de aumentar os efetivos femininos, revela êsse documento que, enquanto foram recrutadas apenas 6 mulheres durante a primeira etapa (de janeiro a junho), na terceira (outubro e Dezembro), foram recrutadas 116 mulheres. Afirma êsse documento, ainda, que as lições obtidas da greve de abril de 1953, beneficiaram os quadros do Partido Comunista, pois dêsse movimento sairam bons combatentes, muitos dos quais ocupam, hoje, postos de direção em vários organismos do PCB na região de S. Paulo."

O anexo 2-I-6 (3) apresenta a cópia de um documento apreendido no Estado de São Paulo consignando instruções sumárias sôbre o funcionamento das Escolas do Partido.

B) *Cursos Típicos do Partido Comunista*

a) Curso Básico

O Curso Básico se destina a iniciar a doutrinação política dos militantes do Partido. Um dos últimos cursos básicos do PCB era programado em 7 aulas versando sôbre o assunto geral da Política e Organização do Partido Comunista.

O Programa era assim desenvolvido.

O Partido Comunista, sua política e sua organização:

1ª *aula* —

1) As classes, os partidos e o desenvolvimento social.
2) Os principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil.
3) O desenvolvimento econômico do país.

2ª *aula* —

1) As classes sociais no Brasil.
2) O Estado Brasileiro e o govêrno atual.

3ª *aula* —

1) A nova época em que vivemos.
2) A possibilidade de impedir uma nova guerra mundial.
3) A situação do mundo favorece nossa luta.

4ª *aula* —

1) A necessidade da revolução antiimperialista e antifeudal.
2) O inimigo principal do povo brasileiro e as fôrças que a êle se opõem.
3) A frente única nacionalista e democrática.
4) A direção do proletariado no movimento revolucionário.

5ª *aula* —

1) As soluções imediatas por que lutam os comunistas.
2) Um govêrno nacionalista e democrático — nosso objetivo imediato.
3) A passagem das soluções imediatas às transformações revolucionárias.
4) A possibilidade de um caminho pacífico.

6ª *aula* —

1) Como e porque surgiu o PCB?
2) O partido de vanguarda da classe operária.
3) Dirigir as massas e aprender com as massas.

7ª *aula* —

1) Como é organizado o PC — o centralismo democrático.
2) O que significa ser comunista.
3) A democracia partidária e a direção coletiva.
4) A liberdade e a disciplina no Partido Comunista.

Cada aula compreendia uma explanação e um questionário essencialmente objetivo, comportando perguntas, como por exemplo, as seguintes:

— Por que o Brasil é rico e seu povo é pobre?
— Que tendência representa o govêrno João Goulart-Tancredo Neves?
— Por que é possível derrotar a política de compromisso com o imperialismo e o latifúndio do govêrno atual?
— Por que é necessária uma revolução no Brasil?
— Pode-se afirmar que a revolução no Brasil seguirá, fatalmente, um caminho pacífico?
— Como deve um comunista trabalhar nas organizações de massas?
— Por que deve haver disciplina no PC?

Estas são algumas entre as numerosas perguntas constantes do Curso Básico. Delas, entretanto, se pode depreender o sentido geral prático e eficiente dêsse curso inicial.

b) Curso Médio

O curso médio desenvolve os assuntos com mais profundidade e amplitude. É um curso para dirigentes de regular capacidade.

Um dos últimos programas para o Curso Médio do PCB constava essencialmente do seguinte:

I — A Sociedade em que vivemos

1. O desenvolvimento da sociedade.
2. A luta de classes e o desenvolvimento social.
3. A exploração capitalista.
4. Contradições do regime capitalista.
5. O imperialsmo, etapa superior do capitalismo.
6. O regime socialista.
7. A era em que vivemos.

II — A Sociedade Brasileira

8. A exploração imperialista.
9. O problema agrário.
10. O desenvolvimento econômico do País.
11. As classes, o regime político e o Estado.

III — A política dos comunistas

12. O caráter da Revolução Brasileira.
13. A Frente-Única nacionalista e democrática.
14. O centro da tática dos comunistas. A luta por um govêrno nacionalista e democrático.
15. Os caminhos da Revolução Brasileira.
16. O govêrno atual e a posição dos comunistas.

IV — A teoria do partido marxista-leninista

17. A teoria marxista-leninista.
18. O partido comunista: função do socialismo científico com o movimento operário.
19. Características e princípios de organização do Partido.
20. A política de organização do Partido.

c) Curso Superior

Os cursos de nível superior são, em geral, ministrados na União Soviética ou na China Comunista. Destinam-se à alta direção dos Partidos Comunistas dos países e comportam programas complexos referentes à política, filosofia e economia marxistas-leninistas.

Recentemente, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) constitui-se progressivamente, pela infiltração comunista, no mais alto estabelecimento legal de doutrinação marxista-leninista. Deve-se êsse fato pela conivência ou omissão das autoridades.

O PCB tem, em algumas ocasiões, realizado cursos clandestinos de doutrinação política-ideológica de nível superior, em geral baseado em documentação de orígem soviética. Em 1954-1955 foi levado a efeito um dêsses cursos, cuja documentação foi apreendida, podendo-se então constatar a extensão e profundidade de seu currículo que comportava as 43 aulas, a seguir, enumeradas. O Anexo 2-I-6 (2) apresenta o desdobramento mais pormenorizado dêsse currículo.

1ª aula — As três fontes e as três partes integrantes do marxismo.
2ª aula — O materialismo dialético.
3ª aula — O materialismo filosófico marxista.
4ª aula — A dialética materialista.

5ª aula — O materialismo histórico como ciência.
6ª aula — As condições da vida material da sociedade.
7ª aula — A teoria marxista-leninista das classes e da luta de classes.
8ª aula — A teoria marxista-leninista do Estado.
9ª aula — O papel das massas populares e do indivíduo na História.
10ª aula — A doutrina marxista-leninista sôbre a revolução nos países coloniais e dependentes.
11ª aula — O materialismo dialético histórico, fundamento teórico da política do Partido.
12ª aula — O objeto da Economia Política.
13ª aula — A produção mercante, a mercadoria e o dinheiro.
14ª aula — O capital e a mais-valia.
15ª aula — Acumulação do capital, lucro e crises.
16ª aula — A renda territorial e as relações agrárias no campo.
17ª aula — O imperialismo — etapa superior do capitalismo.
18ª aula — A crise geral do Capitalismo.
19ª aula — Período de transição do capitalismo ao socialismo.
20ª aula — O regime econômico na URSS.
21ª aula — O regime econômico na República Popular da China.
22ª aula — O regime econômico da República Democrática no Vietnam.
23ª aula — O regime econômico da República Popular no Brasil preconizada no programa do PCB.
24ª aula — A luta de Marx e Engels pela vitória do nacionalismo científico no movimento operário.
25ª aula — História do PCUS — Marxismo-Leninismo em ação.
26ª aula — O que nos ensina a História do PCUS.
27ª aula — O que é a Política, do ponto de vista marxista.
28ª aula — O caráter da Revolução Brasileira.
29ª aula — O que é o Programa do Partido.
30ª aula — O que é a política do ponto de vista marxista-leninista.

31ª aula — Os princípios fundamentais da Estrategia e da Tática dos Partidos.
32ª aula — As onze teses do Programa do PCB.
33ª aula — Concentrar o fogo sôbre o imperialismo norte-americano.
34ª aula — A revolução agrária antifeudal.
35ª aula — A burguesia na primeira etapa da revolução.
36ª aula — Nossa luta por um Estado democrático e por um govêrno democrático de libertação nacional.
37ª aula — A Frente Democrática de Libertação Nacional.
38ª aula — Nossas tarefas para levar à vitória o programa do Partido.
39ª aula — As questões fundamentais dos Estatutos do Partido Comunista Brasileiro.
40ª aula — A questão do Partido.
41ª aula — Os problemas atuais da construção.
42ª aula — Como ser um bom comunista.
43ª aula — Moral comunista.

Embora êsse curso já tenha algumas de suas aulas desatualizadas face às evoluções dos acontecimentos nacionais e da política do PCB, a maior parte de seus assuntos, referentes à política, filosofia e economia marxistas-leninistas continuam perfeitamente válidos e nos mostram a profundidade e a extensão dêsses estudos.

C) *Curso de Comunismo na União Soviética*

Deve-se distinguir entre os cursos que funcionam na Rússia e na China Comunista os relativos à capacitação política para dirigentes e os cursos para o ensino, especialização e aperfeiçoamento profissional que são oferecidos, sob a forma de bolsas de estudo, a estudantes estrangeiros, geralmente comunistas, e que são também utilizados como veículos de propaganda e doutrinação político-ideológica.

No presente ítem trataremos apenas dos primeiros.

Os alunos latino-americanos dos cursos em questão são recrutados, não apenas entre elementos dos Partidos Comunistas, como também entre elementos comunistas exilados. Os estu-

dantes são preparados para retornar ao país, clandestinamente
ou não, e exercer, em geral como dirigentes, as atividades par-
tidárias.

Embora existam numerosas escolas de capacitação política
em diversos países da Cortina de Ferro, as principais funcionam
na Rússia e na China Comunista.

Na Rússia a mais importante é a Escola Superior do Partido
Comunista, onde existem cursos para pessoal do Mundo Livre,
com duração de um, dois, três e até quatro anos.

A Escola Superior do Partido vem se expandindo anualmen-
te. Em 1958 avaliava-se a existência de 1.500 estudantes nessa
Escola, sendo 700 russos, 500 provenientes da área socialista e
300, oriundos do Mundo Livre. Nessa época não foi observado
nenhum estudante da China Comunista no referido estabeleci-
mento.

Os estudantes estrangeiros são selecionados pelos Comitês
Centrais dos Partidos Comunistas locais e, em geral, entre os
elementos dirigentes. Algumas vêzes são escalados diretamente
pelo Partido Comunista da União Soviética, tendo havido casos
em que essa designação foi feita sem conhecimento do Partido
Comunista local.

a) *Curso Especial para o PCB*

Entre 1953 e 1957, o PCUS instalou uma Escola em Pashkino,
nos subúrbios de Moscou, cêrca de 56 Km ao norte dessa cidade,
destinada especialmente a comunistas brasileiros.

Segundo o Departamento de Estado Norte-Americano, em
documentação oficial:

> "O ensino partidário para os comunistas provenientes
> dêsse PC (do Brasil) começou em Pushkino em outubro
> de 1953. O primeiro curso para êsses comunistas (em
> número de 13 aproximadamente) tinha se iniciado em
> junho daquele ano nas vizinhanças de Moscou possìvel-
> mente na Escola Superior do Partido. Sòmente os segun-
> dos e terceiros cursos tiveram lugar em Pashkino. Mais
> de 42 estudantes assistiram o segundo curso de outubro
> de 1953 a dezembro de 1954. Cêrca de 51 estudantes foram
> matriculados no terceiro curso, levado a efeito de junho
> de 1955 a junho de 1957. Durante todo êsse período, a

Escola de Pashkino foi utilizada exclusivamente para o ensino de comunistas dêsse PC (do Brasil). O programa do PCUS para o ensino do PC (do Brasil) em escala tão importante foi considerado como motivado, pelas seguintes razões: a) Vários anos antes (1935) o PC havia fracassado em seu esfôrço para apossar-se do govêrno, demonstrando a necessidade de possuir quadros melhores e mais adestrados; b) mais recentemente ainda, a inquietação econômica e as greves no País sugeriram que a oportunidade era propícia a um outro esfôrço do PC; e c) o próprio PC apresentou ao PCUS com exagêro a sua capacidade e a situação "revolucionária" no País. Êsses fatôres contribuíram para uma falha de cálculo soviético em relação ao futuro do PC (do Brasil) e acarretaram um vasto e incomum programa de ensino iniciado em 1963".

"A Escola de Pushkino era administrada pela Escola Superior do Partido e, como esta, estava sob a direção do Comitê Central do PCUS. Todo o corpo discente era constituído inteiramente de professores da Escola Superior. Consoante uma fonte idônea, os cursos dados em Pushkino dobravam os destinados a estrangeiros na Escola Superior do Partido."

O segundo curso ministrado em Pushkino abrangia um total de 1.800 horas de estudo. Os vários assuntos incluiam:

1) Doutrinação Política (42 horas) (uma introdução abarcando as bases do marxismo).
2) História da Rússia (120 horas) (pré-revolucionária e soviética).
3) Geografia Econômica (120 horas).
4) História do PCUS (200 horas).
5) Relações Internacionais (120 horas) (particularmente da União Soviética com outras nações).
6) História do Movimento Proletário (120 horas).
7) Economia Política (200 horas) (Economia marxista e história econômica).
8) Estrutura do PCUS (80 horas).
9) Filosofia (200 horas) (desenvolvimento do materialismo dialético e sua transição para a filosofia econômica de Marx-Engels, Lenine-Stalin).

"O tempo restante era empregado para o estudo da língua russa e palestras eventuais de conferencistas convidados. Era dado um grande relêvo em Pushkino ao estudo da língua russa, que foi realizado do início ao final do curso.

Um informante declarou também que alguns estudantes aprenderam, além disso, a fabricar "coquetel Molotov", a atacar a Polícia e a dirigir a luta de ruas."

"Houve uma grande evolução do 2º para o 3º curso. Algumas alterações resultaram evidentemente dos esforços soviéticos para aperfeiçoar o curso (esforços que podem ter sido ocasionados em parte, por críticas dos alunos). Outras alterações ocorreram imediatamente após o discurso anti-stalinista de Kruschov em fevereiro de 1956. Como grande parte do curso era baseado nos escritos de Stalin, da campanha de "desestalinização" redundou numerosas mudanças nos textos e cursos escolares. As alterações no 3º curso incluíram:

Filosofia. Foi dada maior ênfase na história da filosofia, desde a Grécia antiga até as teorias democrático sociais russas. Tôdas as interpretações estalinistas foram canceladas. O estudo de dialética foi desenvolvido.

História do PCUS: Foi completamente revista. Foi usada a versão de Lênin referente ao período até 1924.

Economia Política: Foi feita uma revisão, cancelando o nome e os escritos de Stalin. No 3º curso o assunto foi desenvolvido com a inclusa do "O Capital" não estudado no 2º curso.

Doutrinação Política: Foi eliminada inteiramente no 3º curso.

História do Movimento Operário: Foi ampliada e melhor organizada.

Estrutura do PCUS: Foi virtualmente eliminada e substituída por uma série de palestras sôbre as outras experiências revolucionárias bolchevistas destinada a habituar os estudantes com as atividades comunistas antes da Revolução."

Além disso foi dada ainda maior importância ao estudo da língua russa. Os cursos de Geografia, Economia, História Russa

e Relações Internacionais permaneceram mais ou menos inalterados.

A título de ilustração apresentamos abaixo a síntese do Programa relativo à História do Movimento Operário:

1) Formação da Classe Operária Industrial
2) Orígem do Socialismo Científico
3) Papel do Proletariado
4) O Movimento Operário Industrial
5) A Primeira Internacional e a Segunda Internacional
6) Conquistas Revolucionárias
7) O Movimento Operário Industrial e a Libertação da China
8) Criação do PC Chinês
9) Luta Pela Unidade do Movimento Operário Industrial Internacional
10) Criação da Federal Sindical Mundial (FSM)
11) Organizações Comunistas Internacionais
12) Características do Movimento Comunista Internacional após a Segunda Guerra Mundial.

"A Escola de Pushkino teve dois diferentes diretores durante os cursos aí levados a efeito. Cêrca de 27 professores da Escola Superior do Partido constituiam o Corpo Discente. Havia três ou quatro intérpretes para a tradução das palestras. O diretor administrativo do Corpo, SINVALOBOV, que visitava periòdicamente a Escola mas não participava do funcionamento, foi identificado como membro de direção do aparêlho central do PCUS e responsável pelo ensino comunista de vários países da América Latina. Alguns outros membros da direção central do PCUS realizaram conferências especiais. O pessoal identificado como membro do Corpo Discente da Escola era o seguinte:

— A. SINVALOBOV — diretor administrativo do curso.
— V. M. KORIONOV — ensinava Relações Internacionais. Fêz vários seminários sôbre futuras atividades dos PCs na América Latina.
— ERMOLAYEV —
— M. DANILEVICH — auxiliar de KORIONOV em assuntos da América Latina.

— ALEXANDER TOKAREV — diretor do 2º curso.
— KOSTOMAREV —
— ANISIMOV — professor de língua russa.
— NINA NIKOLAYEVNA — professora de História Russa.
— MOROZOV — diretor do curso de Economia Política.
— Aleksey MENEYV —
— Rita (de tal) —
— PIVOVAROV —
— PEREZ — um dos intérpretes."

"O diretório dos estudantes em Pushkino era um Comitê composto de 5 estudantes de alta categoria. Êsse diretório era responsável pela disciplina, fiscalização do progresso dos estudantes e crítica de suas atividades. As medidas de segurança na Escola eram adequadas; muitos dos alunos já estavam bem adestrados nessas prescrições. Os estudantes fizeram alguns passeios a Moscou aos domingos, mas não lhes era permitida maior liberdade. O confinamento e a atitude dos soviéticos ocasionou vários episódios de ressentimentos entre os estudantes. Todos êles eram obrigados a usar um pseudônimo enquanto estivessem na Rússia e pelo qual eram reconhecidos na Escola. Os documentos de identidade soviéticos incluiam êsse pseudônimo. Todos os estudantes recebiam 300 rublos por mês. Periòdicamente, elementos de cúpula dos PCs da América Latina visitavam a Escola e informavam os estudantes sôbre os acontecimentos relativos ao país natal e a seu PC. Conduziam também mensagens de volta pelos mesmos estudantes."

Em documento apreendido no PCB, encontramos o seguinte desenvolvimento para o assunto de Filosofia (20 horas):

I — Introdução histórico-filosófica. A luta entre o materialismo e o idealismo na filosofia pré-marxista.

Orígem da filosofia marxista (36 horas):

1) O problema fundamental da filosofia. O materialismo e o idealismo. Duas tendências na filosofia (2 horas)

2) O materialismo e o idealismo na sociedade escravista (6 horas)
3) A filosofia da sociedade feudal (2 horas)
4) O materialismo e o idealismo no período das primeiras revoluções burguesas na Europa (6 horas)
5) O materialismos na França no período de preparação da revolução burguesa do século XVIII (4 horas)
6) A filosofia materialista na Rússia do século XVIII (4 horas)
7) O materialismo e o idealismo na Alemanha em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX (6 horas)
8) O materialismo dos democratas revolucionários russos do século XIX (4 horas)
9) O surgimento do marxismo, reviravolta revolucionária na filosofia (4 horas)

II — O materialismo dialético (48 horas):

10) Objeto da filosofia marxista-leninista (2 horas)
11) A materialidade do mundo. A matéria e as formas de sua existência (6 horas)
12) A matéria e a consciência (4 horas)
13) A dialética materialista e a conexão universal e o desenvolvimento (4 horas)
14) Leis fundamentais de dialética materialista:
    a) Lei da unidade e da luta entre os contrários (4 horas)
    b) Lei de passagem das modificações quantitativas para as qualificativas (2 horas)
    c) Lei da negação (2 horas)
15) As categorias da dialética materialista (6 horas)
16) A teoria do conhecimento do materialismo dialético (6 horas)
17) A obra de V. I. Lênin "Materialismo e Empiro-criticismo", modêlo de desenvolvimento criador da filosofia marxista (6 horas)
18) Crítica à moderna filosofia burguesa (6 horas)

III — Materialismo Histórico (46 horas)

19) O materialismo histórico como ciência (4 horas)
20) As condições de vida material da sociedade (4 horas)
21) As leis que regem o desenvolvimento das fôrças produtivas e das relações de produção (6 horas)
22) A infra-estrutura e a superestrutura (2 horas)
23) A teoria marxista-leninista das classes e da luta de classes (6 horas)
24) A teoria marxista-leninista do Estado e da Revolução (6 horas)
25) As massas populares, fôrça decisiva do desenvolvimento social. O papel do indivíduo na história (2 horas)
26) A consciência social e suas formas (8 horas)
27) Crítica à moderna sociologia burguesa (4 horas)
28) O materialismo dialético e histórico, alicerce teórico do comunismo (4 horas)

IV — Temas para estudos no seminário (70 horas)

1) A luta entre o materialismo e o idealismo na filosofia pré-marxista (7 horas)
2) O surgimento do marxismo, reviravolta revolucionária na filosofia (7 horas)
3) A matéria e a consciência (7 horas)
4) As leis fundamentais da dialética materialista (7 horas)
5) A teoria do conhecimento do materialismo dialético (7 horas)
6) A obra de V. Lênin "Materialismo e Empirocriticismo" (7 horas).
7) As leis que regem o desenvolvimento das fôrças produtivas e das relações de produção (7 horas)
8) A teoria marxista-leninista das classes e da luta de classes (7 horas)

9) A teoria marxista-leninista do Estado e da Revolução (7 horas)

10) A consciência social e suas formas (7 horas)

O escritor Oswaldo Peralva, antigo militante do Partido Comunista, frequentou um curso na Rússia, possìvelmente o do Pushkino, conforme se depreende da sua descrição no livro: "O Retrato", do qual extraímos os seguintes trechos, que confirmam as informações do Departamento de Estado:

"A Escola, em Moscou, para a formação de revolucionários de tipo bolchevista, não se restringia ao ensino dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Através da pressão ideológica e do próprio regime de internato, onde se fazia a apologia da obediência cega, e o endeusamento de tudo que fôsse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interêsses ou vontade que não fôssem os interêsses e a vontade da direção do Partido; que aceitasse voluntàriamente uma disciplina supermilitarizada, sendo capaz de cumprir, sem vacilar, as ordens mais absurdas; que não tentasse pensar, a não ser por meio de chavões, para evitar desvios da linha do Partido, fixada pela direção suprema; que considerasse a fidelidade ante a URSS e o PCUS como "a pedra de toque do internacionalismo proletário", constituindo-se dentro de seu próprio partido num homem de Moscou."

"Os soviéticos consideravam o PCB como um dos partidos mais capazes, na América Latina, de realizar a revolução social. Era o partido mais numeroso desta região, tinha passado pelo "ensaio geral" de 1935 (comparação da insurreição comunista brasileira de 1935 com a revolução russa de 1905, da qual afirmara Lênin ter sido o "ensaio geral" para a revolução de 1917), possuía o único dirigente comunista latino-americano (Prestes) com prestígio extrapartidário, isto é, entre grandes massas populares, dava mostra de combatividade, estava apoiado diretamente no proletariado e seguia fielmente as recomendações do PCUS. Só lhe faltavam, pois ao PCB, quadros marxistas-leninistas devidamente preparados."

"Numa dessas tardes moscovitas, mortalmente cinzentas, saltamos dos dois aviões que nos conduziram de Praga. No aeropôrto, esperando-nos Korionov e seu subordinado Andriei Mikaháilovitch Sivolóbov. Era em setembro de 1953, fazia frio, porém mais fria que o tempo foi a recepção. Não houve sorrisos, nem cordiais boas-vindas, nem qualquer gesto fraternal. O ambiente era o de um pátio de quartel. Ordens ríspidas e curtas cruzavam o ar, e nós agarrávamos a bagagem e seguiamos o chefe mais imediato, um brasileiro, que por sua vez seguia Sivolóbov, que ia atrás de Koriônov. E quando êste, sem se voltar, deu as últimas ordens e partiu em seu automóvel — ordens sibilantes, numa língua que nós não entendíamos — nosso grupo, mudo e atônito, entrou no ônibus e lá se foi, sob o comando de Sivolóbov, como que para o campo de batalha.

Passamos por algumas casas isoladas, por um homem tangendo mansamente duas vacas, divisamos adiante grandes blocos de edifícios, penetramos na cidade, atravessamos o centro, vimos as tôrres do Krêmlin, continuamos, deslizamos para trás algumas aldeotas, até que, com o adensamento das primeiras sombras da noite, um vasto portão se abriu, nos tragou e rangeu atrás de nós.

Era alí a Escola.

Tratava-se de um casarão de dois pavimentos, outrora casa de campo de um governador de Moscou, ao tempo do tzarismo. Alí funcionavam os cursos — especiais para brasileiros — da antiga Universidade Lênin, rebatizada de Escola Superior do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. A sede central era na cidade mesma de Moscou, mas muitos de seus professores se deslocavam diàriamente para outros pontos, onde funcionavam filiais, destinadas a estrangeiros, a fim de alí ministrar aulas, com a ajuda de tradutores.

Pelo menos três turmas de brasileiros, sendo uma antes e outra depois da minha, passaram por aquela escola do PCUS. A primeira teve como sede outro local, mais próximo da cidade, mas as duas últimas funcionaram naquele casarão. Também alí foram dados cursos dêsse gênero e grupos comunistas de diversos países. Alguns

empregados subalternos da Escola deixavam incidentalmente escapar meias informações nêsse sentido: "Ah, vocês são parecidos aos russos — disse-nos certa vez uma ajudante de cozinheira — comem sentados à mesa, como nós; usam garfos e faca, como nós... os camaradas coreanos eram diferentes..."

Nossa turma, a mais numerosa das três, se compunha de quase 50 membros, caracterizando-se por sua heterogeneidade. Entre nós havia gente procedente de todos os cantos do País, pretos e brancos, homens e mulheres, solteiros e casados, trabalhadores braçais e intelectuais, ex-militares profissionais e reservistas de terceira categoria, militantes de células e altos dirigentes do Comitê Central — mas todos funcionários remunerados do pesado aparêlho burocrático do PCB.

Antes do curso pròpriamente dito, passamos por uma curta fase de adaptação, na qual se proferiam conferências sôbre questões as mais elementares do marxismo e sôbre a situação internacional. Alguns professores insistiam em banalidades, supondo que nossa ignorância não tivesse limites. Um dêles, certo dia, depois de referir-se ao "camarada Malienkov", então chefe do govêrno soviético, abriu um parêntese e indagou, cheio de dúvidas, ao tradutor: "Ani znáiut, da?" (Êles sabem quem é, sim?).

Depois é que começaram a ser ministradas as matérias fundamentais: Filosofia, Economia Política e História do Partido Comunista da União Soviética, fazendo esta última as vêzes de Sociologia, pois se considerava êsse compêndio como o próprio materialismo histórico (Sociologia) aplicado na prática. Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos tôda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções — as três maiores revoluções do primeiro quartel dêste século, no mundo: a de 1905-1907, a de fevereiro-março de 1917 e a de outubro-novembro também de 1917. Tôdas as particularidades da tática e da estratégia empregadas nessas revoluções, todos os meios e formas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de "situação revolucionária", a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por

outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso constituía a "arte da revolução" foi compendiado e ministrado em aulas para nós, através dessa cadeira: História do PCUS.

Tínhamos ainda o estudo do russo, considerado de grande importância porque nesse idioma, conforme acentuou um professor, falaram e escreveram "o gênio da revolução proletária, Vladímir Ilítch Lênin, e seu fiel discípulo, o grande Ióssif Vissariônovitch Stálin". E mais: História dos Povos Russos; História Universal do Movimento Operário; e diversas matérias relacionadas com o funcionamento dos partidos comunistas. Havia também o ensino da língua portuguêsa, que estava a meu cargo e de mais dois colegas e à qual quase ninguém ligava importância, a começar por José Souza. A língua oficial, para nós, era o espanhol, pois os soviéticos não tinham tradutores preparados em português. Revezavam-se três tradutores: um espanhol, Pérez, e dois russos — Minieiev e Gália. À medida que o professor falava, o tradutor traduzia para o espanhol.

O estudo era intensíssimo: afirmava-se que o curso abarcava 3 anos, mas fôra reduzido, em algumas partes, para ser dado em metade do tempo. Recebíamos 6 horas de aula por dia, com intervalo de 10 minutos de uma para outra. Iam de 9 às 12 horas, quando se interrompiam para o almôço, prosseguindo às 13 e terminando às 16 horas. Depois disso, havia a *consultátcia* — períodos de meia hora ou uma hora em que os alunos pediam esclarecimentos aos professores sôbre questões obscuras.

Após as *consultátcias*, atirávamo-nos aos dominós (quando em estação fria: inverno, outono) e jogávamos até que a campainha tocava para o jantar. Em seguida ao jantar, dávamos uma volta em tôrno da casa e nos lançávamos ao estudo individual até 10, 11 ou 12 horas da noite. E alguns de nós, furtivamente, depois disso, ainda íamos ouvir rádio, baixinho, até que o diretor, alertado pelos guardas, que vigiavam o prédio e estranhavam a luz acesa na sala, àquelas horas, saía de seu apartamento — distante uns duzentos metros do prédio da Escola, mas

dentro da mesma amurada que cercava tudo — e vinha obrigar-nos a ir para a cama.

Aos sábados à tarde e durante algumas horas de domingo, patinávamos e esquiávamos um pouco, e voltávamos para estudar. No verão, programa semelhante, só que os esportes eram diferentes — dentro do vasto quintal, jogávamos volibol e futebol e andávamos de bicicleta. E de novo o estudo.

Havia horário para tôdas as coisas, e tudo que não fôsse obrigatório, considerava-se proibido.

Essa rigidez, e essa pressa não eram casuais. Os ventos que anunciam tempestade já sopravam no Brasil. "A revolução se aproximava: urgia formar seus dirigentes."

Mais adiante, Oswaldo Peralva narra a influência da Escola nas relações de dependência do PCB ao PCUS. Declara êle:

"Pude verificar, não só como auxiliar da direção do PCB no Brasil, como na Escola, em Moscou, e depois no Bureau de Informação, em Bucareste, a que grau de subordinação tinham chegado as relações do PCB com o PCUS. Antes de partirmos para a Escola, recebemos instruções terminantes de dar tôdas as informações pedidas pelos soviéticos sôbre tudo e sôbre todos, e ao mesmo tempo de nada revelarmos a outros partidos comunistas, mesmo aos das democracias populares.

— Nosso partido não tem segredos para o PCUS — disse Arruda.

Relatórios minuciosos eram fornecidos a Sivolóbov, tanto sôbre o trabalho interno do PCB, como sôbre seu trabalho nas chamadas organizações de massa — sindicatos, associações profissionais, culturais e outras semelhantes.

De uma feita, assistí a Arruda fornecer a Sivolóbov, verbalmente, as mais recentes ocorrências na organização partidária: quem era o nôvo secretário político do Comitê Regional de Piratininga (em São Paulo), por que o outro tinha sido afastado; quantos novos membros foram recrutados no Distrito Federal, e assim por diante. Assisti

também a Sivolóbov dar instruções a Arruda sôbre o desencadeamento desta ou daquela campanha sôbre a organização desta ou daquela iniciativa. Numa das reuniões que participei, em julho de 1956, Sivolóbov deu as seguintes instruções, que Arruda me mandou anotar: 1) Enviar materiais sôbre a história do Brasil, relacionados com a questão da terra no início da Colônia, com a escravidão e feudalismo; 2) Preparar e enviar-lhe um estudo sôbre a indústria de instrumentos agrícolas no Brasil; 3) Preparar nôvo congresso de emancipação nacional; 4) Preparar um congresso do Movimento Nacional Popular Trabalhista, com participação da Liga de Emancipação Nacional e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros; 5) Elaborar um documento programático para o campo, levantando reivindicações que interessem às várias camadas do campesinato, inclusive a construção de uma indústria de instrumentos agrícolas (aproveitando para isso Volta Redonda) e uma indústria de adubos."

b) *Escola Superior do Partido Comunista de Moscou*

Na União Soviética, como em vários países da Cortina de Ferro, funcionam várias Escolas onde se realizam cursos para estrangeiros. A Escola Superior do PCUS em Moscou foi fundada em 1939 e é subordinada diretamente ao Comitê Central daquele Partido. Em 1958 uma publicação do PCUS estabelecia:

> "A missão básica da Escola Superior do Partido é o ensino marxista dos quadros dirigentes que possuem uma educação superior, principalmente técnica, e uma experiência suficiente de trabalho partidário."

Os cursos da Escola Superior são de duas categorias principais: de longa duração (1 a 4 anos) e de curta duração (alguns meses). O ano escolar inicia-se em setembro. Os cursos para estrangeiros são normalmente de um ano. É freqüente porém, no caso dos estudantes latino-americanos, os cursos de 2 anos. Existem casos entretanto de alguns alunos estrangeiros que assistem cursos de até 4 anos.

Um currículo típico para um curso de um ano é o seguinte, a que assistiram alunos provenientes do Mundo Livre em 1957-1958:

1) Economia Política (190 horas)
2) Filosofia, Dialética e Materialismo Histórico (180 horas)
3) História do PCUS (180 horas)
4) Estrutura do Partido (90 horas)
5) Movimento Proletário Internacional (110 horas)
6) Política Externa (da URSS) (50 horas).

Além disso, existem conferências por personalidades eminentes, particularmente sôbre a sua experiência revolucionária.

D) *Cursos de Comunismo na China Comunista*

Na China Comunista existem, curso na União Soviética, várias Escolas de capacitação política, admitindo vários alunos estrangeiros.

A partir de 1958, a China Comunista iniciou cursos especiais para elementos provenientes da América Latina. Nesse ano funcionou um curso para sete estudantes.

A escola localizava-se na Estrada Fushing na Nova Peiping. Todos os edifícios estavam sob a proteção de um muro de mais de três metros de altura com arame eletrificado em sua parte superior. A escola possuia instalações completas. Todos os alunos latinos-americanos foram mantidos em um só edifício. Não havia contacto entre êles com outros estudantes, mas conseguiram observar a existência em outros locais de alguns japonêses, negros e indús. Nesse mesmo curso, no início de agôsto, em virtude do calor e da umidade, os alunos foram transferidos para Port Dairem, em conjunto com seus instrutores e intérpretes.

Os principais assuntos do Curso eram:

1 — História do Partido Comunista Chinês
2 — Problemas da Construção do PCC
3 — A luta armada das massas (baseada nos trabalhos de Máo-Tse-Tung).

Um dos estudantes latino-americanos, após regressar a seu país, escreveu algumas notas a respeito do Curso de 1958, sob o título "Impressões da Realidade da China", sob os seguintes títulos:

1) Alguns aspectos gerais:
   a) O PCC apresenta lições valiosas.
   b) Para se apossar do poder, o PCC não se baseia em experiências conhecidas.
   c) Condições favoráveis ou desfavoráveis para iniciar a luta.
   d) À primeira vista, as vitórias do PCC não pareciam possíveis.
   e) O PCC extrai o valor positivo do valor negativo.
   f) O PCC segue o princípio da revolução interrupta.
   g) Em menos de dez anos, foi construída a base para o bem-estar chinês.
   h) O PCC soube unir as verdades marxistas-leninistas às atuais condições da China.
   i) O PCC amplia e fortalece o campo do socialismo.
   j) Os comunistas e o povo chinês desejam uma paz universal, feliz e duradoura.
2) Sumário da revisão histórica:
   a) No universo, nada é imutável.
   b) Novas características da sociedade.
   c) O povo está comprimido entre duas montanhas.
   d) Caráter da luta dos 100 anos.
   e) Programa e erros da revolução húngara de 1911.
   f) Fortalecimento da classe operária.
   g) Movimento de 4 de maio de 1919.
3) Criação do PCC
4) Dois tipos de contradições de caráter diverso
5) Como resolver contradições
6) A classe trabalhadora na China
7) Combinação dos trabalhos ilegal com o legal
8) Combinação do secreto com o ostensivo
9) Problema do trabalhador agrícola do ponto-de-vista marxista-leninista

10) Existência e lutas dos trabalhadores agrários chineses
11) Reforma agrária na China
12) A cooperativização dos camponeses na China
13) As Comunas Populares
14) Páginas do Projeto de Constituição da República Popular da China
15) Vinte artigos do primeiro capítulo da constituição da RPC.

Os estudantes empreenderam, durante e após o curso, várias visitas à fábricas, cooperativas agrícolas, reservatórios, etc. Estiveram também em Changchun, Shangai e Canlon, bem como na província de Hunan. Foram levados à presença de Chou En-lai que com êles palestrou sôbre a necessidade das relações diplomáticas e comerciais entre a China Comunista e a América Latina.

No início do curso os estudantes receberam um questionário sôbre as condições em seus países de orígem e sôbre a localização dos núcleos de chineses nesses países. Alguns foram interrogados sôbre os serviços de informações em sua pátria.

A partir de 1958, inúmeros cursos têm funcionado na China para alunos latino-americanos.

Para ilustrar ao fato e mostrar a ação do PCB no envio de alunos para êsses cursos, vamos reproduzir alguns trechos de uma correspondência particular apreendida no Estado do Pará. O autor das cartas participava de uma delegação de estudantes com destino à Moscou e a Pequim. Escrevia à sua espôsa a 12 de agôsto de 1961.

> "... estou escrevendo nas vésperas da minha viagem, na sede do Comitê Federal (Comitê Central do PCB). Estou hospedado no apartamento em frente à Praia do Leblon."

E mais adiante:

> "... estou satisfeito com a missão. Nossa delegação é composta de 4 companheiros e 6 moças que vão fazer curso na União Soviética. Somos um paraibano, um de Alagoas,

outro do Ceará e um do Pará. Outros retardaram a viagem. Estou todo o dia no Comitê Nacional. Já tive oportunidade de falar com todos os do Comitê Central. Ainda não falei com o camarada Prestes..."

A pessoa que redige essa carta é um modesto lavrador do interior paraense. Homem inculto e humilde, inteiramente doutrinado pelo comunismo.

A carta seguinte, que enviou para sua família, data de 19 de agôsto, sete dias após a anterior, e já é escrita de Pequim. Como na carta precedente falava em curso na União Soviética tem-se a impressão que o próprio Partido Comunista não informava exatamente o destino final do estudante. Na carta de 19, relata que havia saído do Rio de Janeiro no dia 12, à meia noite, chegando a 19 em Pequim, com escalas na França, Tcheco-Eslováquia, União Soviética e Mongólia. O missivista declara-se satisfeito, embora tivesse "mêdo de viajar de avião". Diz textualmente:

"Estamos alojados com todo o confôrto. Diga ao camarada N. e aos demais que tome em suas (mãos) a luta, porque o socialismo está nas portas da vitória."

A 8 de setembro, em nova carta, informa:

"Até o momento nada nos falta, a disciplina é muito seria aqui nesse colégio..."

A referência à dureza disciplinar é sintomática. O autor remete, a seguir, o seu pseudônimo e o seu enderêço para a correspondência de resposta.

Regressou a 6 de janeiro de 1962, tendo saído de Pequim a 25 de dezembro de 1961. O curso foi, por conseguinte, de 4 meses.

E) *Cursos de Guerrilhas*

No capítulo referente à Ação Violenta trataremos dos cursos para formação de guerrilhas comunistas.

7. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO NACIONAL

Congressos do PCB.

O Congresso (Convenção Nacional) é considerado como o órgão supremo da direção do Partido Comunista. É através dêle que se estabelece a política partidária, normalmente assentada nos seguintes documentos básicos:

— Programa do Partido que fixa os objetivos gerais a atingir.
— Orientação política geral do Partido, sob a forma de uma Resolução Política.

É no Congresso ainda que se elege o Comitê Central, e se verifica a situação econômica do Partido.

Até a data presente foram realizados no PC, 5 Congressos.

O I Congresso, conclave de fundação, teve lugar entre 25 e 27 de março de 1922, no Rio de Janeiro. Sua orientação geral foi a de criar a organização comunista no Brasil e integrá-la no movimento comunista internacional.

O II Congresso, reunido também no Rio de Janeiro, entre 16 e 18 de maio de 1925, procurou completar a estruturação do Partido Comunista e reformulou os seus estatutos.

A partir do III Congresso em 1928 já se define melhor a orientação política do Partido e o conclave assume certa extensão e relêvo. Por essa razão o examinaremos em ítem especial.

1) *O III Congresso*

Astrogildo Pereira, considerado como o mais autorizado historiador do PCB, faz uma análise do III Congresso, em seu livro:

Formação do PCB. Selecionaremos alguns dos trechos dêsse capítulo que representam um resumo característico daquela reunião.

"O Congresso do PCB reuniu-se durante os dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1928 e 1, 2, 3 e 4 de janeiro de 1929, no sobradão de uma chácara situada à Rua Benjamim Constant, em Niterói, onde tinha a sua sede então a Federação Operária do Estado do Rio. Participaram de suas sessões 31 camaradas, dos quais 10 membros da antiga direção, 13 delegados de 6 organizações regionais, 2 da Juventude Comunista, 3 sem direito a voto e outros 3 que assistiram aos trabalhos como ouvintes. Os delegados regionais representavam os Estados de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As organizações da Bahia e de Minas não mandaram delegados. Segundo suas profissões, os 31 participantes do Congresso assim se repartiram: 16 operários, 6 empregados, 6 intelectuais e 3 diversos.

A ordem-do-dia constava de muitos e variados pontos, como se pode calcular pela enumeração das teses e resoluções adotadas: 1) A situação política nacional e a posição do Partido Comunista; 2) A luta contra o imperialismo e os perigos de guerra; 3) O trabalho do Partido nos sindicatos operários; 4) Sôbre a questão camponesa; 5) Sôbre o Bloco Operário e Camponês; 6) Sôbre o Socorro Vermelho; 7) Sôbre a luta contra o fascismo; 8) Sôbre a questão esportiva; 9) Sôbre a cooperação revolucionária; 10) Sôbre a imigração; 11) Sôbre a questão dos inquilinos; 12) Sôbre a organização do Partido; 13) Sôbre a Juventude Comunista; 14) O Partido em São Paulo; 15) A questão da oposição; 16) Moções diversas: À Internacional Comunista; Ao Secretariado Sul-Americano da IC e aos partidos irmãos da América Latina; Aos PC do Paraguai e da Bolívia; Saudação ao General Sandino; Aos PC da América do Norte e da Grã-Bretanha; Ao PC (b) da URSS.

É difícil resumir as teses políticas adotadas pelo III Congresso, justamente pelo que há nelas de confuso e contraditório. Elaboradas sob a influência de concepções errôneas, como a da "terceira revolta", que se previa

como continuação histórica necessária dos movimentos de 1922 e 1924/26, elas estavam fadadas a completo fracasso quando postas à prova pelo movimento real de 1930. Acertada aliás fôra a caracterização das causas que provocariam o movimento de 1930, como se vê na seguinte passagem:

"... o exame objetivo da situação econômica, política e social do País, no momento presente, faz prevêr uma conjuntura revolucionária, que poderá resultar da coincidência de vários fatôres: 1º) crise econômica conseqüente a uma catástrofe na política do café; 2º) crise financeira ligada à crise econômica e resultando diretamente do fracasso do plano de estabilização monetária artificialmente sustentado por meio de empréstimos onerosos; 3º) crise política vinculada ao problema da sucessão presidencial brasileira (1930)."

Eis a conclusão dessa primeira parte do documento:

"Enfim, o período atual, fundamentalmente, é um período de luta entre as fôrças internas de expansão, propulsionadas por fatôres de natureza diversa, e as fôrças externas de compressão, sustentadas pelo imperialismo, que suga, explora e oprime as energias do País. — De tudo isto resulta uma situação de instabilidade crescente na economia, na correlação das fôrças econômicas, e, por via de conseqüência, na correlação das fôrças políticas.

Feita a análise da situação econômica, segue-se a segunda parte, em que se faz a análise da situação política. Aqui os dados em aprêço são naturalmente menos claros e precisos, disto resultando uma análise confusa, esquemática e sectária, sobretudo no balanço das fôrças de classe em presença. Salva-se até certo ponto a tese relativa à pressão exercida pelo imperialismo sôbre a política interna. Vale a pena transcrevê-la: "Como fator fundamental nesse reagrupamento de fôrças internas, mais e mais se há feito sentir a pressão externa do imperialismo. Pressão dupla e antagônica. Até a guerra mundial, dominava no Brasil, sem contraste, o imperialismo inglês; porém, de então para cá entrou em cena o jovem imperialismo ianque, irresistível rival daquele. Seculares eram as ligações de dependência da burguesia agrária e conser-

vadora do Brasil em relação ao imperialismo britânico; daí, que o imperialismo norte-americano, como primeira etapa em seu plano de penetração, tenha procurado apoiar-se na burguesia industrial, pretensamente liberal, mais jovem, mais ambiciosa e mais ousada. O agravamento dessa dupla e contraditória pressão externa não podia deixar de acentuar, como acentuou, como acentua cada vez mais, os antagonismos das fôrças sociais internas, aumentando a exploração e a opressão das massas laboriosas em geral. Tal a causa primordial dos descontentamentos populares acumulados nestes últimos anos e que explodiram nas revoltas de 5 de julho".

A quarta e última parte das teses trata das tarefas que os comunistas eram chamados a realizar após o III Congresso do Partido. Propaganda e organização, atividade nas organizações de massa, maior ajuda à Juventude Comunista, etc. Especial atenção é dada ao trabalho dos comunistas nos sindicatos operários, visando a ampliação, o fortalecimento e a unidade do movimento sindical e suas lutas, inclusive pelo combate ao espírito cooperativista e às tradições anarco-sindicalistas.

O problema do trabalho no campo é abordado de maneira genérica nas teses políticas — e veremos adiante que, mesmo na resolução especial sôbre a matéria, limitou-se o III Congresso a generalidades, tamanho o desconhecimento do Partido na matéria. Outro ítem, a seguir, é dedicado ao Bloco Operário e Camponês, sôbre o qual o III Congresso adotou igualmente uma resolução especial.

As teses sôbre o trabalho do Partido nos sindicatos operários — terceiro ponto da ordem-do-dia do III Congresso — enquadram-se, naturalmente, no esquema sectário dominante na orientação do Congresso. A primeira parte do documento refere-se à reação internacional e nacional, traçando de início um breve quadro da situação mundial do movimento sindical, empenhado na luta contra a ofensiva reacionária do capitalismo. No plano nacional — "as leis de exceção contra o proletariado são uma conseqüência direta da dependência política do Brasil à política dos países imperialistas, principalmente da Inglaterra e dos Estados Unidos".

"Organizações centrais existem apenas: A Federação Sindical Regional do Rio e a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco e na base nacional de indústria a Federação Poligráfica. Mesmo, porém, estas organizações, apesar de seguirem uma orientação revolucionária, não cumprem plenamente as funções que lhes competem, devido a falhas diversas, que é necessário caracterizar e corrigir a todo custo. Não poucas dessas falhas, é certo, vêm de longe e são de orígem anterior à direção revolucionária; mas não é menos certo que nós não temos sabido emendá-las convenientemente".

Para remediar tais falhas, tarefas são traçadas para os comunistas que militam nos sindicatos. São tarefas principalmente de ordem organizativa e educativa, detalhadas em 18 ítens sucessivos. As teses chamam a atenção do Partido para a necessidade de concentrar a sua atividade, no terreno orgânico, no fortalecimento da FSRR e da CGT, esta no plano de centralização nacional e aquela no plano regional podendo servir de modêlo às demais regiões do País.

Sôbre a questão camponesa adotou o III Congresso uma resolução modesta, de acôrdo com as limitadas possibilidades reveladas durante a discussão do problema.

Os comunistas se colocaram sempre na vanguarda da luta contra o fascismo. O III Congresso adotou uma resolução sôbre a matéria, que foi examinada sob seus vários aspectos.

A resolução sôbre o trabalho do Partido entre imigrantes estrangeiros estabelece uma série de medidas práticas sobretudo tendo em vista desenvolver a propaganda do comunismo entre os operários estrangeiros chegados de pouco ao Brasil.

De considerável importância é a resolução do III Congresso sôbre a organização do Partido. Divide-se em três partes: 1) parte autocrítica, em que se apontam os defeitos e insuficiências existentes na organização e no funcionamento do Partido; 2) enumeração de diretivas visando a corrigir as falhas apontadas; 3) redação definitiva dos estatutos, baseados no modêlo fornecido pela IC, em

vigor desde 1925, com a necessária adaptação às condições do Brasil.

O que é preciso fazer — Para o bom funcionamento do Partido, é preciso realizar uma coordenação integral, política e orgânica, desde a célula e o núcleo de base até o comite central, de tôdas as atividades individuais e coletivas do Partido, de todos os ramos e subdivisões de trabalho. É preciso racionalizar o trabalho interno do Partido, de sorte a obter o máximo de resultado do esfôrço comum combinado. Só desta maneira poderemos tornar a nossa organização o que ela deve ser: o estado-maior dirigente do proletariado, assentando as suas bases na massa, alí onde estão aglomerados e concentrados os operários da cidade e do campo. "O Congresso estabelece, neste sentido, as seguintes tarefas e diretivas práticas:

"1º) Recrutamento político, sistemático, segundo os planos traçados pelas instâncias. Em seguida a tôda atenção de massa, campanhas eleitorais, greves, demonstrações, etc., onde a influência política e ideológica do Partido se tenha feito sentir, é necessário organizar o recrutamento metódico e intensivo de novos membros, quer nas células existentes, quer em novas células, consolidando assim, orgânicamente, aquela influência.

2º) Concentrar o esfôrço de recrutamento na organização de células de emprêsa, principalmente nas grandes emprêsas, de maior importância econômica, política e social. Como ensinava Lênin, é preciso fazer de cada grande emprêsa um baluarte do Partido.

3º) Vivificação política das células, comitês, núcleos, comissões, etc. Tôdas as organizações de base devem tomar posição em tôdas as questões políticas do Partido. Quer o trabalho das células nas emprêsas ou bairros onde existem, quer o trabalho dos núcleos existentes nas organizações exteriores, devem ser estreitamente ligados à política do Partido. Cada célula ou núcleo deve considerar-se um agente do Partido, realizando a obra do Partido alí onde opera.

4º) O jornal de célula é dos melhores meios de vivificação política das organizações de base. Poucas tentati-

vas dêste gênero e assim mesmo muito imperfeitas, têm sido feitas entre nós. É preciso renová-las, melhorá-las. Coisa essencial neste ponto é que os jornais de células sejam de fato escritos e feitos pelas próprias células, com os meios de que podem dispor. Os jornais de células podem ser manuscritos, policopiados, mimeografados, contanto que sejam feitos pelos mesmos membros das células.

5º) A criação de núcleos comunistas em tôdas as organizações externas, onde existem membros do Partido, é absolutamente necessária. Mas os núcleos não devem ficar no papel. Pelo contrário, sua atividade deve ser estritamente controlada pelos órgãos e instâncias correspondentes, de tal sorte que o trabalho dêles se faça em ligação com o trabalho geral do Partido.

6º) Precisamos habituar-nos cada vez mais ao trabalho coletivo. Não sòmente as resoluções devem ser tomadas coletivamente, também a aplicação delas deve ser feita coletivamente. Tôda atividade individual, dentro do Partido, deve estar subordinada à atividade coletiva da organização correspondente. Cada membro do Partido deve considerar-se uma peça da máquina, que é o Partido, executando a sua função em conexão com o funcionamento comum e geral da máquina.

7º) A boa coordenação do trabalho exige a aplicação pontual e rápida das resoluções tomadas. Só assim adquire o Partido a necessária firmeza e agilidade no trabalho corrente. Devemos combater enèrgicamente a impontualidade, a ronceirice, a displicência e a rotina.

8º) O princípio da responsabilidade e do contrôle deve ser estritamente observado. Em tôdas as reuniões e assembléias de tôdas as organizações do Partido, devem ser prestadas rigorosas contas das tarefas realizadas ou em vias de realização.

9º) Cursos especiais de organização devem ser efetuados para a formação de militantes responsáveis, em tôdas as instâncias do Partido. O Comitê Central editará também folhetos em forma didática sôbre questões prática de organização."

Dessa análise de Astrogildo Pereira verifica-se que o III Congresso abarcou um grande número de setores de atividades do PCB, embora não tendo as suas teses penetrado na política partidária em cada um dêles. As resoluções foram mais em extensão do que em profundidade. Revelaram uma série de inadequações que o próprio analista evidencia a crítica.

2) *O IV Congresso*

Desde 1946, quando ainda se achava na legalidade, o PC esforçava-se pela realização do IV Congresso. Nesse ano, o Comitê Central editou o fascículo: "Em Marcha para o IV Congresso do PCB", objetivando preparar a agremiação para a grande reunião.

Declara o CC, entre outras afirmações, em tal documento: "A convocação do IV Congresso é realmente uma grande iniciativa — porque êle vem oportunamente coroar tôda uma fase da vida do nosso glorioso Partido, encerrando definitivamente todo o período de pequeno Partido, de algumas centenas de militantes, inaugurando o nôvo período do grande Partido cada vez mais forte e disciplinado que precisamos ser, a fim de cumprirmos a nossa missão histórica de elevar o proletariado ao poder através das diversas etapas do desenvolvimento de nossa pátria.

BREVE VISÃO HISTÓRICA DOS TRÊS CONGRESSOS ANTERIORES DO NOSSO PARTIDO

A grande significação do IV Congresso ressaltará ainda mais claramente para todos nós dirigentes e militantes comunistas, principalmente depois que estivermos de posse de uma rápida visão histórica dos três Congressos anteriores, observando como o nosso Partido, através dêstes 23 anos de luta, foi lentamente se formando e consolidando.

O Partido do proletariado revolucionário do Brasil vinha se gerando lentamente através das lutas da classe operária, das greves e das lutas pela jornada de 8 horas e outras reivindicações sentidas das amplas massas. Realmente, já em 1895 o proletariado dava mostras de que estava despertando e adquirindo consciência de classe, e as grandes greves de 1917/18/19 aceleraram ainda mais todo êste processo.

Sòmente em 1920 e 1921, iniciou-se verdadeiramente o processo de formação de um partido revolucionário de vanguarda. E assim é que, após cêrca de 6 meses de trabalhos preparatórios e com o amadurecimento das condições necessárias à criação de um Partido Comunista, fundou-se o nosso querido Partido, através de seu I Congresso, realizado na Capital Federal a 25, 26 e 27 de março de 1922.

Com o desenvolvimento do Partido e pela orientação justa que recebeu da I. C., já nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925, tinha lugar o II Congresso do Partido. Êste desempenhou papel de certo relêvo, porque deu oportunidade para o Partido tratar de tese importante sôbre o trabalho sindical, sôbre as tarefas de agitação e propaganda sôbre a organização da juventude, e, principalmente, sôbre a reforma dos Estatutos, onde ficou estabelecido que "a célula de emprêsa era a base da organização partidária". Por outro lado, naquele mesmo ano começara a circular o órgão central do Partido, "A CLASSE OPERÁRIA", que tantos serviços prestou ao Partido e à causa do proletariado e do povo. Porém na realidade o nosso Partido ainda era orgânicamente fraco e muito instável.

Mas o III Congresso, realizado nos últimos dias de dezembro de 1928 e primeiros dias de janeiro de 1929, teve maior importância, porque marcou o início da proletarização do nosso Partido, acentuada principalmente no Pleno Ampliado da direção nacional em fins de 29. Foi no III Congresso que o Partido começou a romper os laços que prendiam a sua liberdade de movimentos, e o impediam de se transformar num partido independente da classe operária, por estar muito ligado à pequena burguesia e ao artesanato, além de se ressentir de todos os defeitos de sua origem anarquista. Com tôdas as debilidades e erros resultantes do III Congresso, com todo o descenso no trabalho prático verificado após a depuração feita nas absorventes influências pequeno-burguesa, o III Congresso e Pleno Ampliado de 29, prepararam o terreno para o fortalecimento posterior do nosso Partido, iniciando-se desde então a sua maior ligação com as massas, com a elevação aos postos de direção de militantes vindos diretamente do proletariado, permitindo que fôsse compreendida pelos novos e futuros militantes do Partido a necessidade de caráter proletário e independente do nosso Partido.

A IMPORTÂNCIA DO IV CONGRESSO DO PARTIDO

Tendo realizado três Congressos em seus primeiros 7 anos de vida, o nosso Partido viu decorrer em seguida um longo período de 16 anos, até que agora se decide realizar o seu IV Congresso. É um longo período cheio de novos acontecimentos, de grandes e ricas lições.

O panorama internacional sofreu enormes mutações. Assistimos a ascensão do facismo e ao nosso tempo pudemos contemplar com orgulho, a consolidação do poder soviético. Vimos desencadear-se a segunda guerra mundial, a grande guerra de libertação dos povos, e assistimos o nascimento, no curso dela, da aliança entre as duas grandes democracias capitais e a invencível democracia socialista, para o esmagamento do nazi-fascismo e o estabelecimento de uma paz duradoura.

Nacionalmente é fácil ver as tremendas modificações havidas em nossa terra nos últimos 16 anos. Depois das campanhas da Aliança Nacional Libertadora e da derrota da insurreição de 1935, como pequeno Partido que éramos, cheios de debilidades, não fomos inteiramente capazes de resistir, com fôrça decisiva, à brutalidade da reação que, por vêzes, quase nos levou ao completo desfalecimento. Mas, como diz o camarada Prestes, "apesar das terríveis conseqüências que teve para o nosso Partido a derrota de 1935, apesar de tudo quanto foi feito naqueles anos de reação visando o esmagamento de nosso Partido, êle sempre conseguiu sobreviver a todos os golpes e, vencendo dificuldades mil, jamais deixou de atuar junto ao povo". E daquela fase negra, onde o Partido sofreu duros golpes do inimigo de classe, o Partido prosseguiu, aproveitando as experiências adquiridas, batalhando sem cessar até alcançar as grandes vitórias registradas nos últimos anos, até chegar a ser o grande Partido Comunista de hoje.

A importância do IV Congresso ainda se torna mais evidente ao examinarmos a ordem-do-dia proposta para o mesmo na última reunião do Comitê Nacional. Compõe-se a ordem-do-dia de três pontos fundamentais:

1 — Caráter da Revolução no Brasil
2 — O Partido Comunista do Brasil
(História — Crítica e autocrítica — organização —

Divulgação-sindical — Campo — Massas — Estatutos — Programas)

3 — Eleição dos novos membros do Comitê Nacional.

O primeiro ponto tratado do estudo de caráter da Revolução no Brasil, será uma análise das características da revolução democrático-burguês.

O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS PARA O IV CONGRESSO

O IV Congresso não consiste na reunião pura e simples dos delegados para êle eleitos, durante alguns dias, a fim de discutir a ordem-do-dia que o Comitê Nacional do Partido propõe. A realidade é que o IV Congresso constitue um verdadeiro processo, que se inicia dois meses antes da sua instalação formal, através do "Manifesto da Convocação" do Comitê Nacional, da "Ordem do Dia" e das "Teses para Discussão" através de tôda uma série de debates e resoluções preparatórias, auxiliares, que vão desde as bases à direção máxima, desde as assembléias de células, passando pelas conferências distritais, municipais e estaduais, territoriais e metropolitanas — até alcançar a reunião do Congresso pròpriamente dito. Como vemos, trata-se de uma operação em larga escala, uma operação que põe em movimento todo o Partido, todo um exército de dezenas e dezenas de milhares de membros. Uma operação de tal envergadura não pode apenas ser cuidadosamente planejada.

Isto significa que os trabalhos do IV Congresso devem merecer de nossa parte, um cuidado todo especial. Tudo deve estar previsto com grande antecedência; orçamentos financeiros, datas para as assembléias de células e para as diversas conferências, a maneira de como fazer chegar os materiais de discussão a todos os militantes do Partido. Só assim pode haver um bom rendimento nos trabalhos do IV Congresso.

Isto significa, que após a fixação das datas para a realização das assembléias de células, estas devem ser levadas a efeito em todo o país, nos dias previstos. Nenhuma desculpa deverá ser aceita, como, por exemplo, a de que não houve comparecimento da maioria dos membros da célula. Acontecimento de tal importância como é uma assembléia de célula em pleno período

de preparação de um Congresso Nacional do Partido, deve merecer de todos os militantes a mais elevada consideração e alertar-lhes o sentido de responsabilidade individual. Devem todos estar lembrados de que um organismo do Partido que marca uma Assembléia para tal dia e tal hora, não é nenhum organismo de massas que pode adiar sua reunião, que pode fazer segunda e terceira convocação, e que pode reunir em última convocação com qualquer número de membros presentes. E o que se diz aqui para as assembléias de células se aplica para as conferências das instâncias superiores.

AS ELEIÇÕES PARA AS DIREÇÕES PARTIDÁRIAS DURANTE O IV CONGRESSO

Um dos problemas mais importantes e mais sérios que o IV Congresso deve enfrentar é o da eleição das novas direções. Não basta chegar a conclusões práticas, aprovar resoluções que dêm ao Partido perspectivas para o seu trabalho futuro, que armem o Partido para a luta diária. Muito acertadamente diz o grande Stalin: "Ter uma linha política justa é, naturalmente, o primordial e essencial. Porém ainda não é o suficiente. Necessitamos de uma linha política justa, não para fazer declarações, e sim para levá-la à prática. Mas, para levar à prática uma linha política do Partido, que a concebam como sua, que estejam dispostos a realizá-la na prática, que saibam fazer isso e que sejam capazes de tornar-se responsáveis por ela, de defendê-la e de lutar por ela. Sem isto, uma linha política justa corre o risco de ficar no papel".

Qual o critério fundamental que nos deve guiar na escolha de novas direções. As direções precisam:

1) Ter a mais profunda abnegação pela causa da classe operária e fidelidade ao Partido, abnegação e fidelidade essas provadas na luta, nas prisões, ante os tribunais, frente a frente com o inimigo da classe, e também abnegação e fidelidade na nova situação, no trabalho legal de massas, provadas no trabalho quotidiano, sem desfalecimento, nos sacrifícios contínuos, no contacto constante com as massas, enfrentando resolutamente os provocadores e divisionistas, enfrentando o inimigo de classe encoberto sob mil disfarces demagógicos, para esclarecer as

massas, organizá-las, conquistá-las para a linha do Partido. Eis porque atribuimos tanta importância ao passado e ao presente de lutas de cada companheiro.

2) Ter a mais estreita ligação com as massas. Devem ser elevados aos postos de direção aquêles companheiros que sabem tomar o pulso da vida das massas, que sabem auscultar seus sentimentos, conhecer sempre seu estado de espírito e suas necessidades mais sentidas, e ainda, que sejam capazes de modificar êsse estado de espírito. Será tanto maior a autoridade dos nossos dirigentes quanto mais a massa enxergar nêles seus verdadeiros líderes, convencendo-se da capacidade deles na base da experiência e abnegação de que êles são possuidores. Eis porque atribuimos tanta importância à orígem e à função social dos camaradas.

3) Ter a capacidade de orientar-se por si mesmo em qualquer situação, e não temer a responsabilidade de decidir sôbre qualquer questão. Realmente, não pode ser considerado dirigente quem teme assumir responsabilidades, quem não sabe demonstrar iniciativa e acha que deve se limitar a fazer sòmente aquilo que especìficamente lhe deram para fazer. Só é verdadeiro dirigente aquêle que não se deixa levar pela menor sombra de pânico quando as coisas se tornam perigosas ou qualquer nuvem negra surge no horizonte, aquêle que não perde a cabeça na hora de derrota e que não se envaidece na hora do triunfo. Só é verdadeiro dirigente aquêle que conserva a cabeça fria e demonstra uma firmeza inabalável na aplicação das decisões tomadas. Os dirigentes se formam e se criam da melhor maneira quando se vêm forçados a resolver por sua própria conta os problemas concretos da luta, e sentem tôda a responsabilidade que isto determina. Devem portanto os dirigentes eleitos ser homens que não têm medo das dificuldades, que têm a sensibilidade e flexibilidade para conduzir o Partido através de todos os obstáculos, homens que não percam o rumo, desviando-se da nossa linha política, e que não percam o rítmo isolando-se das massas. Eis porque atribuimos tanta importância ao preparo dos companheiros, à sua autoridade, à sua coragem política e ao seu equilíbrio no trabalho prático.

4) Ter disciplina partidária e têmpera bolchevique tanto na luta contra os nossos inimigos quanto na irreconciliabilidade

para com todos os desvios da linha de conduta do nosso Partido. Eis porque atribuimos tanta importância à continuidade do desenvolvimento dos companheiros e à sua energia em defender o Partido.

5) Ter capacidade de trabalhar coletivamente e soldar as fôrças do Partido em uma unidade monolítica. Isto é da maior importância, porque quanto mais difíceis e complexos os problemas que se apresentam ante o nosso Partido, tal como ocorre no momento atual, maior necessidade temos de melhorar o trabalho coletivo, de intensificar o espírito de equipe. O individualismo pequeno-burguês, a centralização do trabalho em mãos de um determinado companheiro como conseqüência de métodos de trabalho errados, só podem ser altamente prejudiciais. Além do mais, por mais que sejam suas qualidades, o trabalho de direção individual por êle executado só trará em seu bojo os germes do caudilismo, como também jamais poderá ser do mesmo alto nível de um trabalho de direção executado coletivamente, como fruto de discussões democráticas dentro de cada organismo. Por outro lado, o mesmo que se aplica aos indivíduos, também se aplica em parte aos organismos. E por isso mesmo, precisamos nas direções do Partido homens capazes de soldar as fôrças do Partido em unidade monolítica, que não permitam a hipertrofia de um determinado setor com prejuizos de outros, que congreguem tôdas as vontades numa vontade única férrea, determinada, de marchar até à vitória. Eis porque atribuimos tanta importância aos companheiros que sabem por todo o seu trabalho em movimento e que têm um grande espírito de unidade, bem como uma natural modéstia, um verdadeiro espírito do Partido."

Além dêsse documento o CC editou as "Normas Orgânicas" para o IV Congresso que fixavam as diretrizes para o funcionamento do conclave e a escolha dos participantes.

A preparação para o Congresso como nos mostra êsse documento exigia um longo processo de debates e eleições que se iniciavam nas organizações de bases até alcançar os órgãos partidários de escalão superior.

A decretação da ilegalidade do Partido impediu a realização dêsse Congresso na época prevista. Sòmente oito anos depois, ou mais precisamente de 7 a 11 de novembro de 1954, é que essa assembléia partidária pôde ser efetivada.

A ordem-do-dia do IV Congresso constou dos seguintes ítens:

1 — Informe de balanço do Comitê Central — por LUIZ CARLOS PRESTES
2 — Informe sôbre o Programa do PCB — por DIOGENES ARRUDA
3 — Informe sôbre os Estatutos do PCB — por JOÃO AMAZONAS
4 — Eleição dos órgãos centrais do Partido

a) *O Informe de Prestes*

Prestes inicia o seu informe caracterizando as duas linhas políticas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial: as "fôrças de paz" lideradas pela União Soviética e a "política agressiva dos Estados Unidos.

Faz um exame geral da situação internacional, apresentando os países socialistas como os padrões do pacifismo e do desenvolvimento. De outro lado, os países "imperialistas" são apontados como sujeitos à estagnação econômica, a crescentes dificuldades e à desagregação cada vez maior. Por isso precisam reforçar a sua dominação especialmente na América Latina. E se não conseguem tudo o que desejam, "apesar da traição aberta dos latifundiários e grandes capitalistas", é porque os povos dêsses países lutam com vigor crescente contra os monopólios norte-americanos.

Prestes estuda, a seguir, a situação nacional correlacionando-a com êsses intervencionismo imperialista, denunciando o Presidente da República como um joguete nas mãos dos generais fascistas. Declara que as massas tiveram que lutar nas ruas, após 24 de agôsto, para defender as liberdades democráticas.

"Essa situação, diz êle, se reflete na vida e atividade de todos os partidos políticos das classes dominantes, cujos círculos dirigentes divorciam-se cada vez mais das grandes massas trabalhadoras."

Apresenta então o Programa do Partido Comunista como um programa de salvação nacional, capaz de tornar o Brasil "uma grande nação, próspera, livre e independente".

Examina o que chama de conclusões teóricas básicas para o Programa:

1ª Caráter da revolução brasileira em sua atual etapa — "revolução democrática-popular, de cunho antiimperialista e agrária antifeudal".
2ª Necessidade de concentrar o fogo no imperialismo norte-americano — seguindo o princípio leninista de golpear um a um os inimigos e conseguir o jôgo, em cada momento, contra o principal e mais poderoso.
3ª Atribuir grande importância à questão agrária e ao problema camponês — a fim de ganhar para o lado do proletariado a massa camponesa que constitui a maioria da população.
4ª Manter as relações com a burguesia nacional, com exclusão da minoria dos grandes capitalistas, que também é afetada pelo imperialismo.
5ª O regime político e o govêrno pelo qual lutam os comunistas é o chamado regime democrático de libertação nacional como fase de preparação para o govêrno popular.

Prestes apresenta então o Programa do PC cujos princípios são enumerados e analisados pormenorizadamente.

São êles, em resumo:

1º — Organizar a luta popular em defesa das liberdades e da constituição, contra o terror fascista, pelos desmascaramentos, isolamento e derrubada do govêrno de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos Estados Unidos.

2º — Intensificar e ampliar a luta patriótica pela emancipação nacional.

3º — Intensificar, ampliar e melhor organizar a luta pela paz.

4º — Unir e organizar a classe operária.

5º — Organizar as grandes massas camponesas na luta pela terra.

6º — Maior atenção ao trabalho entre as massas femininas.

7º — Ampliar as lutas e a organização da juventude.

O Secretário Geral do Partido encara depois a questão da organização. Analisa as deficiências do III Congresso e os erros da insurreição armada de 1935. E declara:

> "Para o triunfo da insurreição popular é indispensável ganhar o apoio de soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição a uma luta quase que só de questões é grave êrro que teria de levar, como de fato levou, à derrota do movimento de novembro de 1935."

Critica Prestes os Manifestos de janeiro de 1948 e agôsto de 1950, o evolucionismo eleitoral, o oportunismo de "direita" e de "esquerda", o fracionismo e outras falhas da linha política partidária. Enumera as tarefas do Partido:

1ª) Fazer crescer rápida e sistemàticamente as fileiras do Partido.
2ª) Construir o Partido preferencialmente nas grandes emprêsas.
3ª) Formar mais e mais quadros capazes.
4ª) Melhorar e ampliar a nossa agitação e propaganda e dar maior atenção à nossa imprensa.
5ª) Travar a luta idelógica no Partido.
6ª) Lutar pela assimilação e cumprimento dos estatutos do Partido.

Finaliza declarando que os comunistas sabem que não estão sós. "Marchamos serenos e confiantes porque sabemos que à frente dos povos amantes da paz e que lutam pelo progresso social está a poderosa e invencível União Soviética, baluarte da paz no mundo, onde sob a direção do grande e glorioso Partido de Lênin e Stalin se constrói o nôvo mundo de pão e rosas para tôda a humanidade. Do alto dessa tribuna queremos reafirmar, perante o nosso povo e a classe operária do mundo inteiro, nossa fidelidade inabalável ao grande Partido Comunista da União Soviética e ao sábio e provado Comitê Central, dirigentes e guias experimentados e queridos do proletariado internacional.

b) *O informe de Diógenes Arruda*

Diógenes Arruda apresentou, com o seu informe, o Programa do Partido que considerava um marco na história do comu-

nismo no Brasil. Declarou que o Programa é justo e científico, baseado numa situação econômica de país semicolonial e semifeudal, onde se revela uma crescente dominação pelos monopólios norte-americanos, o caráter despótico do poder dos latifundiários e capitalistas e as insuportáveis condições de vida do povo. Mostrou que a relação do Programa deve ser ampla e global. Citou Stalin: "Um Programa, sem uma linha dominante não é um Programa, mas uma coletânea mecânica de teses diferentes".

Analisou a seguir as bases doutrinárias do Programa:

1ª) O Brasil é um país fabulosamente rico, mas seu povo leva uma existência miserável.
2ª) O Brasil está sob a ameaça de ser transformado em colônia dos Estados Unidos.
3ª) A política agressiva e de pilhagem dos imperialistas norte-americanos afeta os interêsses e a existência da maioria da população brasileira.
4ª) A guerra de agressão preparada pelos Estados Unidos é contrária aos interêsses nacionais.
5ª) Os interêsses dos latifundiários e grandes capitalistas confundem-se com os dos imperialistas norte-americanos.
6ª) O atual govêrno é um instrumento útil e necessário aos imperialistas norte-americanos.
7ª) Estão maduras no Brasil as condições para transformações radicais e profundas.
8ª) O regime capaz de realizar essas transformações é o democrático popular (comunista).
9ª) O govêrno dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos norte-americanos não cederá o poder sem luta.
10ª) A fôrça capaz de expulsar o opressor norte-americano é a frente-única de libertação nacional, liderada pelos comunistas.
11ª) O povo brasileiro tem imensas possibilidades de vitória nessa luta.

As bases enumeradas por Diógenes Arruda resumem-se pois na idéia de estabelecer uma frente-única popular, sob a liderança dos comunistas, para a realização de mudanças radicais e a im-

plantação do regime socialista com a exclusão sumária dos investimentos norte-americanos e enfrentando a luta armada que fatalmente iria acarretar. A tônica geral do Programa é o combate ao "imperialismo norte-americano", ao qual se refere a maior parte dos ítens fundamentais.

Diógenes Arruda examina a seguir o conteúdo do Programa e os seus quatro elementos essenciais:

> 1º — O Programa não levanta a luta contra todos os imperialismos, mas apenas contra o norte-americano.
> 2º — O Programa não levanta a luta pela nacionalização da terra, limita-se ao confisco das propriedades dos latifundiários e a entrega gratuita dessas terras aos camponeses.
> 3º — O Programa estabelece que são confiscados tão sòmente os capitais e emprêsas dos grandes capitalistas que trairem os interêsses nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos.
> 4º — O Programa luta pelo estabelecimento de uma República Democrática Popular e por um govêrno de coalizão democrática.

Concluindo o seu informe, Diógenes Arruda analisou as tarefas principais do Partido em relação ao Programa, para impregnar os militantes com o espírito dêsse documento e divulgá-lo amplamente nas massas populares.

c) *O informe de João Amazonas*

Coube a João Amazonas, nos debates do IV Congresso, apresentar os Estatutos do Partido Comunista. O conferencista analisa os principais dispositivos e modificações dos novos Estatutos, salientando os seus aspectos fundamentais. Evidencia o espírito internacionalista do Partido.

> "Educar os membros do Partido no espírito do internacionalismo, da solidariedade aos trabalhadores, de todos os países, constitui um elevado princípio inscrito no artigo 1º dos novos Estatutos. Para a vitória do Programa do Partido e para o Partido cumprir sua missão histórica, é condição básica a mais estreita união com o movimento

revolucionário mundial, com as fôrças do campo da paz e do socialismo e, em primeiro lugar, com a gloriosa União Soviética e seu provado Partido Comunista. Juntamente por nossa firme posição internacionalista é que somos o Partido dos melhores patriotas. A educação dos membros do Partido nos princípios do internacionalismo proletário é, portanto, uma exigência que decorre dos novos Estatutos.

João Amazonas dá ênfase à definição de membro do Partido, aos deveres e direitos de seus militantes. Descreve algumas alterações estruturais e dá particular atenção às questões relativas às Organizações de Base."

d) *Outras intervenções no IV Congresso*

Além dos três informes aludidos, outras intervenções foram feitas no decorrer do IV Congresso, como as seguintes:

— Agitação e Propaganda para milhões, fator decisivo para a vitória do Programa do Partido — por Maurício Grabois
— O programa do Partido, as experiências das eleições de 3 de outubro e as nossas tarefas para a campanha eleitoral de 1955 — por Carlos Marighella
— O IV Congresso do PCB e a luta pela independência nacional — por Luiz Jovert Teles
— O Programa do Partido e a atividade dos comunistas na luta pela unidade e as organizações da classe operária — por Ely Brasil
— O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses — por Oto Santos
— O Programa do Partido e as tarefas da União da Juventude Comunista — por Augusto Bento
— O Trabalho Feminino — dever de todo o Partido — por Iracema Ribeiro
— Ganhar milhões de mulheres para o Programa do Partido — por Olga Maranhão
— Melhoremos os métodos de Trabalho de Direção no nosso Partido — por Jorge Vila
— Preparação, formação e educação dos quadros do Partido — por Sabino Bahia

— Seleção, distribuição e formação dos quadros do nosso Partido — por Alcides Campos
— O Trabalho de finanças no PCB — por Agildo Barata
— Relatório da Comissão de Mandatos do IV Congresso do PCB — por Sérgio Holmos
— Discurso de abertura do IV Congresso — por Astrogildo Pereira.

O exame de todo o trabalho do IV Congresso, assembléia que exerceu papel decisivo na orientação do movimento comunista no Brasil, nos mostram que o ponto principal dêsse conclave foi o lançamento do Programa do Partido que estabeleceu as metas de sua orientação política.

e) *O V Congresso*

O V Congresso do Partido Comunista realizou-se no Rio de Janeiro em agôsto de 1960 e se revestiu de grande importância na vida política do PCB, principalmente em virtude dos fatos seguintes:

1º) Alteração na linha política do PCB, como reflexo da nova política de coexistência pacífica lançada por Kruchov.

2º) Grandes modificações na liderança partidária com o alijamento do grupo outrora dominante: Arruda-Amazonas-Grabois — Pomar que seria posteriormente expurgado do Partido.

3º) Esfôrço para nova legalização do PCB, com a emissão do nôvo Programa e novos Estatutos adquados ao registro eleitoral.

4º) Novas perspectivas que se abriram para o Partido a possibilidade da vitória eleitoral do Marechal Lott sôbre Jânio Quadros, no pleito eleitoral que se avizinhava.

O Congresso foi cuidadosamente organizado. As Teses para discussão, o manifesto pela legalidade do PCB e o projeto dos novos Estatutos foram publicados em suplemento especial do

Jornal NOVOS RUMOS relativa à semana de 15 a 21 de abril de 1960. Foram oito as teses apresentadas:

1ª Tese — Situação internacional em que se desenvolve a revolução brasileira — Essa tese desenvolvia os seguintes pontos principais:

— O mundo se encontra na fase de transição do capitalismo para o socialismo.
— O socialismo progride continuamente.
— O sistema capitalista está em plena decadência.
— A irrupção de uma guerra mundial se torna cada vez mais difícil.
— Há certas possibilidades de conquista pacífica do poder pelo proletariado.
— Os partidos marxistas-leninistas mantêm os seus princípios e lutam contra o sectarismo e o revisionismo.
— Agravam-se as condições políticas e econômicas na América Latina.
— A situação mundial favorece à ascensão do socialismo no Brasil.

2ª Tese — Características principais do desenvolvimento da Economia Nacional. Resume-se nos aspectos principais a seguir enumerados:

— O Brasil tornou-se pollticamente independente, mas continua econômicamente submetido.
— O capital imperialista continua a explorar a economia brasileira.
— A estrutura agrária do País é arcaica.
— Atualmente o processo principal da vida econômica brasileira é o da industrialização.
— No Brasil o capitalismo do Estado tende a assumir formas progressistas e nacionais.
— A inflação característica do processo econômico atual impõe pesados sacrifícios aos trabalhadores.
— Aprofunda-se o desequilíbrio econômico regional no País.
— O processo do desenvolvimento brasileiro agrava as condições sociais e aumenta a dependência econômica.

3ª Tese — As classes sociais, o Estado e as Instituições no Brasil. Desenvolvia os aspectos seguintes:

— As classes sociais no Brasil compreendem: as latifundiárias, a burguesia, a pequena burguesia urbana, os camponeses, o semi-proletariado e o proletariado. A classe mais numerosa é o campesinato e a mais revolucionária, o proletariado.
— O govêrno brasileiro manifesta contradições que refletem em tôdas as esferas de atividades.
— Os partidos políticos brasileiros estão adquirindo estrutura cada vez mais nacional.
— Os sindicatos, a Igreja e as Fôrças Armadas e as organizações estudantís exercem grande influência na vida nacional.

4ª Tese — As contradições da sociedade brasileira e o caráter da atual etapa da Revolução. São os seguintes temas estudados:

— As duas principais contradições da atual sociedade são a existente entre a nação e o imperialismo norte-americano, e a entre os latifundiários e as massas camponesas.
— A revolução no Brasil, em sua etapa atual, é antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática.
— O golpe principal atualmente deve ser contra o imperialismo norte-americano.
— Contra êsse imperialismo se opõem o proletariado, a pequena burguesia urbana, a burguesia e alguns setores de latifundiários por interesses econômicos de concorrência.
— O proletariado é a única fôrça capaz de imprimir orientação revolucionária ao movimento antiimperialista e democrático.

5ª Tese — A Frente-Única Nacionalista e Democrática. Essa tese desenvolve os pontos abaixo sintetizados:

— O movimento nacionalista é atualmente o mais apto a associar setores de diversas classes e camadas, e atrair entidades, partidos, correntes e personalidades de mais variada condição social e orientação política.

— A frente-única encerra contradições internas.
— Os comunistas não condicionam a sua participação na frente-única a uma prévia direção do movimento.
— Os comunistas devem ser fator de unificação na frente-única.
— A unidade da classe operária é condição básica para que ela assuma o seu papel de direção.

6ª Tese — O caminho para um Poder das fôrças antiimperialistas e antifeudais. É o seguinte o resumo geral dessa tese:

— O govêrno Juscelino Kubitscheck realiza uma política de conciliação, responsável por graves concessões ao imperialismo norte-americano e por medidas econômico-financeiras antipopulares.
— A conquista do govêrno nacionalista e democrático pode ser alcançada pela pressão pacífica das massas, pela vitória eleitoral ou pela imposição das massas populares, unidas a setores do Parlamento, das Fôrças Armadas e do govêrno.
— Um govêrno nacionalista e democrático dependerá do apoio das massas.
— A revolução pode ser conduzida pelo caminho pacífico.
— Para êsse fim é preciso conquistar reformas profundas.
— A escolha das formas de revolução, pacífica ou armada, depende da reação adversária.

7ª Tese — Uma política de Soluções Nacionalistas e Democráticas. Seu resumo é o seguinte:

— Os comunistas se empenham para a conquista de um govêrno nacionalista e democrático.
— A política exterior do País se encontra em crise cuja solução só é a instauração de uma política exterior independente.
— O proletariado tem profundo interêsse no desenvolvimento da industrialização do País.
— Deve ser incentivado o comércio exterior, e restringidas as remessas de lucros, os gastos de divisas e as importações.

— A reforma agrária é passo fundamental para o progresso da economia nacional.
— Pode ser assegurada a melhoria do nível de vida do operariado.
— Faz-se urgente a adoção de medidas antiinflacionárias.
— A industrialização do Nordeste e o desenvolvimento da Amazônia devem ser efetivados dentro da causa geral da emancipação nacional.
— O Estado deve concentrar seus esforços contra o analfabetismo e incentivar o ensino científico e técnico e solucionar os problemas de saúde pública.
— Há necessidade de reformar a constituição e de adotar medidas como a legalização do PCB, a liberação das organizações sindicais, a revogação da lei de Segurança, etc.

8ª Tese — Análise Crítica da Atuação do Partido. Essa é a tese final que examina a atuação do Partido. Seus pontos principais são os seguintes:

— Em tôda a sua existência desde 1922 o Partido Comunista se constitui na vanguarda do proletariado.
— Por falta de adequação de sua política à situação nacional, o Partido não soube manter com êxito os ataques desencadeados. A partir de 1947 e 1948; tendo sido anulado o seu registro legal e cassados os mandatos de seus parlamentares.
— O manifesto de agôsto de 1950 foi a expressão do "esquerdismo" sectário, incoerente com a realidade brasileira.
— Durante o govêrno de Vargas, malgrado o esquema da Frente Democrática de Libertação Nacional, o PC não foi capaz de empreender a correção de sua linha política.
— Diante do govêrno de Vargas, o êrro do PC era caracterizá-lo como um govêrno de traição nacional, sem reconhecer a presença das fôrças nacionalistas.
— O Programa do IV Congresso era errôneo e sectário formulando uma falsa tese da colonização crescente do Brasil, estabelecendo a concepção de uma resolução a curto prazo, em uma impressão negativista e unilateral.

— Eram também errôneas a compreensão das contradições brasileiras e do papel da burguesia na revolução.
— Havia uma noção "esquerdista" do processo revolucionário.
— A maior fonte de erros foi o "subjetivismo".
— Amadureciam as contradições para maior adequação entre o Programa e a tática, cujas contradições tanto desorientavam aos militantes.
— Após o XX Congresso ficou evidente a fraqueza da direção do Partido que se mostrou despreparado política, teórica e ideològicamente.
— As modificações na direção do PC, com o Plano do Comitê Central em agôsto de 1957, facilitaram a adoção de nova linha política.
— A partir de 1958, os comunistas se guiaram pela declaração de março, lutando por fortalecer a frente-única, permitindo alcançar maior sucesso nas eleições dêsse ano.
— Apesar disso manifestaram-se ainda tendências sectárias de "esquerda" (isolacionistas) ou de "direita" (reboquistas).
— O problema das relações internacionais foi solucionado com as correções de erros do passado e a observância do princípio do internacionalismo proletário.
— O PC vem se esforçando para corrigir tôdas as falhas do trabalho interno, tanto na aplicação dos princípios de centralismo democrático como nos setores de educação ideológica, finanças e à organização das emprêsas.
— O trabalho ideológico de propaganda ressente-se de grande debilidade e não foi ainda organizada a ação comunista entre a juventude.
— Os comunistas precisam lançar-se decididamente ao trabalho no seio das massas.
— É preciso evitar o exagerado centralismo e o excesso de planos e de tarefas, sem condições reais para os mesmos.
— É preciso intensificar o trabalho ideológico.
— As condições atuais são favoráveis ao fortalecimento e à legalização do Partido.
— O Partido precisa depurar-se, mais mostrar que é capaz de sobreviver a muitas vicissitudes.

Nessas Teses para Discussão sobreleva em importância a autocrítica empreendida e a confissão de erros cometidos. Êsse fato visou principalmente a explicar a alteração da luta política e o expurgo de elementos dirigentes de grande prestígio que foram acusados, como é comum no seio do movimento comunista em todo o mundo, de sectaristas ou divisionistas. Os comunistas declaravam então textualmente:

"A tática para nós, se reduzia assim à pura agitação e ao desencadeamento de lutas, que procurávamos levar em quaisquer condições às formas mais extremas visando com isso ganhar as massas para o programa revolucionário, enquanto esperávamos a chegada do momento propício em que, por meio da insurreição, substituiriamos as classes no poder."

Acusam aos dirigentes da época:

"O Comitê Central e o Presidium não foram capazes de realizar uma análise séria e equilibrada das novas teses levantadas no XX Congresso (do PCUS) e, especialmente, da crítica formulada ao culto à personalidade e aos erros do último período de atividade de Stalin."

E mais adiante:

"Sob a influência da propaganda ideológica do imperialismo, os revisionistas abandonaram as posições do internacionalismo proletário."

Por essa razão vários dirigentes foram retirados e posteriormente expulsos do Partido. Isso demonstra claramente que a grande alteração na linha política e na organização da direção partidária foi conseqüência do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e, por conseguinte, revela a vinculação estreita do PCB ao comunismo internacional que assim explica:

"No curso da luta externa que se travou em nossas fileiras após o XX Congresso do PCUS, alguns dos portadores de tendências revisionistas passaram do campo das divergências para o da luta graciosista aberta e se entre-

garam a atividades antipartidárias. A defesa da unidade do Partido tornou necessária, nestas circunstâncias, a adoção de medidas contra as atividades fracionistas."

Reproduziu-se no Brasil, em escala reduzida, a mesma luta interna que se estabeleceu no PCUS e que resultou, na Russia, em prisões, fuzilamentos e exílio, e aqui, no afastamento e no isolamento de um certo número de dirigentes e militantes.

A realização do V Congresso deu lugar a uma Resolução Política publicada sob a denominação de "Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas", como se pode comprovar na Nota explicativa que a prefacia. A publicação foi feita no jornal "Novos Rumos" e em separata.

f) *O VI Congresso*

O VI Congresso devia realizar-se em novembro de 1964. A Revolução de 31 de março o impediu. Chegou a ser emitida tôda a publicação preparatória que reproduzimos (Anexo 2-I-7 (3) a título de exemplificação).

As Teses para Discussão foram publicadas em suplemento especial de Novos Rumos de 27 Mar a 2 Abr 64. Essas teses são a seguir enunciadas e resumidas:

1ª Tese — A nova situação internacional favorece nossa luta pela paz, pela libertação nacional, a democracia e o socialismo.

— A derrota do capitalismo na esfera da produção material levará o socialismo a exercer o papel predominante no desenvolvimento social.
— O imperialismo norte-americano constitui no após-guerra, o principal inimigo da paz mundial e da independência dos povos.
— Se o imperialismo desencadear nova guerra mundial será inteiramente destruido.
— A coexistência pacífica é uma forma da luta de classes.
— Continuam a desenvolver-se as lutas pela emancipação nacional e a independência política de inúmeros povos antes dominados pelo imperialismo.
— Os norte-americanos criaram a Aliança para o Progresso, estimulam a ALALC e procuram isolar Cuba para manter o seu domínio.

— A experiência tem mostrado a influência concreta do sistema socialista mundial na solução de problemas nacionais fora do âmbito do imperialismo.

2ª Tese — Acentuado, agravamento das contradições fundamentais na infra-estrutura da sociedade brasileira.

— A medida que se agravam as contradições da economia brasileira, a acumulação capitalista é também agravada pela espoliação imperialista e pela estrutura latifundiária da agricultura.
— Um dos principais resultados do desenvolvimento econômico do País em que predomina o latifundio e o refôrço do parasitismo social e o enriquecimento exagerado dos latifundiários.
— A intervenção estatal na economia brasileira se realiza sempre em benefício do imperialismo e do latifundio.
— A inflação crônica alarma as classes dominantes que procuram uma saída à custa do sacrifício dos trabalhadores.
— A exploração capitalista faz-se sentir, de modo constante, sôbre o conjunto da classe operária.
— Acentuaram-se também com o desenvolvimento capitalista as desigualdades regionais.

3ª Tese — A situação política nacional e a tática dos comunistas.

— O agravamento das contradições e os sintomas da desagregação dos aparelhos do Estado fazem sentir a necessidade de reformas profundas.
— Os comunistas tiveram destacado papel nas últimas crises políticas, constituindo fator de aglutinação da frente-única.
— Apesar do avanço, a frente-única não foi suficientemente poderosa para mudar a correlação das fôrças e impor uma derrota à reação.
— As fôrças reacionárias vêm sendo derrotadas, mas conservam posições importantes e as utilizam para intensificar a sua atividade antinacional.

— Os comunistas consideram como objetivo tático principal a conquista das reformas de base e do govêrno nacionalista e democrático capaz de realizá-las.
— Os comunistas devem realizar uma política de frente-única com a burguesia nacional, fortalecendo o campo nacionalista e democrático, atraindo os setores neutros e vacilantes, para golpear decisivamente o adversário.
— A formação de um govêrno nacionalista e democrático pode ocorrer como resultado da ação das massas populares.
— A frente nacionalista e democrática dispõe de condições para influir decisivamente no processo eleitoral.

4ª Tese — Reformas de Base — Exigências da luta antiimperialista e antifeudal.

— Os objetivos da revolução brasileira, na sua fase atual, serão alcançados quando o poder estatal passar para as mãos das fôrças revolucionárias antiimperialistas e antifeudais sob a direção da classe operária.
— Os comunistas lutam pela reforma radical nos seguintes setores:

— sistema cambial;
— comércio externo;
— capital estrangeiro;
— finanças e tributos;
— sistema bancário;
— transportes.

— Os comunistas lutam por uma reforma agrária radical cujo objetivo é eliminar o latifundio e fortalecer a economia camponesa.
— Há necessidade de levar a efeito um programa para sanar as desigualdades regionais no desenvolvimento econômico.
— Devem ser realizadas profundas reformas nas instituições políticas e na legislação.
— Essas reformas são inseparáveis da elevação do nível de vida das massas trabalhadoras.
— A reforma urbana é outro objetivo dos comunistas.

— O sistema do ensino público deve ser aperfeiçoado e ampliado.
— A política exterior deve ser elevada a uma posição de características com o desenvolvimento do País.

5ª Tese — As tarefas, as fôrças motrizes e o caminho da Revolução.

— A revolução brasileira é parte da revolução internacional.
— O desenvolvimento capitalista aprofundou as contradições brasileiras que se entrelaçam.
— A hegemonia do proletariado só adquire fôrça quando forma e consolida a aliança operário-camponesa.
— O caminho pacífico, oportuno nas mais variadas formas de luta, exige que se chegue, em certas circunstâncias, a choques violentos com a reação.
— O caminho da luta armada não deve ser compreendido como ponto da conspiração de pequenos grupos, porém, como resultado de experiência política das massas.
— A luta pelas reformas de base permite aos comunistas aprofundar as contradições, ganhar posições e propiciar a implantação de um govêrno nacionalista e democrático.
— Após realizadas as tarefas da fase antiimperialistas e antifeudal, a revolução brasileira passará para a fase das transformações socialistas.

6ª Tese — Fortalecer o Partido marxista-leninista da classe operária.

— O V Congresso consolidou a unidade do Partido e ganhou-o para a luta política aprovada.
— O fortalecimento do Partido deve ser a preocupação constante em tôdas as atividades e organizações partidárias.
— O trabalho da frente-única exige a correção de várias falhas, como maior atenção ao campesinato e compreensão da burguesia nacional.

— A luta ideológica é uma das bases fundamentais do sucesso da ação partidária.
— É necessário construir um Partido Comunista dirigente de grandes massas.
— O trabalho de educação é um aspecto essencial da construção do Partido.
— O trabalho de agitação e propaganda é outro fundamento para que o Partido possa dirigir grandes massas.
— O PC integra o movimento comunista internacional.
— O PCB reivindica o direito de plena existência legal.

As teses do VI Congresso mantêm de um modo geral a linha política do V Congresso procurando aperfeiçoá-la e adequá-la às circunstâncias da época que, na concepção dos comunistas, era sobremodo favorável às reformas radicais e a ascensão ao poder de um govêrno do tipo popular.

g) *O Comitê Central*

O Comitê Central (Diretório Nacional) é o órgão dirigente principal do Partido entre dois Congressos. Suas atribuições principais são:

— dirigir tôdas as atividades do Partido em cumprimento às resoluções dos Congressos;
— examinar as prestações de contas da Comissão Executiva e do Secretariado;
— representar o PC nas relações com outros Partidos e organizações;
— distribuir os quadros do Partido;
— eleger a Comissão Executiva e o Secretariado do Partido.

À título de exemplificação das atividades do Comitê Central, reproduziremos a seguir as "Resoluções de uma reunião do Comitê Central em março de 1961". Nessa reunião foram aprovados os regimentos internos sôbre as atividades da Comissão Executiva, do Secretariado e das Seções do CC que são também reproduzidas porquanto constituem o documento mais recente sôbre as atribuições dêsses órgãos.

RESOLUÇÕES DA REUNIÃO DO CC DE MARÇO DE 1961

1. Com base na discussão do Informe da C. Exec. sôbre a posição dos comunistas no atual momento político, aprovar uma resolução política a ser publicada no órgão central, e determinar à C.E. que lance, no prazo de 30 dias, um manifesto baseado no mesmo memorial.

2. Aprovar uma resolução sôbre a "Declaração da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários", realizada em Moscou, em novembro passado.

3. Aprovar o Informe da C.E., do balanço de suas atividades bem como as medidas práticas nêle propostas (para estas, vêr o anexo nº 1).

4. Aprovar o Regimento dos Órgãos Dirigentes da C.E. e a criação das Seções nele propostas, acrescidas de uma Seção para assuntos econômicos e financeiros.

5. Aprovar o relatório da Comissão do CC. incumbida de informá-lo sôbre o fechamento de "Hoje", a situação do trabalho de finanças e a situação das emprêsas, bem como as medidas práticas propostas no ítem 43 do mesmo, ressalvada a modificação aprovada com relação à letra "h". (Para as medidas práticas aprovadas, vêr o anexo nº 2).

6. Aprovar o Relatório da Comissão Especial do C.D. para aplicar a resolução de adaptar a organização regional dos marítimos à nova estrutura do Partido; aprovar, igualmente, as medidas práticas propostas na parte final do Relatório. Eleger uma nova Comissão Especial para tratar do assunto, composta dos camaradas Adalberto, Elias, Humberto, Itair e Mello. (Para as medidas aprovadas, vêr o anexo nº3).

7. Discutir na próxima reunião do C.C. a política econômica-financeira que convém à classe operária.

8. Discutir na próxima reunião do C.C. o Plano de Construção do Partido, com as modificações propostas pelo Partido.

9. Discutir na próxima reunião do C.C. o Regulamento de Finanças, com as modificações propostas pelo Partido.

10. Discutir na próxima reunião do C.C. a conveniência ou não da mudança agora do C.C. para São Paulo.

11. Discutir na próxima reunião do C.C. a forma de publicação dos documentos do Partido.

12. Assegurar a realização do "Encontro Sul-Americano de Mulheres", programado para abril próximo, no Rio. Determinar que tôdas as organizações do Partido ajudem nossa tarefa.

13. Assegurar a realização do Congresso de Lavradores e trabalhadores Agrícolas programado para outubro, em Belo Horizonte. Mobilizar as organizações operárias, estudantís e outras para que o apoiem.

14. Convocar, de acôrdo com o Art. 37 dos Estatutos e em conseqüência da Resolução do V Congresso, a I Conferência Regional do Nordeste, a realizar-se em Recife a 15 e 16 de julho do corrente ano. Constituir uma Comissão Especial de Organização da Conferência, composta dos camaradas Capistrano, Aristeu e Bonavides. Autorizar à C.E. a elaborar e aprovar as Normas para a Conferência.

15. Realizar, na primeira quinzena de julho próximo, uma reunião de Delegados de Organizações de Base de Comitês Universitários.

16. Determinar à C.E. que envie à região de Formoso um quadro para ajudar o Partido nas questões de organizações, estudar a situação real da região e realizar um trabalho de educação do Partido.

17. Decidir que os Suplentes do C.C., quando membros do Secretariado dêste, participem das reuniões do Comitê.

18. Enviar mensagem ao C.E. de Goiás, por motivo do falecimento do camarada Abraão Isaac Neto.

ANEXO Nº 1

"Em conclusão, é necessário tomar, entre outras, as medidas abaixo especificadas, objetivando possibilitar a correção dos erros e a aplicação mais correta do centralismo democrático, principalmente do princípio da direção coletiva:

1 — Eleger 9 membros para a C.E. e 2 suplentes desta. Esta medida possibilitará a mobilização para o trabalho de direção, de maneira mais efetiva, de um maior número de camaradas, criando condições para um trabalho coletivo mais sólido da C.C. a necessidade de suplentes se faz sentir, a fim de impedir que a C.E. funcione desfalcada de seu efetivo.

2 — Regulamentar a atividade da C.E.

3 — Regulamentar a atividade do Secretariado.

4 — Aprovar a composição das diversas Seções e Comissões e a correspondente regulamentação de suas atividades.

5 — Aprovar um projeto de plano de construção do Partido, que desça ao P. para recolherem-se opiniões e seja em seguida reelaborado e submetido à aprovação do C.C. em sua próxima reunião.

6 — Dar à C.E. a tarefa de elaborar um informe sôbre a política de organização do Partido."

ANEXO Nº 2

" *Medidas práticas propostas*

a) Criação da Seção de Finanças do Comitê Central, com as sub-seções necessárias ao pleno desempenho de suas funções de órgão auxiliar da direção no trabalho de finanças do Partido. Entre essas subseções, deve figurar a de contrôle administrativo e contábil das emprêsas do Partido.

b) Elaboração da política de finanças do Partido.

c) Elaboração, como elemento da política de finanças do Partido, da política financeiro-administrativa das emprêsas centrais do Partido.

d) Organização, no mais curto prazo possível, da direção administrativa da Gráfica Itambé.

e) Levantamento de 5 milhões de cruzeiros, no prazo de dois meses, através da mobilização de tôdas as fôrças do Partido, tendo em vista, prioritàriamente, atender às necessidades financeiras urgentes da Gráfica.

f) Designação de um responsável pela direção administrativa do "shopping News" que não tenha qualquer função administrativa na Gráfica e que, no prazo de um mês, apresente à C.E. um relatório sôbre a situação do jornal e propostas concretas sôbre a solução a adotar a respeito.

g) Normalizada a situação da Gráfica, de modo a que atenda às condições expostas na "Resolução sôbre a política de imprensa", a Comissão Executiva deverá submeter à consideração do C.C. proposta com vistas à criação de uma Comissão Organizadora do lançamento do diário de massas.

h) A C.E., à base das conclusões do Relatório e do debate no plenário do C.C., deverá expedir uma circular a todo o Par-

tido sôbre os problemas de "Hoje", das emprêsas e da situação de finanças."

ANEXO Nº 3

"*A Comissão propõe ao Comitê Central:*

a) Transformar a Resolução sôbre a extinção do C.R.M. num projeto de resolução, para ser enriquecido e aperfeiçoado no processo de sua discussão em tôdas as organizações partidárias que compõem o atual C.R.M.;

b) Eleger uma Comissão Especial do C.C., para acompanhar o processo de discussão do projeto de resolução;

c) Encarregar à Comissão Especial do C.C. de que, à base do material recolhido no processo da discussão do projeto de resolução, e à base de seus próprios estudos, elabore e apresente ao C.C. um nôvo projeto de resolução, com a respectiva fundamentação, para ser discutido e aprovado na próxima reunião do Comitê Central;

d) Determinar que seja obrigatória a participação de uma delegação de cinco camaradas do C.R.M. na discussão definitiva que sôbre o assunto se realizará na próxima reunião do C.C."

INDICAÇÕES DO C.C. À C. EX. APROVADAS NA REUNIÃO DE MARÇO DE 1961

"1 — Que a C.Ex. adote, imediatamente, tôdas as providências a fim de que a batalha política pela legalidade do Partido seja realizada em caráter específico e concreto, através de iniciativas jurídicas e parlamentares e do movimento de massas em geral.

2 — Que a C.Ex. publique os Estatutos do Partido tal como estão redigidos, e dirija-se à Justiça Eleitoral solicitando seu registro. Para esta última finalidade, apresentar sem a introdução e agregando algumas formalidades legais.

3 — Que a C.Ex. planifique a discussão dos diversos aspectos de trabalho de massas, sucessivamente, nas próximas reuniões do C.C.

4 — Que a C.Ex. trabalhe no sentido de:

a) organizar comissões de solidariedade a Cuba, onde não existam;

b) ganhar para essa tarefa as organizações sindicais, estudantís, populares, etc.;
c) promover atos de esclarecimento sôbre a revolução cubana;
d) iniciar intensa divulgação dos avanços da revolução com a impressão de folhetos, livros, notas nos jornais e rádios, etc.; sôbre a lei de reforma agrária de reforma urbana, de nacionalização das emprêsas, da luta contra o analfabetismo, etc.;
e) realizar manifestações de protesto contra a política dos EE. UU. em relação a Cuba;
f) dar todo apoio às atividades da "Comissão Brasileira contra a intervenção em Cuba".

5 — Que a C.Ex. estude a possibilidade de uma revista de propaganda das realizações dos países socialistas.

6 — Que a C.Ex. determine a um camarada que escreva uma resposta ao artigo de Caio Prado Jr., publicado no nº 32 de "Brasiliense".

7 — Que a C.Ex. zele pelo cumprimento da norma estabelecida de as emprêsas apresentarem relatórios mensais da sua atividade.

8 — Que a C.Ex. proceda a um levantamento geral de todo o patrimônio do Partido, tanto daquele sob a guarda do C.C. como daquele sob a responsabilidade dos CC.EE., notadamente: máquinas gráficas, etc.; veículos; terrenos e prédios; máquinas de escrever; outros bens de valor ponderável."

REGIMENTO DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

Comissão Executiva

1 — A Comissão Executiva é o órgão dirigente executivo do Comitê Central entre uma e outra reunião dêste. Suas atribuições e obrigações principais são:

a) dirigir tôda a atividade partidária com vistas à execução das resoluções do Comitê Central e de suas próprias decisões, daquelas decorrentes;
b) submeter ao Comitê Central as questões que são da competência exclusiva dêste;

c) coordenar a atuação dos membros do Comitê Central;
d) controlar o trabalho dos órgãos auxiliares do Comitê Central;
e) examinar, entre uma e outra reunião do Comitê Central, a prestação de contas do Secretariado do Comitê Central e sôbre ela decidir.

2 — Dentro dessas atribuições e obrigações, incumbe, em particular, à Comissão Executiva:

a) a responsabilidade pelas relações com os partidos irmãos de outros países;
b) dirigir pollticamente a imprensa central do Partido;
c) no trabalho de contrôle das Seções e Comissões do Comitê Central, controlar a atividade individual dos membros delas, podendo afastá-los da função até pronunciamento do Comitê Central;
d) designar os administradores das emprêsas industriais e comerciais do Partido;
e) providenciar a criação e manutenção do fundo de reserva financeira do Comitê Central;
f) determinar, dentro das normas orçamentárias do Comitê Central, as verbas necessárias ao funcionamento do Secretariado e das Seções do Comitê Central.

3 — A Comissão Executiva prepara a reunião do Comitê Central com a ordem-do-dia aprovada por êste na reunião anterior ou apresentada por iniciativa da Comissão Executiva. Ela fará chegar aos membros do Comitê Central, com uma antecedência de 8 dias da data da reunião dêste, os materiais a serem discutidos.

4 — A Comissão Executiva, na primeira reunião após a reunião do Comitê Central, examina as resoluções e indicações aprovadas, organiza sua execução e o contrôle desta.

5 — A Comissão Executiva reune-se ordinàriamente a intervalos por ela própria estabelecidos e não superiores a 15 dias, e, extraordinàriamente, sempre que fôr necessário, a critério da maioria de seus membros efetivos. Para modificar a data da reunião ordinária é obrigatória a consulta a cada um de seus membros. Em caso de urgência, na impossibilidade absoluta de

reunir, a Comissão Executiva pode tomar decisões mediante a consulta à maioria de seus membros efetivos.

6 — A ordem-do-dia da reunião da Comissão Executiva é aprovada, em princípio, na reunião anterior e poderá ser modificada, com a diminuição ou acréscimo de seus pontos, por proposta de qualquer dos seus membros com aprovação da maioria. Nas reuniões ordinárias, o primeiro ponto da ordem-do-dia será obrigatòriamente uma informação sôbre a atividade do Secretariado, relacionada com as tarefas a êle designadas e sôbre as questões surgidas entre uma e outra reunião da Comissão Executiva. Tal informação será prestada pelos membros da Comissão Executiva que participam do Secretariado e coordenadas pela Secretaria Geral do Comitê Central. Cabe ao Secretariado fazer chegar aos membros da Comissão Executiva com uma antecedência de cinco dias da data de sua reunião, os materiais que exigem maior discussão. Quanto ao método de discussão, será resolvido para cada questão na própria reunião.

7 — As reuniões da Comissão Executiva são presididas pelo Secretário Geral do Comitê Central e, na sua ausência, por um membro da Comissão Executiva por esta designado.

8 — No caso de ausência de um ou mais membros efetivos, serão convocados para as reuniões da Comissão Executiva os seus membros suplentes, segundo a ordem estabelecida pelo Comitê Central.

9 — A Comissão Executiva poderá ampliar as suas reuniões, em caráter consultivo, com membros de órgãos dirigentes de quaisquer organizações do Partido, das diferentes Seções do Comitê Central e quaisquer membros do Partido que possam contribuir para o melhor esclarecimento de problemas em discussão.

10 — A Comissão Executiva distribui entre seus membros a assistência aos órgãos de concentração e a responsabilidade pelas diversas frentes de trabalho. A Comissão Executiva deve trabalhar à base de planos e de contrôle de sua aplicação.

11 — No seu plano de trabalho mensal, a Comissão Executiva incluirá obrigatòriamente o exame do balancete de finanças, a discussão das posições políticas do órgão central de imprensa e, sempre que possível, fará o balanço da atividade de, pelo menos, uma frente de trabalho.

12 — A Comissão Executiva, no intervalo das reuniões do Comitê Central dará conhecimento aos membros dêste das deci-

sões mais importantes que tomar, consultando-os a respeito delas, sempre que possível, antes de tomá-las.

Secretariado do Comitê Central

1 — O Secretariado do Comitê Central é o órgão operativo diário dêste, que atende às questões de ordem prática do trabalho de direção e atua subordinado à Comissão Executiva.

2 — As principais atribuições e obrigações do Secretariado são:

a) organizar e controlar, no terreno prático, a aplicação das decisões do Comitê Central e da Comissão Executiva;
b) encaminhar à Comissão Executiva sugestões sôbre qualquer aspecto da atividade partidária;
c) organizar e preparar as reuniões do Comitê Central e da Comissão Executiva, no que diz respeito à convocação de camaradas e outros detalhes técnicos;
d) manter ligação com as Seções do Comitê Central;
e) manter ligação com o diretor do órgão central de imprensa, e, entre uma e outra reunião da Comissão Executiva, mantê-lo informado da opinião do Secretariado sôbre os acontecimentos de maior importância;
f) manter organizado o aparêlho de direção, de forma a que êste possa atuar em qualquer circunstância;
g) assegurar as ligações com os órgãos dirigentes imediatamente inferiores.

3 — Após cada reunião da Comissão Executiva, o Secretariado deve reunir-se imediatamente para tomar conhecimento das decisões e organizar o cumprimento prático das tarefas resultantes.

4 — O Secretariado deverá reunir-se ordinàriamente uma vez por semana com a presença obrigatória de todos os seus membros. Para ouvir camaradas, receber informações, transmitir decisões ou opiniões, etc., poderá o Secretariado realizar tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias, sem a participação obrigatória de todos os Secretários. O Secretariado reunir-se-á a pedido de qualquer um de seus membros para tratar de questão urgente.

5 — Em cada uma de suas reuniões ordinárias, o Secretariado tomará conhecimento das decisões individuais e das iniciativas tomadas, assim como serão prestadas contas das tarefas pelas quais é responsável cada Secretário.

7 — O Secretariado é responsável pelo funcionamento da Secretaria Técnica, à qual cabe manter organizada a aparelhagem técnica do Comitê Central (datilografia, mimeografia, etc.), atender ao trabalho de correspondência do Comitê Central, etc.

8 — O Secretário Geral do Comitê Central coordena a atividade do Secretariado e trabalha sob a direção dêste. O Secretário Geral representa legalmente o Partido e, em nome do Comitê Central, assina sua correspondência mais importante.

9 — O Secretariado designará os responsáveis pelos locais do Comitê Central (sedes e escritórios) e pela conservação dos bens patrimoniais.

Seções do Comitê Central

1 — As Seções do Comitê Central são órgãos auxiliares permanentes, por êste criados ou extintos, e têm por finalidade ajudá-lo a elaborar a política do Partido nas diferentes frentes de trabalho e contribuir para sua justa aplicação.

2 — Cada Seção do Comitê Central terá um responsável designado pelo Comitê Central e será integrada por três ou mais camaradas igualmente designados pelo Comitê Central.

3 — As Seções do Comitê Central são responsáveis perante êle, mas trabalham sob a imediata direção e contrôle da Comissão Executiva e em ligação com o Secretariado do Comitê Central, com o qual se entende relativamente às questões do trabalho diário.

4 — As Seções do Comitê Central devem planificar sua atividade, partindo sempre das resoluções do Comitê Central e da Comissão Executiva. O plano de trabalho de cada Seção deve ser submetido à aprovação da Comissão Executiva, cabendo esta controlar sua realização.

5 — Cada Seção do Comitê Central distribuirá entre seus membros as diversas tarefas a realizar, organizando, sempre que possível, departamentos específicos, com funções e responsabilidades definidas. Na Seção de Organização haverá obrigatòriamente, um responsável de quadros que cuidará do contrôle e desenvolvimento dos quadros do Partido.

6 — Cada Seção do Comitê Central reune-se, pelo menos, duas vêzes por mês. A ordem-do-dia das reuniões deverá ser organizada com antecedência e dada a conhecer a todos os membros da Seção, com antecedência de, pelo menos, 24 horas. Tôdas as questões serão resolvidas através de discussão e por decisão da maioria. Em caso de controvérsia, cabe à Comissão Executiva decidir.

7 — Cada Seção do Comitê Central prestará contas, obrigatòriamente, de sua atividade, de dois em dois meses, em reunião com a Comissão Executiva ou através de relatório escrito.

8 — Cada Seção do Comitê Central apoia-se, para seu funcionamento, num corpo de colaboradores, cujo efetivo varia de acôrdo com as necessidades, que são designados pela Comissão Executiva.

9 — As Seções do Comitê Central realizarão, uma vez por mês, uma reunião ordinária para discutir a situação política nacional e internacional.

10 — São criadas as seguintes Seções do Comitê Central:

1) Seção de Organização (S.O.)
2) Seção Sindical (S.S.)
3) Seção de Campo (S.C.)
4) Seção de Educação e Propaganda (S.E.P.)
5) Seção de Massas (S.M.)
6) Seção Juvenil (S.J.)
7) Seção Parlamentar e Eleitoral (S.P.E.)
8) Seção de Finanças (S.F.)
9) Seção de Estudos Econômicos (S.E.E.)
10) Seção de Relações com o Exterior (S.R.E.).

8. OS AUXILIARES DO PC

Sob a denominação geral de *auxiliares* do Partido Comunista compreende-se um número imenso de pessoas, supostamente não pertencentes aos quadros da organização, mas que, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, cooperam com o Partido, através dos mais variados meios e processos. O fenômeno é universal, existe pràticamente em todos os países ainda não dominados pelo comunismo.

O Partido Comunista é sempre uma entidade relativamente pequena. O que a torna importante e influente são justamente os *auxiliares* que multiplicam a eficiência de atuação do partido nos diversos setores da vida nacional. São, por exemplo, os *auxiliares* que constituem a maior parte das "massas" controladas pelo Partido no meio sindical, estudantil, intelectual, etc. São os *auxiliares* que concretizam a grande influência do Partido no processo eleitoral, em todos os tipos de eleições.

São os *auxiliares* que asseguram a sobrevivência material do Partido quando na ilegalidade, cooperando no mascaramento de suas atividades, em sua manutenção, na proteção de seus militantes e dirigentes perante os órgãos policiais e a justiça.

O têrmo genérico de *auxiliares* foi sugerido por Suzane Labin, em seu livro: "Em cima da hora". Sob essa designação engloba-se uma variedade imensa de nuances e tipos de cooperação que muitas vêzes são conhecidos por denominações especiais, das quais muitas têm origem no próprio Partido Comunista.

Vamos aqui enumerar e procurar definir algumas das principais categorias de auxiliares do PC.

1) *Cripto-comunistas* — São comunistas não confessos, por mêdo ou conveniência. Entre êstes encontram-se, por exemplo,

os membros de certos setores secretos do Partido Comunista, como o militar e o jurídico. É o comunista oculto, como exprime a própria designação, que se manifesta sempre em favor dos comunistas ou do PC, em tôdas as ocasiões favoráveis.

Para justificar a sua cooperação alegam, em geral, ou a existência do perigo comunista, ou a necessidade de atender as imposições das liberdades democráticas que podem favorecer eventualmente os comunistas.

Os cripto-comunistas procuram dificultar a repressão ao comunismo e orientar as decisões políticas e administrativas em favor dos comunistas.

Vamos dar alguns exemplos:

— O Juiz A absolve ou concede "habeas-corpus" sistemàticamente aos comunistas que são acusados ou prêsos por atividades subversivas.
— O Secretário de Segurança B permite a realização de comícios e reuniões ilegais de comunistas e relaxa a vigilância contra os mesmos.
— O Coronel X participa de todos os movimentos legais e pseudo-legais nos quais os comunistas procuram explorar determinados motivos para propaganda comunista.
— O Governador Estadual Y nomeia secretários comunistas de cuja ideologia e atividades tem conhecimento ou finge desconhecer.

A, B, X e Y são nesse caso possìvelmente cripto-comunistas, isto é, comunistas disfarçados que não identificam a sua ideologia, a fim de manter a sua posição funcional e política.

O que caracteriza o cripto-comunista é, por conseguinte, o fato de ser *comunista* e *ocultar a sua ideologia,* só se tornando possível identificá-la através de seus atos, suas atitudes ou de referências por correligionários.

2) *Simpatizantes* — são pessoas que, ainda não comunistas, são condescendentes ou parcialmente adeptas da causa comunista, de seus objetivos ou de seus defensores. Os simpatizantes constituem talvez o grupo mais numeroso de auxiliares, formando o grosso das massas lideradas pelos comunistas. Cooperam nas campanhas do Partido Comunista, com seu trabalho, seu

apoio ou sua ajuda financeira. Participam de cerimônias ou reuniões com comunistas. Assinam memoriais e manifestos. Integram frentes ou grupos liderados por elementos do Partido. Têm sempre atitudes favoráveis e simpáticas em relação às pessoas, produtos e empreendimentos de nações comunistas, as quais procuram visitar ou conhecer.

Em seu livro: "Pequena história do Mundo Comunista", Oswaldo Peralva; com a sua autoridade de ex-comunista, caracteriza pitorescamente o simpatizante. Descreve:

"Êle também é, antes de tudo, um forte.

Refiro-me a essa figura bizarra que circula na periferia dos partidos comunistas, aqui ou no Laus: o simpatizante. Mais precisamente, o homem de classe média simpatizante do PC.

A fôrça do simpatizante consiste precisamente em ser e não ser comunista.

Onde e quando os comunistas são submetidos a perseguições (cadeia, perda de emprêgo público e até mesmo a tortura policial), em geral o simpatizante é poupado. E, se não o poupam, não faltarão jornalistas e parlamentares de espírito liberal para verberar a perseguição, tachar de estúpidos a polícia e os governantes do momento, argumentando: — É assim que se engrossa a fileira dos partidários de Moscou; é assim que se lança nos braços de Prestes mais um cidadão vítima de violência.

E o simpatizante vira notícia, é desagravado e, posteriormente, restaurado em seus direitos por decisão dos tribunais. Nisso se revela sua fôrça.

Mas acontece que, por vêzes, a violência parte de um dirigente comunista intermediário. Ou porque não lhe deu tôda a quantia reclamada a título de ajuda ou porque se recusou a assinar algum manifesto de interêsse do PC, ou porque discordou de uma das insistentes declarações de Prestes de "fidelidade incondicional à URSS", o simpatizante é agredido com um dêstes palavrões: Burguês oportunista! Liberalóide!

Ai, porém, do dirigente intermediário, quando a notícia do incidente chega aos ouvidos do dirigente superior. É por êste qualificado, no mínimo, de "piroquete", e tem de ouvir críticas neste estílo: Está trabalhando para o

Partido ou para a polícia ? Queres lançar um bom camarada, como êle, nos braços da reação ? Não sabes como êsses pequenos burgueses são cheios de amor-próprio ! Ou queres que êle tenha a mesma compreensão política, o mesmo espírito de sacrifício que um de nós ? Se fôsse assim, não seria simpatizante; já estaria no Partido !

* * *

Creio que foi Agildo Barata que, certa vez, dividiu o PCB em dois partidos distintos: um, o dos que trabalham; outro, o dos que viajam. O simpatizante é membro nato do segundo partido. Viajar como êle só o alto dirigente. Porque em todos os congressos patrocinados pela União Soviética em várias capitais do mundo — culturais, de paz, de juventude — o simpatizante é figura imprescindível. Em primeiro lugar, porque, não sendo comunista, empresta ao conclave aquela aparência de movimento de massa, de amplitude, de não-sectarismo; em segundo lugar, porque sendo comunista, uma espécie de "comunista sem partido" (cuja existência chegou a ser admitida, num rasgo de liberalidade, pelo próprio Stálin), não se recusará a ler o discurso prèviamente redigido pelos escribas da direção do PC, portanto sem o perigo de escandalizar a delegação soviética com uma ou outra declaração passível de ser tachada de desvio da "linha justa".

Essa categoria de simpatizante, via de regra, adora viajar. Há aqueles cuja missão revolucionária se restringe a empreender longas e confortáveis viagens por conta e a serviço do PC. Acabam habituando-se a isso, de tal modo que quando os deixam parados uns três meses queixam-se aos amigos de estar no ostracismo. Outros têm como meta determinadas viagens, feitas as quais se consideram realizados. Em 1957, em plena luta interna do PCB, encontrei um simpatizante indignadíssimo com as "patifarias da direção", de que andou sabendo. Mas advertiu que não queria intrometer-se nessa briga por duas razões, que logo enumerou: a primeira é que, como você sabe, eu não sou do Partido, a rigor nada tenho a ver com isso; e a segunda é que eu ainda quero fazer uma viagem, só uma,

mas esta é sagrada — quero ir à China, e se me incompatibilizar com a direção do Partido nunca que poderei realizar meu desejo.

Sei de outro dêsses viajantes que chegou a falar com Prestes que estava disposto a entrar para o Partido, mas como êle dirigia uma dessas "organizações de massa" criadas e manobradas pelo PC, o chefe comunista retrucou: "Não. Nós precisamos de você é como simpatizante".

Êsse tipo de simpatizante quase sempre tira mais do PC do que lhe dá. Tais relações, que lhe são pessoalmente vantajosas, não resultam, entretanto, da incapacidade de os dirigentes comunistas barganharem com os "companheiros de viagem revolucionária". Nêsse comércio não equivalente, há disputas, resmungos, falsetas, mas o PC se resigna, por fim, pois necessita tomar um ar respeitável, uma falsa aparência como as mulheres de má fama. Por sua vez, o "simpa" de certo porte é como o marido comprado: aufere vantagens materiais em troca de cobertura política que dá ao PC.

Ademais, êle não é estritamente forçado a andar na "linha justa". O Partido traça uma orientação que, certa ou errada, é qualificada e considerada "justa", para todos os efeitos. O militante que se desviar daí para a esquerda ou para a direita logo recebe uma etiquêta na testa: está querendo passar contrabando ideológico, acha-se sob a influência da burguesia, é um aventureiro, um sectário! Pois bem, o simpatizante faz questão de se afastar da linha, quase sempre um pouco para a esquerda, e bate orgulhosamente no peito, proclamando, por exemplo: "Eu sou um sectário. Comigo não tem nada de "burguesia progressista", ha! comigo só a classe operária tem vez!

Isso não impede, entretanto, que daí a pouco esteja almoçando no Jockey Club com alguns amigos burgueses, sendo por êstes tido como um "comunista diferente". Pois uma senhorita me fêz, certo dia, uma observação precisamente nesse sentido, a título de elogio, sôbre conhecido advogado: "Êle é um comunista gozado. Ontem estava almoçando no Jockey".

Às vêzes seu sectarismo se arrefece, e êle diz o diabo dos dirigentes. Mas é um estado de espírito passageiro:

a primeira vitória comunista, em qualquer setor, inflama-o de nôvo. Se Gagárin regressa do espaço sideral, êle faz questão de pagar a rodada de uísque, reabilita a memória de Stálin e pede a cabeça de todos os burgueses.

E eis que, enquanto os comunistas trabalham, são prêsos, perdem emprêgo, o simpatizante dá entrevista, viaja, é eleito e saúda com várias doses de scotch o feito mais memorável das armas ou da ciência soviética.

Em compensação aos funcionários do PC, cujos orçamentos não incluem despesas com vestuário, o simpatizante oferece roupa usada, ainda em boas condições, e até, num momento de veneta, o sapato quase nôvo que lhe está machucando o calo. Se o político conservador vai fazer um conchavo eleitoral com o PC, o simpatizante oferece com muito gôsto sua residência para o encontro devidamente sigiloso. Além disso, êle é uma das cinco fontes de receita do PC, a que aludi em O Retrato: "A segunda fonte eram os simpatizantes, dos quais se obtinham contribuições mais ou menos regulares, sob os mais variados pretextos: campanha de ajuda à imprensa, organização de um fundo especial para manter a segurança de Prestes, preparativos para a insurreição."

O simpatizante é assim um tipo amorfo que não chega a ser comunista, mas também não chega a não sê-lo. Como o cripto-comunista não se declara, como êle auxilia o Partido, difere, porém, do cripto-comunista porque êste é *realmente* comunista, ao passo que o simpatizante não tem uma ideologia definida. Apenas ajuda e vê o comunismo com bons olhos.

3) *Oportunistas* — são os indivíduos que por interêsse pessoal ou por receio associam-se a ação partidária, auxiliam-na e procuram obter vantagens. Êsse grupo é constituído principalmente pelos políticos profissionais que se aliam aos comunistas para obterem mais votos ou mais prestígio. A sociedade entre os comunistas e oportunistas é sempre um acôrdo com proveito mútuo. Os oportunistas cooperam com ajuda financeira e mediante concessões políticas ou administrativas, enquanto os comunistas auxiliam-nos com propaganda ou agitação.

4) *Inocente útil* — essa categoria abrange certos indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por vaidade,

desconhecimento ou inconsciência. Inúmeras pessoas contestam a existência de inocentes úteis, preferindo-os incorporar à classe dos oportunistas, argumentando que êles têm em mira, de qualquer modo, auferir vantagens pessoais.

Os comunistas denominam de "tolos" ou "bobos" todos aquêles que, por vaidade ou boa-fé, são iludidos e se prestam as manobras das frações comunistas nas agremiações infiltradas.

5) *Companheiros de viagem* — ou — *aliados* — são elementos não comunistas, algumas vêzes mesmo de objetivos contrários aos comunistas mas que se aliam a êstes para a conquista de determinados objetivos comuns. Constituem uma classe especial de oportunistas. Êstes casos se observam na constituição das frentes-únicas ou frentes populares em que se unem aos comunistas, indivíduos de várias correntes políticas cujos objetivos táticos podem permitir tal aliança.

São êsses as principais variedades de auxiliares do Partido Comunista que propiciam condições favoráveis a sua propaganda ideológica marxista-leninista, auxiliam as suas atividades, engrossam as massas orientadas e conduzidas por seus líderes, prestigiam os seus sucessos e perturbam, por todos os meios a defesa do sistema democrático contra os fatôres de sua destruição.

Anexo 2-I-6 (1)

Programa e Bibliografia do Curso Médio

É o seguinte o programa pormenorizado do Curso Médio referido no nº 6 do presente Capítulo:

I — *A sociedade em que vivemos.*

1. O desenvolvimento da sociedade.
   1) Duas concepções sôbre a história e o desenvolvimento da sociedade.
   2) A concepção idealista e suas características.
   3) A concepção materialista da história.
   4) As condições de vida material da Sociedade. O modo de produção.
   5) Base econômica e superestrutura.
   6) Conclusões.

2. A luta de classes e o desenvolvimento social.
   1) A Sociedade não foi sempre dividida em classes.
   2) O Estado: seu surgimento, sua essência, como ditadura de classe.
   3) O conceito de classe social.
   4) A luta de classes. A teoria marxista da luta de classes.
   5) A unidade e importância das diferentes formas de luta de classes. Necessidade do partido político da classe operária.

3. A exploração capitalista.
   1) A economia mercantil: seus traços fundamentais.
   2) A economia capitalista: forma desenvolvida da economia mercantil. A mercadoria fôrça de trabalho.
   3) A mais-valia. A lei da mais-valia.
   4) O salário. Salário e preços.

4. Contradições do regime capitalista.
   1) A acumulação capitalista e a pauperização relativa e absoluta da classe operária.
   2) A contradição fundamental do sistema capitalista.
   3) As crises econômicas.
   4) A tendência histórica do desenvolvimento capitalista.

5. O imperialismo, etapa superior do capitalismo.
   1) O imperialismo: definição. Traços característicos.
   2) A formação dos monopólios.
   3) O papel dos bancos e a oligarquia financeira.
   4) A exportação de capitais.
   5) Os monopólios internacionais e a divisão econômica do mundo. A divisão territorial do mundo e a exploração colonial.
   6) O lugar histórico do imperialismo. A crise geral do sistema capitalista.
   7) A situação atual do sistema imperialista mundial.

6. O regime socialista.

1) O surgimento do regime socialista.
2) Características do sistema socialista.
3) As relações sociais no socialismo.
4) O Estado socialista: — a ditadura do proletariado.
5) As leis gerais e as particularidades nacionais.
6) A superioridade do socialismo sôbre o capitalismo.
7) A transição do socialismo ao comunismo.

7. A era nova em que vivemos.

1) A relação entre os fatôres externos e internos no desenvolvimento da sociedade.
2) Importância de uma justa avaliação da situação internacional para a elaboração de uma justa linha política.
3) A nova época em que vivemos.
4) A possibilidade de impedir uma nova guerra mundial.
5) A situação do mundo favorece nossa luta.

II — *A realidade Brasileira.*

8. A exploração imperialista.
9. O problema agrário.
10. O desenvolvimento econômico do país.

1) O processo de industrialização.
2) As deformações do processo de desenvolvimento.
3) A intervenção estatal e a "livre emprêsa".
4) Os dois cursos de desenvolvimento.

11. As classes, o regime político e o Estado.

III — *A Política dos Comunistas.*

12. O caráter da Revolução Brasileira.

1) As contradições fundamentais da sociedade brasileira. Tarefas, caráter e etapa da revolução. Fôrças fundamentais interessadas no cumprimento dessas tarefas.

2) A contradição principal. O inimigo principal da revolução brasileira.
3) A interdependência das contradições.
4) A continuidade do processo revolucionário. Transformação da revolução nacional e democrática em revolução socialista.

13. A Frente-Única Nacionalista e democrática.
1) Necessidade objetiva da frente-única.
2) O processo de formação da frente-única e sua etapa atual. O movimento nacionalista.
3) A importância da unidade de ação.
4) A política independente da classe operária dentro da frente-única.

14. O centro da tática dos comunistas. A luta por um govêrno nacionalista e democrático.
1) A possibilidade de um nôvo curso de desenvolvimento econômico e político.
2) O centro de nossa tática: a luta por um govêrno nacionalista e democrático.
3) O caminho para um govêrno das fôrças antifeudais e antiimperialistas e o coroamento da atual etapa da revolução.
4) O papel decisivo da hegemonia do proletariado.

15. Os caminhos da Revolução Brasileira.
1) Os caminhos da revolução segundo a teoria marxista-leninista.
2) A possibilidade da via pacífica no Brasil.
3) A possibilidade da via não pacífica no Brasil.

16. O govêrno atual e a posição dos comunistas.
1) A situação política e a necessidade de reformas profundas de estrutura.
2) A posição das fôrças reacionárias face às reformas exigidas pelo interêsse nacional.
3) A posição da burguesia ligada aos interêsses nacionais.
4) O papel da classe operária e das massas trabalhadoras e populares.

IV — *A teoria do partido marxista-leninista.*

17. A teoria marxista-leninista.
18. O partido comunista: fusão do socialismo científico com o movimento operário.
19. Características e princípios de organização do Partido.
20. A política de organização do partido.

A Bibliografia dêste Curso aponta as seguintes obras e trabalhos:

— Fundamentos do Marxismo-Leninismo.
— Marx — Introdução à Crítica da Economia Política —
— Salário — Preços e Lucro.
— Engels — O papel do trabalho na transformação do macaco em homem — Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.
— Marx e Engels: — Manifesto do Partido Comunista.
— Lênin — Carlos Marx
  — O imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.
  — Que fazer ?
  — Um Passo Adiante e Dois Atrás.
— Plekanov — A Concepção Materialista da História.
— Stálin — O Partido.
— Mao Tse-Tung — Sôbre a Contradição.
— Tcheprakov — As classes da atual sociedade capitalista.
— Resolução Política do V Congresso (PCB) .
— XXII Congresso — Rumo ao Comunismo.
— Manual de Economia Política.
— XX Congresso do PCUS.
— Declaração dos Partidos Comunistas e Operários — Nov 1960.
— Programa do PCUS para a edificação do Comunismo.
— Resolução Política da Convenção Nacional — (Set 1960) (PCB) .
— Resolução Política dos Comunistas (Dez 1962) (PCB) .
— Teses para Discussão (PCB) .
— Revista Problemas nº 73.

— Revista Pela Paz e o Socialismo nº 4 (Suplemento).
— Estatuto do PCB.
— Resolução sôbre a Política de Organização do Partido (PCB).

Anexo 2-I-6 (2)

Programa Pormenorizado de um Curso Superior de Marxismo-Leninismo

É o seguinte o resumo geral das conferências que compõem as 43 aulas do Curso Superior mencionado no nº 6 dêsse capítulo.

1ª aula — As três fontes e as três partes integrantes do marxismo.
1) Generalidades.
2) Materialismo dialético.
3) Economia política marxista.
4) Socialismo utópico e científico
5) Marxismo.

2ª aula — O materialismo dialético, concepção científica e revolucionária do PC, fundamento teórico do Comunismo.
1) Introdução.
2) Objeto do materialismo dialético.
3) Surgimento do materialismo dialético, revolução da filosofia.
4) Oposição radical entre a dialética e a metafísica.
5) Oposição radical entre o materialismo e o idealismo.
6) Caráter criador do materialismo dialético.
7) O materialismo dialético, expressão teórica dos interêsses fundamentais da classe operária.
8) O materialismo dialético fundamento teórico do comunismo.
9) Ligeiras conclusões.

3ª aula — O materialismo filosófico marxista.
1) A questão fundamental da filosofia — materialismo e idealismo.
2) O materialismo do mundo e as leis de seu desenvolvimento.
3) O caráter primário da matéria e secundário da consciência.
4) O cognoscibilidade do mundo e as suas leis.

4ª aula — A dialética materialista.
1) A dialética materialista, o único método científico do conhecimento de transformação revolucionária do mundo.
2) A dialética materialista e o desenvolvimento dos fenômenos.
3) A dialética materialista e a conexão universal entre os fenômenos.
4) A lei da unidade e de luta entre os contrários.
5) A lei da passagem das modificações quantitativas às modificações qualitativas.
6) A lei da negação.

5ª aula — O materialismo histórico como ciência.
1) O objeto do materialismo histórico.
2) A criação do materialismo histórico, revolução na ciência.
3) O materialismo histórico e as leis do desenvolvimento social.
4) As leis históricas e a atividade consciente dos homens.
5) O espírito de Partido do materialismo dialético.

6ª aula — As condições da vida material da sociedade. Modo de Produção. Fôrças produtivas e relações de produção. A lei da correspondência obrigatória entre as Relações de Produção e o caráter das Fôrças Produtivas.

1) Condições da vida material da sociedade.
2) Modo de Produção, fôrça determinante do desenvolvimento social.
3) A lei da correspondência obrigatória entre as relações de produção e o caráter das fôrças produtivas.

7ª aula — A teoria marxista-leninista das classes e da luta de classes.
1) Introdução.
2) Definição de classes.
3) Origens das classes.
4) A estrutura de classe da sociedade escravista, feudalista e capitalista.
5) O papel histórico do proletariado e da sua luta de classe.
6) As formas de luta de classe do proletariado.
7) As classes e os partidos.
8) A abolição das classes.

8ª aula — A teoria marxista-leninista do Estado.
1) O Estado como superestrutura política.
2) As funções do Estado.
3) A origem do Estado.
4) Tipos e formas de Estado.
5) O Estado e a revolução.

9ª aula — O papel das massas populares e de indivíduo na História.
1) A crítica, pelo marxismo-leninismo, da concepção idealista do papel do indivíduo e das massas na história.
2) O povo é o criador da História.
3) O papel do indivíduo na História.
4) A luta do PC contra as teorias do culto às personalidades.
5) O papel dos chefes da classe operária.
6) Conclusões.

10ª aula — A doutrina marxista-leninista sôbre a revolução nos países coloniais e dependentes.

1) Introdução.
2) Os princípios básicos do marxismo-leninismo sôbre o proletariado.
3) Os principais fundamentos do marxismo-leninismo sôbre a revolução nos países coloniais e dependentes.
4) A hegemonia do proletariado, condição básica para a vitória da revolução.

11ª aula — O materialismo dialético histórico, fundamento teórico da política do Partido.

1) Introdução.
2) A ligação entre as teses básicas da dialética materialista e as teses básicas da política do Partido.
3) A ligação das teses da teoria dialética e das teses teóricas da política do Partido.
4) A relação entre o materialismo histórico como ciência e a política do Partido.
5) Conclusões.

12ª aula — O objeto da Economia Política.

1) A produção e os meios de produção; meios de trabalho e objetos de trabalho.
2) Fôrças produtivas e relações de produção; distribuição e consumo; o objeto da economia política.
3) As leis econômicas; caráter, objetivo das leis econômicas e suas particularidades.
4) O modo de produção, base e superestrutura.
5) O método da economia política.
6) Caráter de classe da economia política; a economia política marxista e única científica.
7) Importância do estudo da economia política para o PC.

13ª aula — A produção mercante, a mercadoria e o dinheiro.

1) Introdução: a produção mercantil, o ponto de partida do surgimento da característica geral do capitalismo.
2) A mercadoria e sua propriedade; o duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria.
3) A contradição da produção mercantil. O tempo de trabalho socialmente necessário.
4) A essência do dinheiro.
5) A lei da concorrência e da anarquia de produção.
6) A lei do valör e suas funções.

14ª aula — O capital e a mais-valia.

1) A base das relações de produção no capitalismo.
2) A transformação do dinheiro em capital.
3) A fôrça do trabalho como mercadoria; valor e valor de uso da fôrça do trabalho.
4) A lei da mais-valia.
5) O Capital como relação social de produção. Capital constante e capital variável.
6) Taxa de mais-valia.
7) Mais-valia absoluta e relativa. Mais-valia extra.

15ª aula — Acumulação do capital, lucro e crises.

1) Acumulação do capital.
2) Composição orgânica do capital: Concentração.
3) Lei geral.
4) Contradição fundamental do capitalismo.
5) Lucro. Taxa de lucro.
6) Lucro médio e prêço de produção.
7) Crises econômicas.

16ª aula — A renda territorial e as relações agrárias no campo.

17ª aula — O imperialismo — etapa superior do capitalismo. A lei econômica fundamental do capitalismo monopolista.
1) A passagem do imperialismo.
2) A concentração da produção, os monopólios e a concorrência.
3) A concentração e os monopólios no movimento bancário; o nôvo papel dos bancos.
4) O capital financeiro e a oligarquia financeira.
5) A exportação do capital.
6) A divisão econômica do mundo entre associações de capitalistas; os monopólios internos.
7) Coroamento da divisão territorial do mundo entre as grandes potências e a luta pela sua redivisão.
8) A lei econômica fundamental do capitalismo monopolista.

18ª aula — A crise geral do capitalismo.
1) A essência da crise geral do capitalismo.
2) A 1ª guerra mundial e o começo da crise geral do capitalismo.
3) A vitória da grande revolução socialista de outubro e a divisão do mundo em 2 sistemas; o capitalismo e o socialismo.
4) A crise do sistema colonial do imperialismo.
5) O aguçamento do problema dos mercados; o funcionamento incompleto crônico das emprêsas e o desemprêgo crônico em massa.
6) O aprofundamento das crises de superprodução e as modificações no ciclo capitalista.

19ª aula — Período de transição do capitalismo ao socialismo.

1) A revolução proletária e a necessidade do período de transição do capitalismo ao socialismo.
2) A ditadura do proletariado como instrumento de construção de economia socialista.
3) A nacionalidade socialista.
4) Formações econômicas e classes no período de transição; a aliança da classe operária e do campesinato.
5) Surgimento das leis econômicas do socialismo.
6) Os fundamentos da política econômica no período de transição do capitalismo ao socialismo.
7) A NEP (nova política econômica).

20ª aula — O regime econômico na URSS.

1) O sistema socialista de economia nacional e a propriedade socialista.
2) O caráter das relações de produção socialista.
3) Traços essenciais da lei econômica fundamental do socialismo.
4) A lei do desenvolvimento planificado (proporcional) da economia socialista.
5) A lei da distribuição segundo o trabalho.

21ª aula — O regime econômico da República Popular da China.

1) As premissas econômicas da revolução popular chinesa.
2) O caráter da revolução chinesa.
3) As transformações revolucionárias no campo; a nacionalização socialista.
4) As formas de propriedade dos meios de produção e a estrutura das classes, da sociedade na República Popular da China.

5) Os caminhos da industrialização socialista na China.
6) A transformação socialista gradual da agricultura.
7) A elevação do nível material e cultural da vida do povo chinês.

22ª aula — O regime econômico da República Democrática do Vietnan.
1) Premissas econômicas da revolução popular no Vietnan.
3) A política econômica da República no Vietnan.
4) A economia do Vietnan durante a guerra da resistência de 1947-53.
5) A reforma agrária democrática popular: 1953-54.
6) A elevação do nível de vida material e cultural do povo.

23ª aula — O regime econômico da República Popular no Brasil preconizada no programa do PCB.
1) As premissas econômicas da revolução democrática popular.
2) O caráter e as particularidades da revolução.
3) As transformações radicais no campo.
4) As transformações radicais na indústria e no comércio.
5) As formas de propriedade dos meios de produção.
6) A estrutura de classe do regime democrático-popular.
7) A política econômica e financeira do regime democrático-popular.
8) Os caminhos para a industrialização socialista.
9) Os caminhos para a transformação social da agricultura.

10) As medidas para elevação do nível material e cultural do povo.

24ª aula — A luta de Marx e Engels pela vitória do nacionalismo científico no movimento operário.
1) Introdução.
2) A luta contra o idealismo filosófico.
3) A luta no campo das doutrinas econômicas.
4) A luta contra as doutrinas hostís no movimento operário.
5) A luta pela vitória das teses fundamentais do marxismo.
6) Conclusões.

25ª aula — História do PCUS — Marxismo-Leninismo em ação.
1) Introdução.
2) Lênin — fundador e chefe do Partido Bolchevique.
3) As obras de Lênin, modêlo de marxismo criador.
4) Os Congressos do PCUS — marcos da vida do Partido.
5) A grande revolução socialista de outubro — vitória do marxismo-leninismo.
6) A construção do socialismo e a transição comunista.

26ª aula — O que nos ensina a História do PCUS.
1) Introdução.
2) O Partido, condição indispensável para o triunfo da revolução.
3) A fôrça do Partido reside na teoria marxista-leninista.
4) O triunfo da revolução proletária é impossível sem a derrota dos Partidos pequenos-burgueses do movimento operário.

5) O Partido intransigente frente ao oportunismo e ao capitalismo.
6) O Partido intransigente frente a seus erros.
7) O Partido é a encarnação dos vínculos com as massas.

27ª aula — O que é a Política, do ponto de vista marxista.
1) Introdução.
2) Que é a política.
3) Os princípios em que se baseia a política do Partido.
4) A política do Partido é uma política científica.
5) A política do Partido é uma política revolucionária.
6) A política do Partido é uma política internacionalista.
7) Conclusões.

28ª aula — O caráter da Revolução Brasileira.
1) Introdução.
2) A revolução brasileira tem 2 etapas.
3) A revolução antiimperialista e antifeudal.
4) A revolução socialista.
5) Peculiaridades nacionais que influem no caráter da revolução brasileira.
6) Os dois principais desvios na questão da revolução brasileira.
7) Conclusões.

29ª aula — O que é o Programa do Partido.
1) Introdução.
2) Os dois lados do movimento operário.
3) A elaboração do Programa na luta contra o subjetivismo.
4) O que é o Programa do Partido.
5) Principais exigências que o Programa deve cumprir.
6) Conteúdo do Programa do nosso Partido.

7) Importância do Programa do nosso Partido.

30ª aula — O que é a política do ponto de vista marxista-leninista.

1) Introdução.
2) Que é a política.
3) Princípios em que se baseia a política do Partido.
4) A política do Partido é uma política científica.
5) A política do Partido é uma política revolucionária.
6) A política do Partido é uma política internacionalista.
7) Conclusões.
(Obs. Esta aula seguiu o mesmo esquema da 27ª)

31ª aula — Os princípios fundamentais da Estratégia e da Tática dos Partidos.

1) Introdução.
2) Os dois lados do movimento operário.
3) Análise marxista-leninista das fôrças de classe.
4) Princípios de estratégia e de tática.
5) Em que consiste a estratégia.
6) Em que consiste a tática.
7) A missão da direção estratégica.
8) A missão da direção tática.
9) As consignações e a diretiva.
10) Elementos gerais da estratégia e de tática.
11) Algumas observações sôbre o Partido.

32ª aula — As onze teses do Programa do PCB.

33ª aula — Concentrar o fogo sôbre o imperialismo norte-americano.

34ª aula — A revolução agrária antifeudal.

1) Os objetivos da revolução agrária antifeudal.
2) As sobrevivências feudais do Brasil.
3) A reforma agrária democrático-popular.
4) A questão da nacionalização da terra.
5) Classes e camadas sociais no campo.
6) Possibilidades objetivas para ganhar os camponeses ricos.
7) Aliança operária-camponesa alicerce da FDLN.

35ª aula — A burguesia na primeira etapa da revolução.

1) A revolução antiimperialista e antifeudal não tocará nas bases do capitalismo.
2) Possibilidades objetivas e subjetivas para ganhar a burguesia nacional.
3) Relações entre o proletariado e a burguesia nacional na Frente-Única revolucionária.
4) Incompreensões sôbre a nossa posição diante da burguesia nacional.
5) Condições para o desenvolvimento não capitalista do regime democrático-popular.
6) Conclusões.

36ª aula — Nossa luta por um Estado democrático popular e por um govêrno democrático de libertação nacional.

1) Introdução.
2) O papel do Estado e do Govêrno nos diversos regimes político-sociais.
3) O despótico Estado dos latifundiários e grandes capitalistas imperante no Brasil.
4) O Govêrno de Café Filho, govêrno de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano.
5) A conquista de um regime democrático-popular, objetivo fundamental da revolução.

6) A conquista de um govêrno democrático de libertação nacional, como objetivo fundamental imediato.
7) Conclusões.

37ª aula — A Frente Democrática de Libertação Nacional.
1) Questões preliminares.
2) Os princípios da Frente-Única.
3) Os dois aspectos da Frente-Única.
4) O papel dirigente do proletariado.
5) A aliança operário-camponesa.
6) As fôrças antiimperialistas e antifeudais que participam da FDLN.
7) A FDLN.
8) As formas de Frente-Única e a FDLN.
9) Os objetivos e as tarefas da FDLN.
10) Conclusões.

38ª aula — Nossas tarefas para levar à vitória o Programa do Partido.
1) Introdução.
2) Ganhar todo o Partido para o Programa.
3) Transformar o Programa do Partido em Programa de todo o povo.
4) Nossas tarefas imediatas para a aplicação do Programa.
5) Conclusões.

39ª aula — As questões fundamentais dos Estatutos do Partido Comunista Brasileiro.

40ª aula — A questão do Partido.
1) Introdução.
2) Os problemas do Partido são iminentemente ideológicos.
3) Empregar a arma poderosa da crítica e da autocrítica.
4) Disciplina partidária e democracia interior.
5) Vigilância política, lei da Construção do Partido.

6) Ligação com as massas; nossa causa.
7) A justa seleção de quadros e o contrôle da execução das tarefas.
8) A unidade, condição principal de fôrça e do poderio do Partido.
9) Conclusões.

41ª aula — Os problemas atuais de construção do Partido.
1) Introdução.
2) O PCB na luta pela independência nacional, pela democracia e pela paz.
3) A influência ideológica da pequena burguesia nas fileiras do Partido.
4) As tarefas para colocar nosso partido à altura do Programa.
5) Conclusões.

42ª aula — Como ser um bom comunista.
1) Porque os membros do partido devem cuidar de sua própria educação.
2) O que é ideologia e como nasce a ideologia do proletariado.
3) Os processos e os objetivos da educação dos membros do Partido.
4) A relação entre o estudo da teoria marxista-leninista e a educação ideológica dos membros do Partido.
5) A subordinação incondicional dos interêsses pessoais dos membros do Partido aos interêsses do Partido.
6) A origem das ideologias estranhas no Partido.
7) Procurar ser os melhores discípulos de Marx, Engels, Lênin e Stálin.

43ª aula — Moral comunista.
1) Que é moral.
2) Numa sociedade de classes a moral apresenta sempre um caráter de classe.
3) A moral burguesa.

4) Traços básicos e particularidades fundamentais da revolução comunista.
5) As tarefas da educação comunista.
6) Métodos de educação da moral comunista.

Anexo 2-I-6 (3)

Normas Sumárias para o funcionamento das Escolas do Partido emitidas pelo PCB.

(Cópia do original existente no DOPS/SP)

METODOLOGIA

A Vida interna das escolas do partido — Sumário.
O que é uma escola do Partido.
A direção da escola.
O corpo de alunos.
O regimento interno.
A vida coletiva.
O programa de trabalhos.
Conclusões.

I — *O que é uma escola do Partido.*

As escolas são organizações que o Partido mantém para o trabalho de educação. Para êsse trabalho o Partido utiliza círculos de estudo, a imprensa etc., mas, cabe às escolas um papel destacado.

As escolas do Partido têm 2 funções:

função instrutiva
função educativa.

Função instrutiva: deve fornecer os elementos teóricos sôbre a política do Partido, sôbre organização sindical, questões de Economia Política etc.

Função educativa: às vêzes é subestimada. É a função ideológica, de formar o caráter dos militantes aproveitando a vida interna para educar, combater a autosuficiência, a negligência,

o individualismo. Na vida coletiva isso tudo aparece. Isso precisa ser combatido, extirpar a ideologia não socialista a ideologia pequeno burguesa e dar aos militantes a ideologia socialista.

Condições materiais: A escola necessita certas condições materiais: casa que combine um certo confôrto combinado com a segurança, casa mais ou menos isolada, entrada mais ou menos fácil que possibilite entrada dos alunos. Deve ter camas, mesas, roupas, cozinha, biblioteca, papelaria, quadro negro, mapas etc.

II — *A direção da escola*:

A escola do Partido não é dirigida por uma comissão nem organismo, nem secretariado.

Nas escolas do Partido a direção é individual, a responsabilidade é individual — do diretor.

O diretor é aprovado pela Direção Nacional dado à importância da tarefa.

O diretor deve ter certa preparação teórica e política, dá aulas, deve ter conduta moral íntegra e certa experiência de Partido.

O diretor é responsável pelo cumprimento dos programas, não pode tirar uma aula, nem botar outra. É responsável pelo cumprimento dos horários, pela disciplina etc.

Ajuda os alunos a organizar o estudo individual e coletivo e dá aulas.

Tem contacto com os professores, não lhes diz quais são as tendências dos alunos, seu nível etc.

Deve ouvir as aulas, mas nem tôdas.

Deve ouvir as sabatinas, porque através delas se vê a evolução dos alunos.

Deve trabalhar com os alunos, a fundo, do ponto de vista ideológico, deve ser intransigente no cumprimento das normas.

Combater a indisciplina, não sòmente mostrando, convencendo, conversando individualmente e, em último caso, impondo.

Ter grande autoridade moral. Combater o liberalismo e o egoismo (dos que não têm espírito de sacrifício que reclamam que a comida não é boa) etc., o individualismo (daqueles que nos grupos não deixam os outros responder e não ajudam aos mais atrazados).

O diretor deve ser fraternal, despertar confiança, não permitir que os alunos fiquem com sensação de inferioridade.

O diretor não deve ser liberal — não querer explicar tudo, mas, sempre explicar (nada de gritos).

No fim do curso o diretor faz um relatório com 30 ítens — início e duração do curso.

— Número de alunos.

— resumo dos dados biográficos: origem, profissão, cargos no Partido.

— informação sôbre os professôres (opinião do diretor e dos alunos).

— informações sôbre o coletivo: direção do coletivo, funcionamento e composição social.

— classificação dos alunos por aproveitamento e comportamento.

— que alunos podem participar de outro curso.

— problemas de caráter ideológico, interêsses pelo estudo, disciplina, gracejo com alunas.

— característica política do curso: sectarismo, oportunismo e os problemas que não preocupam os alunos.

O relatório não deve ser sêco, frio, deve ter espírito crítico e autocrítico e espírito ideológico.

Sempre que possível deve haver um diretor da casa (administrador) responsável pela segurança, limpesa, abastecimento etc.

O diretor da casa é subordinado ao diretor da escola.

III — *O corpo de alunos*:

Êstes são destacados pela direção do Partido. Entrada feita com certa norma. Muito rigor na questão dos olhos.

Na escola os alunos são subordinados ao diretor, mesmo que sejam dirigentes, porque na escola todos se nivelam.

Os alunos não formam um organismo; constituem um coletivo que cumpre o regimento interno.

Seleção dos alunos.

1 — Militantes responsáveis que tenham demonstrado sua dedicação ao Partido (para escola de 6 dias e estaduais).

Nas escolas de emprêsas, pode ser até um recém-recruta, se fêz bem seu trabalho e desde que mereça confiança.

2 — Idade e tempo de militância — não fixar, levando em conta as condições de nosso Partido. Nas escolas estaduais — 4 a 5 meses de militância.

3 — Não haver, após sua filiação ao Partido cometido qualquer ato contrário aos interêsses da classe operária.

4 — Capacidade intelectual. Em tese quem não sabe anotar não viria, mas, levando em conta a realidade de nosso país, o analfabetismo, devemos ver se o quadro é vivo.

O diretor divide os alunos em grupos, para o estudo coletivo, ajudado pela direção do Partido.

Em cada grupo há um chefe para ajudar a dirigir o estudo, mas êste não é professor. Se pensar assim deve ser criticado.

O diretor ajuda os grupos, criando um ambiente democrático, que haja debate, mas não diálogo.

Norma de trabalho nos grupos: repassar as aulas ou súmulas (pode-se até dar os esquemas) debater as perguntas (nas escolas estaduais), as perguntas podem ser desdobradas.

Composição dos grupos — adiantados e atrazados, intelectuais e operários. O estudo coletivo é para ajudar os mais atrazados. Em geral não fazer alterações no meio do curso, mas, se o grupo é fraco se redistribui. Em caso de atrito — crítica dura e depois se substitui. O chefe de grupo sabendo dirigir o debate já satisfaz.

No 3º dia, reunião de diretor com os chefes de grupo para ver as experiências, tendências etc.

No início do curso o diretor chamará atenção dos alunos, sobre a disciplina, obediência, regulamento, fraternidade, ensinar uns aos outros.

Ter espírito comunista. Ser respeitoso. Nas escolas do Partido não se admitem anedotas sujas, linguajar sujo. Relações entre companheiros e companheiras. Advertir para ambiente de camaradagem e não ultrapassar os limites. Nada de namôro, bilhetes.

Na escola não se conferem notas.

IV — *O regimento interno*:

Tôda escola do Partido tem um regimento interno aprovado pela direção e feito de acôrdo com as condições da casa. Questões do regimento interno.

Segurança e disciplina:

horário para levantar;
repouso;
hora de silêncio;

conversação (onde e tom de voz); lugares de fumar, janelas, onde se pode ficar, manêjo de rádio; onde jogar rescunhos e anotações; plantão interno dos alunos (1 hora); cuidados em caso de retirada.

Higiene e alimentação: Normas sôbre cozinha e distribuição da comida; escalações de lavagem de pratos; escala de banho, roupa e barba.

Farmácia — cuidado com os doentes, advertir os que tiverem moléstia infecciosa (é um crime não dizer) talheres separados, casos de dieta.

Estudo individual e coletivo — funcionamento dos grupos de estudo, utilização dos materiais da escola com cuidado.

Jornal Mural — Caráter do jornal — crítica e autocrítica dos alunos (nada de críticas à direção do Partido) ou da escola. Críticas à indisciplina e ao individualismo, nada de críticas individuais.

V — *Vida coletiva*:

Sua importância para a boa ordem da escola e educar os camaradas. Não se deve permitir que a vida coletiva prejudique o estudo.

A assembléia dos alunos é o órgão máximo do coletivo dos alunos. A assembléia está subordinada ao diretor.

Nos cursos de mais de 10 dias fazer 3 assembléias.

1ª — no início — 2ª no meio — 3ª no fim. Em casos graves assembléias extras.

A assembléia do coletivo não revoga as normas da escola. Completa as normas estabelecidas com sugestões e estuda a melhor maneira de aplicá-las.

Centralismo do diretor para os alunos.

Direção do coletivo — 4 a 5 (turma grande)

1 — Presidente do coletivo e responsável pela casa-estudo.

2 — Responsável vigilância e disciplina.

3 — Responsável higiene e alimentação.
4 — Responsável jornal mural.

Quando tem 5 na direção, o presidente é só isso e se indica um responsável pela casa-estudo.

A direção da escola é ajudada pela direção do coletivo e esta não pode se sobrepor.

O diretor pode dissolver a direção do coletivo se esta faz grupinho.

A direção do coletivo é eleita na instalação da escola por sugestão da direção.

Na assembléia do meio os alunos podem fazer substituições.

Funções das comissões:

Comissão de vigilância:

escala de plantão (rodízio) 1 elemento dela em cada quarto responsável pelo vozerio — que ninguem olhe pela janela.

Comissão de Higiene e Alimentação:

lavagem pratos
limpeza
farmácia
não dá ordem sôbre comida
cigarros (forma caixa)

Comissão Estudos:

— zela pela biblioteca e só ela mexe.
— quando a turma é grande só os chefes de grupo pedem material.
— recolhe material tôda noite.

A Comissão de Estudos pode fazer sugestões.

Comissão Mural:

— sugere nome.
— quartos números vão sair (4 em 4 dias).
— sugere os temas mas não impõe.
— pode recusar materiais.
— nada de campanha de massas.
— só questões do Partido.
— mobiliza as fôrças artísticas.

VI — *O programa de trabalhos*:

Sessão solene de abertura — presença de um dirigente do Partido principalmente o Secretário do Partido (se não há nenhum, o diretor mesmo faz).

1 — Discurso com ligeiros traços da situação política, mostrar a importância do trabalho de educação e o esfôrço da direção nesse sentido. Devemos ligar a teoria à prática não para sermos doutores, mas, para sermos melhores militantes. O que o Partido espera dos alunos. Que é uma honra em vir para o curso e que correspondam à confiança do Partido.

— Explicar o que é o diretor e ressaltar a sua autoridade (15 a 20 minutos).

2 — Depois fala o diretor sôbre as normas práticas. Lê o regimento (15 a 20 minutos).

3 — Depois se indica a direção do coletivo, as comissões, grupos de estudo.

4 — Depois programa de estudo.

Dia do encerramento: Assembléia geral dos alunos com a presença de 1 dirigente do Partido.

O presidente do coletivo lê o informe (preparado depois de ouvir as comissões) dando:

— opinião sôbre o curso
— organização interna
— sôbre programa
— sôbre professores e diretor
— sôbre auxiliares

não mais 3 hs.
interv. 5 mts.

Encerra o diretor: crítica e autocrítica.

Se não há coisas graves não individualizar a crítica. Ter habilidade em não martelar banalidades. Abordar as questões do ponto de vista ideológico.

Encerramento solene do curso:

— Fala 1 aluno.
— Fala o diretor — apresentação das despedidas
— Franqueia-se a palavra.

— Encerra 1 dirigente (Secretário do Partido) — 6 conclusões da História do PC (b) ou algumas delas.

VII — *Conclusões*:

Importância das escolas do Partido. Nesses 2 últimos anos o Partido se beneficiou extraordinàriamente com a criação das escolas. O trabalho existe há quase 3 anos. Contribuição altamente positiva das escolas. Salvaram quadros, desenvolveram centenas de operários, deu-lhes caráter de vanguarda. Muitos dos êxitos do Partido se devem ao trabalho de educação.

Precisamos de mais escolas e com maior qualidade.

Compreender que para a construção do Partido e elevação do nível ideológico as escolas contribuem mais que tudo, mais que tôda a nossa imprensa.

Tôdas as direções devem zelar para montar escolas em distritais, zonas do interior etc., garantir seu funcionamento; ajudar ao diretor e aos professores, estudar os relatórios; ajuda política aos funcionários da escola.

CAPÍTULO II

A INFILTRAÇÃO

Resumo

A infiltração é a atividade através da qual o Partido Comunista consegue penetrar e dominar outras organizações, utilizando uma técnica metódica e eficiente. O trabalho de infiltração segue os mesmos princípios e a mesma sequência, seja qual fôr a natureza e a importância da organização visada: uma associação estudantil ou um parlamento. Essa técnica abrange normalmente três fases:

1a. Conquista dos pontos-chaves
2a. Formação de um elevado conceito
3a. Formação do grupo-de-apoio

A infiltração é concluida com o domínio completo da organização.

Os elementos partidários que se infiltram denominam-se frações e obedecem a ordens estritas do Partido, embora tal caráter seja rigorosamente secreto.

As organizações mais visadas pelo trabalho de infiltração são as sindicais, as estudantis e as camponesas.

No texto que se segue examinaremos não apenas os aspectos de doutrina, mas particularmente a sua aplicação no Brasil.

O presente capítulo comportará os seguintes ítens:

— Generalidades

1. A ação comunista no meio sindical
2. A ação comunista no meio da juventude
3. A ação comunista no meio intelectual
4. A ação comunista no meio camponês
5. A ação comunista no meio parlamentar
6. A ação comunista na administração pública
7. A ação comunista no meio militar
8. A ação comunista no meio religioso
9. A ação comunista no meio feminino

GENERALIDADES

A infiltração é uma atividade normal dos comunistas. É através dessa técnica apurada que conseguem penetrar nas organizações legais ou semilegais do regime vigente procurando sempre estender e ampliar a influência do Partido Comunista até alcançar o seu domínio integral. Essa dominação progressiva é obtida através do emprêgo dos mais variados recursos lícitos ou ilícitos.

Quando o Partido Comunista infiltra vários elementos em uma entidade, constitui o que se denomina uma “Fração” partidária. É norma tradicional da ação comunista a constituição de frações partidárias nas agremiações democráticas, principalmente naquelas que mobilizam grandes massas como por exemplo os sindicatos.

Lenine escreveu, em seu livro: O esquerdismo, doença infantil do Comunismo:

“E para fazer frente a isto devemos submeter-nos a quaisquer sacrifícios e mesmo, se necessário, recorrer a tôdas as espécies de estratagemas, de artifícios, métodos ilegais, evasivos e subterfúgios, tudo com o fito cínico de penetrar nos sindicatos, permanecer nêles e continuar a executar o trabalho comunista nêles a todo o custo”.

A infiltração é normalmente dirigida pelo Partido. Pode ser, todavia, realizada por iniciativa pessoal dos comunistas cujo

dever é o de procurar sempre ingressar em organizações legais e lá empreender o trabalho comunista.

O Partido designa elementos para ingressar em associações, institutos de ensino, sindicatos, clubes esportivos, etc., mesmo que, como ocorre freqüentemente, êsse ingresso não seja do interêsse pessoal do indivíduo indicado. Um estudante pode receber ordem para freqüentar um colégio ou uma universidade no qual não desejava estudar. É o Partido que escolhe os candidatos a vereador ou a deputado que serão incluidos em chapas de partidos legais para formar a fração parlamentar do PC.

Os Estatutos do PCB prescrevem em seu artigo 14:

> "A atividade partidária, nas organizações de massa ou em outras organizações não-partidárias será coordenada pelo Partido através de Frações, constituidas, cada uma, dos membros do Partido pertencentes à entidade considerada ou delegados por êles eleitos nas Organizações partidárias a que pertencem. As Frações do Partido elegem um Secretário ou um Secretariado para coordenar o seu trabalho e são dirigidas pela Organização do Partido em cuja circunscrição funciona a entidade não-partidária".
>
> "A participação do membro do Partido numa Fração não o exime de continuar atuando na Organização partidária a que pertence.

O trabalho das frações tem como objetivo precípuo assegurar o domínio das organizações infiltradas e a possibilidade de seu contrôle para a realização dos movimentos de massa. Dentro dêsse objetivo, os comunistas procuram impor a paulatina conquista da organização, adotando normalmente as seguintes etapas sucessivas:

1º — *Conquista dos pontos-chaves das organizações.* Em geral, os comunistas não se interessam pelas posições de maior evidência ou representação, como, por exemplo, a presidência. Empenham-se, entretanto, em colocar-se nas posições tàticamente mais influentes como a secretaria, a tesouraria, e outros dessa natureza. De posse dêsses postos estarão em condições de

facilitar o ingresso de novos membros do Partido e controlar inteiramente a organização.

2º — *Obtenção de um elevado conceito* como defensores dos interêsses da organização. Os comunistas procuram sempre criar, pela dedicação e assiduidade, um conceito e um renome que lhes assegure a confiança e a estima dos membros da organização. Os componentes da Fração nunca agem ostensivamente dentro da organização, como membros do Partido Comunista.

3º — *Formação de um grupo de apoio.* A fração procura constituir em tôrno de si um grupo de simpatizantes e oportunistas capazes de apoiá-lo nos momentos necessários.

Quando o grupo de apoio está firmemente constituido, a organização já pode ser considerada como dominada, passando os elementos anticomunistas a serem visados nas campanhas de desmoralização e alijamento. Conseguido o espurgo dos anticomunistas inconformados, a organização encontrar-se-á totalmente controlada e pode transformar-se em uma frente do Partido.

Tôda organização dominada, seja qual fôr a sua finalidade, constituirá sempre, para o Partido Comunista, um elemento de ação política.

Para dar uma idéia sôbre as missões de que são encarregadas as frações como orgãos do partido infiltrados nas organizações, vamos transcrever um documento emitido pelo Comitê Estadual de Pernambuco sôbre o trabalho das frações partidárias:

> "Os estatutos em vigor, no artigo 14, estabelecem a criação de frações, como uma das formas do partido coordenar a atividade dos comunistas que atuam nas organizações de massa. As frações são constituidas de comunistas pertencentes a uma organização de massa. Caso participem comunistas de várias organizações partidárias, o justo é que cada organização designe um delegado para constituir a fração. Exemplo: existem dezenas de fábricas metalúrgicas, a organização partidária de cada emprêsa dêsse ramo, elege um delegado para compor a fração que coordena a ação dos comunistas no Sindicato.

Constituída a fração correspondente a uma determinada organização de massa entre seus componentes deve ser eleito um secretariado ou secretário da fração. A fração fica subordinada a orientação, contrôle, etc. da organização partidária a que a mesma esteja ligada. Principais tarefas das frações.

I — Coordenar a aplicação da linha política e das decisões do Partido nas organizações de massa;

II — promover estudos específicos das questões de interêsse da corporação profissional e buscar soluções adequadas para os mesmos:

III — distribuir e controlar as tarefas entre os comunistas que trabalham nas organizações de massas.

IV — unir o pensamento e a ação dos comunistas que atuam em determinada unidade.

V — a fração funciona permanentemente e deve reunir-se uma vez por semana, ou duas vêzes por mês; enfim, quantas vêzes for necessário, de acôrdo com o trabalho;

VI — o secretariado ou secretário da fração, coordena o trabalho desta, convoca e dirige as reuniões da fração e mantém estreita ligação com a organização partidária a que a fração esteja subordinada.

A fração não é uma organização partidária — é uma organização auxiliar que coordena a aplicação das decisões adotadas pela organização do Partido a que a mesma esteja ligada. Os estudos e conclusões a que chegar uma determinada fração só tem fôrça de resolução depois ratificada pela organização do Partido a que a fração esteja subordinada.

Os comunistas que compõem uma fração, participam obrigatòriamente de uma organização do Partido. Atualmente em Recife, surge uma tendência de considerar a fração uma organização do partido, isto é, comumente reunem-se os comunistas de uma fração, entretanto, as reuniões das organizações do Partido Base ou Comitê

intermediário não subestimadas e relegadas a plano secundário. Essa é uma deformação orgânica que precisamos combater e eliminar. Uma das confissões para que o cidadão seja considerado comunista é participar de uma organização do Partido. A fração não é considerada uma organização partidária. Os estatutos estabelecem a criação de frações das organizações de massa, mas não considera obrigatório criar frações em tôdas as entidades. Existem setores profissionais onde as vêzes torna-se desnecessário criar frações. Exemplo, entre os Estivadores pode existir uma organização partidária que atua diretamente no sindicato sem necessidade de fração. Em qualquer caso a criação de fração deve ser estudada e aprovada pela organização local do partido.

Um documento doutrinário importante para a compreensão do trabalho das frações são as "Teses do II Congresso da Terceira Internacional Comunista (Comintern)" das quais extraímos o seguinte trecho referente às frações comunistas nos Parlamentos:

"Os Parlamentos atuais não podem de forma alguma servir de campo para as lutas pelas reformas, pela melhoria da sorte do povo trabalhador como podiam em certos períodos e épocas precedentes.

O Centro de gravidade da vida política no momento foi completa e totalmente transferido para além limites do parlamento. Por outro lado, devido não somente às suas relações com as massas trabalhadoras, mas também às complicadas relações mútuas dentro dos vários grupos de burgueses, a burguesia é forçada a fazer com que suas leis ou diretrizes de uma maneira ou de outra passem através do parlamento onde as diversas correntes se digladiam pelo poder exibindo seus fortes e se traindo nos seus lados fracos desmascarando-se assim completamente etc. etc. Assim sendo a tarefa histórica imediata da classe trabalhadora é a de arrebatar essa máquina das mãos da classe dirigente, quebrá-la e destruí-la e criar no seu lugar uma nova máquina proletária. Ao mesmo

tempo no entanto, o comando geral revolucionário das classes trabalhadoras tem o maior interêsse em manter elementos de observação dentro das instituições parlamentares da burguesia, de maneira a facilitar a tarefa de sua destruição...

O Parlamentarismo não pode ser uma forma de govêrno proletário durante o período transitório entre a ditadura da burguesia e a do proletariado. No momento em que a luta de classe acesa se transforma em guerra civil, o proletariado deve inevitàvelmente formar uma sua organização estatal na base de uma organização para luta e ela não deve ter em seu meio nem um dos representantes da classe dirigente anterior. Qualquer pretensão de "vontade nacional" será danosa ao proletariado nessa ocasião e uma divisão parlamentar de autoridade é não só desnecessária como prejudicial pois a única forma de ditadura proletária é uma República Soviética.

Os parlamentos burgueses que constituem um dos mais importantes instrumentos na maquinaria estatal da burguesia não podem ser conquistado para o lado proletário como também isso não é possível à instituição burguesa em geral. A tarefa do proletariado consiste em fazer explodir tôda a maquinaria da burguesia, destruindo-a, e com ela arrastando tôdas as instituições parlamentares sejam elas republicanas ou monárquicas constitucionais. O mesmo se diz com respeito às instituições governamentais da burguesia as quais teòricamente não devem nunca diferenciar das organizações estatais, pois na realidade elas são uma parte da mesma maquinaria da burguesia do Estado que deve ser destruida pelo proletariado revolucinário e substituída por Sovietes locais de Deputados dos Trabalhadores. Assim, consequentemente o comunismo repudia o parlamentarismo como uma forma do futuro; renuncia a êle como uma forma de ditadura de classe do proletariado; repudia a possibilidade de obter a anuência dos parlamentos; o seu fim explícito é de destruir o govêrno de parlamento. Assim pois só se pode pensar em utilizar as organizações

burguesas do Estado com o fito único de destruí-las. Só nesse plano pode essa questão ser discutida...

Quando terminarem as eleições, a organização das frações parlamentares deverão estar tôdas nas mãos do Comitê Central do Partido Comunista seja êle legal ou ilegal no momento. O lider e os camponeses da fração parlamentar de Comunistas devem ser confirmados em suas funções pelo Comitê Central do Partido, o qual deve ter o seu representante efetivo e permanente na fração parlamentar com o direito de veto. Em todos os assuntos de importância política a facção parlamentar deve sempre obter instruções preliminares do Comitê Central do Partido...

Um delegado comunista, por decisão do Comitê Central, deve se obrigar a qualquer trabalho legal ou ilegal ou ambos combinados. Nos países em que os delegados comunistas gozem de uma certa inviolabilidade isto deve ser utilizado para prestar assistência a organizações ilegais e para propaganda do Partido...

Cada membro comunista deve ter sempre presente que êle não é um "legislador" que seja obrigado a procurar ajustes com os outros legisladores, mas sim um agitador do Partido, escalado para o campo inimigo com o fim de executar alí as ordens do Partido.

O membro comunista responde não às extensas massas de seus constituintes mas tão sòmente ao seu Partido Comunista, seja êle legal ou não.

Assim como atuam nos parlamentos e nas assembleias legislativas, as frações partidárias em qualquer agremiação observam estritamente os interêsses do Partido, devidamente mascarados para não despertar reações contra-producentes.

As Frentes Comunistas são formadas através da infiltração e domínio de organizações legais ou pela criação deliberada de uma entidade ostensivamente não-comunista, mas na realidade, sujeita à orientação e ao contrôle do Partido.

É imenso o número de frentes comunistas hoje existentes em todos os países do mundo. Algumas dessas entidades têm

caráter internacional. A frente comunista denomina-se "frente única" quando engloba frações ou contingentes partidários de outros partidos além do PC.

De qualquer sorte as frentes comunistas, de âmbito nacional ou internacional, não devem ser confundidas com as chamadas "Organizações da Frente Internacional Soviética", que são entidades mundiais situadas no plano mais elevado do Movimento Comunista Internacional e subordinadas diretamente ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. Essas organizações se escalonam segundo um critério profissional por forma a permitir a vinculação com a estrutura sindical dos diversos países.

O Partido Comunista da União Soviética possui dessa maneira uma dupla linha de comando e contrôle com as organizações comunistas nacionais: uma através de Organizações da Frente Internacional e outra, através dos Partidos Comunistas.

1. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO SINDICAL

"A conquista do Poder político pelo proletariado é um progresso gigantesco dêste último considerado como classe; e o Partido se encontra na obrigação de consagrar-se mais, de um modo nôvo e não por métodos antigos, à educação dos sindicatos, a dirigi-los, sem esquecer entretanto que êsses sindicatos são e serão entretanto, durante muito tempo uma "escola de comunismo necessária, a escola preparatória dos proletários para a realização de sua ditadura, a associação indispensável dos trabalhadores para o passo progressivo da direção de tôda a economia do País, primeiro nas mãos da *classe* operária (e não de profissões isoladas) e depois nas mãos de todos os trabalhadores".

LENINE

A política do PC

Em fins de 1959, o Comitê Central do PCB emitiu um documento intitulado: "O Movimento Operário e a Política Sindical dos Comunistas". Essa resolução política destinava-se a estabelecer uma orientação definida para a atuação dos comunistas nos sindicatos e para a centralização do movimento sindical.

O documento iniciava-se mostrando que o movimento e as organizações sindicais avançavam, à medida que cresciam as lutas da classe operária nas reivindicações de melhores condições de vida. A unidade de ação e a organização dentro das entidades superiores constituiam fatores decisivos dêsse avanço. Mostrava que o operariado progredia em sua influência política através

de movimentos de massa, procurando exercer o seu papel de vanguarda. Apontava algumas deficiências, entre as quais a inexistência de uma organização legal horizontal e a fraca organização sindical nos meios rurais.

O documento procurava demonstrar que o operariado está sujeito à exploração pela burguesia e pelo imperialismo, e fazia uma análise crítica da política sindical até então adotada.

Finalizando, a resolução do CC dava novas bases para a ação comunista nos sindicatos, levantava o princípio da unidade sindical recomendava um maior esfôrço na organização das bases e dos sindicatos agrícolas.

Em 1960, o assunto foi debatido no V Congresso em cujas teses para discussão encontramos:

> "A unidade da classe operária é condição básica para que ela possa desempenhar o papel dirigente no movimento antiimperialista e democrático. Esta unidade se processa, fundamentalmente, através do movimento sindical, em cujas fileiras se associam os trabalhadores para a luta por suas reivindicações econômicas e sociais. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividam os operários, mas constituir instrumentos da unidade de ação dos trabalhadores de tôdas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária, que constituem a maioria.
>
> A fim de obter a unidade de ação, é necessário utilizar as conquistas da legislação social vigente e procurar concretizá-la e aperfeiçoa-la, influindo sôbre o parlamento com a pressão de massas para conseguir a aprovação de novas leis. Os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando unir e organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações.
>
> A unidade só terá bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativa das massas trabalhadoras, se não fôr um movimento apenas

de cúpula. A organizaãço dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas emprêsas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas ainda não sindicalizadas. Uma preocupação constante deve ser também a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados.

O movimento sindical se desenvolve à medida em que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações. Devido a inexistência de uma estrutura sindical de tipo horizontal, os pactos, conselhos e outras formas de acôrdos intersindicais desempenham importante papel, na coordenação das lutas do proletariado. Tais formas de acôrdo intersindicais não podem, porém, ser colocados em contraposição à atual estrutura sindical existente no país, nem servir de pretexto para desviar o movimento sindical dos sindicatos e federações e confederações. Ao contrário, os pactos intersindicais, para cumprir plenamente seu papel unitário, devem contribuir, sem qualquer exclusivismo, para que sejam encontradas as formas de organização que permitam coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Atuando nos quadros dessa estrutura, o proletariado vem criando formas intersindicais de organização e, no curso de suas lutas, conseguirá aperfeiçoar a estrutura de tipo vertical, coroando-a com a instituição legal da forma horizontal de organização desde o município e o Estado até a central unitária que será a expressão da unidade nacional dos trabalhadores, meta para a qual deve marchar o movimento operário brasileiro.

Ao mesmo tempo que pugna pelos seus objetivos específicos, o movimento operário está chamado a desempenhar um papel da maior relevância na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Além da defesa dos interêsses profissionais dos trabalhadores, cabe às organizações sindicais assumir uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interêsses

nacionais e integrar-se no movimento antiimperialista exercendo pressão na esfera parlamentar e governamental e participando de iniciativas conjuntas com outros setores nacionalistas e democráticos".

A Resolução Política oriunda do V Congresso, aprovou o expôsto nas teses, dando especial relêvo à consecução da unidade sindical como passo decisivo para a vitória do proletariado.

Diz o documento:

> "A tarefa principal dos comunistas no trabalho das massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária para que ela desempenhe o papel dirigente no movimento antiimperialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais a sua atuação no movimento sindical".

É preciso atentar para as significativas expressões dêste texto. Assim, pretendem os comunistas investir a classe operária do *papel dirigente* do movimento comunista. Para êsse fim consideram como *tarefa principal* do Partido a *Unificação e a organização* da classe operária. A constituição da central sindical, verdadeiro poder político e popular, capaz de fazer frente ao governo e as fôrças armadas encontra a sua inspiração nessa doutrina.

Prossegue a Resolução:

> "Os Sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de tôdas as tendências ideológicas e políticas que atuem no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária. Para obter a unidade de ação os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Ao mesmo tempo que defendem as conquistas da legislação social, devem chamar as massas a concretizá-la, aperfeiçoá-la e ampliá-la".

Esta é a diretriz da ação comunista no meio sindical. Em outras palavras significa: penetrar, doutrinar, organizar e dominar, utilizando todos os recursos existentes.

O restante da Resolução confirma essa conclusão:

> "Cumpre aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma atividade apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas emprêsas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas. Preocupação constante deve ser a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados. Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçam-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização, desde o município e o Estado até a Central Unitária, que deve ser a expressão da unidade nacional dos trabalhadores. Cabe ao movimento operário um papel decisivo na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Os comunistas lutam para que as organizações sindicais, além da defesa dos interêsses profissionais dos trabalhadores, assumam uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interêsses nacionais e se integrem no movimento antiimperialista, participando de iniciativas conjuntas com outros setores patrióticos".

Embora a história da constante influência e penetração comunista no movimento sindical se possa confundir com a própria história do Partido Comunista, o problema tornou-se bem mais complexo na apreensão de seus fatôres a partir de 1930 quando os sindicatos passaram à tutela governamental com a criação do Ministério do Trabalho. Êsse caráter intervencional foi agravado com a implantação do Estado Nôvo em 1937. O Partido Comunista teve que disputar com os órgãos oficiais a liderança da orientação sindical e entrou muitas vêzes em choque com os denominados dirigentes sindicais ministerialistas ou

"pelegos". Aos poucos, entretanto, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a liderança comunista ganhou nôvo impulso, baseada num esfôrço metódico e persistente e na conquista paulatina das posições decisivas.

A política de crescente contrôle de todo o movimento era dirigida pelo Partido Comunista no sentido de assegurar a unidade intersindical, capaz de permitir a mais fácil coordenação e mobilização das massas operárias.

Um outro aspecto dessa política de conquista do domínio sindical eram os esforços para estabelecer a solidariedade entre o movimento brasileiro e o movimento proletário internacional.

As campanhas reivindicatórias e particularmente os movimentos grevistas constituiam a melhor oportunidade para os avanços em tal sentido. Além disso os Congressos Estaduais e Nacionais, sempre infiltrados e dominados pelos comunistas proporcionavam-lhes a ocasião para novos progressos.

Em 1960 realizou-se o III Congresso Sindical Nacional que teve grande repercussão. Nesse conclave, com a presença de representantes do Vice-Presidente João Goulart e do governador Leonel Brizola, o Partido Comunista assumiu o comando das ações, ocasionando sérios incidentes, mas, assegurando a adoção de resoluções de caráter perfeitamente indentificável. A Declaração de Princípios, a Moção de Solidariedade à Revolução Cubana, a manifestação pela revogação do Art. 565 da Consolidação das Leis do Trabalho, a definição sôbre a posição do movimento sindical brasileiro face ao movimento proletário internacional são, entre outros, pontos que revelam claramente a interferência do Partido Comunista.

Em artigo publicado em "NOVOS RUMOS" de 19 de agôsto de 1960, o líder comunista Jover Telles declara:

> "Os comunistas que, juntamente com outros dirigentes sindicais muito contribuiram para o êxito do III Congresso Sindical Nacional, redobrarão esforços, agora, na luta pela difusão e a aplicação das decisões tomadas, à política antiunitária, os comunistas responderam com a sua política de unidade e prosseguem a sua atividade normal".

O fato é que, através da técnica de intimidação, de agitação e de desordem, os comunistas conseguiram estabelecer um am-

biente de confusão e insegurança, desvirtuando completamente a reunião. No terceiro dia do Congresso no meio de uma grande algazarra, os dirigentes não comunistas resolveram retirar-se do recinto que ficou sob virtual domínio dos extremistas liderados por Roberto Morena, Benedito Cerqueira, Hércules Correia, Felipe Rodrigues, Plinio Alves, Agostinho de Carvalho, Maria Segóvia, Luiz Tenório de Lima, Antonio Chamorro, Gentil Correia, Lousada, Geraldo Rodrigues, Firmino de Lima, Rafael Martinelli, Humberto Pinheiro, Clodsmith Riani, Rocha Mendes, Luiz Menessi, Marcel Bras e outros.

Nessa ocasião, pràticamente todos os sindicatos brasileiros estavam infiltrados pelas frações comunistas que controlavam o proletariado, dirigiam os movimentos grevistas e as manifestações de massa.

A 7 de novembro de 1960, a greve dos marítimos, portuários e ferroviários do Rio de Janeiro, pela aprovação da paridade de vencimentos entre civis e militares, com a adesão de imensos efetivos proletários estaduais foi considerado como uma das mais retumbantes vitórias dos comunistas na agitação do operariado brasileiro. Assim descreve Jover Telles em seu artigo publicado em NOVOS RUMOS, de 18 de novembro:

> "O dia 7 de novembro constituiu-se num importante marco da história do movimento operário no Brasil. Nesse dia, quando ainda se ouvia o eco da memorável greve nacional dos estivadores, da greve geral dos trabalhadores em carris urbanos do Estado da Guanabara, e da greve geral dos gráficos e dos metalúrgicos de São Paulo, os marítimos, portuários e ferroviários, concentrados em três pontos diferentes da cidade, dirigiram-se em passeata, conduzindo faixas e cartazes, a bandeira nacional e as flâmulas de seus sindicatos, rumo ao Teatro João Caetano, onde, após terem realizado o entêrro simbólico do deputado Meneses Côrtes, decretaram em monumental assembléia a deflagração da greve geral pela aprovação da paridade de vencimentos entre civis e militares.
>
> Durantes três dias, o movimento paredista, que envolveu cêrca de 400 mil trabalhadores de setores vitais

da economia nacional, paralisou o transporte marítimo, o das principais ferrovias, e os serviços portuários de todo o País. Mais uma vez, os portuários, ferroviários e marítimos, que "não têm o direito de fazer greve", desmoralizaram e derrotaram o famigerado decreto antigreve 9 070 e a Lei de Segurança Nacional, numa demonstração evidente de que as imposições da vida não podem ser enquadradas nos cânones reacionários forjados pela classes dominantes.

Diante do vigor revelado pelos trabalhadores, o Govêrno entrou em crise. Sucederam-se as reuniões ministeriais. Brasilia deixou de ser, temporàriamente, o centro político da nação, e a luta das massas passou a ser o fator determinante dos acontecimentos. O pânico apossou-se das classes dominantes. Ministros foram substituídos e o diretor do DOPS teve de ser exonerado. A greve pela paridade de vencimentos adquiriu um colorido político, aprofundou o processo de polarização das fôrças em presença no tabuleiro político do País. Em face da pressão dos trabalhadores, todos os partidos políticos tiveram de definir-se, bancadas parlamentares lançaram notas marcando sua posição, a Câmara dos Deputados passou a reunir-se em caráter permanente, as fôrças armadas foram colocadas em prontidão e sucederam-se as reuniões dos comandos militares, policiais em todos os Estados. Os trabalhadores fortaleceram a confiança na fôrça de sua unidade e de sua organização. Para tôdas as classes e camadas progressistas da população brasileira tornou-se mais claro o papel hegemônico da classe operária, o que reforçou o respeito e a confiança do povo na capacidade dirigente do proletariado. Nessa batalha, o proletariado soube expressar o sentimento de indignação de todo o povo contra a política entreguista, reacionária e de fome, executada pelo atual Govêrno".

A greve da paridade, inteiramente controlada pelo denominado Comando Geral de Greve, constituiu-se num importante

teste de mobilização de massas. Assim descreve Jover Telles no artigo citado:

> "Prova de que o Govêrno não conseguiu intimidar os operários é o fato de terem os trabalhadores de diversas emprêsas nos Estados voltados ao trabalho muitas horas depois de ter cessado a greve no Rio. Os operários não se guiaram pelo alarde atemorizador do rádio e de certa imprensa. Sòmente voltaram ao trabalho após terem recebido a palavra de ordem do Comando Geral da Greve. Na assembléia realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os marítimos, ferroviários e portuários já tinham decidido voltar ao trabalho quando foram cercados pela polícia militar e civil. Diante de mais essa provocação, os trabalhadores declararam-se novamente em greve e exigiram a retirada das fôrças policiais. E sòmente depois da retirada da polícia resolveram suspender a greve.

Os trabalhadores suspenderam a greve. Voltaram ao trabalho. Recuaram organizadamente com suas fôrças de combate intactas, mais unidas, organizadas e mais temperadas e levando como troféus da batalha uma série de vitórias. Com a fôrça de sua ação unitária, de sua organização, da solidariedade que receberam e do apoio do povo, os trabalhadores conseguiram:

1 — Impedir o estabelecimento do estado de sítio e garantir, assim, a vigência das liberdades constitucionais.
2 — Fazer aprovar, na Câmara dos Deputados, o projeto de Paridade de Vencimentos.
3 — Obrigar a polícia a desinterditar a sede dos sindicatos por ela ocupados.
4 — Libertar os companheiros presos no curso da greve.
5 — Anular as medidas punitivas já decretadas pelo Govêrno e garantir a reintegração dos trabalhadores em seus respectivos postos.

A maior vitória, no entanto, consiste na consolidação da unidade de ação e orgânica dos marítimos, portuários

e ferroviários, obtida na luta. A grande vitória representada pela unidade nacional dêsses três setores fundamentais da classe operária reveste-se de grande importância e será, por isso mesmo, defendida como a menina do ôlho dos trabalhadores. Nesse sentido, a última assembléia decidiu que o Comando Geral da Greve fique com podêres pra deflagrar a greve, de nôvo, se o Govêrno não assegurar a aprovação da lei que trata da paridade de vencimentos entre civis e militares.

Como se vê, os trabalhadores não puseram um ponto final na sua gloriosa jornada. Mantêm-se mobilizados e prontos para, se necessário, desencadear nova ação".

Verificamos que o proletariado, consciente de sua fôrça, desafiou como quis o poder vacilante e conciliador do govêrno Juscelino, adquirindo maiores convicções de valor de sua unidade e centralização de comando e passando a constituir-se em ameaça permanente, diante da qual o govêrno se sentia incapacitado.

As consequências dessa fraqueza da política do govêrno, comprometido pelas injunções políticas e assoberbada por uma crescente inflação decorrente do seu "desenvolvimentismo" descontrolado, foram o incrível aumento de agitação operária, instigado e coordenado pelos comunistas.

Na intervenção da delegação brasileira ao Congresso de Unidade Sindical da América Latina em Brasília, em janeiro de 1964, encontramos o seguinte:

"O fato mais relevante, em 1960, para o movimento sindical brasileiro foi a greve da Paridade em 8/XI/60, que determinou o surgimento do PACTO DE UNIDADE E AÇÃO — PUA, que muito contribuiu para a participação dos trabalhadores, de maneira organizada, na vida política do País".

A Greve da Paridade foi, assim, o ponto de partida real das ações maciças do movimento sindical intervindo de modo influente e decisivo nos destinos nacionais.

Descreve Jover Telles, em alguns trechos selecionados em seu artigo de "NOVOS RUMOS", de 5 de janeiro de 1961 a respeito do movimento operário em 1960:

"A classe operária, êste ano, atuou mais organizadamente. Em sua maioria, as greves, realizadas foram precedidas de assembléias preparatórias com grande participação de massa, contaram com programas reivindicativos prèviamente elaborados, com a ampla atividade dos piquêtes de greve e com comandos livremente eleitos e, por isso mesmo, com o prestígio e a autoridade necessárias junto às massas. Isto possibilitou ao proletariado atuar mais disciplinadamente, com o máximo de firmeza na luta para obter suas exigências e, simultâneamente, com a indispensável flexibilidade, a fim de evitar as provocações urdidas pela reação, objetivando o desgaste de suas fôrças. Os trabalhadores souberam avançar e recuar quando preciso, sempre de forma organizada, mantendo, consolidando e ampliando suas fôrças, com vistas às novas batalhas que deverão enfrentar. Isso demonstra que o proletariado acumula experiência e adquire a consciência de que na luta por seus interêsses imediatos e mediatos deve contar, fundamentalmente, com a fôrça de sua unidade de organização, de sua solidariedade e disciplina no combate. — Manifestações de rua. Outra característica consiste em que, no curso das greves, os trabalhadores vêm realizando grandes manifestações de rua — passeatas, concentrações, comícios, etc — nas quais, ao lado de suas reivindicações econômicas, levantam bandeiras políticas, tais como a da limitação da remessa para o exterior dos lucros das emprêsas estrangeiras, da nacionalização dos frigoríficos e das emprêsas de energia elétrica norte-americanas, da reforma agrária, da nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos, do restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a China Popular, da defesa e da ampliação da Petrobrás, da solidariedade à Revolução Cubana e à luta emancipadora do povo argelino, a da interdição das armas atômicas e de hidrogênio, pelo desarmamento universal e completo, etc. Nesse sentido, se é verdade que a maioria das lutas

do proletariado se reveste, no início, de um caráter essencialmente econômico, adquire no processo um conteúdo político, por fôrça da ação reacionária do poder constituído, chegando, muitas vêzes, a choques violentos, entre operários e o aparelho de repressão do Govêrno, como aconteceu recentemente em São Paulo, por ocasião da greve dos trabalhadores da CMTC e da dos metalúrgicos, e no Estado do Rio, na greve dos trabalhadores de Cabo Frio e de Caxias".

"Os comunistas constituem, no movimento sindical brasileiro, uma fôrça de primeiro plano e a sua atuação tem contribuido, de modo decisivo, para elevar o grau de unidade, de organização e a consciência do movimento operário. Fazendo esforços para romper com o sectarismo que nos isolava das grandes massas trabalhadoras, temos conseguido neutralizar a ação das fôrças antiunitárias no movimento operário, reforçando nossas posições e ampliando o campo de nossos aliados, para desespêro dos elementos reacionários interessados em manobras divisionistas. Vai ficando para trás o tempo em que os tubarões do sindicalismo brasileiro, mancomunados com às fôrças obscurantistas do imperialismo e da reação interna, podiam fàcilmente enganar as massas e impor a elas sua vontade. Vivemos na grande época da transição do capitalismo ao socialismo".

Em 1961, a agitação proletária inspirada pelos comunistas incrementou-se. Só no Estado de São Paulo realizaram-se cêrca de 1700 greves envolvendo 1 milhão de trabalhadores. Durante a crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros os comunistas puzeram em ação o seu dispositivo. Jover Telles descreve o acontecimento no artigo "O MOVIMENTO OPERÁRIO EM 1961", publicado em NOVOS RUMOS, de 29 de dezembro dêsse ano. Diz êle:

"Mas a principal batalha política verificou-se no curso dos meses de agôsto e setembro. Nesses meses, os patriotas e democratas, os estudantes e os operários, tiveram de pôr em tensão tôdas as suas fôrças para neutralizar e

derrotar os intentos liberticidas dos imperialistas ianques e de seus paus-mandados nativos visando paralisar o processo democrático no País, através da implantação de uma ditadura terrorista. Em virtude da luta das massas trabalhadoras, dos estudantes e demais fôrças patrióticas e democráticas do Exército e de outros setores do povo, é que foi possível derrotar os generais golpistas e assegurar a legalidade constitucional. Foi particularmente importante o papel do proletariado, embora ainda não tenha desencadeado todo o potencial de fôrça de que dispõe, para conseguir a unidade, a ampliação e a consolidação do movimento de resistência. A deflagração de numerosas greves políticas — sòmente no Estado do Rio participaram mais de 130 mil operários, as manifestações de rua, a formação de milhares de comitês democráticos de resistência, o surgimento de dezenas de batalhões patrióticos e o alistamento em massa de centenas de milhares de homens do povo dispostos a tomar das armas para lutar são uma comprovação de que se eleva ràpidamente o nível de consciência política e revolucionária das massas. A derrota dos golpistas foi uma grande vitória de nosso povo. Estabeleceu premissas para um maior ascenso dos movimentos antiimperialistas, democrático e operário.

A polarização das fôrças políticas verificada no curso da crise de agôsto, a elevação do grau de consciência política das massas e o estímulo da vitória tornaram possível o surgimento da Frente de Libertação Nacional, na qual formam os trabalhadores, que se esforçam para enraizar suas bases nas emprêsas, nos bairros e nos sindicatos".

Com a ascensão de João Goulart ao poder, em setembro de 1961, a agitação nos meios operários adquiriu um notável impulso.

Ao mesmo tempo que estendiam a sua penetração na administração pública, os comunistas lançavam campanhas de inquietação e ampliavam contìnuamente a profundidade de seus objetivos.

Jover Telles no artigo "O Movimento operário na primeira metade de 1962" faz um balanço geral dessas atividades que nos impressionam por sua audácia crescente. Dêsse artigo, selecionamos o seguinte trecho significativo:

"O desenvolver dos fatos políticos e sociais nos primeiros meses dêste ano e, principalmente, a crise de govêrno que se processou nos dias do mês de julho, comprovam, no fundamental, o acêrto da orientação traçada e aplicada pelos comunistas, bem como suas previsões, após os acontecimentos de agôsto/setembro de 1961.

Os comunistas afirmaram então que se constituira um govêrno de conciliação com o imperialismo e com o latifúndio e de apaziguamento para com os golpistas. Que tal govêrno não daria solução para os problemas colocados na ordem-do-dia pela realidade objetiva. Que, em consequência, ao contrário de se resolverem, agravar-se-iam tôdas as contradições da atual sociedade brasileira — agravamento suscitado pelo aprofundamento da crise de estrutura em que se debate o País. E que, como é lógico, isso conduziria ao aguçamento da luta de classe. Que diante dessa perspectiva cabia-nos intensificar a luta para romper com a dependência ao imperialismo e liquidar o latifúndio. Que era preciso levantar com bastante vigor a luta pela constituição de um govêrno nacionalista e democrático, govêrno de coalizão, representativo das fôrças patrióticas e democráticas, desde o proletariado até a burguesia ligada aos interêsses nacionais, capaz de enfrentar com êxito a solução dos problemas atuais e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da Nação, iniciando sem demora a nacionalização das emprêsas norte-americanas, realizando a reforma agrária radical que ponha fim ao latifúndio e entregue a terra aos camponeses, enfrentando concretamente os graves problemas do Nordeste e das demais regiões atrasadas do País, ampliando e consolidando a democracia, levando à prática uma política externa efetivamente soberana, assegurando o desenvolvimento

independente da economia nacional e o bem-estar dos trabalhadores e do povo. Os comunistas afirmaram, ainda, que enquanto o nosso povo não conseguisse libertar-se do jugo imperialista e liquidar o monopólio latifundiário da terra, novas crises de govêrno seriam inevitáveis.

O conjunto da política desenvolvida, no quadro da Aliança para o Progresso, pelo govêrno Jango-Tancredo, não obstante os aspectos positivos no terreno da política exterior, conduziu o Brasil e o povo brasileiro a uma difícil situação".

Agora já pleiteavam os comunistas a organização do "govêrno nacionalista e democrático", denominação eufêmica com que designam o govêrno de esquerda liderado pelos comunistas.

O movimento grevista foi ampliado consideràvelmente.

Nos primeiros dias de março, o Pacto de Unidade de Ação (PUA) decidiu realizar um movimento de advertência visando a intimidar o govêrno para um aumento de salários dos marítimos, de 40%. Iniciado a greve, o Conselho dos Ministros reuniu-se extraordinàriamente em Brasília e concedeu de imediato o benefício pleiteado. Foram realizadas passeatas vitoriosas em todo o país. Sentia-se que os organismos de comando do proletariado, acionado e controlado pelos comunistas poderiam paralizar todo o País a qualquer momento.

Ainda no fim dêsse mesmo mês os estivadores reunidos em Conferência nacional em Recife lançaram um manifesto através do qual reclamavam a pronta solução de grandes problemas nacionais que extravasavam de muito os interêsses de sua classe. Exigiam assim que o Congresso Nacional aprovasse a lei de remessa de lucros para o exterior, a encampação das firmas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, a reforma agrária, a redução dos impostos, e outras medidas dessa natureza.

Nas comemorações de Primeiro de Maio dêsse ano realizaram-se grandes comícios. No Rio e em São Paulo, Luiz Carlos Prestes falou pùblicamente. A 3 de maio inaugurou-se a Exposição Soviética no Campo de São Cristovão com grande apoio oficial.

Novas agitações se sucederam. A 17 de maio os ferroviários ameaçaram paralizar os trens se não lhes fôsse permitida a realização de uma passeata. Ainda no fim dêsse mês os trabalhadores das telecomunicações entraram em greve paralizando todo o sistema nacional de telecomunicações.

Em junho, a agitação comunista já atingia um nível assustador, despertando a reação militar. O General Osvino Ferreira Alves, no dia 26 de junho, declarou na Vila Militar:

> "Meus comandados: Quero alertá-los sôbre um movimento que se vem articulando no País, e que, sob pretexto de combater o comunismo, visa a enfraquecer as Fôrças Armadas e desmoralizar o Govêrno, por suas mais destacadas personalidades, para depois jogá-los por terra. Iniciando sua ação destruidora, já se nota a preocupação de cavar separação entre sargentos e oficiais — o que nunca tinha sido visto anteriormente, e de oficiais entre sí. Perseguem-se oficiais a pretexto de combater o comunismo. Êsse movimento — que já encontrou similares de triste memória na Itália, com o fascismo, e logo após na Alemanha, com o nazismo, tem por finalidade apossar-se do poder, para estabelecer em nossa terra uma ditadura de direita. A mesma ditadura que se tentou implantar no País em 25 de agôsto do ano passado e nos dias subsequentes, e que encontrou o repúdio dos bravos soldados do Brasil.
>
> Tenho a convicção de que os maus brasileiros não poderão instituir uma ditadura, onde ninguém tem direito, a não ser uma minoria dominante, que se atribuiu tôdas as vantagens à custa da miséria dos demais, se contarmos sempre com soldados como êstes que aqui se encontram. O combate ao comunismo há de ser realizado por nós mesmos, dentro dos princípios e do Estado democrático, não havendo necessidade de sujeição do povo a desastrosos regimes de exceção ou extralegais. Os ideais do povo brasileiro hão de ser buscados sem que para isso tenhamos de deixar de ser os democratas que somos. Vivemos em uma democracia que é muito mais capaz de atingir as legítimas aspirações nacionais do que a mais bem organizada das ditaduras".

Êsse pronunciamento foi considerado pelos comunistas como altamente positivo.

A 5 de junho, Dante Pelacani, presidente da CNTI e membro dirigente do Comando Nacional da Greve, baixou um manifesto no qual ameaça a Nação com a greve geral e conclamava a todos os trabalhadores e suas organizações a realizarem assembléias e reuniões nos locais de trabalho, organizarem atos públicos para examinar a situação que atravessa o País e envidarem, desde já, todos os esforços na preparação da greve para ser desencadeada no momento em que ela se torne necessária, sob o comando de suas organizações.

Estabelecia-se destarte, um nôvo poder no país: o Comando Geral da Greve, capaz de paralizar, a qualquer momento, tôda a vida nacional, colocando o País em uma crise de consequências econômicas, sociais e políticas imprevisíveis.

A 14 de junho, os dirigentes sindicais baixaram uma resolução, exigindo do govêrno a formação de um Gabinete capaz de cumprir o programa apresentado por êsses líderes. A greve geral seria comandada se o Presidente não atendesse a essa imposição.

Êsse documento teve o seguinte texto:

> *Resolução sôbre a greve geral* — Levando em conta a necessidade da formação de um Conselho de Ministros que ataque, imediatamente, os problemas fundamentais; luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia; reforma agrária radical; contra a política financeira do Fundo Monetário Internacional; defesa da economia do País, limitando a remessa de lucros para o exterior; reforma eleitoral e voto aos analfabetos; manutenção e ampliação de nossa política externa independente, de paz e desarmamento e que assegure e amplie as liberdades públicas, esmagando e removendo de postos-chave os golpistas e entreguistas.
>
> A sonegação dos gêneros de primeira necessidade é já uma preparação intensiva do golpe para implantar a ditadura, levando o povo ao desespêro. É imperiosa a ação imediata contra os especuladores do povo e os que os incitam e apóiam.

Em face, pois, da iminência da formação do Conselho de Ministros, resolvemos:

1 — Reclamar do presidente da República a formação de um Conselho de Ministros que realize o programa por nós apresentado e já consagrado pelos trabalhadores e pelo povo, e que sejam tomadas, imediatamente, medidas enérgicas contra os sonegadores de gêneros, mobilizando-se todos os meios de transporte para conduzí-los aos centros consumidores e até ao confisco e à distribuição dos estoques dos artigos de consumo popular.

2 — Ao ser apresentado um nome referenciado pelos trabalhadores e pelo povo, tôdas as organizações sindicais devem enviar telegramas e moções ao Parlamento, reclamando a sua aprovação. Caso não seja aceito pelo Parlamento, decretaremos uma greve geral de 24 horas.

Se o nome apresentado não atender aos anseios da massa operária e do povo, também decretaremos uma greve geral de 24 horas em todo o País.

3 — No momento em que os interêsses da Nação e do povo não forem atendidos, devemos decretar e manter uma greve geral em nosso País até que se alcancem os objetivos, ou seja, a formação de um Conselho de Ministros legìtimamente nacionalista e democrático.

As diretorias sindicais devem convocar, imediatamente, suas respectivas assembléias-gerais e mantê-las em caráter permanente a fim de ser estudado e debatido o MANIFESTO DOS TRABALHADORES sôbre a crise política e estarem aptas a tomar posição de luta efetiva a qualquer momento.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1962.

a) Dante Pelacani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Humberto Menezes Pinheiro — Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Emprêsas de Crédito. Alfredo Pereira Nunes — Confederação Na-

cional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos. Oswaldo Pacheco da Silva — Federação Nacional dos Estivadores. Felipe Ramos Rodrigues — Federação Nacional dos Portuários. Raimundo Castelo de Souza — Federação Nacional dos Marítimos. Severo Naimo Schnaipp — Federação Nacional dos Arrumadores. Raphael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários. José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil. Othon Canedo Lopes — Sindicato Nacional dos Aeroviários. Paulo de Santana Machado — Sindicato Nacional dos Aeronautas".

Imediatamente em todos os Estados surgiram os comandos de greve, entrando os sindicatos em assembléias permanentes.

A greve geral constituiu um instrumento de coação e os sindicatos impunham ao govêrno a resolução de problemas políticos, econômicos e sociais, dentro de uma esquematização puramente comunista.

Os dirigentes sindicais intensificaram a pressão para levar à Chefia do Gabinete um político de esquerda que se subordinasse às suas exigências. O Sr. Santiago Dantas, a quem endereçaram uma carta-aberta a 22 de junho, aceitou êsse papel. A sua indicação foi levada ao Congresso a 27 de junho e nesse dia, os dirigentes sindicais baixaram nôvo manifesto, pressionando a aprovação daquele nome.

Dizia o documento:

"Nossa posição é clara e não admite deturpações. Na luta diária, nos sindicatos, nos locais de trabalho e nas ruas pela conquista das nossas reivindicações, continuaremos à mobilização para levar à prática, se necessária, a nossa PALAVRA-DE-ORDEM DE GREVE GERAL — por um Conselho de Ministros democráticos e nacionalista, pelas reformas de base e contra qualquer tentativa de golpe".

O Parlamento reagiu, porém, e o Sr. Santiago Dantas foi regeitado por 174 votos contra 110.

O Comando da Greve Geral baixou em seguida nôvo manifesto contra a nova indicação do Sr. Auro de Moura Andrade.

É o seguinte o texto dêsse documento:

"*Manifesto à Nação* — Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral. A indicação do senador Auro de Moura Andrade para primeiro-ministro, pelo Senhor Presidente da República, e a anunciada composição do Conselho de Ministros, sem ser ouvidas as fôrças trabalhadoras e populares, é mais uma demonstração que algumas cúpulas partidárias e as fôrças econômicas reacionárias pretendem consumar uma nova conciliação e assumir novos compromissos contra o povo e a Nação.

Não adiantarão palavras e intenções. O clamor dos trabalhadores não foi ouvido, nem quanto ao programa ou quanto aos nomes que poderiam lutar pela execução dêsse programa.

Não nos conformaremos com um Conselho de Ministros indicado à revelia dos trabalhadores e das fôrças populares e progressistas.

Conclamamos mais uma vez os trabalhadores e o povo em geral, homens e mulheres, civis e militares, para a continuação da luta nas assembléias sindicais, nos locais de trabalho, na praça pública e em todos os lares até a vitória e a conquista dêsses objetivos.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1962.

a) Dante Pelacani (CNTI); Oswaldo Pacheco da Silva (PUA); Humberto Menezes Pinheiro (CONTC); Ubaldino Santos (FNE); Raphael Martinelli (FNTF); Raimundo Castelo de Souza (FNTTMF); Rubens Pinho Teixeira (UPB); Felipe Ramos Rodrigues (FNP); Alvaro Ventura (SONERG); Antonio Pereira Netto (SNCMRMM); João Batista Gomes (SNFMM); Ademar Latrilha (SNMPCTM); Feliciano Honorato Wanderley (SNTCPM); Othon Canedo Lopes (SNA); Paulo de Santana (SNAet); Hércules Corrêa dos Reis (CPOSEG); Luiz Viegas da Mota Lima (FEEBEGRJES); Severino Schnaipp (FNA); Meçando Rachid (SOVRCA); Nilton Newton Oliveira (FNTIG); Wilson Reis (FNT)".

O nome do Sr. Auro de Moura Andrade foi aprovado por 222 votos contra 51, a 3 de julho. As gestões para a formação do nôvo govêrno contrariaram sobremodo João Goulart que resolveu retirar-se para Uruaçu, enquanto todo o País se agitava numa crise seríssima, habilmente explorada pelos comunistas. Deixou um bilhete declarando que "já havia transigido duas vêzes e não pretendia transigir a terceira".

O Comando Sindical Nacional decretou então a GREVE GERAL, "em princípio, por 24 horas".

Foi o seguinte o texto do manifesto:

> "*Manifesto à Nação* — Aos trabalhadores! Ao Povo em Geral! Como previmos, em nossos pronunciamentos, se trama contra a legalidade constitucional, se pretende implantar uma ditadura reacionária, acobertada com um Conselho de Ministros composto de inimigos jurados do nosso progresso, de nossa independência e tranqüilidade.
>
> Uma maioria eventual na Câmara dos Deputados rejeitou a primeira indicação do Presidente da República. Animados com essa votação, querem as fôrças golpistas constituir um Conselho de Ministros de entreguistas e obrigar o presidente da República a sancioná-lo.
>
> Neste momento, apoiamos as enérgicas declarações do senhor presidente da República e estamos coesos em tôrno de que não transija nem compactue com êsses inimigos de nossa Pátria e de nosso povo. Estamos certos de que os trabalhadores e as demais fôrças patrióticas, civis e militares, não permitirão seja rasgada a Constituição e se entronizem no Poder os que nos querem esmagar e amordaçar.
>
> Em defesa da legalidade constitucional, em favor de um Conselho de Ministros nacionalista e democrático, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, de acôrdo com as decisões de nossos congressos e conferências, em defesa de nossos lares ameaçados pela fome e miséria, decretamos a GREVE GERAL, em princípio, por 24 horas, a partir de meia noite de hoje, dia 4, e que unidos e mobilizados em nossos sindicatos e concentrações, aguardaremos a palavra-ordem do Comando Geral da Greve.

A nossa greve, a nossa mobilização e a nossa unidade tornarão vitoriosos os nossos objetivos que são os de todo o povo brasileiro.

Por um govêrno democrático e nacionalista!

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1962.

a) Dante Pelacani, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Oswaldo Pacheco da Silva, Pacto de Unidade e Ação; Humberto Menezes Pinheiro, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Emprêsas de Crédito; Ubaldino Santos, Federação Nacional dos Estivadores; Raphael Martineli, Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Raimundo Castelo de Souza, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais; Rubens Teixeira, União dos Portuários do Brasil; Felipe Ramos Rodrigues, Federação Nacional dos Portuários; Álvaro Ventura, Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio e Guanabara; Antonio Pereira Netto, Sindicato Nacional dos Contramestres, Moços e Remadores da Marinha Mercante; Ademar Latrilha, Sindicato Nacional dos Mestres de Pequena Cabotagem em Transportes Marítimos; Feliciano Honorato Wanderley, Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos; Othon Canedo Lopes, Sindicato Nacional dos Aeroviários; Hércules Corrêa dos Reis, Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Gunabara; Luiz Viegas da Mota Lima, Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo; Severino Schnaipp, Federação Nacional dos Arrumadores; Meçando Rachid, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Classes Anexas; Newton Oliveira, Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Gráfica; Wilson Reis, Federação Nacional dos Telegráficos; Hemilcio Fróes, Federação Nacional dos Radialistas; Nelson Mendes, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; Paulo Santana, Federação Nacional dos Trabalhadores em Emprêsas de Transportes Aéreos".

Concomitantemente, incidentes numerosos se sucederam em todo o País. Em Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Niterói

e em outros lugares, houve depredação e saque de casas comerciais. Só na Baixada Fluminense foram saqueados quase trezentos estabelecimentos, com onze mortos e cêrca de mil feridos.

No dia 5 de julho, o Comando Geral da Greve resolveu suspender o movimento, emitindo o seguinte manifesto:

> "*Comando Geral da Greve — Manifesto à Nação*. A classe trabalhadora alcançou grandiosa vitória ao realizar, pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo território nacional. O 5 de julho, data de afirmação da luta libertadora, já agora se tornará, tambm, uma data histórica do proletariado brasileiro, que reúne em tôrno de sua ação as fôrças progressistas de nosso povo.
>
> O nosso movimento, conforme reiteradas manifestações anteriormente dadas a público, tem objetivos claros e definidos, consubstanciados nos ítens do programa que apresentamos à Nação, para cuja realização consideramos imperiosa a constituição de um govêrno democrático e nacionalista. Neste propósito forçoso é reconhecer que a nossa greve de 24 horas constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do País, do amadurecimento político e progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora. Demonstramos, de maneira inequívoca, que os trabalhadores, como também os demais setores patrióticos do povo brasileiro — civis e militares — não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interêsses que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a ação brasileira. Demonstramos, na prática, que a classe trabalhadora é hoje uma fôrça organizada independente, disposta a lutar com tôdas as camadas sociais do nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada. Por isso mesmo não silenciamos sôbre as violências praticadas contra os grevistas e populares que pacìficamente defendiam suas prerrogativas democráticas, exigindo que sejam imediatamente libertados os que sofreram atentados à sua liberdade, bem como punidos aquelas auto-

ridades que cometeram essas violências e, até mesmo, assassinaram populares em via pública.

A formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores, que já se haviam pronunciado pela greve em suas assembléias sindicais, foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopulares dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra.

Obtidos êsses resultados imediatos, resolvemos determinar a suspensão da greve às 24 horas de hoje, dia 5, em todo o território nacional. Com esta trégua que concedemos, apontamos às fôrças progressistas as amplas perspectivas da formação do govêrno democrático e nacionalista que reclama a Nação.

Não discutimos, agora, a forma de govêrno — parlamentarismo ou presidencialismo. Num ou noutro, o que exige o povo brasileiro — e os trabalhadores como sua combativa parcela é um govêrno que seja capaz de realizar as reformas indispensáveis ao País e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores de gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros.

Como está claro, a nossa luta não terminou. Impõe-se, portanto, que tôdas as organizações procedam ao imediato exame de sua atuação na presente greve, corrijam as possíveis falhas constatadas, reforcem o comando e a mobilização de suas forças e permaneçam atentas ao desenvolvimento político do País, de forma a podermos, com presteza e eficiência, voltar a cumprir o patriótico papel que nos está destinado, caso as condições assim o determinem.

Companheiros!

Devemos manter bem nítido em nosso pensamento o sentido de nossa luta grevista. Cada um de nós soube honrar a classe trabalhadora e saberemos continuar sendo dignos combatentes nesta luta pelos objetivos de nossa heróica e vitoriosa GREVE GERAL.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1962".

Eis aí a história de um dos maiores crimes políticos impetrados contra a Nação pelo comunismo e pelo oportunismo inconseqüente de um govêrno inepto. A greve geral, instrumento subversivo de coação política, ocasionou um incalculável prejuízo ao País.

Pouco depois, na segunda quinzena de agôsto, os representantes sindicais reuniram-se em São Paulo no IV Encontro Sindical Nacional e, mais uma vez, em manifesto violento ameaçavam a Nação com o espectro de uma greve geral. Dizia o documento:

> "Firmes, unidos e mobilizados derrotaremos a conciliação dos que não querem a solução dos problemas vitais de nosso País e do nosso povo e dos que querem impedir e retardar a execução do programa nacionalista e democrático e tentar anular as liberdades democráticas.
>
> Para alcançar êstes objetivos que são de todo o povo, conclamamos a preparação de uma greve geral para ser deflagrada quando determine o Comando Geral dos Trabalhadores, sem prejuízo de continuarmos lutando pelas nossas reivindicações".

E Jover Telles comentando êsse manifesto exclama exultante:

> "Como se vê, na primeira metade dêste ano, as ondas do movimento operário elevaram-se a alturas nunca vistas em nossa terra. A classe operária içou bem alto a bandeira da greve política das massas para fazer valer seus direitos. A vida revelou as enormes possibilidades que se oferecem aos movimentos operário, patriótico e democrático. Os comunistas prestigiaram-se na refrega. Suas bandeiras de luta contra o imperialismo e por uma reforma agrária radical vinham empolgando, cada vez mais, grandes massas. Agora, a bandeira da luta por um govêrno nacionalista e democrático, capaz de realizar as reformas de estrutura reclamadas pelo povo, foi empunhada com grande amplitude e força pelo movimento operário. E isto significa que não está longe o dia em

que essas bandeiras transformar-se-ão em bandeiras de todo o povo".

Aí está, claramente expressa, a certeza de que estavam possuídos os comunistas de sua próxima vitória, com a instalação em nossa terra de uma tirania do tipo cubano.

Lemos na intervenção brasileira ao Congresso Sindical de Brasília, a referência ao IV Encontro Sindical:

> "Naquele histórico encontro, o COMANDO GERAL DE GREVE foi transformado em COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES — C.G.T., englobando quatro Confederações: CNTI, CONTEC, CNTMFA, partes ponderáveis do movimento sindical filiado a CNTC e a CNTTT e muitas outras entidades não confederadas, destacando-se os jornalistas, professores, telegrafistas, radialistas, etc, ficando aprovado, por unanimidade, um programa de Ação, a realização de um Congresso Sindical Nacional, determinando os inimigos fundamentais do povo brasileiro como o latifúndio e o imperialismo, particularmente o norte-americano, concluindo pela necessidade de formação imediata de um govêrno nacionalista e democrático, como reflexo da frente única na qual estamos integrados".

A partir dessa ocasião já podiam os comunistas contar como materializado o dispositivo de unidade sindical que vinham preconizando. As greves se sucederiam agora com maior frequência e vulto inaudito. Em 1963, uma greve em São Paulo, paralizou 700 mil trabalhadores. Em Pernambuco, a greve das usinas de açúcar mobilizou 200 mil trabalhadores rurais, durante três dias. Em 1964, a greve dos funcionários de Previdência Social, Correios e Telégrafos, Arsenal de Marinha e outras repartições abrangeu 250 mil pessoas.

O CGT transformou-se em um órgão supremo de imposição política quase insuperável, desafiando tôdas as autoridades legais, colocando-se na posição de um super-poder ao qual tudo se curvava.

Veja-se, por exemplo, o seguinte Manifesto lançado pelo CGT a 29 Mar 63 a propósito do Congresso de Solidariedade a Cuba e de agitações em várias entidades, através do qual

ameaça a deflagração da greve geral e faz uma série de manifestações de caráter político:

"O Comando Geral dos Trabalhadores, reunido extraordinàriamente na sede da CNTI, com a participação de representantes de Confederações, Federações, Sindicatos Nacionais e do Estado da Guanabara, além de representantes de vários Estados do país, para examinar a situação nacional e particularmente a dos Estados da Guanabara e de Pernambuco, resolveu alertar os trabalhadores e todo o povo brasileiro para a gravidade dos acontecimentos que se estão desenrolando em nossa pátria.

Na Guanabara, a pretexto da realização de um Congresso de Solidariedade a Cuba, que proibido neste Estado, decorre normalmente no vizinho Estado do Rio de Janeiro, sob as garantias constitucionais asseguradas pelo governador Badger Silveira, desencadeou-se uma série de violências, com a intervenção policial na União Nacional dos Estudantes, na Faculdade Nacional de Direito, no Sindicato dos Metalúrgicos e em outras entidades sindicais de trabalhadores, com a prisão e espancamento em praça pública de centenas de cidadãos, reembarcando estrangeiros que possuiam visto regular concedidos pelas autoridades competentes e culminando com o cêrco da própria Assembléia Legislativa, em flagrante desrespeito ao Poder Legislativo e às imunidades parlamentares.

Simultâneamente, pretende o governador anular os direitos adquiridos pelos trabalhadores dos onibus elétricos e carris da Guanabara, demitindo-os depois de dezenas de anos de trabalho.

Também em Pernambuco, onde o governador Miguel Arraes inicia o cumprimento de seu programa de govêrno, as mesmas fôrças da reação se articulam ostensivamente para o fechamento do comércio e da indústria, com o objetivo claro de lançar aquêle Estado em crise profunda que justifique a deposição de seu governador democrata.

A conspiração vem se estendendo a outros Estados da Federação, através de articulação promovida pelos co-

nhecidos inimigos do nosso povo. Diante dessa grave situação, o Comando Geral dos Trabalhadores resolveu:

1 — solidarizar-se com as manifestações dos bravos estudantes, com os companheiros trabalhadores em greve, com a posição firme dos parlamentares que defendem os direitos democráticos, bem como a tôdas as manifestações populares de resistência a tais arbitrariedades e desmandos;

2 — apoiar decisivamente a posição do govêrno federal através do Ministério da Justiça e do Trabalho em defesa das garantias asseguradas na Constituição da República;

3 — proclamar que qualquer tentativa que vise a impedir a realização do programa democrático em Pernambuco, determinará a deflagração de uma greve geral nacional de apoio ao govêrno democrático daquele Estado;

4 — determinar aos Comandos Estaduais de Trabalhadores que se reunam imediatamente em assembléias permanentes, juntamente com tôdas as fôrças democráticas e populares, para que estejam prontos para uma ação em qualquer momento que seja necessário;

5 — que tôdas as entidades sindicais da Guanabara promovam imediatamente reuniões, preparando um movimento geral de apoio aos companheiros em greve e aos estudantes em luta pelas liberdades democráticas;

O Comando Geral dos Trabalhadores resolveu também manter-se em sessão permanente para determinar a ação adequada aos acontecimentos.

Trabalhadores — dirijam-se aos seus sindicatos e em seus locais de trabalho mantenham-se mobilizados e vigilantes".

Em setembro de 1963, o CGT a pretexto já impugnava as decisões do Supremo Tribunal Federal, como se vê na seguinte resolução:

"O Comando Geral dos Trabalhadores, em reunião hoje realizada, para analisar os acontecimentos políticos

que culminaram com as manifestações dos sargentos sediados em Brasília e as ameaças às liberdades democráticas e sindicais.

Considerando que, através de intensa campanha publicitária procura-se incompatibilizar a opinião pública com os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e a posição do movimento sindical brasileiro, apresentando, falsamente, as greves como causa das dificuldades da Nação;

Considerando que os mesmos grupos que se beneficiam com o estado de subdesenvolvimento da Nação, procuram dificultar, por todos os meios a solução das reivindicações dos trabalhadores, com o propósito de incompatibilizar as justas reações da classe operária visando a golpear as franquias democráticas e as liberdades sindicais;

Considerando que, dentro dêsse quadro, avultam as dificuldades antepostas ou falsamente criadas para a solução dos problemas que afligem bancários, marítimos, empregados em serviços de bondes e outras categorias profissionais, tôdas elas colocadas em face de iminentes ou futuros pronunciamentos de tribunais que, bitolados por uma legislação superada pela realidade brasileira, quando não integrados por membros compromissados com a reação quase nunca fazem justiça;

Considerando que os movimentos grevistas, nessas condições se apresentam como a única alternativa legítima, humana e constitucional para que o trabalhador não sucumba às imposições patronais, calcadas em uma estrutura econômica e jurídica que não corresponde mais aos anseios e às necessidades do povo brasileiro;

Considerando que toda essa situação vem de ser agravada com uma lei injusta do Supremo Tribunal Federal, golpeando os legítimos anseios dos sargentos brasileiros, anseios êsses que coincidem com os desejos da maioria do povo, de verem respeitados os mandatos eletivos democràticamente conferidos pelo povo;

Considerando que, a pretexto dos sargentos sediados em Brasília, pretende-se impor ao país um clima de alarma com o único propósito de investir contra as li-

berdades democráticas e, particularmente, sufocar as justas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e pela emancipação da Nação; resolve o C.G.T.:

1) Determinar a tôdas as entidades sindicais e a todos os trabalhadores que permaneçam em estado de alerta, aguardando a palavra de ordem para uma pronta resposta a qualquer tentativa de cerceamento das liberdades democráticas e sindicais;

2) apoiar os movimentos grevistas já programados pelos marítimos, bancários, empregados em bondes e demais categorias em lutas por suas reivindicações;

3) repelir quaisquer ameaças aos dirigentes sindicais ao direito de greve, reagindo com todo o poder do dispositivo sindical, se preciso fôr;

4) recomendar a convocação imediata de assembléias mantendo os trabalhadores em reunião permanente atentos aos acontecimentos e prontos a impedir qualquer retrocesso nas conquistas operárias ou violação do direito de greve;

5) prosseguir na luta ao lado dos patriotas civis e militares pelas reformas de base;

6) repudiar as decisões políticas dos tribunais que atentam contra os interêsses dos trabalhadores, do povo e da Nação.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1963.

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

Êstes dois manifestos exemplificam a ação nefasta de um órgão que, congregando os sindicatos, transformou-se em elemento de pressão e imposição política, acima dos poderes nacionais.

A vinculação internacional

A Federação Sindical Mundial (FSM) tem sua sede atualmente em Praga. Sua direção inicial foi estabelecida em Paris, em 1945. Daí foi expulsa pelo govêrno francês, em virtude de atividades subversivas, indo para Viena, de onde, novamente,

foi deslocada por pressão do govêrno austríaco, por idêntico motivo. Essa associação poderosíssima está sob o contrôle da União Soviética. Em 1962, o efetivo de filiados à FSM atingia a 119,5 milhões de pessoas. Dêsse número cêrca de 86% encontram-se nos países do Mundo Socialista.

A Federação Sindical Mundial se propõe a:

"a. Organizar e unificar os sindicatos de todo o mundo, independente de raça, nacionalidade, religião ou opinião política".

"b. Auxiliar, onde for necessário, os trabalhadores em países social e industrialmente menos desenvolvidos e estabelecerem seus próprios sindicatos".

"c. Levar a frente a luta pela exterminação das formas fascistas de govêrno e qualquer manifestação de Fascismo, sob qualquer forma e qualquer denominação".

"d. Combater a guerra e suas causas e trabalhar por uma paz estável e duradoura".

Tais são os propósitos nominais dessa associação. Na realidade, entretanto, êsses objetivos são meras legendas de atração. Quando os sindicatos livres romperam com a FSM em 1949, o Congresso dos Sindicatos Britanicos assim se manifestaram:

> "Para os centros nacionais dominados pelos comunistas era importante que a Federação fôsse um instrumento de disseminação mundial de sua propaganda. Muitos deles tinham pequena ou nenhuma experiência do trabalho sindical internacional e o seu papel nas funções industriais, sociais e econômicas essenciais de um Sindicato Internacional Mundial. As suas concepções eram determinadas por sua ideologia".

De outro lado estavam os centros nacionais com grande experiência sindical no campo internacional. Baseados nessa experiência recomendaram a Federação que deveria ser adequadamente estruturada e administrada, para que pudesse re-

presentar razoàvelmente a opinião sindical mundial e preencher os seus verdadeiros objetivos. Os que lutaram por êsses elementos fundamentais tiveram que enfrentar o constante desvirtuamento e abuso. Tornou-se impossível continuar nessas bases deficientes e sem a boa vontade que procuramos constantemente manifestar...

> "Agora dirigimos a atenção dos movimentos sindicais livres do mundo aos fatos constantes dessa declaração para que considerem a sua posição face a FSM, agora inteiramente dominada pelas organizações comunistas, as quais, por sua vez, são controladas pelo Kremlin e pelo Cominform".

A Federação Sindical Mundial tem interferido pollticamente na situação de todos os países, através dos Partidos Comunistas. A sua atuação parcial é claramente caracterizada nas campanhas que vem patrocinando em todo o mundo. Encetou, por exemplo, uma campanha para a semana do trabalho, de 40 horas, mas dirigida apenas sôbre os países do Mundo Ocidental.

A primeira filial da FSM na América Latina foi a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (STAL). Dirigida pelo comunista mexicano Lombardo Toledano, foi desacreditada. Em 1964 ficou decidida a sua dissolução.

A União Soviética decidiu então concretizar uma nova organização a CUTAL, Central Unida dos Trabalhadores da América Latina, aparentemente autônoma, mas dirigida atraz das cortinas pelo Kremlin. O Congresso de fundação da CUTAL foi programada para realizar-se em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de janeiro de 1964. Diante da reação popular na capital mineira contra êsse conclave, foi o mesmo levado a efeito em Brasília, com o apoio do govêrno João Goulart. As delegações comunistas, inclusive soviética, foram hóspedes oficiais, correndo tôdas as despesas por conta do Ministério do Trabalho. Apesar de tudo isso o Congresso não conseguiu o êxito esperado.

A Federação Sindical Mundial emite várias publicações em numerosos idiomas. Entre estas se salientam as seguintes: "Movimento Sindical Mundial" revista mensal em doze línguas,

inclusive o português e "A Imprensa Sindical" boletim quinzenal em seis línguas.

A infiltração comunista.

Os comunistas consideravam como um objetivo essencial a consecução da unidade sindical, capaz de mobilizar milhões de trabalhadores em todo o país para conduzí-los sob sua direção para os movimentos de greve e outras manifestações políticas ou subversivas.

A chamada Central Sindical seria a concretização dessa unidade. Para alcançar tal objetivo o Partido Comunista conseguiu infiltrar-se e dominar as seguintes organizações de associação sindical:

— A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que englobava os Sindicatos dos Metalúrgicos, Marceneiros, Têxteis, a Federação dos Gráficos, os Sindicatos de Eletricidade e Gás, do Petróleo, etc, com um efetivo aproximado de um milhão de integrantes;

— O Pacto de Unidade e Ação (PUA) que reunia todos os sindicatos ligados aos transportes marítimos, ferroviários, aeroviários e rodoviários;

— A Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) que englobava vários sindicatos entre os quais se destacava o dos Metalúrgicos.

O organismo que melhor representou a política de centralização sindical foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão ilegal e subversivo, que derivou do Comando Geral da Greve (CGG), destinado à mobilização do pessoal nos movimentos grevistas.

O CGT foi ratificado no 4º Encontro Sindical realizado em São Paulo, a 19 de agôsto de 1962. Desde então êsse organismo passou a constituir verdadeira arma de pressão e de imposições políticas, articulando greves e fazendo crescentes e atrevidas exigências com a constante ameaça de greve geral.

Os principais integrantes dêsse Comando eram os comunistas HERCULES CORREIA, ROBERTO MORENA, OSWALDO PACHECO DA SILVA, DANTE PELACANI, HUMBERTO MENEZES PINHEIRO, ARMANDO ZILLER e BENEDITO CERQUEIRA.

Sôbre a infiltração comunista no meio sindical, vale a pena reproduzir o trecho abaixo, extraído do artigo "Infiltração Comunista no Brasil", publicado na revista: "Este e Oeste", nºs 37, 38 e 39 de janeiro e fevereiro de 1964:

"SINDICATOS OPERÁRIOS — Os sindicatos operários que são dominados há mais tempo são, indubitàvelmente, os de Comunicações, (DCT), transportes marítimos, pessoal dos portos, marinheiros e ferroviários, transportes rodoviários, aviação civil, aos quais convém acrescentar os bancários e o pessoal da indústria.

Em nosso artigo publicado nesta mesma seção há dezoito meses, mencionávamos já entre os comunistas mais ativos no setor sindical: Roberto Morena (Trabalhadores da Indústria); Salvador Losaco (Bancários); Pacheco Silva (Portuários); Rafael Martinelli (Ferroviários); Cerqueira (Metalúrgicos); Carlos Taylor (Motoristas); Ricardo Barreto (Comércio); Alves Guimarães (Hoteleiros) e Othon Canedo (Aviação).

Pode definir-se sumàriamente a estrutura do movimento sindical infiltrado por comunistas ou dominado pelos comunizantes da seguinte maneira:

a) Emprêsas de Crédito: Confederação Nacional (CONTEC), presidida por Humberto Menezes Pinheiro e cujos principais líderes são: Armando Ziller (do (Conselho da FSM), Antonio Pereira Filho, Luiz Viegas da Mota Lima e Oswaldo Staford da Silva.

b) Transporte: Federação Nacional de Estivadores, presidida por Oswaldo Pacheco da Silva, membro da Diretoria do Partido Comunista de Luiz Carlos Prestes.

Federação Nacional dos Marítimos, com Raimundo Castelo de Souza.

União dos Portuários do Brasil, com José Paulo da Silva.

Federação Nacional dos Aeroviários, com Othon Canedo Lopes.

Federação Nacional dos Portuários, com Felipe Ramos Rodrigues.

Sindicato Nacional dos Aeronautas, com Paulo de Santana Machado.

Federação Nacional dos Ferroviários, com Rafael Martineli.

Sindicato dos Ferroviários da Guanabara, com Demistóclides Batista.

Federação Nacional dos Trabalhadores em Emprêsas de Carrís Urbanos, com Odilio Nascimento da Gama.

Sindicato dos Rodoviários da Guanabara, com Alexandre Rachid.

c) Comunicações: A Federação dos Trabalhadores em Emprêsas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas, com Wilson Reis.

d) Indústrias: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) cujo presidente é Dante Pellacani e o secretário, Benedito Cerqueira (do Conselho da Federação Sindical Mundial).

Sindicato dos Metalúrgicos, presidido por Benedito Cerqueira.

Sindicato dos Marceneiros, cujo líder é Roberto Morena, um dos principais dirigentes nacionais do Partido Comunista.

Sindicato dos Empregados na Indústria de Fiação e Tecelagem, presidido por Hércules C. dos Reis.

Federação Nacional dos Gráficos, presidida por Newton Eduardo de Oliveira.

Sindicato do Petróleo de Cubatão.

Sindicato do Petróleo da Guanabara.

Sindicato das Indústrias de Eletricidade e Gás, presidido por José Lacerda.

Numerosos sindicatos pertencentes à Comissão Permanente das Organizações Sindicais (Comissão das Organizações Sindicais) e numerosos sindicatos da indústria do petróleo (Sindicato de Extração da Baía, Sindicato de Distilação da Baía, Associação dos Empregados da Petrobrás, Sindicato de Extração de Alagoas, Associação dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, Sindicato de Cubatão, etc) assim como o PUA (Pacto de Unidade e Ação), cujo líder é o influente membro do Partido Comunista, Oswaldo Pacheco da Silva.

Com esta base sindical o Partido Comunista desencadeou no comêco de 1962, uma campanha coroada de êxito, para a reforma dos estatutos, o que permitiu ao sindicatos lançarem-se, a partir dessa data, "à propaganda política e ao suporte das candidaturas eletivas, mesmo de estrangeiros, no domínio sindical".

Esta nova liberdade teve efeito sem demora, em todos os acontecimentos de julho e setembro de 1962, quando os sindicatos provocaram duas greves gerais, abertamente políticas; a primeira para impedir a formação do gabinete Moura Andrade, menos esquerdista que o precedente; e a outra, para impor ao Parlamento a antecipação do referendum sôbre a volta ao presidencialismo. Os sindicatos orientados pelos militantes comunistas travavam, paralelamente, uma luta incessante contra o plano deflacionista (Plano Trienal), por meio de uma completa socialização da indústria do petróleo, da radical reforma agrária, da acentuação de uma "política exterior independente" e das restrições à repartição de lucros e dividendos do capital estrangeiro.

No plano interno, os comunistas não perdiam de vista a consigna de Moscou com relação ao estabelecimento de uma Central Sindical única, destinada a integrar-se a uma nova Central Continental Latino-Americana. Esta Central única brasileira cobriria as cinco grandes Confederações Nacionais já existentes;

— Confederação dos Trabalhadores da Indústria (CNTI);

— Confederação dos Trabalhadores do Comércio (CNTC);

— Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito (CONTEC);

— Confederação dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres (CNTTT);

— Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA);

As primeiras etapas da marcha para essa Central Única já haviam sido realizadas pela criação sucessiva do Pacto de Unidade e Ação (PUA), da Comissão Per-

manente de Orientação Sindical (CPOS) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O Congresso Nacional dos Trabalhadores ratificou em abril de 1963, a idéia de formar, quanto antes, uma "Conferência Central dos Trabalhadores" (que desse um conteúdo pleno e definido à sigla CGT).

Esta ação positiva de organização interna e de pressões políticas é acompanhada por uma agitação reivindicativa tratando, simultâneamente, de conquistar uma fácil popularidade pelo aumento dos salários resultante, e de desorganizar inteiramente a economia pela enormidade das cargas que faz pesar sôbre as emprêsas industriais e comerciais. As reivindicações mais modestas referem-se geralmente a reajustes de 60 a 80 por cento, de uma só só vez, sob ameaça de greve imediata e sabotagem. Diàriamente as mais extravagantes pretensões são emitidas, tais com as demandas dos carregadores do cais que exigem 35% de indenização pela manipulação de "cargas vexatórias", expressão pela qual designam os aparelhos sanitários e o papel higiênico. (sic).

Deve-se fazer nota, por outro lado, que os referidos carregadores já conseguiram obter suplementos de salário pelo trabalho aos domingos (suplemento que é dobrado quando êste coincide com dia feriado), pelo trabalho sob a chuva, pelo trabalho que excede um número mínimo de dias por mês, etc. Vantagens sociais que traduzem, por parte dos comunistas, não um esmerado esfôrço para melhorar a sorte do operário, mas a preocupação de caráter demagógico.

Como consequência de tudo isto, as tarifas portuárias brasileiras alcançaram um nível tão elevado, que o custo da manipulação no pôrto excede dez vêzes o prêço de diversas mercadorias e que o frete de certos produtos embarcados de Hamburgo para Nova Iorque é menos elevado que o transporte dos mesmos produtos entre os dois portos brasileiro... Por êsse motivo numerosos armadores estrangeiros decidiram evitar certos portos do país, enquanto outros aplicam uma taxa suplementar, chegando até quarenta por cento o frete destinado ao

Brasil... O aumento progressivo da potência comunista corresponde portanto, passo a passo, à submersão progressiva da economia nacional.

A penetração comunista no setor sindical foi tão acentuada que difìcilmente êsse carcinoma poderá ser extirpado para dar ao sindicalismo a pureza e a adequação de seus verdadeiros objetivos.

Para dar uma idéia da penetração e atividade dos comunistas no meio sindical anexamos a cronologia referida a ação do Forum Sindical de Debates de Santos, uma das cidades brasileiras consideradas mais importante relativamente ao movimento sindical por englobar o maior ponto nacional (Anexo 2-II-1-) (3).

2. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO DA JUVENTUDE

A juventude é livre do pêso do passado e assimila melhor do que ninguém os preceitos leninistas. É justamente por causa disso, por assimilar melhor do que ninguém os preceitos leninistas, é que a juventude está convocada a impulsionar os desanimados e vacilantes. É certo que os jovens não possuem os conhecimentos necessários. Mas, conhecimentos se adquirem. Hoje não os possui, mas amanhã tê-los-ão. Por êsse motivo o problema se baseia em aprender e aprender até assimilar o leninismo. Camaradas da Juventude Comunista: aprendei assimilai o bolchevismo e empurrai os vacilantes! Falai menos e trabalhai mais, e vereis como tudo marcha fàcilmente!

(J. Stalin, *Questões do Leninismo,* Ed. Sociales, México, 1941-p. 503).

Necessitamos de jovens capazes... Há uma quantidade imensa de homens mas é preciso recrutar mais ampla e audazmente, mais audaz e amplamente, todavia mais audaz e mais amplamente, entre a juventude, *sem temê-la...* A juventude decidirá do resultado de tôda a luta, tanto a juventude estudantil como — em medida maior ainda — a juventude operária.

(Lenin, ap. Problemas da Paz e do Socialismo, nº 10.1961. p. 122).

O Dr Fred Schwarz demonstrou que a maioria das personalidades proeminentes do comunismo em todo o mundo foram recrutadas quando estudantes, e que nesse período os quatro fatôres de aliciamento são: a desilusão com o capitalismo, a

filosofia materialista, a vaidade intelectual e a tendência religiosa insatisfeita.

Diz o citado autor:

"O primeiro fator na formação de um comunista é a desilusão com o sistema capitalista. De acôrdo com a análise marxista, a depressão e a guerra são consequências inevitáveis do sistema capitalista. O capitalismo é, também, origem de vício, de crime e de todos os males sociais. Tal tem sido a grande pregação arregimentadora do comunismo. Whittaker Chambers afirma que tôdas as pessoas inteligentes de seu conhecimento, convertidas ao comunismo, fizeram-no em consequência da análise marxista, do capitalismo como gerador de depressão e guerra. Uma vez aceita a tese marxista de que o capitalismo causa crises e guerras periódicas, estava apenas a um passo a adoção do programa leninista de destruição do capitalismo".

"O segundo fator na formação de um comunista é a filosofia materialista. O intelectual-estudante aprende que não existe Deus, que a matéria em movimento reúne em sí a totalidade de tudo quanto existe, que cada indivíduo é um organismo provido de estômago a secretar suco gástrico, de fígado a secretar bilis e de cérebro a secretar emoção e pensamento. Não existe alma nem espírito. Nem há céu por recompensa, nem infernos punitivos. A nova era científica nascida dispensa e aboliu a necessidade de Deus. A posição moderna é o materialismo".

"O terceiro fator na formação de um comunista é a vaidade intelectual. O estudante de dezoito ou dezenove anos de idade está começando a perceber a liberdade dos novos ambientes intelectuais que frequenta. Está começando a ter noção de quão pouco sabem os seus pais".

"O quarto fator na formação de um comunista é a tendência religiosa insatisfeita. "Nem só de pão vive o homem". É indispensável uma finalidade na vida. O homem nasceu com tendência à adoração divina, a al-

cançar algo maior além de sí mesmo, a procurar algum ideal nobre pelo qual se sacrificar, algum motivo pelo qual viver e morrer. Quando a negação da existência de Deus lhe furta essa complementação natural, o comunismo provê um substitutivo. Dá-lhe a sensação de finalidade e predestinação, dá um sentido à vida e supre motivação e sacrifício".

Realmente, o meio estudantil é um dos alvos de maior atenção do Partido Comunista. É aí que se encontra um dos maiores celeiros da liderança comunista. São os próprios documentos do Partido que atestam essa consideração.

Assim, a Resolução Política do V Congresso do PC consignava:

> "Considerando o importante papel que cabe à juventude na vida social e política do País, devem os comunistas intensificar seu trabalho entre os jovens, organizando-os nos sindicatos, em clubes esportivos, recreativos e culturais, e em organizações de massas, ou em entidades especialmente juvenis".

Ai se encontra claramente expressa a intenção aliciadora do Partido Comunista no seio dos estudantes.

Nas teses para discussão do VI Congresso encontramos uma grande ênfase no recrutamento da juventude, dentro de um plano perfeitamente elaborado.

Diz textualmente o documento:

> "A construção do Partido, incluindo o recrutamento de novos militantes, não deve ser espontânea, mas cuidadosamente estudada, planificada e controlada, concentrando-se, do ponto de vista nacional, nas seguintes direções:
>
> 1) as grandes e médias emprêsas industriais...
> 2) as massas trabalhadoras do campo...
> 3) os jovens das diversas camadas sociais, com especial atenção para os jovens operários e para a juventude estudantil, que constitui uma das

camadas polìticamente mais ativas da pequena burguesia.

4) as mulheres, sobretudo as mulheres trabalhadoras e as donas de casa, ...

Mais adiante, o documento é ainda mais específico sôbre o aliciamento da juventude, preconizando uma política mais eficaz e agressiva. Diz êle:

"A experiência dêstes últimos anos demonstrou, outrossim, que o problema da organização da juventude comunista requer uma solução específica. Embora tenha melhorado consideràvelmente nossa atividade entre a juventude estudantil, particularmente a universitária, ainda não fomos capazes de traçar com a devida clareza a política dos comunistas para o trabalho entre as novas gerações. No entanto, os jovens possuem reivindicações peculiares, motivo porque, através de formas de organização adequadas à sua condição, poderão ser ganhos com mais facilidade para as idéias do marxismo-leninismo. Conquanto o trabalho entre os jovens seja tarefa de todo o Partido, é necessário que a juventude de tendência comunista, filiada e não filiada ao Partido, disponha de organização autônoma, orientada pelo Partido, com a missão de educar os jovens no espírito do marxismo-leninismo, de torná-los ativos combatentes pela causa revolucionária e de realizar, em escala de massa, a propaganda do socialismo".

No início de 1964, o Comitê Central do Partido Comunista adotou uma Resolução Política dedicada exclusivamente à juventude, cuja influência na ação partidária vinha adquirindo crescente relêvo. Dêsse documento, muito significativo, extraímos alguns trechos que se nos afiguram como altamente expressivos para demonstrar a atividade perniciosa dos comunistas no meio juvenil. Suas palavras iniciais são as seguintes:

"À juventude corresponde um papel de primeira grandeza na luta em que se empenha o povo brasileiro por sua libertação nacional, a democracia e o progresso

social. Pelas qualidades que lhe são inerentes, é a juventude a parcela mais combativa do povo, a mais apta à assimilação das idéias sociais de vanguarda, e a que com maior ardor abraça e defende as nobres causas dos explorados e oprimidos, contra os exploradores e opressores. Tôda a experiência passada e atual das lutas políticas e sociais de nosso povo confirma sobejamente essas qualidades de sua juventude".

E como consequência da função relevante da juventude na dinâmica da política nacional o Partido fixa a sua missão:

"Conquistar a juventude brasileira para a revolução é, assim, tarefa central do Partido, parte integrante e inseparável da tarefa de forjar a frente-única revolucionária. Por isso mesmo, a ela deve dedicar-se o conjunto do Partido, tôdas as suas organizações e frentes de trabalho, e não apenas nos jovens, aos quais se atribua a inteira responsabilidade pela realização da mesma. A pouca atenção dispensada atualmente pelo Partido ao trabalho juvenil ou o relegamento dêste à condição de tarefa atribuída aos comunistas jovens, apenas, constitue grave êrro que precisa ser com urgência corrigido".

Para inspirar essa junção de aliciamento os comunistas apresentavam aos jovens os "slogans" de atração, a guisa de problemas nacionais de fundamental interêsse. Êsses aspectos sensibilizam profundamente os corações moços abertos ao idealismo. O Partido se propõe a explorar êsse entusiasmo construtivo, envolvendo-o pelo objetivo disfarçado da mobilização das massas desprevenidas. O documento revela essa premeditação:

"Existem no Brasil as condições objetivas necessárias para que a juventude seja mobilizada para uma participação ativa e de vanguarda na luta política. Vivemos numa época em que profundas transformações ocorrem nas vidas dos povos. O socialismo está triunfante em uma terça parte da humanidade e a revolução socialista já chegou às terras da América; desmorona-se o sistema colonial

do Imperialismo, tornando clara a incapacidade dêsse último de manter conjugados por muito mais tempo os povos ainda delas dependentes, enquanto os povos que lutam e conquistam a sua independência política encontram no campo socialista o apoio eficaz e decidido de que necessitam para defender-se das arremetidas imperialistas. Tudo isso marca uma nova etapa na história da humanidade e abre amplas perspectivas para a luta do povo brasileiro por sua libertação nacional e social.

Aos comunistas cabe conduzir a luta ideológica do proletariado dentro do movimento juvenil, como vanguarda consciente que são dessa classe e intérprete de seus superiores interêsses. É seu dever difundir entre os jovens as idéias sociais do marxismo-leninismo, apresentar-lhes as soluções e os caminhos preconizados pelo Partido para os problemas gerais de todo o povo e para aquêles específicos da juventude, e esforçar-se para que, por essa via, a juventude e o movimento aceitem e adotem as idéias, a política a direção do Partido, constituindo-se naquela fôrça entusiástica e combativa capaz de levar a revolução brasileira até as suas últimas consequências, até o socialismo. Essa a tarefa mais importante do trabalho político do Partido na juventude".

E confirmando êsse propósito de exploração da juventude idealista, assim finaliza a Resolução Política:

"Simultâneamente com a conquista da juventude para as fileiras da revolução nacionalista e democrática e para as idéias comunistas visa também o trabalho juvenil do Partido recrutar milhares de jovens para suas fileiras partidárias e para as organizações juvenis comunistas. Essa organização social viva que é, necessita o Partido, para não envelhecer e definhar, assimilar constantemente novos e novos militantes que lhe darão a vitalidade e as condições humanas necessárias para crescer, fortalecer-se e estreitar cada vez mais suas ligações com as massas, e é precisamente na juventude que êle vai buscar os militantes mais ardorosos e abnegados. O trabalho de massas do Partido para a ju-

ventude, por essa razão, deve ser realizada de tal maneira que desta flua para as fileiras comunistas uma corrente ininterrupta de novos militantes e que a juventude se constitua no principal manancial onde o Partido aure e multiplique as suas fôrças".

A parte mais interessante dêsse documento refere-se, porém, às questões em tôrno das quais, o PCB encara as possibilidades de aliciamento, mobilização e unificação da juventude, estabelecidas consoante a natureza de seus elementos.

Assim para a juventude em geral essas questões dizem respeito aos problemas da paz, das relações culturais entre os povos, da emancipação econômica do país, da elevação cultural da juventude, do apoio social e da ajuda governamental. Para a juventude trabalhadora das cidades relacionam-se com os problemas de salário, do ensino técnico-profissional de segurança e confôrto no trabalho e de assistência social. Para a juventude do campo encaram os aspectos da reforma agrária radical, a extensão de legislação trabalhista, o apoio social ao lavrador, a previdência social, o ensino primário e técnico-agrícola. Para a juventude universitária, da melhoria das condições de vida e estudo. Para a juventude secundarista falam na democratização do ensino secundário, no barateamento do material de ensino, na criação dos cursos noturnos e na reforma dos métodos de ensino.

Tôdas essas questões representam sérios problemas que envolvem, afligem e, portanto, interessam profundamente à juventude. Os comunistas procuram explorá-los para a sua propaganda ideológica e para a agitação das massas. Isto se enquadra perfeitamente na técnica de mobilização de massas que o Partido utiliza e a qual o meio da juventude é extremamente sensível.

A vinculação internacional.

As seguintes entidades internacionais, controladas pela União Soviética, relacionam-se diretamente com a juventude e com o meio estudantil:

— União Internacional de Estudantes (UIE)
— Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD).

A UIE com sede em Praga foi fundada em 1946 e tornou-se pràticamente a "Seção Estudantil do Cominform" conforme lhe designou um Presidente da União Nacional de Estudantes da Inglaterra. A maioria das entidades participantes não-comunistas abandonaram essa associação em 1951. Da direção geral faz parte um vice-presidente brasileiro: NELSON VANUZZI.

A UIE patrocinou a realização do Seminário Internacional de Estudantes, dos Países sub-desenvolvidos, realizado em julho de 1963, em Salvador, na Baía.

A FMJD, tem sede também em Budapest, após ter sido expulsa da França e se ter transferido para Praga, durante a revolução húngara. Foi criada em 1945 como uma entidade apolítica, capaz de congregar a juventude de tôdas as raças e nações. Os comunistas se apoderaram, entretanto, de todos os postos principais, de sorte que em 1950, a maioria das organizações não-comunistas se desligaram.

Os reais objetivos da FMJD constam do manifesto que dirigiu "aos jovens de tôdas as nações" em setembro de 1949 e se confundem com os próprios objetivos do comunismo mundial.

A vinculação das entidades estudantis às frentes internacionais e à União Soviética, foi comprovada claramente em numerosos inquéritos.

O auxílio financeiro pode ser constatado na carta escrita por NELSON VANUZZI a ZULEIKA D'ALEMBERT, em 21 de janeiro de 1963, documento apreendido na residência desta dirigente do PCB.

Nessa carta declara VANUZZI:

> "6. Sôbre a campanha de Alfabetização e nossa Ajuda tenho algumas coisas mais detalhadas a tratar. Na carta anterior eu havia me referido à falta absoluta de dinheiro por aqui. Dei também as razões. Porém dada a tremenda discussão que houve no Secretariado, o companheiro soviético foi à Moscou tratar do assunto. Resultado: trouxe com êle a quantia de 5 mil dólares exclusivamente para a UNE, enquanto que para as outras planejadas quasi nada foi conseguido. Parece ter sido uma consideração especial. Além do mais, a UIE enviará as demais partes materiais.

Porém resta um problema que eu estou sentindo ou melhor estou "cheirando" à distância. Olhando-se o balancete da UNE de agôsto a janeiro, o último, vê-se claramente que 5 mil dólares não representa muito para a UNE. Porém para a UIE, tratando-se de divisas pesadas significa muito. Por isto o que se passa é que a UIE espera de tal soma de dinheiro os conseqüentes resultados políticos. Ou seja, espera que a campanha seja um sucesso e que seja feita com o estrondo político maior".

Nesse pequeno trecho de tão significativo documento podemos concluir estarrecido que a UNE recebia dinheiro da UIE, conseguido em Moscou, destinado a obtenção de efeitos políticos na Campanha de Alfabetização, patrocinada pelo MEC. É verdadeiramente incrível.

Mas essa carta não revela apenas o auxílio financeiro recebido pela UNE, provenientes dos países comunistas para a subversão do regime.

Mostra claramente o contrôle pelos comunistas de pessoal para ingresso nas faculdades dos países do Mundo Socialista. E, mais adiante, consigna:

"11. Durante a Universíade a UNE pode se preparar para receber uma extraordinária quantidade de visitas importantes. Quase tôdas as delegações desportistas da Europa e Ásia, bem como de Cuba serão presididas por dirigentes de alta representatividade e em muitos casos por presidentes das uniões nacionais de estudantes".

Êsse trecho é a confissão de que as delegações esportivas são aproveitadas para o envio de dirigentes comunistas aos países do Mundo Livre, com a finalidade òbviamente políticas.

Uma outra questão, muito importante, relativa à vinculação internacional do movimento estudantil comunista é o envio de estudantes brasileiros para escolas soviéticas, como a Universidade Lumumba. Essa seleção é feita pelo Partido Comunista. Uma comprovação dêsse fato podemos ter folheando a Caderneta nº 6 de Luiz Carlos Prestes, documento apreendido na residência dêste. Nessa caderneta encontramos a carta abaixo transcrita, enviada por Eunice Real a Luiz Carlos Prestes, a 14 Fev 63:

"Pelotas, 14 Fev 63.

Prezado Camarada Prestes.

Aproveitando a gentileza do camarada Mario Matos pretendo dizer-lhes algumas palavrinhas.

A Srta. Ester Escanvela que cursa o 1º ano de Medicina na "Patrice Lumumba", escreveu-me dizendo que estranhava os exames que o candidato à bolsa deve fazer, porquanto, tanto ela como outro colega, não prestaram tais exames. Pelo que ela me disse, a direção da "Patrice Lumumba" desconhece tais exames, o que me deixa bastante confusa. Mandei tôda a documentação para Moscou (e também para São Paulo). Espero que êles me mandem direto. Desejando saúde e bom êxito no prosseguimento de nossa luta, despeço-me com abraço extensivo a todos os seus.

Eunice Real."

Em várias organizações comunistas, em todo o País, foram apreendidos questionários para seleção de candidatos à Universidade Patrice Lumumba.

A título de exemplo, reproduzimos algumas questões formuladas nessas provas de seleção:

"Prova de Literatura:

1a Parte

Dissertar (de 20 a 30 linhas) sôbre um dos seguintes autores:

Castro Alves,
José de Alencar,
Machado de Assis,
Jorge Amado.

2a Parte

Dissertar (de 20 a 30 linhas) sôbre um dos seguintes autores:

Leon Tolstoi
Anton Tchekhov
Maximo Gorgo
Vladimir Maia Kovisk".

"Prova de História

1. Quais as origens e características do Feudalismo?
2. Que eram as Corporações?
3. Que se entende por Revolução Industrial?
4. Cite três consequências históricas da Revolução Socialista de 1917.
5. Quais foram os principais acontecimentos históricos, após a 2a Guerra Mundial.
6. Aponte as causas que determinaram a expansão territorial colonial.
7. Que sabe sôbre o Tratado de 1810 e seus aspectos negativos à soberania brasileira.
8. Como foi solucionado o problema do negro pela Lei de 13/5/1888?
9. Quais as relações entre a aristocracia social cafeeira e o Império?
10. Dar uma síntese do processo histórico brasileiro, com os principais acontecimentos, desde 1945".

Os temas políticos de fundo ideológico e comunista são o lugar comum para a habilitação dos candidatos aos cursos no Mundo Socialista. O ensino, a educação e a ciência são armas de propaganda e de doutrinação comunistas.

B) A infiltração comunista.

Os principais objetivos do Partido Comunista no meio estudantil eram os seguintes:

1º Doutrinação comunista da mocidade, da base do idealismo e do entusiasmo incentivado pelo interêsse na solução dos problemas nacionais de caráter geral ou específico.

2º Recrutamento de integrantes para as organizações base do partido e seleção de líderes atuantes.

3º Unificação do movimento estudantil pelo domínio das associações da classe.

4º Contrôle da agitação no meio estudantil, assegurando a capacidade de mobilização de todos os estudantes para as manifestações de rua, as greves e a propaganda.

5º Consecução da unidade estudantil-operária-camponesa, através da identificação dos organismos centrais como a UNE e o CGT.

6º Utilização da massa estudantil como meio de pressão política.

O Estudante comunista era ainda um escudo de proteção para o Partido face às restrições naturais que os órgãos policiais de repressão contra a agitação e a desordem públicas encontravam diante dos grupos de jovens decididos e doutrinados.

A infiltração comunista expraiou-se sôbre o ensino em todos os seus graus; primário e secundário e universitário, com a orientação e o apoio do próprio Ministério da Educação e Cultura inteiramente penetrado pela ação de líderes marxistas-leninistas. Vários movimentos patrocinados por êsse órgão oficial como a Campanha Nacional de Alfabetização, a Campanha de Alfabetização de Adultos, a Campanha de Assistência ao Estudante e o Movimento de Cultura Popular transformaram-se em veículos de propaganda e doutrinação ideológica.

Basta compulsar-se as famosas cartilhas do Movimento de Cultura Popular para verificar-se a doutrinação comunista sub-reptícia à título de doutrinação política motivadora, explorando os sentimentos legítimos da reivindicação das classes pobres, os descontentamentos, a miséria e as insatisfações.

Em setembro de 1963, realizou-se em RECIFE-PE, o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, com a participação de tôdas as correntes esquerdistas que exploravam o movimento estudantil. Os representantes do Partido Comunista que conseguiram, graças a uma tática hábil e inteligente, dominar todo o conclave, apresentaram à Direção Central um Relatório do qual extraímos alguns trechos interessantes:

> "Presados companheiros: — Realizou-se de 15 a 21 de setembro na cidade do Recife o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular convocado pelo MEC, UNE, UBES, MEB, Secretarias de Educação do R. G. Sul e de Pernambuco e Instituto de Cultura Popular de Goiás.

A reunião que contou com quase 200 participantes entre delegados, convidados e assessôres credenciados discutiu importantes questões tais como: Alfabetização: Atuação dos Movimentos de Cultura Popular e Alfabetização nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais: Meios e técnicas de trabalho de cultura popular, seu desenvolvimento e aplicação; Organização e manutenção dos movimentos de cultura popular e a possibilidade de sua integração nacional.

Após uma semana de debates o Encontro chegou à aprovação de 4 importantes documentos referentes aos vários pontos da ordem-do-dia ....

As fôrças políticas que se fizeram representar também contribuiram para o sucesso do Encontro.

De um ponto de vista geral podemos dizer que a maioria esmagadora das fôrças presentes ao Encontro era de caráter progressista e lealmente interessada no trabalho de cultura popular como instrumento de organização e conscientização das grandes massas populares e trabalhadoras. Entre elas contavam-se apenas algumas voltadas para uma orientação filantrópica dêsse trabalho mas que não chegaram a causar dificuldades.

Esta condição política do conclave facilitou muito a atuação direta junto às organizações locais no sentido de impulsioná-las para justas posições.

As três fôrças principais atuantes no encontro (*AP, Partido e Movimento de Educação de Base* (liderada pelos bispos), apesar de algumas dificuldades iniciais ocasionadas pela própria luta que se trava no interior da frente-única pela hegemonia do movimento souberam encontrar os pontos comuns capazes de unir todo o conclave. Muito concorreu para isso; o esfôrço desenvolvido por alguns elementos da cúpula nacional da AP, que sempre procuraram o entendimento, e a unidade; a existência de fortes elementos democráticos na base do MEB que anteriormente era uma organização totalmente reacionária e fundamentalmente a ação unitária desenvolvida pelo nosso Partido, conforme analisaremos a seguir.

A ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS

Pelo papel que hoje desempenha junto aos movimentos de cultura popular, nosso Partido jogou também um papel de importância no curso da realização do Encontro de Recife.

Com um ativo de 50 companheiros vindos de S. Paulo, Guanabara, Pernambuco, Estado do Rio, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraná, Minas, Alagoas, Bahia e Maranhão, fomos a fôrça principal no preparo técnico e acertada condução política dos trabalhos do Encontro.

Assumindo pràticamente as responsabilidades pela organização da parte técnica do Encontro, fomos dentro das mais difíceis condições materiais fator de importância desde o início para que o Encontro pudesse se realizar.

No plano político as coisas não foram diferentes.

Apoiados na linha política do Partido, adotamos desde o 1º dia uma tática que tendo por centro a Unidade da frente-única, iria, no curso de sua aplicação, dar ao conclave um rumo certo e definido.

Os elementos essenciais de nossa tática foram:

1º — Recusar qualquer reunião de cúpula com os grupos partidários o que teria conduzido a uma divisão a priori do conclave.

....
....
....

2º — Adotar posições flexíveis em questões secundárias, de acôrdo com nossa fôrça e a capacidade das massas a fim de impedir brechas, incidentes que dividissem em vez de somar fôrças.

3º — Colocar como centro dos trabalhos a troca de experiências e não a definição em têrmo das questões teóricas, conceitos ou métodos de trabalho que levariam inevitàvelmente a divisão do conclave e a uma separação entre os diferentes movimentos, logo no primeiro encontro entre essas fôrças.

4º — Defender a autonomia dos movimentos de cultura popular e alertar os presentes contra qualquer

esfôrço para integrá-los nacionalmente em bases anti-democráticas.

Camaradas: ao lado dessa justa tática traçada, outros fatôres contribuiram para uma boa atuação do P. no Encontro do Recife, o espírito de disciplina partidária observado pelo coletivo em tôdas as questões de princípio estabelecidas pela fração nacional e o trabalho de equipe da fração nacional que soube atuar de modo uno e homogêneo.

....
....
....

PERSPECTIVA: Somos de opinião que o movimento de cultura popular tomado em sua expressão mais geral lucrou bastante com a realização do I Encontro Nacional Alfabetização e Cultura Popular do Recife. ....
....
....

Quanto ao nosso P. saiu reforçado dessa iniciativa e com um melhor conhecimento de suas falhas, de seus acêrtos e de suas possibilidades neste terreno.

Resta-nos portanto como P. trabalhar daqui para a frente junto à tôdas as fôrças interessadas em cultura popular e alfabetização para:

a) Desenvolver em todo o país o trabalho de cultura popular, estendendo-o a todos os recantos de nossa pátria, fazendo-o florescer através de suas múltiplas manifestações, tendo como base as diretivas traçadas no Encontro do Recife.

b) Trabalhar democràticamente pela integração nacional dos movimentos de cultura popular, através de um esfôrço contínuo cujo maior pêso deve estar voltado para o trabalho local, nas bases.

c) Apoiar tôdas as iniciativas governamentais que contribuam para êsse desenvolvimento.

Um primeiro passo para a realização dessa perspectiva é preparar, desde já, com entusiasmo, a realização do I Seminário de Alfabetização e Cultura Popular a ser realizado até o fim do corrente ano, em Brasília, conforme

decisão do próprio Encontro de Recife e para o qual devem ser mobilizados tôdas as fôrças interessadas nesse trabalho em âmbito nacional.

Do ponto de vista partidário deveremos:

— Interessar e mobilizar o P. e suas direções como um todo para o trabalho de alfabetização e cultura popular, pondo de lado a idéia de que cultura popular é trabalho exclusivamente de estudantes e dando-lhes consciência de que cultura popular é um importante meio de ligação com as massas e instrumento revolucionário de politização das massas.

— Estimular o nosso P. como um todo para que elabore sua política cultural como fator de fundamental importância para a justa particularização de nossa linha no campo da cultura popular. Utilizar para êsse fim ao máximo os debates a serem abertos por ocasião do nosso 6º Congresso.

— Estabelecer em âmbito estadual e nacional um sistema de coordenação da atuação dos comunistas que atuam nos movimentos de cultura popular de modo a dar-lhes uma orientação única e individual em tôrno das questões essenciais.

TAREFAS

1 — Discutir o presente balanço com todos os camaradas do P. e em especial com aquêles que atuam no movimento estudantil e de cultura popular.

2 — Utilizar todos os veículos possíveis para divulgar ao máximo a realização e os resultados do Encontro de Recife. Para isso trabalhar com os materiais anexos.

3 — Elaboração de um plano concreto de caráter estadual, com apoio no plano nacional a ser enviado, com vista ao próximo Seminário de Brasília.

4 — Criação em cada Estado de uma fração estadual do P. que prepare o referido Seminário em cada Estado.

5 — Aproveitar o Seminário de Brasília para impulsionar em todo o país concretamente as atividades e criação dos movimentos de cultura popular e alfabetização.

Êsse documento é sobremodo característico, como comprovação da infiltração e da exploração comunista no meio estudantil.

O Partido Comunista estabeleceu frações atuantes em tôdas as associações de estudantes como a UNE, que congrega mais de 150.000 universitários, a UBES e as entidades estaduais. Além disso infiltrou-se nas escolas e universidades, com a seguinte prioridade:

— Faculdades de Filosofia — pela duração pequena do curso e pela importância dos professôres na doutrinação comunista;
— Escolas de Jornalismo — pela atuação dos comunistas na imprensa.
— Escolas de Agronomia — pela ligação com o movimento camponês;
— Faculdades de Direito;
— Faculdades de Medicina e
— Universidades Católicas.

Nas faculdades, o Partido infiltrou-se e dominou os Diretórios Acadêmicos, onde estabeleceram organizações-base que agitavam os estudantes e os mobilizavam para as manifestações de tôda a natureza.

Transcreveremos a seguir um trecho de uma publicação de 1964, que consigna, de modo claro, interessantes aspectos da infiltração comunista no meio estudantil:

> "A manifestação mais recente dessa atividade claramente comunista da UNE, foi o Seminário de Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, realizado em julho de 1963 em Salvador, na Bahia. Patrocinado pelo nacionalismo "progressista", honrado com a presença de numerosos comunistas conhecidos, o seminário preocupou-se infinitamente menos com o mundo subdesenvolvido, que com a agitação revolucionária. Para êsse fim, foram convidadas numerosas delegações de trás da cortina de ferro, entre as quais destacaram-se os alemães de Pankov ao tentar introduzir um carregamento de livros e filmes de propaganda. As resoluções finais dêsse seminário tradu-

ziram perfeitamente êsse estado de espírito em uma série de observações contra o imperialismo ianque e a favor da revolução mundial.

A UNE mantém também um contato permanente com o CGT comunizante, no seio da Frente de Mobilização Popular, da qual é um dos elementos mais ativos. Por outro lado, está em contato com certos oficiais, que vêem à sua sede social a fim de ministrar cursos de guerrilha aos alunos recrutados pela Embaixada Cubana no Rio. Prepara-se também para instalar um "Comitê da Amizade", filiado à União Internacional de Estudantes, que terá por missão encaminhar para Praga os estudantes brasileiros julgados maduros.

A infiltração comunista no meio da UNE corresponde, por outro lado, a infiltração pró-UNE no seio do Ministério da Educação. Isto explica as prodigalidades inverossímeis daquele organismo a favor dos estudantes marxistas-leninistas. Segundo cifras oficiais, colhidas por um importante líder democrata, a UNE e seus anexos receberam durante o ano passado, do orçamento do Ministério, 1.726 milhões de cruzeiros.

Compreende-se fàcilmente que semelhante orçamento mantenha o firme propósito dos comunistas de afirmar o seu contrôle da UNE. O último congresso nacional do movimento realizado em fins de agôsto passado, em São Paulo, foi marcado pelas clássicas manobras de dominação e violência destinadas a perpetuar sua manumissão sôbre a representação universitária. Enquanto os inocentes eram distraidos graças a instalação de um "Clube do Amor Livre" (sic). Que os retinha afastados do debate, uma sábia filtragem era encarregada de reduzir ao mínimo o número de delegados conhecidos por suas convicções democráticas. Uma tropa de choque assegurava a ordem no recinto ameaçando com o olhar os oposicionistas temerários e as oportunas avarias dos microfones reservaram pràticamente aos comunizantes a difusão dos discursos... Porém, a ação decisiva foi exercida no seio das comissões, quando os comunistas, repetindo uma manobra que já se tornou tradicional, conseguiram o apoio dos estudantes cristãos-democratas para a constituição da

nova diretoria. Mais uma vez, depois de Arantes e Vinicius Brant, foi um aluno da Universidade Católica o escolhido para encobrir, com seu título, a manobra comunista. O nôvo presidente da UNE, José Serra será o digno sucessor dos cristãos comunistas que em três anos fizeram da UNE um dos focos mais ativos e eficientes de propaganda soviética. Jurou, por outro lado, "manter a linha política de seus predecessores, em acôrdo permanente com as fôrças populares, e acabar com esta democracia representativa que outra coisa não é senão uma máscara que dissimula a subordinação do Brasil ao imperialismo ianque".

O nôvo diretório da UNE para o ano 1963/1964 é o seguinte: José Serra, Presidente; Vice-presidente para a coordenação universitária, Francisco Farias; Vice-presidente para as questões de instrução, Duarte Pacheco Perfira; Vice-presidente para as questões nacionais, Marcelo Diniz Cerqueira; Vice-presidente para os problemas universitários, João Cesar Nicolussi; Vice-presidente para as questões internacionais, Carlos Albano Castilho; 1º Secretário; Lauro Mori; 2º Secretário, Firmo de Oliveira; 1º Tesoureiro, Maria Nazaré Gomes; 2º Tesoureiro, Jurandir Boia.

Êsses cargos foram igualmente repartidos entre cristão-democráticos do tipo Serra, comunistas ortodoxos partidários do grupo de comunistas dissidentes "política operária", e representantes do movimento revolucionário Tiradentes (êstes últimos expressam mais a tendência Julião-Ligas camponesas).

Para dominar a União Nacional dos Estudantes do Brasil, assim como para a criação de células nos numerosos sindicatos e para a existência de Ligas camponesas, os comunistas e seus aliados de extrema esquerda dispõem de poderosos meios de ação. Porém essas fôrças seriam por sí mesmas, insuficientes para constituir uma ameaça séria para o Brasil, se êsse país fôsse animado por uma vontade de resistência. Pois bem, vimos que o clima político do país é de natureza propensa a favorecer, mais do que refreiar, a ação do comunismo. No próximo artigo veremos de que trunfos dispõe, no país, a corrente comu-

nista e comunizante, a fim de levar a cabo o jôgo da infiltração nos partidos políticos na administração, na imprensa etc. que chega a paralizar todo o espírito de resistência e facilita o progresso do comunismo.

Uma das iniciativas do proselitismo comunista da UNE foi a organização dos Centros Populares de Cultura (CPC), organizações destinadas a congregar jovens para submetê-los a uma intensiva propaganda através de filmes, peças teatrais, cartazes e outros meios de convencimento, numa autêntica operação de lavagem-cerebral. O CPC da UNE no Rio de Janeiro, por exemplo, reunia tôdas as noites jovens de tôdas as procedências e lhes exibiam filmes sôbre a miséria como: Cinco Vêzes Favela, Zé da Cachorra, Um Favelado, peças teatrais sôbre motivos semelhantes, como "Êles não usam black-tie", e uma sequência de quadros cinematográficos, músicas, projeções de dispositivos, de partes faladas e um quadro mural de variadas côres, com a denominação geral de "A miséria ao alcance de todos", através da qual era mostrada a exploração imperialista nos Estados Unidos, na Argélia, no Oriente-Médio e no Brasil.

De 25 a 30 Jul 65 a UNE conseguiu realizar, na cidade de São Paulo, o XXVII Congresso que redundou em insucesso pois não contou com o apoio do Ministério da Educação e Cultura. Compareceram cêrca de 200 estudantes. A chapa eleita foi constituída em sua maioria de estudantes da AP, mas os cargos principais ficaram com os elementos do PCB e da POLOP. O PC do B e o PORT, embora se fizessem representar, não conseguiram colocar-se na diretoria.

O problema comunista no meio estudantil mereceu a instauração de numerosos Inquéritos Policiais Militares que deram uma idéia relativamente clara do seu vulto e importância.

3. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO INTELECTUAL

A) *A Política do PC.*

As Teses para Discussão do V Congresso fixavam em 1960:

> "Papel de particular destaque cabe à intelectualidade que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em tôrno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interêsses éticos e profissionais dos intelectuais".

Nessa apresentação, torna-se claramente discernível a usual política que o Partido Comunista estabelece para a manipulação da intelectualidade, normalmente avêssa ao disciplinamento e a imposição ideológica que caracteriza as organizações marxistas-leninistas. Em geral, a intelectualidade é unificada sob uma liderança comunista na base de motivos abstratos, mas bastante convincentes. Assim, as Teses para Discussão aludidas fixaram alguns aspectos de atração que, bem explorados, poderiam congregar os intelectuais dentro de um enquadramento rígido.

Realmente o que se observa ao estudar a essência política do Partido Comunista em relação a intelectualidade é uma constante preocupação de conduzir êsse grupo extremamente heterogêneo de indivíduos da mais variada formação para os limites restritos de uma associação fàcilmente mobilizável.

Os comunistas descobriram a possibilidade de reunir simpatizantes, militantes e ativistas de todos os matizes em orga-

nismos criados em tôrno de idéias ou campanhas de sabor filantrópico ou cultural. Surgiram assim as Sociedades Sino-Brasileiras, os Institutos Brasil-URSS, a Sociedade dos Amigos de Cuba e tantas outras. A vinculação dessa entidades com o Partido Comunista está perfeitamente comprovada não apenas pela participação de notórios dirigentes partidários, mas por documentos que atestam objetivamente essa ligação.

A falta de flexibilidade notória do marxismo-leninismo tem sido um fator de aversão para a intelectualidade sempre predisposta à liberdade de pensamento e à crítica. Nota-se por essa razão um esfôrço dos comunistas no sentido de mostrar que o intelectual marxista deve ser um crítico, embora, de um modo geral, os fatos não assegurem a contrapartida dessa afirmação. Sabemos como na Rússia e outros países socialistas, a intelectualidade é sujeita a disciplina e a restrições a que não se sujeitariam nas democracias.

O Jornal "NOVOS RUMOS" (nº 163, de 30 abr 62) publicou um artigo de J. Miglioli intitulado: "O papel crítico do intelectual marxista", do qual reproduziremos a seguir os principais trechos esforçando-se justamente por defender a Tese do liberalismo intelectual marxista, associação paradoxal de dois conceitos opostos, com o fim evidente de atrair a simpatia dos intelectuais esquerdistas para conduzí-los ao comunismo.

> "Ao começarmos a analisar a questão, somos obrigados a restringir o que compreendemos por intelectual. Para efeito de nossa análise, não podemos aceitar a definição de intelectual como a "pessoa que tem gôsto predominantemente pelas coisas do espírito" — como diz o dicionário — nem, também, considerar como intelectual todo aquêle que realiza um trabalho predominantemente intelectual, etc, etc. Não nos interessa a preocupação acadêmica de conceituar intelectual; interessa-nos apenas limitar o âmbito de nosso trabalho e com êste intuito, compreenderemos o intelectual como a pessoa que realiza um trabalho predominantemente intelectual e o expõe pùblicamente. Esta conceituação parece corresponder ao que comum e generalizadamente se considera como "O intelectual". Para nós, portanto,

"o intelectual" é o indivíduo que realiza um trabalho intelectual, expondo seu pensamento".

"Os intelectuais marxistas vivem um drama em nossa sociedade, assim como em qualquer sociedade onde impere o domínio da classe burguesa. Êste drama, exposto em sua forma mais simples, é o fato de ser marxista e ter necessidade de "ganhar o pão de cada dia". Êsses intelectuais, em geral, provêm da pequena ou média burguesia, tendo, pois, um "modus vivendi" que implica uma renda razoável. Por motivos que dispensam justificação, não pretendem, de forma nenhuma, baixar seu nível de vida; pelo contrário, almejam elevá-lo. A elevação dêsse nível de vida ou, pelo menos, sua manutenção só é conseguida, na maioria dos casos, através de empregos públicos ou em emprêsas privadas. O drama surge dos fatos de que, enquanto intelectuais, êles vivem da manifestação de seu pensamento, isto é, ganham o dinheiro de que necessitam através da manifestação de seu pensamento. Como podem, pois, manifestar o que realmente pensam, enquanto marxistas (e, portanto, enquanto críticos do regime vigente), estando a serviço do Estado que assegura êsse regime ou estando a serviço da classe beneficiária dêsse regime?"

"Êste drama do intelectual marxista nada mais é do que um aspecto do problema geral da lienação do homem pelo trabalho na sociedade de exploração de classe. Para livrar-se de seu dilema, o intelectual recorre a vários procedimentos: linguagem pouco acessível ou isenta de qualquer terminologia marxista, o que obriga às vezes a verdadeiras acrobacias verbais; assuntos menos comprometedores e, por isso mesmo, menos essenciais; o emprêgo de pseudônimos, etc. Outras vêzes êsses intelectuais acabam por se desviar completamente do marxismo e, ao fazer isso, conseguem livrar-se do drama embora retrocedendo intelectualmente (isto é, o valor científico de seu trabalho). A posição a crítica é, nêste último caso, a solução mais usual e, com essa posição,

enquanto intelectuais, deixam de ser marxistas; conservam o marxismo apenas para a vida privada".

"Repetindo: não podemos, pura e simplesmente, recriminar êsses intelectuais. É preciso analisar concretamente seu trabalho. Muitos dêles são inteiramente positivos. *Para ser marxista não é necessário declarar-se marxista*. Muitas vêzes é preferível não se declarar marxista, porque, assim, conseguirá atingir certas camadas de pessoas que repelem a priori o marxismo e portanto, terá maior penetração. Na verdade, ao intelectual marxista não interessa "carimbar" de marxismo suas idéias, mas sim, e esta é a atitude revolucionária. *Interessa-lhe que suas idéias tenham maior penetração em tôdas as camadas sociais, expondo suas idéias com clareza e lógica* esclarecendo seus leitores ou ouvintes. Poderíamos citar aqui alguns intelectuais que, embora marxistas ocultos (isto é, marxista não-declarados), e outras pessoas que nem mesmo poderiam ser tidas como marxistas, realizam uma obra bem mais produtiva no esclarecimento das massas na análise dos problemas, no desenvolvimento da luta antiimperialista e antifeudal, do que muitos intelectuais declaradamente marxistas, do que muitos intelectuais libertos do drama da dubiedade, do que muitos intelectuais que, por seu total descompromisso com o regime dominante, tem melhores condições para criticar êsse regime e esclarecer as massas".

"*Como poderemos explicar a baixa produtividade do intelectual brasileiro marxista, comunista?* Antes de mais nada, é preciso acentuar que o *quadro de intelectuais comunistas é reduzido*. Reduzido como também o é o quadro intelectual brasileiro, comunista e não-comunista. Em segundo lugar, devemos ter em vista seu regime de trabalho. Dado o baixo valor do trabalho intelectual do Brasil, nossos intelectuais necessitam manter diversas ocupações para terem um padrão de vida de classe média. Raríssimamente encontramos um intelectual que tenha um só emprêgo. A maior parte dêles têm dois emprêgos e ainda fazem trabalhos extras".

"Dentre uma série de atitudes dos intelectuais marxistas, limitadoras da quantidade de sua produção, destacamos seu medo de responsabilidade, o raciocínio através de esquemas fixos, o marxismo como dogma.

Muitos estudiosos marxistas têm mêdo de escrever, porque têm mêdo de assumir a responsabilidade de suas idéias. Esta afirmação pode parecer um exagêro, mas não o é; êste fato já foi constatado por outras pessoas, e poderíamos citar exemplos dêle. Talvez pudéssemos explicá-lo pela situação reinante no chamado "período stalinista", quando tôda a verdade dependia da sanção de Stálin, do verdadeiro Stálin ou dos diversos stálins espalhados pelos partidos comunistas do mundo inteiro, inclusive no Brasil. Nestas condições, o exprimir o pensamento era correr o risco de cair no desagrado dos stálins existentes. *Êsse mêdo persiste até hoje entre vários intelectuais comunistas,* passado o período stalinista. O que não compreendem é que, enquanto mantiverem esta atitude, nada farão pela democratização da vida partidária, pela compreensão de nossos problemas, pela elevação da consciência das camadas revolucionárias. O que não compreendem é que esta atitude significa a própria estagnação do marxismo.

Por outro lado, cabe-nos rever uma outra atitude completamente enraizada em nós, e que evidencia uma verdadeira letargia mental. *Trata-se do hábito de raciocinar dentro de esquemas fixos.* Êste "método" de raciocínio se limita a apanhar os fatos e a enquadrá-los dentro do esquema pré-determinado. É verdade que o enquadramento dos fatos abriga a um certo comportamento crítico com relação a êsses fatos; o que se esquece de criticar é o próprio esquema. Exemplo dêste "método", do campo político (e êle predomina no campo político), é o esquema "revolucionário x reacinário". Segundo êste esquema, tudo o que temos de fazer é classificar as pessoas, os atos e os fatos em "revolucionários" ou "reacionários". Feito isto, está concluida a "tarefa". Como poderemos compreender a realidade, mantendo esta atitude?"

"Para terminar, diremos que o intelectual marxista deve ser por excelência, um crítico. Um crítico no mais amplo sentido do têrmo. Um crítico não sòmente das obras dos outros intelectuais, mas, também, um crítico de suas próprias obras e um crítico de qualquer assunto a que se dedique; um crítico de idéias e de fatos. Não há ciência acabada, não há estudo intocável, assim como não há realidade imutável. A condição interior do desenvolvimento de uma ciência, do aprofundamento de um estudo, é a crítica constante, o exame permanente de suas hipóteses, de suas conclusões, de suas leis, do mesmo modo como a condição da transformação racional da realidade é a crítica constante, a indicação permanente de seus elementos caducos. A ausência de crítica é a aceitação do existente como racionalmente válido ou, quando menos, é a complacência para o existente, a tolerância para com o "statu quo". Para o intelectual comprometido com o regime dominante, a ausência de crítica é a atitude coerente; para o intelectual marxista, a ausência de crítica é a negação de seu caráter marxista a atitude a crítica e atitude marxista são antitéticas, ou mais, uma exclui a outra — *não há marxismo acrítico*".

De um modo geral, como confessa o próprio autor, embora a intelectualidade seja intensamente inclinada ao esquerdismo, e funcione em proveito do comunismo como "massa" fàcilmente conduzida mediante "slogans" convenientes, a verdade é que o número de intelectuais que se ajeita à disciplina partidária é sempre reduzido.

Exemplos significativos dêsses fatos são os manifestos de solidariedade a Cuba e o Manifesto dos Intelectuais lançado no início de 1965, os quais constaram com um número imenso de assinaturas de pessoas das quais apenas algumas pertencem realmente aos quadros partidários. Essas pessoas atuam, entretanto, como fôrça de pressão em proveito das iniciativas partidárias.

B) A vinculação internacional.

O denominado "Movimento Internacional da Paz" é um dos mais importantes meios para a infiltração comunista nos

setores intelectuais e para a ligação internacional. O Conselho Mundial de Paz, instalado originalmente em Paris, foi expulso pelo govêrno francês em 1951 por suas atividades subversivas. Igualmente foi convidada a retirar-se de Viena por interferir nos assuntos internos da Austria, criando problemas de tôda a natureza. Embora com sede nominal em PRAGA, o CMP mantêm-se ainda na capital austríaca sob a cobertura do chamado Instituto Internacional da Paz.

O Conselho Mundial da Paz é considerado como a frente comunista internacional que congrega o maior número de simpatizantes e inocentes úteis. Com a morte de Frederico Joliot-Curie, seu presidente, a direção dêsse Instituto foi entregue a uma comissão Presidencial sob a direção do Professor Desmond Bernal, cientista inglês. Os representantes da América Latina na Comissão Presidencial eram o General Lazaro Cardenas, ex-presidente do México e vencedor do Prêmio Lenin da Paz em 1955; Alberto T. Casella, antigo reitor da Universidade de La Plato, atualmente exilado, e Domingos Velasco, ex-congressistas brasileiro. Êste último foi substituído por Valério Konder, membro do Comite Central do PCB.

O Conselho Mundial da Paz nada mais é realmente do que uma agência mascarada do Comunismo Internacional. Constitui um elemento de apoio incondicional da política soviética e, por essa razão, em seu seio têm-se verificado sérias crises, em virtude da contradição entre essa política e os objetivos virtuais da própria entidade, como no caso da invasão da Hungria por fôrças soviéticas, da crise cubana e da invasão da India por fôrças chinesas. Vários documentos emitidos por êsses conselhos têm-se transformado em veículos de propaganda e proselitismo comunista como os famosos Apêlo de Estocolmo, Apêlo de Viena e Apêlo de Berlim.

No Brasil, o Conselho Mundial da Paz encontra seu correspondente no Movimento Brasileiro de Partidários da Paz sob a Chefia de Valério Konder.

As sociedades culturais eram outras entidades de ligação entre o Partido Comunista e os países socialistas, em proveito do Internacionalismo Proletário. As estreitas vinculações entre essas organizações e o PC estão perfeitamente comprovadas. Encontramos nas Cadernetas de Prestes referência nítidas sôbre essa associação.

C) *A infiltração Comunista.*

A infiltração comunista no meio intelectual é extremamente variada em seus agentes e em suas formas. Existe um certo número de elementos que pertencm aos quadros partidários, inclusive a sua direção central, que são incluidos entre os grupos intelectuais como VALÉRIO KONDER e MARIO CHEMBERG. Há também numerosos escritores, artistas, jornalistas, professôres, etc. que trabalham em proveito do Partido sem exercerem uma militância ostensiva. São comunistas, executam atividades em proveito do comunismo, obedecem às diretivas provenientes do Partido Comunista, mas não são membros efetivos do Partido. Isso lhes dá grande independência e flexibilidade de ação, permitindo-lhes atuar em várias frentes legais ou semilegais sem se exporem às sanções judiciais nem à disciplina partidária. Essa técnica proporciona notável auxílio à ação ostensiva do Partido Comunista através das atividades dêsses elementos.

De um modo geral a maioria dessas pessoas escapou às sanções da Revolução de 31 de março.

Todavia, no meio intelectual a infiltração comunista nos últimos anos assumiu considerável ascenso. Exprime, em geral, um prolongamento do comunismo universitário. No Brasil chegou-se à criação de um "Comando de Trabalhadores Intelectuais" dirigido pelo PCB e encarregado de coordenar as atividades partidárias dos comunistas, criptocomunistas e simpatizantes.

Escritores como Jorge Amado, ex-deputado pelo PCB, Eneida, Astrogildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Leandro Konder, Gondim da Fonsêca, Cid Franco, artistas como Di Cavalcanti, Armando Estrêla; arquitetos como Oscar Niemeyer são ostensivamente comunistas. Alguns dêles são ativos militantes do Partido. Existe ainda um fabuloso número de adeptos auxiliares do PC como Álvaro Lins, Nestor Buarque de Hollanda, Vinicius de Moraes, Geir Campos, Carmem Portinho, Otto Lara Rezende, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Milton Pedroza, Eduardo Portela, Menotti del Pichia, Sergio Milliet, Alberto Cavalcanti, Bruno Giorgi, Mozart Guarnieri, Orígenes Lessa, Augusto Rodrigues, Abquar Bastos, Egídio Squert, Iberê Camargo, Moacyr

Werneck de Castro, Alex Vianny, Quirino Campofiorito, Carlos Scliar e muitos outros.

No meio jurídico destacam-se Evandro Lins e Silva que ainda hoje tem assento na mais alta corte de justiça do país, o Supremo Tribunal Federal, os desembargadores Henrique Fialho, João Sampaio, Osny Duarte Pereira e uma série imensa de juízes e advogados, quase todos filiados à Associação Brasileira de Juristas Democratas que é a entidade de frente auxiliar do Comunismo Internacional no Brasil.

Em artigo já citado neste Relatório, a revista francesa Este e Oeste, registrava em janeiro e fevereiro de 1964, as seguintes observações:

> "Mais grave ainda, por suas repercussões, é a infiltração na Magistratura, onde as fraquezas com respeito ao comunismo não são raras. Aos nomes que já citamos vêm juntar-se os dos membros do Supremo Tribunal nomeados pelo sr. João Goulart; Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Convém citar igualmente o juiz Ricardo Couto, autor do "non-lieu" no assunto da Sociedade chino-brasileira, sob pretexto de que não havia provas de que o enorme material de propaganda comunista, capturado nos escritórios da firma, fôsse destinado à distribuição. Na mesma época havia um Tribunal Eleitoral capaz de julgar válidos os mandatos parlamentares de comunistas notórios, tais como Hércules Corrêa, Sinval Palmeira e Marco Antônio Coelho (êste último, secretário particular de Prestes). Também houve outro em outubro de 1962, para permitir a candidatura do sargento Garcia, quando os artigos 132 e 138 da Constituição excluem explìcitamente de campanhas eleitorais os "ordenanças, os sargentos e os alunos de escolas militares".

Um outro meio intelectual extremamente infiltrado é o magistério. Ainda hoje, após a Revolução de 31 de março, a infiltração é muito série e perniciosa.

A Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e suas congêneres, é o celeiro principal do comunismo no professorado, com a complacência de várias autoridades como o reitor Pedro Calmon. Nessa faculdade tem funcionado perma-

nentemente uma organização base do Partido Comunista, encarregada de assegurar o aliciamento dos alunos. A prioridade dada a êsse instituto de ensino pelo PC fundamenta-se principalmente na pequena duração dos cursos e na importância que tem o professorado, particularmente o secundário, na disseminação do comunismo no seio da juventude.

Uma das formas de arregimentação e contrôle de intelectuais comunistas e criptocomunistas são os "Institutos de Intercâmbio Cultural" que funcionam como frentes legais do Partido. No Brasil, em quase tôdas as capitais dos Estados existiam e ainda existem associações dessa natureza. Como exemplos citamos: a Associação de Intercâmbio Brasil-Bulgária, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Hungria, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS, a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-China, etc. Para dar uma idéia das diretorias dessas associações vamos reproduzir alguns trechos de informações sôbre o Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS e sôbre o Instituto Cultural Brasil-Cuba:

> "2 — O "INSTITUTO DE INTERCÂMBIO CULTURAL BRASIL-URSS" está registrado no Cartório do Registro das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro, sob o nº de ordem 6052 do livro "A" e seus Estatutos datam de 18 de abril de 1958. Segundo se apurou de documentos apreendidos em sua sede, o referido IICBU vinha difundindo idéias que não se coadunavam com as finalidades marxista-leninista. Acrescenta-se que seus fundadores e diretores, na maioria, registram antecedentes político-sociais neste D.O.P.S. que, quando mais não seja, denunciam a existência de uma subordinação individual ao P.C.B.
>
> 3 — O mencionado Instituto se encontra instalado na Av. Franklin Roosevelt, 194 — Grupo 304 — Tel. 22-3546, neste Estado. Seu presidente é o funcionário do Banco do Brasil CUSTÓDIO GOMES SOBRINHO que recentemente estêve na Rússia, onde frequentou um Curso na Universidade do Povo, em Moscou. O locatário do imóvel onde o IICBU funciona é o Gen. SÓCRATES GONÇALVES DA SILVA, reformado, elemento reconhecidamente comunista afastado do Exército. Quando da estada de uma

Missão Russa neste Estado, a fim de tratar de negociações ligadas a fornecimentos de trigo, o Banco do Brasil designou o Sr. CUSTÓDIO GOMES SOBRINHO para servir de intérprete junto àquela missão.

4 — A Diretoria do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS é composta dos seguintes elementos:

Presidente — *Alfredo de Moraes Coutinho*

Vice-Presidente do Dep. Científico — *Paulo Niemayer*, brasileiro, médico, Rua Lopes Quintas, 465.

Vice-Presidente do Dep. de Medicina — *Alfredo Eugênio Veruhet*

Vice-Presidente do Dep. Artístico — *Alice Ribeiro Siqueira*

Vice-Presidente do Dep. de Literatura — *Geir Campos*

Vice-Presidente de Cursos — *Custódio Gomes Sobrinho*

Secretária Geral — *Maria Esther Corrêa Ramalho*

1º Secretário — *Vênus Santos Nunes*, brasileira, casada, doméstica, Rua Gen. San Martin nº 847 — aptº 204.

2º Secretário — *Anna Rosa Gomes*, brasileira, funcionária pública, Rua Belfort Roxo, 271 — aptº 201 (Copacabana).

Diretor Social — *Zeid Kertzman*, brasileiro, casado, comerciário, Av. 13 de Maio, 22 — s/2226.

Tesoureiro Geral — *Maurício Caldeira Brant*

1º Tesoureiro — *Gilberto Nunes*

2º Tesoureiro — *Arthur Pereira Moraes*, brasileiro, bancário, Rua Gen. Ribeiro da Costa, 190 — aptº 807.

Diretor Divulgação — *Roberto Pontual*

1º Procurador — *Luiz Werneck de Castro*

2º Procurador — *Luiz Maria Camargo Xavier*, brasileiro, advogado, Rua Natal, 36 — c/I.

1º Bibliotecário — *Ouvar Davet*

2º Bibliotecário — *Ubaldo de Paiva Simões;*

Há outro enderêço dessa entidade, na Rua México nº 119, sala nº 1506, tendo como Diretoria, eleita em 15-6-1960, os seguintes componentes:

Presidente — *Antônio Alves de Noronha*

Vice-Presidente — *Arnaldo Estrêla*

Vice-Presidente — *Astrojildo Pereira* (falecido recentemente)

Vice-Presidente — *Haiti Moussatchê*

Vic-Presidente — *José Brigadão*

1º Secretário — *Orlando Maio*
2º Secretário — *Dinah Goulart*
1º Tesoureiro — *Gilberto Nunes*
2º Tesoureiro — *Arthur Pereira de Moraes*
Procurador — *Luiz Werneck de Castro*
Bibliotecário — *Mário R. Cantarino Filho*

Em outra relação de Membros do Conselho Diretor do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS figuram os seguintes elementos:

Diretoria

Henrique Fialho — Desembargador
Arnaldo Estrêla — Pianista
Osny Duarte Pereira — Juiz
Haiti Moussatché — Biologista
Astrojildo Pereira — Escritor (falecido)
Geir Campos — Escritor
Orlando Maio — Capitão
Gilberto Nunes — Advogado
Noêmia Alvares Salles — Professôra
Luiz Werneck de Castro — Advogado
Alberto Pizarro Jacobina — Escritor

Conselho

Paulina D'Ambrósio — Violonista
Branca Fialho — Educadora
José Brigadão — Médico
José Barboza Mello — Jornalista
Boruch Milman — Engenheiro
Miécio Tati — Escritor
Paschoal Lemme — Educador
Guilherme Malaquias — Médico
Mariuccia Iacovino — Violonista
Sylvia de Leon Chalréo — Pintora
Oscar Niemeyer — Arquiteto
Eudoro Prado Lopes — Engenheiro
Orígenes Lessa — Escritor
João Ângelo Labanca — Ator Teatral

Hugo Regis dos Reis — Professor
Sinval Palmeira — Advogado
Cantídio Moura Campos — Médico (São Paulo)
Omar Catunda — Professor (São Paulo)
José Antônio Aranha — Advogado
Samuel Pessoa — Cientista — São Paulo
Affonso Celso Nogueira — Professor
Santiago Americano Freire — Professor — M. Gerais
Heitor Façanha da Costa — Engenheiro — E. Santo
Ignácio Moita — Desembargador — Ceará
Daniel Lopes — Desembargador — Pará
Eusignio Lavigne — Escritor — Bahia
Alberto Pizarro Jacobina — Escritor
Arnaldo Marques — Médico — Pernambuco
Djanira Motta e Silva — Pintora
Abel Chermont — Advogado
Jorge Amado — Escritor
Claudio Santoro — Compositor — São Paulo
Edoardo de Guarnieri — Maestro — São Paulo
Magarinos Torres Filho — Advogado

O escritor ALBERTO PIZARRO JACOBINA se encontra exercendo as funções de bibliotecário "ad-hoc", razão por que seu nome figura na Diretoria e no Conselho.

Em São Paulo, o Instituto congênere denominava-se União Cultural Brasil-URRS. Sôbre essa entidade encontramos inúmeras referências no relatório do Inquérito instaurado pelo D.O.P.S. de São Paulo sôbre as Cadernetas de Prestes.

Composição da chapa da nova diretoria do Instituto Cultural Brasil-Cuba para o período de janeiro de 1963 a dez de 1964.

Presidente — Arquiteto Oscar Niemeyer
1º Vice-Presidente — Embaixador Alvaro Lins
2º Vice-Presidente — Desembargador Aguiar Dias
3º Vice-Presidente — Pintor Emiliano Di Cavalcanti
4º Vice-Presidente — Jorge Amado, escritor
5º Vice-Presidente — Deputado Max da Costa Santos
Secretário-Geral — Dr. Mauro Lins e Silva
2º Secretário — Jornalista Etel de Souza

3º Secretário — Professora Maria Cândida Gomes Santiago
4º Secretário — Poetisa Beatriz Bandeira
1º Tesoureiro — Dr. Frank Justo Acker
2º Tesoureiro — Dra. Olga Verjovsky
Procurador — Dr. Cândido de Oliveira Neto
Bibliotecário — Bibliotecária Norma Paiva
Diretor de Divulgação — Jornalista Ferreira Gullar

Conselho Diretor

1-Jornalista Borjallo 2-Pintor Clau Deveza 3-Dr. Hélio Pellegrino 4-Escritora Jurema Finamour 5-Deputado Marco Antônio Coelho 6-Poeta Moacyr Felix 7-Teatrólogo Oduvaldo Vianna Filho 8-Deputado Sinval Palmeira 9-Deputado Paulo Alberto Monteiro de Barros 10-Radialista Sargentelli 11-Ator Abdias Nascimento 12-Universitário Vinicius Caldeira Brant 13-Jornalista Aparicio Torelly 14-Dra. Nina Pereira Nunes 15-Sra. Nadia Souza Leite 16-Sra. Marai Sampaio 17-Dr. Jador Rezende 18-Professor Henrique Miranda 19-Dr. Armando Lacerda 20-Dr. Dirceu de Oliveira e Silva 21-Poeta Geir Campos 22-Editor Barbosa Melo 23-Deputado Barbosa Lima Sobrinho 24-Editor Enio Silveira 25-Cientista Jaques Danon 26-Professor Edson Carneiro 27-Escritor Paulo Mendes Campos 28-Deputado Josué de Castro 29-Desembargador Osny Duarte Pereira 30-Pintor Frank Schaoffer 31-Dr. Cesar Chiafitolli 32-Jornalista Claudius S.P. Ceccon 33-Sr. José Soares Filho 34-Pintor João Garboggini Quaglia.

D) O Comando dos Trabalhadores Intelectuais

A criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) foi uma tentativa de enquadramento realizada por inspiração do PCB para constituição de uma frente de intelectuais esquerdistas, sob o contrôle do Partido. Essa entidade se enquadra no tipo geral dos órgãos legais ou semilegais que os Partidos Comunistas conseguem estabelecer nos diversos países, como frentes de ação para mobilizar simpatizantes e aliados. Dentro da técnica comunista o Comando dos Trabalhadores Intelectuais chegou a ser registrado como entidade legal.

Transcreveremos, para maior autenticidade, a notícia publicada no jornal Novos Rumos nº 245 de 1 a 7 de novembro de 1963 sôbre a organização e as finalidades aparentes da associação cujo verdadeiro objetivo era o definido acima.

"Intelectuais já têm Comando: Criado o CTI"

"Estão sendo lançadas as bases do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, integrado por representantes dos vários setores da cultura brasileira que compreenderam a necessidade de um maior engajamento dos intelectuais na luta pela emancipação de nosso País. O CTI tem por finalidade:

a) congregar trabalhadores intelectuais na sua mais ampla e autêntica conceituação;

b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor cultural, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária;

c) participar da formação de uma frente única nacionalista e democrática com as demais fôrças populares arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.

Todos os trabalhadores intelectuais que estiverem de acôrdo com essas finalidades estão convocados para integrar o CTI. A convocação de todos os representantes da cultura brasileira é resultado de uma assembléia geral realizada no dia 5 do corrente, durante a qual foram delegados podêres a uma comissão de 13 dos seus componentes para que diante da grave situação que o País atravessava naqueles dias com a possibilidade da decretação do estado de sítio.

A comissão, que representou os intelectuais nas diversas manifestações realizadas naqueles dias, divulgou o seguinte manifesto de fundação do CTI:

"Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas;

Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas;

Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos e afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das fôrças populares;

Considerando que os intelectuais não podem deixar demonstrarem a urgência da criação dêsse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, os abaixo-assinados, por êste documento, declaram fundado o CTI e solicitam a adesão dos intelectuais, convocando-os para a Primeira Assembléia-Geral, a ser realizada no decorrer do mês de novembro, com o objetivo de eleger os seus organismos de direção.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1963.

(aa) Alex Viany — Alvaro Lins — Barbosa Lima Sobrinho — Dias Gomes — Edson Carneiro — Ênio Silveira — Jorge Amado — M. Cavalcanti Proença — Moacyr Felix — Nelson Werneck Sodré — Oscar Niemeyer — Osny Duarte Pereira".

A êste documento de fundação — ainda aberto para recebimento de adesões, em listas que podem ser encontradas, até o dia 31 de outubro, nas livrarias São José, Ler e Civilização Brasileira — já apuseram as suas assinaturas, passando assim a ser membros fundadores do CTI, os seguintes intelectuais:

Direito: Max da Costa Santos (Dep. Federal) — Alberto M. de Barros (Dep. Estadual) — Sinval Palmeira (Dep. Estadual) — Modesto Justino de Oliveira — Hélio Saboya — Pedrilvio Ferreira Guimarães — Cláudio Pestana Magalhães.

Arquitetura: Flávio Marinho Rêgo — Julio Graber — Bernardo Goldwasser — Edson Cláudio — Artur Lycio Pontual — David Weismann — Carlos Ebert — Hircio Miranda — José de Albuquerque Milanez — Bernardo Tuny Wettreich e Paulo Cazé.

Medicina: Mauro Lins e Silva (da direção da associação Médica) — José Paulo Drummond — Alvaro Doria — Valério Konder — Mauro de Lossio Leiblitz.

Literatura: Anibal Machado — Alvaro Moreira — Adalgisa Nery — Geír Campos — Astrojildo Pereira — Paulo Mendes Campos — Eneida — José Condé — Joaquim Cardoso — Nestor de Holanda — Dalcidio Jurandir — Mário da Silva Brito — Miécio Tati — Ferreira Gular — Reynaldo Jardim — Renard Perez — Félix Atayde — Oswaldino Marques — Homero Homem — James Amado — Otávio Brandão — Esdras do Nascimento — Luiz Paiva de Castro — Cláudio Mello e Souza — A. Pizarro Pereira Jacobina — João Felício dos Santos — Beatriz Bandeira — Ary de Andrade — Edna Savaget — Carlos Heitor Cony — Moacyr C. Lopes — Campos de Carvalho — Sylvan Paezzo — Jurema Finamour — Guido Wilmar Sassi — Júlio José de Oliveira — Roberto Pontual.

Ciência: José Leite Lopes — Jacques Danon.

Música: Carlos Lira — José Luiz Calazans (Jararaca).

Teatro: Francisco de Assis — Oduvaldo Vianna Filho — Gianfrancesco — Guarnieri — José Renato — Flávio Rangel — Modesto de Souza — Tereza Rachel — Miriam Pérsia — Yara Sales — Luiz Linhares — Mário Brasini — Rodolfo Arena — Rafael de Carvalho — Ferreira Maia — Flávio Migliaccio — Joel Barcelos — Rodolfo Mayer — Antonio Sampaio — J. Sebastião Amaro (Scandall) — Jakson de Souza — Ary Toledo — Agildo Ribeiro — Costa Filho — Celso Cardoso Coelho — Maria Glédis — Maria Ribeiro — Wanda Lacerda — Vera Gertel.

Artes Plásticas: Di Cavalcanti — Yberê Camargo — José Roberto Teixeira Leite (Diretor do Museu Nacional) — Djanira — Darel Valença — Poty Lazzaroto — Carlos Aclair — Kumbuka — Edith Behering — Ligia Papi — Slvia Leon Chalreo — Claudius.

Educação: Heron de Alencar — Carlos Cavalcanti — José Carlos Lisboa — Edmir Ahmed (da Confederação

Nacional dos Professores) — Pedro Gouveia Filho — Sarah Castro Barbosa de Andrade — José de Almeida Barreto (da Confederação Nacional dos Professores) — Ony Braga de Carvalho — Robespierre Martins Teixeira — Iron Abend — Cursino Raposo — Miriam Glazman — Edwaldo Cafezeiro — Maria Lia Faria de Paiva — Dulcina Bandeira — Lauryston Gomes Pereira Guerra — Antonio Luiz Araujo — Pedro de Alcântara Figueira — Marly Casas — Alberto Latorre de Faria — Rosemonde de Castro Pinto.

Cinema: Joaquim Pedro de Andrade — Miguel Borges — Paulo Cesar Sarraceni — Nelson Pereira dos Santos — João Ramiro Melo — Sérgio Sanz — Fernando Amaral — Leon Hirzman Glauber Rocha — Marcos Farias — Saul Lauchtamaches — Carlos Diegues — Roberto Pires — Paulo Gil Soares — Eliseu Visconti — Walter Lima Júnior — Arnaldo Jabour — Mario Carneiro — Waldemar Lima — Ruy Santos — Luis Carlos Saldanha — David Neves — Fernando Duarte — Ítalo Jacques — Alinor Azevedo — Célio Gonçalves — Braga Neto.

Rádio e Televisão: Chico Anísio — Moacyr Masson — Teixeira Filho (Secretário da Federação Nacional dos Radialistas) — Giuseppe Ghiaroni — Oranice Franco — Amaral Gurgel — Janete Clair — Helmício Fróes (Diretor da Federação Nacional dos Radialistas da Guanabara) — Nara Leão — Yorque Goulart — Nora Ney — Ênio Santos — Isis de Oliveira — Newton da Matta — Gracindo Júnior — Neusa Tavares — Mário Monjardim — Maria Alice Barreto — Célia de Castro — Ilka Maria — Gerdal dos Santos — Rodney Gomes — Jonas Garret — Domício Costa — Walter Alves — Geraldo Luz.

Jornalismo: Paulo Francis — Plínio de Abreu Ramos — Tati de Moraes — Luiz Luna — Heráclio Sales — José Guilherme Mendes — Cláudio Bueno Rocha — Luiz Quirino — Renato Guimarães — Darwin Brandão — Otávio Malta — Barboza Melo — Muniz Bandeira — Osmar Flores — Flávio Pamplona — Wilson Machado.

Economia: Cid Silveira — Domar Campos — Oswaldo Gusmão — Ciblis da Rocha Viana — Paulo Schlling — Wanderley Guilherme — Aristóteles Moura — Alberto Passos Guimarães — Teothônio Júnior — Helga Hofman — Jorge Carlos Leite Ribeiro".

4. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO CAMPONÊS

A) A Política do PCB.

O problema agrário no Brasil vem sendo objeto de crescente exploração pelos comunistas que se servem de todos os pretextos para minar as bases do sistema econômico e social vigente, mais interessados em agravar os descontentamentos do que buscar realmente as soluções adequadas. Os comunistas encontraram no meio rural brasileiro um ambiente propício à disseminação de sua propaganda exacerbante que procura evidenciar as grandes falhas de nossa estrutura agrária, ao mesmo tempo em que acena com milagrosas promessas de melhores condições para o trabalhador rural.

Não há dúvida que o problema existe, particularmente em determinadas áreas onde o sistema econômico não acompanhou, mercê de fatôres diversos e complexos, a evolução das necessidades sociais de uma população em constante e vertiginoso crescimento.

Os pontos mais criticados na pregação subversiva são o monopólio da terra, o atrazo técnico da agricultura e da pecuária, a pobreza da população rural, sua baixa produtividade e as condições miseráveis em que vive. Todos êsses acpectos constituem uma realidade cujas côres são comumente exageradas.

Em seus estudos: "Quatro séculos de latifúndio", Alberto Passos Guimarães, procura mostrar o processo de evolução da estrutura agro-pecuária apoiada no latifúndio e aponta as seguintes características dêsse processo:

> "1 — Extrema concentração latifundiária, baseada na associação do monopólio da terra ao monopólio da indús-

tria de transformação ou do beneficiamento da matéria prima agrícola.

2 — A extrema fragmentação minifundiária das piores terras, por meio da qual os latifundiários fixam, nas suas adjacências, as reservas de mão-de-obra para atender as necessidades eventuais.

3 — O abandono das lavouras latifundiárias e sua substituição, em larga escala, pela pecuária extensiva.

4 — A introdução, ainda em rítmo lento e em proporções limitadas, mas em escala crescente, de técnicas mais adiantadas, de preparo e cultivo do solo, inclusive por meios químicos e mecânicos.

5 — A substituição, embora ainda lenta, das formas pré-capitalistas ou capitalistas de renda por formas semi-capitalistas ou capitalistas; e a generalização, acelerada nos últimos anos, do salariado quase-capitalista ou capitalista".

Êsse estudo, eivado de uma inspiração marxista, não deixa de revelar uma arguta sensibilidade no equacionamento do problema e merece ser considerado com tôda a seriedade. Conclui o autor aludido :

"As transformações capitalistas que o tiveram lugar, no correr dêste século, na agricultura brasileira, representam, sem dúvida algo de significativo, mas suas limitações e deformações são por demais evidentes para que se possa considerá-las completas, acabadas, ou siquer aproximadas de seu têrmo, de suas exigências e limites históricos".

O balanço de tais transformações revela, ao contrário, sua precariedade, sua insuficiência e, mais do que isso, sua incompatibilidade e seu antagonismo com a estrutura agrária, que continua a ser uma barreira ao desenvolvi-

mento amplo e harmônico de nossa agricultura e da economia nacional".

Essas afirmações críticas e contundentes devem ser um estímulo para os que, na sinceridade e no patriotismo de seus propósitos procuram buscar a resultante equilibrada e conveniente de todos os interêsses em jôgo, colocando sempre em plano mais elevado os interêsses nacionais".

Parece, desde o primeiro relance, que o acirramento dos ódios, que os conflitos e as agitações não poderão propiciar o ambiente das soluções ponderadas.

Em seu livro "Operários e camponeses na revolução brasileira", o dirigente comunista Moisés Vinhas, vinculado aos setores rurais do Partido Comunista, traça um quadro vivo da situação agrária, define as classes rurais, dentro da concepção marxista-leninista, e define as principais contradições que poderão ser exploradas. Como classes, Vinhas encara as seguintes: os latifundiários, os camponeses ricos, os camponeses médios, os camponeses pobres e os assalariados rurais. Essa decomposição parece-nos algo convencional e difícil de identificar, como uma generalização em um país tão grande e de condições geo-econômicas tão variadas como o Brasil. O que interessa, todavia, aos comunistas são os antagonismos e as contradições que separam essas classes, criam entrechoques de interêsses e impedem a construção de uma obra comum em proveito do progresso nacional. Moisés Vinhas aponta romo principal contradição no meio rural a que existe entre os latifundiários ricos e os camponeses sem terra. É esse, por conseguinte, o ponto mais percutido nos ataques da propaganda subversiva. Outra contradição aludida é a observada entre os "posseiros", que ocupam terras devolutas, e os chamados "grileiros" que procuram apossar-se de terras valiosas, através de títulos de concessão, originando disputas que levam, muitas vêzes, à luta armada e sangrenta.

A Reforma Agrária e as Ligas Camponesas.

Os comunistas fizeram da reforma agrária, um instrumento de propaganda e agitação. Ninguém mais do que êles, em todos

os recantos do país, agitaram essa bandeira. Já no Programa do Partido Comunista de 1954 sob o título "Reforma Agrária e ajuda aos Camponeses" encontravam-se as seguintes promessas:

> 38 — Confiscação de tôdas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre sí. A divisão das terras será reconhecida por lei, e a cada camponês será entregue o título legal de sua propriedade. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras dos latifundiários e do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.
>
> 39 —Abolição das formas semifeudais de exploração dos camponeses — meação, têrça e tôdas as formas de prestação de serviços gratuitos —, abolição do vale e barracão, e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.
>
> 40 — Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.
>
> 41 — Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. A terra cultivada por êles ou por assalariados agrícolas assim como seus outros bens serão protegidos contra qualquer violação.
>
> 42 — Anulação de tôdas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o Estado e as companhias imperialistas norte-americanas.
>
> 43 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Amplo estímulo e ajuda ao cooperativismo.
>
> 44 — Construção de sistemas de irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas sêcas, de

acôrdo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.

45 — Garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários necessários ao abastecimento da população de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, salvaguardando-se ao mesmo tempo os interêsses da grande massa consumidora.

46 — Abolição das restrições injustas ao livre trabalho dos pescadores. Ajuda aos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas, entrepostos, etc, e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca.

Examinando detidamente os têrmos dêsse Programa revolucionário pode-se deduzir o seu sentido altamente demogógico e subversivo. Preconizava a confiscação pura e simples das terras de seus atuais proprietários, violando o direito fundamental de propriedade.

A Resolução Política do V Congresso, de agôsto de 1960, consignava:

> "Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob forma individuais ou associadas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais com a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sôbre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades; pela utilização das terras do Estado para formar núcleos de economia camponesa; pela entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem".

Vemos por êsse texto que o Partido preconizava uma série de medidas racionais de interêsses dos agricultores pobres, não pròpriamente com um fim, mas como um meio, como uma etapa intermediária da reforma radical. A defesa do camponês procura principalmente mobilizar as massas rurais em tôrno de reivindicações, em geral, compreensíveis e muitas delas perfeitamente justas, numa exploração deprimente das necessidades e do sofrimento humano. A própria Resolução citada deixa entrever êsse objetivo disfarçado. Diz o texto:

> "As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interêsse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução antiimperialista e antifeudal".

Em outras palavras isto significa: As massas camponesas poderão ser arrebanhadas para a revolução comunista, em conjunto com o operariado, se exploradas convenientemente as suas reivindicações por determinadas transformações no sistema econômico rural.

A luta pela reforma agrária, instigando nos trabalhadores do campo os ódios indiscriminados, engendrou vários movimentos de radicalização e violência, incentivou as invasões de propriedades, as ameaças, os assassinatos e aguçou as divergências cada vez mais violentas, impossibilitando, no fim de contas, a concretização de uma solução adequada ao problema.

A Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), órgão oficial de orientação da aplicação da política do govêrno nesse assunto, tornou-se um foco de subversão e malhareatamento dos recursos públicos.

O principal movimento subversivo nascido desta situação foram as Ligas Camponesas criadas por Francisco Julião. Em seu trabalho: "Que são as Ligas Camponesas", amplamente divulgado na Coleção "Cadernos do Povo" Julião descreve, a seu modo, exaltando a subversão e procurando apresentar como subversivos os que defendem os seus direitos e propriedades, como se forma e funciona a Liga Camponesa, e é interessante,

para focalizar o seu raciocínio parcialista, repetir as suas palavras textuais:

"As Ligas, como organização, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de uma associação, o nome pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses.

A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma Justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o pêso do latifúndio. Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta do estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar a cada núcleo o nome de Delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o mêdo da outra Delegacia a de polícia. Dêsse modo, o soldado de polícia tem a sua Delegacia, e o camponês tem a dêle. Cada Delegacia possui diretoria própria, enquanto o estatuto abrange tôdas as Delegacias. Essa medida serve para dar homogeneidade à organização e liquidar o burocratismo que dificulta muito o trabalho das associações. É que se fôssem organizadas com estatuto próprio para cada município, elas se tornariam estanques.

Com um estatuto funcionando para todo o Estado, torna-se fácil e rápida a criação e legalização das entidades municipais, distritais ou locais. Poupa-se tempo e dinheiro.

Para se fundar uma Delegacia ou Liga, basta reunir certo número de camponeses, trinta ou quarenta, submeter o estatuto geral à sua apreciação, e, uma vez todos de acôrdo, eleger a diretoria. Lavrada a ata é assinada pelos fundadores, se alfabetizados, ou a rôgo, se analfabetos, basta o Conselho Deliberativo oficiar à Justiça, comunicando a existência legal da entidade. E pronto.

Com a fundação de cada Liga, o latifúndio, se irrita. Mobiliza a autoridade policial, o prefeito, o juiz, o promotor e o capanga. Tem início a luta, que toma logo caráter político. Daí por diante, começa o processo de politização da massa camponesa com a assembléia geral, a passeata, a audiência na polícia ou na justiça, indo ao extremo da defesa de seus direitos até de armas na mão.

Na Liga não há campo para o carreirismo, porque Liga significa cadeia, vexame, perseguição, noite mal dormida, desassossêgo e até morte. Quem aspira, portanto, à presidência da Liga, já sente, já percebe que por cima dos sacrifícios a que fica exposto, existe o ideal de unir a sua classe para libertá-lo da fome, da miséria e da injustiça.

Constituída a Liga sem a introdução do prefeito, do juiz ou de qualquer autoridade para lhe servir de cúpula ou de fator capaz de moderar o radicalismo do movimento, os camponeses fustigados dia e noite pelo inimigo da classe, o latifúndio e seus protetores, trabalham no sentido de arregimentar mais companheiros para a Liga a fim de fortalecê-la.

O latifundiário, a princípio, apela para a fôrça, visando a derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaça de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês que assume a liderança do movimento. É, então, que se inicia a batalha judiciária. Aí o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é, em regra, a de indenização por benfeitorias. Quem mais se interessa pela demanda é o próprio camponês. Êle quer ficar na terra ou obter o pagamento de suas benfeitorias. Às audiências já não comparece só. Leva outros companheiros. O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas se contenta em arrastar ao pretório o senhor das terras. É a sua vingança. No comêço é assim. Depois, a luta recrudesce. E chega ao extremo dos choques pessoais, das vinditas. Aguça-se, então, a luta. Isso comprova que o latifúndio é a subversão, é a ilegalidade, é a desor-

dem. E explode a Galiléia. E explode Sapé. Para resistir ao despejo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto. É a demonstração de massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante. Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração. Sensibilizante. Ganhando adeptos. Para a reforma agrária radical. Na lei ou na marra. Com flôres ou com sangue".

Aí está realmente o que são e o que pretendiam as Ligas Camponesas, "na Lei ou na marra", "com flôres ou com sangue".

Embora não pertencesse aos quadros dirigentes do Partido Comunista, Julião sempre se associou a essa agremiação participando constantemente de conclaves conjuntos, como por exemplo o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, organizado e efetuado pelo Partido Comunista, com o apoio do Govêrno Federal e do Govêrno Estadual de Minas Gerais. Dêsse Congresso derivou a chamada Declaração de Belo Horizonte que dizia textualmente:

> "As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional vem por meio desta Declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma agrária radical nada tem a vem com as medidas paliativas propostas pelas fôrças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar fôrças nacionais que desejam o bem estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil".

Ao mesmo tempo em que se manifestava ostensivamente através das Ligas Camponesas, erigidas em organização nacional,

Francisco Julião procurou ampliar os objetivos dêsse movimento, criando o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB), que englobaria numa frente-única setores radicais da subversão. Êsse movimento foi lançado através de um manifesto programa que declarava:

"Todos apelam para a unidade. A CGT, a FPN, a UNE, a UBES, a FMP, as lideranças operárias, camponesas, estudantis, militares e religiosos, revolucionários e progressistas, os parlamentares nacionalistas e políticos mais ligados aos movimentos populares, Brizola, Arrais, Prestes, Almino, Sérgio, Neiva, Temperani, Pelópidas, Eloy, pe. Alípio, pe. Lage, Osvino, Garcia, para citar os mais atuantes e destacados, todos querem unidade. Nós também queremos unidade. Mas unidade em tôrno de que fôrças? Das fôrças revolucionárias e progressistas. E unidade para que? Para se efetivar a Revolução Brasileira. "A Revolução tornou-se, hoje, hoje, inevitável em muitos países da América Latina. Tal fato não é determinado pela vontade de ninguém. É resultado das espantosas condições de exploração em que vive o homem americano, do desenvolvimento da consciência revolucionária das massas, da crise mundial do imperialismo e do movimento universal de luta dos povos subjugados". (2ª Declaração de Havana). O povo brasileiro já pode tomar uma decisão histórica capaz de eliminar para sempre os seus dois cruéis inimigos — o imperialismo e o latifúndio — e de elevar, em espaço de tempo relativamente curto, os seus índices de vida, desde que utilize em proveito próprio tôdas as riquezas de que é dotado. Mas para tomar essa decisão precisa de unidade. E de organização. Para evitar os movimentos espontâneos sem objetivos bem definidos, que se podem perder, retardando a marcha da Revolução Brasileira.

Queremos A Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política, econômica e social do País. Quem vai fazer essa Revolução? A direita, o centro ou a esquerda? Serão as massas. Mas as massas unidas. As massas organizadas. As massas conscientes do seu papel

histórico. Exigindo as reformas. Mas que roformas? Simples reformas de base? Não. Reformas de base radicais. Sim. Porque as de base pura e simplesmente, querem a direita e o centro, uns com a Constituição reformada, outros, sem isso. De reformas de base já falava o imperialismo em Punta del Leste. De reformas de base fala o latifúndio. Impõe-se, assim, que se acrescenta o adjetivo *radical* a cada reforma de base para que seja reforma de verdade e nunca uma mistificação, um engôdo, uma mentira, para enganar as massas.

A primeira dessas reformas, a mais reclamada pelo nosso povo, nos campos, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis, nos comícios populares, por tôda a parte, é a reforma agrária radical. Quem deve opinar, em primeiro lugar, sôbre essa reforma? Os camponeses. Sim, porque são êles que trabalham a terra e nela vivem, nela sofrem e por ela morrem. Os camponeses já disseram, em Belo Horizonte, no seu I Congresso Nacional, entre 15 e 17 de novembro de 1961, através de tôdas as organizações camponesas existentes no País, das Ligas Camponesas, da ULTAB, do MASTER, dos Sindicatos Rurais, das Federações e Confederações e também da Comissão Nacional pela Reforma Agrária, o que mais lhes interessa, aquilo que sentem e o que é justo que se faça. E o disseram pela bôca de 1.600 delegados de todo o País, diante de grande massa popular, representantes da classe operária, da intelectualidade, dos estudantes, do Presidente da República em pessoa, do Primeiro Ministro, de outros Ministros de Estado, de dezenas de deputados federais e estaduais, do governador e do vice-governador de Minas Gerais e do Prefeito de Belo Horizonte".

Além da reforma agrária radical, o MURB preconizava as reformas radicais urbana, do ensino industrial e bancária. Recomendava também a redução dos efetivos militares, a criação das milícias populares, a extinção das unidades das Fôrças Armadas, a eliminação de prescrições dos regulamentos disciplinares, a revogação da Lei de Segurança e outras medidas semelhantes.

O movimento revolucionário de Francisco Julião era organizado segundo o modêlo comunista, divergindo do PCB porque se adaptava melhor à linha política de Pequim. Em uma reunião do Conselho Estadual da Paraiba das Ligas Camponesas, Julião afirmou, conforme consta na ata da referida reunião:

> "Congratula-se pela forma de como foi colocado os debates com veemência mas sem rancor, respondendo uma pergunta do companheiro de Santa Rita porque existe divergência entre as Ligas camponesas e o PC brasileiro. Afirma Julião que esta pergunta é feita em tôda a América Latina inclusive em Cuba. Alguém pensa que a raiz dessas divergências está na linha PC da China ou na do PCUS e que êle responde que não é isso e que é a linha de João Pedro Teixeira. A raiz vem de questões táticas e não de princípios. O PC brasileiro admite a linha do PCUS que não se aplica a realidade brasileira, e não se baseia no Marxismo e no Leninismo, nós é que nos baseamos nesse princípio, achamos que é viável a tomada do poder através do Campesinato por ser um País essencialmente agrícola; achamos que devemos partir dos campos para as cidades sôbre a direção ideológica do proletariado formando a aliança Operária Camponesa e que já é um fato objetivo. O PC parte do princípio que só a classe operária é capaz de, sòzinha tomar o poder. Não vê a imensa Massa camponesa, partindo da Cidade para o campo, nós desejamos libertar o povo como o PC. também deseja, mas, a essa altura não é possível fazer aliança com a burguesia nem pensar em conquistar o poder político pelos caminhos pacíficos".

As Teses para Discussão do VI Congresso reconhecem a importância do campesinato e as deficiências da ação comunista neste setor. Declaram textualmente:

> "A hegemonia do proletariado só adquire existência efetiva e se impõe na frente-única à medida em que se forma e se consolida a aliança operário-camponesa. Os camponeses, que constituem a maior parte da população

trabalhadora, estão interessados nas tarefas da revolução, particularmente na luta por uma reforma agrária radical. Em sua imensa maioria, desprovidos de terra própria ou possuidores de pouca terra, os camponeses brasileiros são mobilizados, em crescente proporção, para a conquista do direito de acesso à terra. Em defesa de suas reivindicações, podem unir-se as mais diversas camadas camponesas, inclusive os camponeses ricos. Os camponeses pobres e os semiproletários rurais constituem, porém, as camadas mais interessadas nas soluções revolucionárias e revelam, por isso mesmo, maior firmeza e combatividade. A direção da classe operária e a ajuda de outras fôrças da frente-única conduzem o campesinato a adquirir consciência política e fôrça organizada e a mobilizar seu imenso potencial revolucionário.

E mais adiante:

"O aspecto mais deficiente do nosso trabalho de frente-única reside na atenção, ainda muito insatisfatória, que damos ao aliado fundamental da classe operária, ou seja, ao campesinato. Apesar dos inegáveis progressos assinalados nos últimos anos, continuamos muito aquém das necessidades, o que reflete, sobretudo, concepções espontaneistas, de fundo oportunista, em nosso Partido. Isto é, tanto mais grave nos Estados cuja economia é predominantemente agrária e, em geral, nas zonas do interior, onde muitas vêzes, o Partido vive voltado para a sede dos municípios, sem se dedicar precìpuamente à organização e politização da massa camponesa, e às lutas por suas reivindicações. É indispensável que, nos municípios do interior, o Partido considere tarefa fundamental o trabalho com a massa camponesa. As direções, por sua vez, a começar pelo Comitê Central, precisam libertar-se do espontaneísmo e superar na prática a subestimação do trabalho com os camponeses, estudando os seus problemas e tomando medidas concretas para o seu desenvolvimento. Não podemos deixar de levar em conta que, com o despertar da massa camponesa para a luta pelas

suas reivindicações específicas, diversas correntes, de orientação burguesa e pequeno burguesa, vêm se empenhando ativamente para organizar os trabalhadores rurais e colocá-los sob sua liderança política e ideológica. A intensificação do trabalho no campo adquire, assim, para os comunistas, um sentido de urgência que se prende ao objetivo de conquistar para o proletariado a hegemonia na frente nacionalista e democrática".

Realmente a infiltração comunista do PCB tem sido relativamente restrita no meio rural, onde os movimentos de Julião e dos religiosos socialistas realizaram penetrações mais profundas.

B) A vinculação internacional.

O movimento camponês ligava-se ao Comunismo internacional principalmente através de numerosas viagens, destinadas a pessoas do meio rural a Cuba, à União Soviética e à China Comunista.

Lavradores brasileiros, alguns bem rústicos e de baixa cultura foram submetidos a cursos rigorosos de política e agitação comunista.

A importância que o Comunismo Internacional atribui ao mvimento camponês, particularmente na América Latina, reside em dois motivos principais:

1º — grande população rural dos países dêsse continente;

2º — maiores possibilidades que o campo oferece para a luta de guerrilhas.

Guevara, em sua "Guerra de Guerrilhas", declara que:

> "Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo".

Por essa razão, embora a propaganda comunista seja mais intensa nas cidades, onde o proletariado, mais numeroso e descontente, pode ser mais fàcilmente mobilizado, no campo, todos os movimentos inspirados no marxismo-leninismo, adquirem uma tendência mais acentuada para a violência e a ação

armada. As invasões de terra, por grupos armados, constituem escolas e preparação para a guerra de guerrilhas.

É de se constatar que a influência internacional do comunismo no meio camponês provém principalmente da China Comunista que, nesse particular, suplanta a Rússia em técnica de infiltração e interêsse político.

Quando Luiz Carlos Prestes esteve na Rússia em novembro de 1961, em sua entrevista com Suslov e Krushov, tratou da orientação da ação do PCB junto ao movimento camponês. De acôrdo com as anotações constantes de documento apreendido na residência de Prestes, existem as seguintes referência a êsse encontro:

> "S (SUSLOV) — Quanto ao movimento camponês, VV. está procurando com acêrto os elementos do programa agrário. O essencial é levantar as reivindicações das grandes massas camponesas. Devem saber levantar tôdas as reivindicações de acôrdo com os interêsses dos camponeses. Sem isto não podem levantar as grandes massas trabalhadoras do campo".

. . . .

> "K (KRUSHOV) — O imperialismo tem possibilidades de dominar enquanto conta com algum apoio social no País. Êste apoio êle encontra fundamentalmente no latifúndio. Não é êste o apoio social único, mas é o mais perigoso. Sem êsse apoio nada poderia o imperialismo fazer. Daí a importância que tem sabermos levantar com fôrças as reivindicações dos camponeses que lutam contra os latifundiários. Falais em *reforma agrária*. Isso é justo enquanto a situação não é revolucionária. Numa situação revolucionária devemos saber lutar pela *revolução agrária*. Será desnecessário então qualquer reforma constitucional. Os camponeses aprendem na prática que são os comunistas que os apóiam, que os comunistas são os seus defensores e os seus melhores amigos".

. . . .

De um modo geral pode-se afirmar que, no estágio incipiente em que se encontra o movimento camponês, em nosso

País, a vinculação internacional se faz através do próprio Partido Comunista e dos contatos pessoais, não havendo ainda uma subordinação de organizações tal como se observa em outros setores.

C) *A infiltração comunista.*

As bases de tôda a reforma agrária preconizada pelos comunistas encontram-se na obra de Lenin. O Manual de Economia Política da Academia de Ciência da URSS assim se expressa:

> "Fundamentando teòricamente o programa agrário dos partidos comunistas, considerava Lenin que o confisco da grande propriedade é condição necessária e obrigatória para a completa liquidação de tôdas as sobrevivências do feudalismo. Ao mesmo tempo, indicava êle que sob determinadas condições históricas, as terras confiscadas aos latifundiários podem ser repartidas entre os camponeses como propriedade privada dêstes. Lenin partia do fato de que a supressão da propridade latifundiária e de tôdas as sobrevivências feudais fortalece a aliança do proletariado com as massas fundamentais do campesinato e deixa limpo o campo para a luta de classe entre o proletariado e a burguesia. Isto torna mais fácil ao proletariado, em aliança com o campesinato pobre a luta pela revolução socialista".

E mais adiante:

> "Os interêsses vitais das massas fundamentais do campesinato coincidem com os interêsses do proletariado. Nisto reside a base econômica para a aliança do proletariado com o campesinato trabalhador na sua luta comum contra o regime capitalista".

Desse texto podemos concluir que o combate ao latifúndio pelos comunistas não se fundamenta principalmente no interêsse econômico de melhorar as condições de produção, mesmo porque inúmeras culturas não se coadunam com a propriedade

minifundiária. A extinção do latifúndio virá prejudicar determinadas culturas que poderão entrar em colapso, como é o caso da cana de açúçar e do café.

O que os comunistas intentam em primeira prioridade é "deixar limpo o campo para a luta de classe entre o proletariado e a burguesia", procurando reunir em um único grupo de interêsses comuns o campesinato e o proletariado, geralmente afastados e dissociados. Essa união tem em vista assegurar as massas submissas para as ações revolucionárias.

O anseio de propriedade da terra, é como as reivindicações por melhores padrões de vida, um dos maiores incentivos da luta revolucionária. Os comunistas se aperceberam dêsse fato importantíssimo e fizeram da reforma agrária radical o ponto focal de sua propaganda.

Che Guevara, em sua guerra de gerrilhas declara, com grande perspicácia:

> "Em todos êstes casos qualquer que seja a estrutura ideológica que anime a luta, a base econômica é dada pela aspiração a posse da terra".

> "A China de Mao se inicia com o surgimento dos núcleos operários revolucionários do Sul que são derrotados e quase aniquilados. Sòmente se estabiliza e começa sua ascensão quando, depois da grande marcha do Yenaú, se estabelece nos territórios rurais e coloca como alicerce das reivindicações a reforma agrária. A luta de Ho-Chi-Min na Indochina se baseia nos camponeses das culturas de arroz, oprimidos pelo jugo colonial francês e, com esta fôrça, vai progredindo até derrotar os colonialistas. Em ambos os casos há um parêntese, a guerra patriótica contra o invasor japonês, mas não se extingue a base econômica da luta pela terra".

A guerra revolucionária nos países subdesenvolvidos deve, para Che Guevara, começar no campo. Não é outro o pensamento de Mao-Tse-Tung, o criador da moderna guerra de guerrilhas.

O campesinato é o meio natural para o recrutamento dos guerrilheiros por motivos de ordem física e ideológica.

O PCB procurou penetrar no meio rural, disputando a sua influência com outros movimentos como o liderado por Julião e pelos padres extremistas. A técnica de infiltração era sutil e não se colocava diante dêles em oposição frontal.

Estudando a ação do Partido entre os camponeses sente-se, todavia, que os comunistas, consagrados principalmente em suas preocupações com o meio sindical, relegavam a segundo plano o problema rural. São êles mesmos que o confessam nas "Teses para Discussão" do VI Congresso:

> "O aspecto mais deficiente de nosso trabalho de frente-única reside na atenção, ainda muito insatisfatória que damos ao aliado fundamental da classe operária, ou seja, ao campesinato. Apesar dos inegáveis progressos assinalados nos últimos anos, continuamos muito aquém das necessidades, o que reflete, sobretudo, concepções espontaneístas de fundo oportunista em nossos Partido. Isto é, tanto mais grave nos Estados cuja economia é predominantemente agrária e, em geral, nas zonas do interior, onde muitas vêzes, o Partido vive voltado para a sede dos municípios, sem se dedicar precìpuamente à organização e politização da massa camponesa, e às lutas por suas reivindicações. É indispensável que nos municípios do interior, o Partido considere tarefa fundamental o trabalho com a massa camponesa. As direções, por sua vez, a começar pelo Comitê Central, precisam libertar-se do espontaneísmo e superar na prática a subestimação do trabalho com os camponeses, estudando seus problemas e tomando medidas concretas para o seu desenvolvimento. Não podemos deixar de levar em conta que, com o despertar da massa camponesa para a luta pelas reivindicações específicas, diversas correntes, de orientação burguesa e pequeno burguesa, vêm se empenhando ativamente para organizar os trabalhadores rurais e colocá-los sob sua liderança política e ideológica. A intensificação do trabalho no campo adquire, assim, para os comunistas um sentido de urgência que se prende ao objetivo de conquistar para o proletariado a hegemonia na frente nacionalista e democrática".

O Partido Comunista jamais se colocou na posição de rival dos movimentos rurais como as Ligas Camponesas. Procurou associá-los, dentro da orientação da frente-única, na qual, mais tarde, pretendia obter a liderança final e completa.

Divergiu, todavia, de Julião sôbre o papel do campesinato na revolução comunista. Para o PC sòmente o operariado apresenta condições de assumir a liderança do movimento. Essas divergências se manifestavam também em relação à oportunidade para a implantação da ditadura do proletariado no País. Julião afirmava que no Brasil era necessário desencadear desde já a revolução socialista. O Partido, dentro da política da frente-única, considerava essa tese como precipitada, extremista e incoerente com a realidade brasileira. Giocondo Dias, falando em nome dos comunistas sôbre Francisco Julião, declarou em artigo no jornal "Terra Livre", de agôsto de 1962:

> "Entretanto essa contradição — que existe e se desenvolve no seio da sociedade brasileira e que se exprime nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas, não exige, *agora*, a sua superação de maneira radical, isto é, a socialização dos meios de produção, a eliminação da burguesia e a instauração imediata da ditadura do proletariado. Há, porém, outras contradições que exigem, *agora*, uma solução inadiável e definitiva, como uma imposição do grau de aguçamento que já atingiram. Trata-se das contradições entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos e entre as fôrças produtivas em desenvolvimento e as relações semifeudais dominantes na agricultura".

Em seguida, Giocondo Dias, interpretando a opinião do PC, contradiz a Julião, sôbre o papel do campesinato na revolução. Diz êle:

> "No que diz respeito ao proletariado e ao campesinato são também profundas as incompreensões manifestadas pelo depuatdo Francisco Julião. Acha êle que "é possível sair para a revolução socialista com o campesinato à frente". Acha ainda que quando a luta se

inicia no campo ela toma imediatamente, caráter político, o que não ocorre com a classe operária, cuja *dinâmica* é o aumento do salário. Partindo daí afirma que "o campesinato desatará o processo revolucionário brasileiro e conseguirá influir para que a classe operária se associe à luta". A que levam semelhantes teses e conclusões? Primeiro: o campesinato é a classe mais revolucionária e a sua luta (pela terra) tem desde o início um caráter político (socialista?). Segundo: a classe operária tem interêsse apenas no aumento de salário e só participará na luta pelo Poder sob a influência dos camponeses. Terceiro: a "revolução socialista" será desencadeada e dirigida pelos camponeses. Seria difícil encontrar tantos e tão sérios erros em tão poucas palavras.

Na apreciação de um problema tão importante como o do papel das classes sociais no processo da revolução não podemos fazer nem admitir concessões de natureza demagógica, assim como não podemos querer transformar em leis universais experiências de outros países, além do mais entendidas de maneira superficial e mecânica. Quando e em que parte do mundo o deputado Francisco Julião encontrou um campesinato que se tivesse colocado à frente de uma revolução socialista? Acreditamos que, ainda desta vez, o que acontece é que o deputado Francisco Julião interpreta errôneamente o valioso exemplo de Cuba. Em Cuba a revolução só adquiriu o caráter socialista a partir do momento em que a direção do proletariado se afirmou de maneira incontestável, como aliás tem dito, repetidamente, o líder do povo cubano, Fidel Castro. E isso é facílimo de compreender, pois sòmente o proletariado com a sua ideologia, por ser a única classe destituída da propriedade sôbre os meios de produção, pode instaurar o socialismo. É um completo contra-senso afirmar-se, em nome da revolução socialista, que o campesinato, ligado por sua própria condição à propriedade privada da terra, obedecer a uma "dinâmica" da luta pelo socialismo, enquanto a "dinâmica" que move o proletariado é simplesmente o aumento de salário. Não se trata de "preferir" uma classe ou outra, de considerar

uma "melhor" que a outra. Trata-se, sim, da realidade, de como as coisas se apresentam concretamente na sociedade. O proletariado e o campesinato têm suas características próprias, assim como interêsses comuns. São as classes mais interessadas no triunfo da revolução brasileira, na derrota do imperialismo e do latifúndio, na formação de um poder que represente as fôrças nacionais e democráticas de nosso país. E ninguém pode pôr em dúvida que a revolução avançará tanto mais ràpidamente para a vitória quanto mais firmemente se encontrar à sua frente a classe operária. As massas camponesas têm nisso o maior interêsse.

A subestimação que o deputado Francisco Julião manifesta pelo papel político da classe operária revela a sua tendência a negar a hegemonia do proletariado na luta revolucionária. Para contestá-lo dispensamo-nos de maiores considerações, bastando lembrar o que tem sido a atuação do proletariado brasileiro na vida política do país nos últimos anos contra o imperialismo e a reação, por um govêrno nacionalista e democrático. Quem poderia ocultar ou rebaixar o papel da classe operária na crise de agôsto e setembro de 1961, apesar de tôdas as debilidades verificadas? Quem poderia ignorar ou subestimar o papel exercido pela classe operária na luta pela constituição de um Gabinete progressista, que se comprometa a realizar as reformas de base? Quem poderia negar o sensível avanço, através dêsse processo de lutas, da consciência política do proletariado. Naturalmente, não queremos dizer que a classe operária brasileira tenha atingido um nível de consciência já muito elevado, mas é indiscutível o enorme progresso alcançado nêsse sentido.

Um sinal dêsse avanço é a compreensão revelada pelos setores mais esclarecidos do proletariado — graças, em grande parte, ao trabalho desenvolvido por sua vanguarda, o Partido Comunista — da necessidade de dar tôda ajuda aos seus irmãos camponeses para que se organizem e travem com êxito a luta pela reforma agrária e contra os monopólios. Isso tem representado uma

grande contribuição para o fortalecimento da aliança entre os operários e os camponeses. Em suma, consideramos que são errôneas ambas as teses defendidas pelo deputado Julião; é pernicioso caracterizar-se como revolução socialista a presente etapa do processo revolucionário brasileiro e igualmente pernicioso negar-se o papel de vanguarda da classe operária.

As Associações Camponesas.

Várias associações, tôdas dominadas por comunistas, controlavam o movimento camponês, mobilizando os trabalhadores do campo e instigando-os à luta.

Entre essas associações destacava-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil ((ULTAB), presidida por Lindolpho Silva, do PCB. A ULTAB fêz realizar em Belo Horizonte, entre 13 e 17 de novembro de 1961, o I Congresso Nacional, ao qual compareceu Francisco Julião e outros líderes rurais. Essa União foi um dos maiores centros de subversão no país. Procurando conduzir os homens do campo para a agitação revolucionária, a ULTAB patrocinou um manifesto lançado a 10 de julho de 1962, para o qual obteve a adesão de Francisco Julião, em nome do Conselho Nacional das Ligas Camponesas, da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul.

Êsse manifesto que demonstra não serem as divergências doutrinárias, entre o PC e Julião, tão grande que não os permitissem associar-se para a agitação. Declara textualmente:

> "As organizações camponesas e de luta pela reforma agrária, através das entidades que assinam esta proclamação, compreendem que se torna necessária e imperiosa, não sòmente a sua rápida organização e mobilização, mas a sua participação efetiva ao lado da classe operária, que maior e mais firme aliada, dos estudantes, da intelectualidade revolucionária e de tôdas as demais fôrças progressistas do país na luta sem tréguas pelo objetivo comum que é a libertação da Pátria do jugo secular de seus inimigos internos e externos".

E mais adiante:

"As organizações camponesas unem, portanto, a sua voz à das organizações operárias e estudantis, ao clamor de todo o povo, que exige um govêrno disposto a enfrentar os monopólios estrangeiros e a realizar a reforma agrária radical. Êsse govêrno não surgirá das manobras de cúpulas, mas da luta organizada das massas trabalhadoras e populares".

E ameaçadoramente:

"Não nos deixaremos iludir pelas soluções do compromisso com que as classes dominantes pretendem encerrar a crise, temerosas da ação do povo, e prosseguiremos na luta pela Reforma Agrária radical e por um govêrno capaz de concretizá-las".

5. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO PARLAMENTAR

Embora a ação comunista no meio político, abrangendo os partidos, o processo eleitoral e outros ítens correlatos, seja ampla e permanente, focalizaremos nesse capítulo apenas o setor parlamentar que mais reflete êsse aspecto. O meio parlamentar que compreende todos os órgãos dos legislativos municipais, estaduais e federais, responde intensamente à influência do Partido Comunista e dos movimentos por êle patrocinados, não apenas através do trabalho das frações partidárias infiltradas, como principalmente em consequência das pressões políticas orientadas pelos comunistas.

Sendo o PC uma entidade ilegal e não podendo, por conseguinte, concorrer às eleições com chapas próprias, procura incluir os seus representantes nas legendas eleitorais dos partidos legalmente registrados. Essa inclusão é normalmente uma das imposições que o Partido estabelece quando o seu apoio é solicitado, e isto se passa em tôdas as eleições. A fração parlamentar do PC é constituída justamente pelos elementos eleitos entre os candidatos incluídos dessa maneira.

De um modo geral, nenhum dos partidos políticos brasileiros têm se mostrado imune às infiltrações, geralmente asseguradas conscientemente por êsses mesmos partidos.

A fração parlamentar, que obedece as ordens do Comitê Central do PC, é o núcleo de influência interna dêsse Partido nas casas do Legislativo. Em tôrno dela gravita um grande número de simpatizantes e oportunistas que se aliam constantemente aos comunistas. É de se notar, diga-se de passagem, que as frações parlamentares do PC, distinguem-se normalmente por sua intensa atividade e por sua dedicação, acabando depois

de um certo tempo, por assegurar uma posição de grande influência nos trabalhos de que participam.

Além da ação das frações e das frentes parlamentares por elas orientadas o legislativo é grandemente sujeito a pressões exercidas pelo PC indiretamente, através de movimento de massa como manifestações de ruas, greves, abaixo assinados, etc, e através de contátos pessoais de dirigentes do Partido com parlamentares. Vários chefes comunistas mantêm correspondência com político, recebendo inclusive, informações e cópias de projetos de lei para formulação de emendas e sugestões.

Uma das causas da influência do PC reside no fato de os políticos democratas cortejarem constantemente àquêle Partido, procurando obter o seu apoio, particularmente na época de eleições. Vários senadores, deputados e vereadores contribuem mensalmente com recursos financeiros para os cofres do Partido. Na fase das eleições, os acôrdos eleitorais proporcionam ao Partido Comunista grande somas de dinheiro, fornecido sem comprovantes escritos.

O Partido recebe ainda o ostensivo apoio de parlamentares que se valem de suas imunidades para participar de campanhas, comícios e outras manifestações comunistas, dando inclusive cobertura aos membros do Partido. Quando, por exemplo em 1956, o PCB desencadeou uma campanha pela anistia ampla e geral, abrangendo inclusive a readmissão nas Fôrças Armadas e no serviço público de oficiais e funcionários expulsos ou demitidos por participação na intentona de 1935, contou com a adesão de um grande número de parlamentares. Por ocasião da campanha pela legalização do PCB, em 1961, vários parlamentares participaram de comícios, ostensivamente, em conjunto com os comunistas, defendendo essa medida. E' de salientar-se que alguns dêsses parlamentares não foram siquer atingidos pelas medidas punitivas da revolução de 31 de março, como o caso dos senadores Aarão Steinbruck e Vasconcellos Tôrres.

Em 1945, quando o PCB foi pôsto na legalidade, conseguiu eleger o senador Luiz Carlos Prestes e os deputados federais Maurício Grabois, Carlos Marighella, João Amazonas, Agostinho Dias de Oliveira, Milton Caires de Brito, José Maria Crispim, Joaquim Batista Neto, Alcedo Coutinho, Gregório Lourenço

Bezerra, Claudino José da Silva, Jorge Amado, Abílio Fernandes, Alcides Rodrigues Sabença e Oswaldo Pacheco da Silva.

Nas assembléias estaduais e municipais o PCB elegeu também numerosos representantes.

Os parlamentares comunistas exerceram grande atividade. A sua primeira manifestação foi contrária à inclusão do nome de Deus no preâmbulo da Constituição.

Foi durante êsse período que Prestes fez a célebre declaração de fidelidade à União Soviética. Nesa ocasião, o chefe do PCB declarou, em resposta a uma interpelação do Sr. Juraci Magalhães, que, em caso de guerra entre o Brasil e a Rússia, lutaria contra o govêrno brasileiro. Êsse debate consta dos Anais da Assembléia Constituinte de 1946. Nessa ocasião, o Sr. Nereu Ramos declarou o seguinte (pág. 69 dos Anais):

> "...não podia acreditar, que, dentro do Brasil, houvesse um homem, saido do Exército Brasileiro, que tivesse a coragem de, como Senador da República, fazer tal declaração. Só me capacitei de sua veracidade, quando o Sr. HAMILTON NOGUEIRA, levado pelo seu espírito cristão, quis abrir uma explicação em que S. Exa. pudesse justificar-se. S. Exa., não obstante, reafirmou a declaração.
>
> "Hoje, nesta Assembléia, tivemos ocasião de verificar sua hesitação, quando foi interpelado pelo ilustre Representante, Sr. JURACI MAGALHÃES... com uma pergunta clara e incisiva, que exigia também resposta clara e incisiva.
>
> S. Excelência hesitou por que sentia que a Nação o condenava, sentiu que de todos os lados do Brasil vinham condenações à sua atitude. As classes Armadas, pelos seus generais, a imprensa do país, os católicos e todos os Partidos se levantaram para condenar a atitude de um senador, que não soube respeitar o nome e a bandeira de sua Pátria!"

À página 70, acrescenta NEREU RAMOS:

> "... quero frisar, já agora, que essa hesitação se verificava sempre que necessário S. Exa. decidir-se claramente pelo Brasil."

Para bem esclarecer o significado das palavras de LUIZ CARLOS PRESTES, o Sr. PRADO KELLY esclareceu:

"Distingo perfeitamente o direito de opinião dos atos praticados em rebeldia contra o poder constitucional...

"... Se S. Exa. como parlamentar, como representante, nesta Casa, da Nação, — mais do que de um Partido, — tivesse ocasião de se manifestar contrário à proposta do Executivo para a declaração de guerra a um estado estrangeiro, Sua Exa. estaria no seu direito, cumprindo com o seu dever de mandatário do povo, como o entendia. Mas, o Sr. CARLOS PRESTES, depois de haver o Parlamento Nacional declarado o estado de guerra com qualquer potência estrangeira, resolvesse, na qualidade de Chefe do Partido Comunista, ou como súdito, do Estado, insurgir-se contra os podêres públicos no exercício de suas atribuições constitucionais, S. Excia. estaria praticando um crime de traição à Pátria."

E, à página 72, acrescenta PRADO KELLY:

"Há profundas diferenças nas duas concepções de Democraria que se defrontam neste momento — aquela que acabo de expor e a defendida pelo Partido Comunista."

Ainda o Pe. Arruda Câmara mostra em têrmos claros como interpreta as palavras de Prestes (pág. 77):

"O futuro de traição à Pátria se define nas declarações do representante da Rússia entre nós. As suas declarações não podem causar surprêsa a quem se recorda da revolução de 1935 e do Sr. HARRY BERGER. Não devem surpreender a quem conhece aquela doutrina internacional de MARX, no seu manifesto (pág. 40):

"Os comunistas são acusados de querer abolir a Pátria, a Nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem."

O discurso de LUIZ CARLOS PRESTES motivou ainda um requerimento do Sr. JOÃO MENDES, também membro da Assembléia Constituinte, nos têrmos seguintes (pág. 93):

> "Requeiro que, ouvida a Casa, se consigne na ata dos nossos trabalhos a reprovação formal da Assembléia Constituinte às palavras do Senador LUIZ CARLOS PRESTES, de referência a sua posição e à do seu partido, no caso que o Brasil entrasse em guerra contra a Rússia, lastimando-se tenham elas sido proferidas por um Senador da República; com a advertência, porém, de que os democratas brasileiros não transigem com os processos totalitários, que afetem de qualquer modo a segurança dos mandatos parlamentares ou o princípio fundamental da pluralidade dos Partidos..."
>
> "Não há interpretação benevolente capaz de retirar a essas expressões, repetidas vêzes ratificadas pelo seu autor nesta Assembléia, o sentido de traição à Pátria. Aliás, uma traição *sui generis*, imaginada e proclamada sem o caso presente, em que ela possa se positivar. Daí o assunto não ser para prevenção penal, mas para vigilância...".

Em nome do govêrno, falou longamente sôbre o assunto, em uma das sessões subseqüentes, o Senador Ivo d'Aquino, de seu discurso sendo por mais ilustrativos, transcritos aqui alguns trechos (pág. 328):

> "A declaração do Sr. Senador Carlos Prestes contém várias afirmações que cumpre sejam primeiro distinguidas para que, interpretadas e combinadas depois, se chegue à conclusão real do seu pensamento.
>
> Essas afirmações são as seguintes:
>
> > "Que o Partido Comunista Brasileiro combateria uma guerra imperialista contra a URSS e empunharia armas para fazer a resistência em nossa Pátria, contra ela."

E às páginas 328 e 329:

> "Desde, portanto, que o Brasil acompanhasse como aliado, os Estados Unidos ou a Inglaterra, numa guerra contra a Rússia, o Partido Comunista se reservaria o direito de, não apenas contra ela se manifestar, mas de combatê-la de armas em punho, dentro do território brasileiro..."
>
> "Esta é uma das conclusões que se podem tirar das suas afirmações e da seqüência do seu discurso."

Ainda, à página 330:

> "...esqueceu-se de folhear o Código Penal, para ver em que artigo está incurso o cidadão brasileiro, que, em caso de guerra declarada ou aceita legalmente pelo Brasil, contra êste tomar armas, para direta ou indiretamente, auxiliar o inimigo...".

Por fim, transcreve a Subcomissão o trecho do discurso do preclaro Senador OCTÁVIO MANGABEIRA que deixa claro o que, no discurso do Sr. LUIZ CARLOS PRESTES sejam guerras imperialistas (pág. 376):

> "As expressões — guerra justa, guerra do povo, ou guerra de povo, ou guerra imperialista, guerra contra o povo, são muito correntes entre comunistas. Mas a verdade, em grande parte, é esta: Guerra justa, guerra do povo, é guerra na qual a Rússia tome parte, ou tenha o beneplácito da Rússia; e guerra imperialista, ou guerra contra o povo é guerra condenada pela Rússia, que, assim, de qualquer modo, é, para êles, um ponto de referência.".

Em 1947, o Partido Comunista teve o seu registro anulado, sendo cassados os mandatos de seus representantes. A partir

de então, o PC passou a atuar, dentro do parlamento e das assembléias legislativas, através das frações clandestinas.

A FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

A Frente Parlamentar Nacionalista foi possìvelmente a mais influente das frentes legais que o Partido logrou infiltrar e na qual exerceu grande influência. A FPN foi fundada em março de 1955, como uma expansão do movimento nacionalista, que se incentivou nessa época com uma ampla e intensa participação dos comunistas. A Frente iniciada na Câmara Federal com 60 deputados, expandiu-se absorvendo outras organizações. Em 1958 já dispunha de 120 membros. Nessa época o seu presidente era o Sr. Bento Gonçalves, e o seu secretário, o comunista Abgar Bastos que, por sinal, não era mais parlamentar.

A FPN foi prestigiada pelo Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, ao qual apresentou um questionário de seis pontos sôbre o seguinte:

— Política do petróleo, baseada no monopólio estatal;
— Política exterior que se ajuste aos objetivos nacionalistas do desenvolvimento;
— Política de crédito de capitais estrangeiros subordinada ao interêsse nacional;
— Política de integração de áreas subdesenvolvidas no processo do desenvolvimento brasileiro;
— Política de abastecimento nacional e de emergência para atenuar o custo de vida;
— Política de educação para o desenvolvimento nacional.

O jornal Novos Rumos, nº 4, de 20 de Março de 1959, publica uma notícia sôbre êsse assunto, declarando que os parlamentares da FPN ficaram muito bem impressionados com as respostas do Ministro da Guerra.

A FPN exerceu influente papel no parlamento em constante entrosamento com o Partido Comunista.

Para se ter idéia da infiltração comunista no Congresso Nacional, vamos reproduzir um trecho do artigo da revista francesa ESTE e OESTE, intitulado "Infiltração comunista

no Brasil" (Ns, 37, 38 e 39, de 15 jan., 1 fev. e 15 fev. 1964): Êsse artigo é um explêndido resumo do assunto:

"Depois da infiltração nos sindicatos e no meio estudantil, a que se verifica nos partidos políticos não é menos importante. Desde a interdição oficial do Partido Comunista Brasileiro, os comunistas, naturalmente, fizeram o impossível para introduzir seus homens nas organizações partidárias e nos corpos legislativos. Esta operação, que já obteve êxito há vários anos, desenvolveu-se ainda mais nas últimas eleições, quando foi consideràvelmente ampliada a base parlamentar do Partido. Pode-se afirmar hoje, que tôdas as facções políticas representadas no Congresso contêm um número elevado de cripto-comunistas.

Sob a direção do militante Neiva Moreira (que já não teme solidarizar-se pùblicamente com os militares insurretos da rebelião de 12 de setembro de 1963), os deputados Bento Gonçalves, Sílvio Braga, Emanuel Waissman, Janari Nunes e Adão Pereira, compõem o grupo ultra do Partido Social Progressista (PSP). Entre cada dez parlamentares socialistas (PSB), nove pertencem a êsse credo. O PST orgulha-se de ter como representante na Câmara, o próprio secretário de Prestes (Marco Antônio Coelho). Um têrço dos petebistas, dirigidos por Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Eloy Dutra, Bocayuva Cunha e Aaron Steinbruch, adota as posições do ex-deputado e militante comunista, Lício Hauer. Os escritórios do PTB em São Paulo, servem seguidamente de quartel general dos líderes de agitação de classes. O PSD também tem seu grupo de extrema esquerda, onde dominam os deputados Abelardo Jurema, Chagas Freitas, Pacheco Chaves, Getúlio Moura, Humberto Lucena, Renato Archer, Fernando Santana e Oliveira Brito. A própria UDN não impermeável a essa infiltração de elementos comunizantes, cujos representantes mais característicos são: Ferro Costa, Seixas Dória, José Aparecido, Adolfo de Oliveira, Simião da Cunha e José Sarney.

O Partido Democrata Cristão também não escapa à epidemia da "esquerdização". A par dos tradicionalistas, que mantém as posições doutrinárias da Democracia Cristã, aumenta o número dos partidários da "abertura à esquerda", introduzida no Brasil por Armando Monteiro, Franco Montoro e pelo atual ministro Paulo de Tarso Santos.

Todos êstes juntos formam um total de cêrca de 70 deputados, devidamente filiados, naturalmente, à Frente Parlamentar Nacionalista e à Frente (de mobilização) Popular.

Sua presença ativa não se limita, por outro lado, aos discursos pronunciados no plenário. Estão sempre prontos, quando se trata de favorecer com seus votos as Ligas Camponesas, de tentar reduzir o mandato do Governador Lacerda, de defender os chefes ativos, como o sacerdote (suspenso) Alípio de Freitas, ou vetar as propostas de lei que visam a repressão do comunismo no Govêrno e no Exército.

Se as inversões de capital estrangeiro no Brasil diminuiram nos últimos dois anos, de aproximadamente 98 por cento, isto se deve ùnicamente — às manobras dos ultras nas duas Câmaras, que resultaram na votação da famosa lei que proibe a remessa de divididendos e lucros. O número de propostas de lei demagógicas, ou comunizantes, apresentadas nos últimos dois anos, às Câmaras legislativas, é considerável. Citemos ao acaso: proibição dos Bancos estrangeiros de receber depósitos de poupança privada; extinção das ações ao portador; nacionalização da administração dos portos, das indústrias alimentícias, dos estaleiros navais; monopólio estatal da indústria do carvão, direito ao voto, dos analfabetos; direito de grave sem restrição; nacionalização das grandes emprêsas estrangeiras que funcionam no território brasileiro; ruptura de relações com o Fundo Monetário Internacional; nacionalização da exportação de minerais; monopólio estatal de tôdas as exportações; nacionalização da indústria farmacêutica; monopólio estatal da publici-

dade pela imprensa e pelo rádio; extensão da imunidade parlamentar aos conselheiros municipais (grandemente infiltrados); desapropriação das últimas refinarias particulares de petróleo; nacionalização de tôdas as emprêsas comerciais e industriais; denúncia dos acôrdos com os Estados Unidos, etc. Muitos dêsses projetos já chegaram a ser leis, outros fracassaram por margem muito pequena, porém serão novamente postos em circulação."

6. A AÇÃO COMUNISTA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A infiltração comunista nos diversos setores da administração pública federal e estadual tem sido um fenômeno permanente. Todavia, na gestão de Juscelino Kubitschek começou a ampliar-se atingindo um nível impressionante durante o govêrno João Goulart.

O Ministério do Trabalho foi sempre o maior campo de interêsse do PC. No govêrno Goulart, porém, difícil seria dizer quais dos Ministérios ou Autarquias eram menos favorecidas pela penetração crescente do comunismo.

Vamos reproduzir alguns trechos do artigo "A infiltração comunista no Brasil", já citado anteriormente que possui uma notável fidelidade, pois foi editado na mesma época dos acontecimentos. Diz o artigo em aprêço:

> "E' inútil que o Sr. Goulart seja rico e não figure nas listas do Partido Comunista. Isso não impede que desde seu advento em 1961, o Presidente admitisse a formar parte das pessoas que o rodeiam, certas figuras significativas que ali continuam e que, para os comunistas e a opinião comunizante, ocupam lugares escolhidos a fim de influenciar a política. Evandro Lins e Silva, Procurador Geral e depois chefe do Gabinete Civil, antes de ser nomeado membro do Supremo Tribunal; Raul Ryff, inamovível Secretário de Imprensa; Jaime Rodrigues, Conselheiro Diplomático; Waldir Pires, Procurador Geral; José de Paulo Ribeiro; Jatyr Rodrigues, Vitor Konder, Mauritônio Meira, Maria da Graça, o Abade

Arquimedes Bruno, todos êles Adjuntos do Gabinete, são outros tantos indivíduos que seu passado ou seu presente militante obriga a considerar como cumpridores fervorosos das ordens dos comunistas autênticos, quer sejam ou não do partido. Por sua parte, o nôvo chefe do Gabinete Civil, Sr. Darcy Ribeiro, marxista-leninista declarado, vem aplicando suas idéias há vários meses na gestão dos assuntos. Seus ataques públicos contra os anticomunistas, os favores com que cumula os militantes notórios, os esforços que faz para acelerar as relações comerciais com a URSS, em condição por vêzes ruinosas para o interêsse brasileiro, tudo demonstra que a direção do Gabinete Civil atua mais como soldado disciplinado do Partido Comunista que como fiel servidor do Presidente. Não há dúvida de que o mesmo fará o nôvo chefe do Gabinete Militar, o general Assis Brasil, considerado por todos os especialistas como o verdadeiro chefe da célula de infiltração comunista no Exército.

Parece não haver dúvida de que, graças antes de mais nada a essa preparação prévia, tenha podido estender-se e aprofundar-se a infiltração no govêrno de Goulart, de dois anos para cá, chegando às consideráveis proporções atuais. Já tivemos a oportunidade de assinalar em número anterior a implantação conseguida pelo P.C. até os primeiro meses de 1962. Por outro lado, advinha-se fàcilmente que as circunstâncias políticas citadas acima proporcionassem a essa invasão progressiva as condições ideais, que não foram desprezadas. Na medida em que o Sr. Goulart se apoiava sôbre os sindicatos para forçar a mão ao Congresso e fazia tôdas as concessões possíveis à esquerda para garantir sua própria plataforma política, fortificava ao mesmo tempo a influência preponderante do elemento mais intransigente e mais coerente dessa esquerda e dêsses sindicatos: o elemento comunista. A história dêste dois anos é marcada por uma série de tolerâncias e nomeações significativas, arrancadas ao Presidente mais ou menos à fôrça, e tôdas no mesmo sentido. Chegou o momento de fazer-se um balanço, sem dúvida incompleto, porém revelador."

E em outro local:

"Depois do passo dado pelo Ministério do Trabalho dos senhores Almino Afonso e Pinheiro Neto, nos quadros dêsse departamento observa-se, evidentemente, a infiltração mais aberta. À sua testa apresenta-se o próprio presidente do C.G.T., Dante Pellacani, Diretor dos Serviços de Previdência Social do Ministério. Além de suas atividades pròpriamente cegecistas, Pellacani prega abertamente o exemplo do regime comunista. Em novembro de 1961, pressionava os sindicatos da indústria para que se manifestassem a favor da eleição do militante e ex-deputado comunista Roberto Morena, para o Conselho Administrativo do Instituto de Previdência, o que coloca entre as mãos dêsse militante um orçamento de vários milhares de milhões de cruzeiros. Pellacani, igualmente, fêz com que o próprio Morena fôsse representante do Ministério em Recife, em vista do que, tôdas as delegações locais do Trabalho no Estados de Pernambuco, foram ràpidamente providas de titulares de extrema esquerda. As Organizações do Trabalho na capital do Estado estão em mãos do trio: Roberto Morena, Gilvan Hanst e Guedes Andrade. Assim pois, devido a presença do governador Arraes à frente do govêrno, Pernambuco (onde as Ligas Camponesas tem seus efetivos mais importantes), constitui a peça principal das manobras comunistas no Nordeste.

O Ministério do Trabalho, orientado dessa maneira, favorece o comunismo. Os pedidos de registro dos sindicatos democráitcos são, sistemàticamente, ignorados e sabotados, a fim de dar preferência aos novos sindicatos "progressistas"; os militantes comunistas, expulsos dos sindicatos em virtude do regulamento, são readmitidos em conseqüência à pressão feita pelo Ministério; êste edita às suas custas as obras de propaganda marxistas-leninista, como o "Direito Trabalhista", de Amorim Araújo; as eleições sindicais em que triunfam os democratas são anuladas por decreto do Ministério e os

escritórios da Previdência Social são colocados à disposição dos sargentos revolucionários, como ocorreu em junho.

O Ministério de Obras Públicas e Comunicações é outro centro de infiltração. Entre seus funcionários são recrutados, geralmente, as equipes de "pintores", encarregadas de enegrecer os muros do Rio com inscrições revolucionárias. No Departamento de Estradas de Ferro, a direção da Rêde de Minas Gerais é vigiada por Roberto Carneiro, enquanto Nunes Azevedo, na Rêde Central, facilita a ação das células comunistas. Quanto à direção do D.C.T., onde chegou a ser prática corrente a recusa de telegramas de apoio aos grupos anticomunistas, ou contrários à Política do Partido Comunista, o ambiente que reina desde o advento do diretor geral Dagoberto Rodrigues valeu-lhe o apelido de "Moscousinho".

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, encarregado teòricamente da repressão do comunismo no plano federal, entrega-se inteiramente, sob êsse ponto de vista, às polícias dos estados. No que lhe diz respeito, prefere autorizar manifestações como o famoso Congresso de Solidariedade à Cuba, realizado em abril de 1963, do que expulsar o sacerdote português Alípio de Freitas, declarado há vários meses culpado de provocar agitações subversivas, ou por fim às emissões radiofônicas subversivas da rádio Mayrinck Veiga.

Quanto ao C.G.T., o Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, esquiva-se de tomar medidas quanto ao seu fechamento dizendo que, "como não tem existência legal, não pode ser objeto de uma medida judicial." A explicação parece, evidentemente, irrefutável, apesar de que essa "inexistência" legal não impeça, de maneira nenhuma, que os dirigentes sejam recebidos pelo Presidente Goulart, que negocia com êles às reivindicações sindicais e que desencadeia à vontade os movimentos grevistas. O próprio Ministério julgou conveniente revogar recentemente os decretos que permitiam o confisco da literatura comunista estrangeira, importada para o Brasil.

O próprio Procurador da República recomenda à Justiça a admissão dos comunistas a cargos eletivos (em

contravenção ao artigo 58 do Código Eleitoral) e é quem fêz com que fôsse ignorado durante quase um ano o processo iniciado contra essas eleições ilegais. E' igualmente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores que permitiu a fuga dos agitadores comunistas que sequestraram, em alto mar, o navio "Anzoátegui", e que haviam sido reclamados pelos Tribunais da Venezuela em virtude do tratado de extradição vigente entre êsse país e o Brasil (junho de 1963).

A Repartição do Comércio Exterior do Banco do Brasil, dirigida por Juvenal Osório Gomes cujas idéias comunistas são notórias, o que acaba de demonstrar ao fazer com que essas idéias sirvam de inspiração para um decreto especialmente favorável às relações com a Cortina de Ferro, ao mesmo tempo em que cria novos obstáculos às inversões de capitais de procedência ocidental. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, êsse trabalho é realizado por Gibilis da Rocha, empenhado atualmente em um trabalho de socialização da indústria siderúrgica do Brasil."

Nos governos estaduais fenômenos idênticos se observavam, particularmente nos dirigidos por governadores esquerdistas como o de Pernambuco. A Revista "ESTE e OESTE", no artigo já aludido, registra o seguinte:

"A presença de Leonel Brizola, cunhado do Presidente Goulart, à testa do govêrno do Rio Grande do Sul (até fins de 1962), foi amplamente utilizada para consolidar os progressos alcançados durante a crise de agôsto de 1961. Brizola fiscalizou, muito por alto aliás, a dissolução dos grupos para-militares preparados pela Frente Popular para exigir a posse de seu parente por afinidade. A devolução das armas que foram fartamente distribuidas durante a crise, apresenta-se como uma farsa muito mal dissimulada. Já demos detalhes recentes sôbre as atividades do Comando Sindical Gaúcho, que goza da total complacência das autoridades de Pôrto Alegre e que promove os entendimentos com as Associações dos

Sem-Terra, que são a réplica sulista das Ligas Camponesas e empregam a mesma tática de invasão.

Todo movimento subversivo do Rio Grande do Sul é facilitado pela proximidade da fronteira com o Uruguai, onde se acha instalado o comando clandestino da revolução. Essa linha fronteiriça divide a pequena cidade de Livramento-Rivera onde o Brasil e o Uruguai só estão separados pela largura da estrada. Vê-se logo que o Q.G. comunista não está instalado na parte brasileira da cidade de Livramento, mas sim, em frente, na aldeia de Rivera, onde se encontra ao abrigo de qualquer intervenção da polícia brasileira. De Rivera partem as ordens, o material de propaganda, as armas e os agentes destinados a operar no Rio de Grande do Sul. O revezamento em Livramento é assegurado pela equipe de Antonio Olmos, Eustáquio Apaitia, Heitor Martia e Eladia Barbosa, encarregados de retransmitir para todo o país a ação elaborada pelo Q.G. de Rivera.

A crise de agôsto de 1961 foi grandemente explorada também no Estado de Goiás (que circunda inteiramente Brasília), graças à presença do Governador Mauro Borges, membro da Frente Parlamentar Nacionalista. Avalia-se em mais de 10.000 o número de voluntários alistados naquela época e que receberam treinamento elementar de guerrilha, completado por ampla distribuição de armas tomadas ao Asenal da Polícia Militar (Polícia do Estado). Os planos táticos da insurreição são do próprio punho do chefe dessa polícia, Coronel Luiz Silveira (ainda no cargo).

Desde aí, a milícia foi desmobilizada mas continua perfeitamente articulada e pronta para servir em qualquer oportunidade.

Sem dúvida, é em Pernambuco, vasto Estado do Nordeste, que os comunistas estão mais adiantados. Isto é devido à extrema miséria criada por um regime agrícola atrazado e agravada pela deficiência do clima e também pelo trabalho de agitação que elegeu Miguel Arraes para o cargo de Governador. Êste, apesar de ter

rompido oficialmente suas relações com o Partido onde estava registrado desde 1946, em tôdas as suas ulteriores atividades políticas, outra coisa não fêz senão confirmar a continuidade de suas convicções comunistas. Quando prefeito de Recife (capital do Estado) Arraes transformou sua administração em um sucursal do P.C.B. Com astúcia e técnica que honram sua inteligência prática, colocou imediatamente nos postos de comando, militares de sua confiança, a saber: Fazenda, Paulo Cavalcanti; Agricultura, Djaci Magalhães; Abastecimento, Dias da Silva. Desde então, o Aeroporto de Guararapes tornou-se a porta de entrada da propaganda comunista no Brasil, graças à diretoria do Departamento de Turismo, a comunista tcheca casada com o agitador Clodomir Moraes. É de lá que voam regularmente para Cuba os "colegiais" da SUDENE convidados para fazer "curso especial" em Havana, pois o convite é de uso corrente naquela região, e mais da metade dos deputados da Assembléia Legislativa de Pernambuco já tiveram ocasião de ser calorosamente recebidos em Havana, Moscou ou Pequim.

Passando da Prefeitura para o Govêrno do Estado, Arraes cercou-se imediatamente de outros elementos do "partido": João Cerra (Fazenda) Germano Coelho (Educação) e Humberto Freire (Polícia do Estado). Seu vice-governador, Pelópidas Silveira, pertence igualmente ao P.C.B. há muitos anos e é atualmente o candidato de Arraes à Prefeitura de Recife. Nestas condições, não se poderá estranhar que os líderes comunistas dos sindicatos rurais sejam subvencionados com verbas constantes do orçamento da Secretaria de Agricultura, e que os proprietários e industriais de Pernambuco sejam submetidos a um sistema de chantagem que "oferece proteção" contra as Ligas Camponesas, em troca de uma contribuição destinada à caixa do Partido.

Os que não aceitam ficam expostos às represálias dos componentes das Ligas. São greves, sabotagens e invasões de terras, que ocorrem com a complacência da Polícia Militar. Em julho do ano passado, em Condado,

o administrador de uma usina de açúcar foi prêso, amarrado e arrastado como refém, pelas ruas da cidade, por vizinhos armados de foices. Foi necessária a intervenção da Fôrça Pública para libertá-lo.

Em conseqüência disso, existe no Estado um clima de terror e violência. Alguns industriais exasperados resolveram armar-se para resistir com as próprias fôrças a esta constante ameaça, o que deu origem a inúmeras perseguições, até mesmo no recinto de seus lares. As reuniões da oposição provocadas por êsse clima, são boicotadas pela Frente Popular, sob proteção oficial. Os acontecimento foram tão longe que os tribunais alertados começaram a enviar tropas federais a certas regiões mais atingidas."

Para exemplificar a ação do PCB na administração de um Estado, vamos reproduzir a intervenção do dirigente da fração do Partido no Govêrno do Estado de Pernambuco, registrada em documento apreendido pela polícia local. Embora o do documento em questão não cite nomes, nem locais, seguindo as normas do trabalha clandestino, o seu texto nos permite apreciar a coordenação dos elementos infiltrados, revelados através das críticas que aquêle dirigente faz ao próprio Comitê Estadual do Partido:

"Camaradas,
como responsável pela fração do Partido no govêrno, comunico ao Secretariado do CE as críticas aprovadas por unanimidade na reunião da fração realizada a 26 de setembro na presença do camarada assistente do CE, tôdas elas referentes à subestimação do trabalho do Partido junto ao Govêrno do Estado por parte da direção estadual do Partido.

1. O Comitê Estadual e seu Secretariado vem subestimando a importância de organizar o trabalho do Partido junto ao Govêrno, inclusive no que diz respeito à organização dos camaradas que trabalham no Govêrno, apesar de terem êles manifestado pràtica-

mente sua disposição de se organizarem como Partido junto à direção estadual, antes mesmo da posse do atual governador.

2. O secretariado do CE não comunicou aos camaradas da fração a decisão do Secretariado do Govêrno estadual, comunicação solicitada pela fração para que os camaradas que trabalham no Govêrno pudessem se orientar no encaminhamento dêste problema.
3. O Secretariado nem sequer respondeu à sugestão feita pela fração no sentido de que um de seus membros fôsse chamado pelo Secretariado para discutir com o Secretariado o problema da reformulação do Govêrno Estadual.
4. O Secretariado não fêz qualquer comunicação sôbre os motivos pelos quais não iria mandar assistentes à reunião da fração que deveria realizar-se no dia 21 de setembro, que deixou de realizar-se pela falta do assistente, bem como de outros membros do CE que também fazem parte da fração.

Chamo a atenção para o fato de que as sugestões a que se referem os pontos 2 e 3 foram feitas e aprovadas por unanimidade na reunião anterior da fração, na presença do camarada assistente do CE que nada opôs às referidas sugestões. Quanto à reunião citada no ponto 4, observo que ela fôra convocada durante a última reunião realizada e dela tinha conhecimento o camarada assistente.

Saudações comunistas."

7. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO MILITAR

A política da ação comunista no meio militar em nosso país tem variado no que respeita a suas formas, táticas, mas vem constantemente procurando adaptar-se às condições ambientes para a consecução de um único objetivo: a destruição das Fôrças Armadas tradicionais e a criação de fôrças populares, submetidas à direção do Partido Comunista.

Poder-se-ia distinguir na análise da evolução dessa tática, os seguintes objetivos pelos quais o Partido tem se orientado:

1º — Até 1935, liquidação do organismo militar por um golpe de fôrça de minoria, na base da suprêsa e da violência. Foi o programa da Aliança Nacional Libertadora.

2º — De 1935 a 1960, infiltração, divisionismo e submissão das fôrças armadas, inclusive por uma ação violenta. E' a política expressa no Manifesto de Agôsto (de 1950).

3º — De 1960 a 1964, penetração progressiva e constante, principalmente nos meios subalternos, para dividir e corroer o organismo militar até que êste se mostre incapacidade de reagir e permita a ascensão dos pos tos chaves de uma fração controlada pelo Partido Comunista e que se realiza a depuração e reorganização em bases populares.

4º — A partir de 1964, ainda não definido; tendência ao retôrno da ação violenta.

O Partido sempre considerou as Fôrças Armadas como o maior obstáculo para a conquista do poder nacional. Em seu ponto de vista, são elas um organismo retrógrado, reacionário e fascista que difìcilmente poderá servir de base à consttiuição das fôrças militares democrático-populares. Impõe-se, por conseguinte, a sua destruição e substituição por uma nova organização, para a qual poderia aproveitar principalmente os quadros subalternos promovidos aos mais altos postos. Uma das atividades primordiais seria então a preparação intelectual e ideológica dêsses quadros inferiores para as suas novas missões. Nos últimos anos de seu funcionamento o ISEB, por exemplo, tentou promover cursos políticos de nível superior para sargentos e suboficiais das Fôrças Armadas.

Após a intentona de 1935, a ação comunista no meio militar sofreu séria contenção em virtude das pungentes repercussões dos crimes brutais e ignominiosos perpetrados pelos insurretos contra os seus companheiros, fuzilados muitos, à traição, em pleno sono. Êsses atos criaram um verdadeiro complexo anticomunista, na mentalidade militar, particularmente no meio da oficialidade.

Derivou-se dêsse fato a convicção de que difìcilmente o Partido comunista poderia contar com possibilidade de uma infiltração apreciável, enquanto não se desfizesse aquela dolorosa impressão.

No manifesto de Agôsto de 1950, Prestes lançou uma enérgica mensagem concitando à luta armada. Disse êle nesse documento:

> "Soldados e Marinheiros ! Os operários e camponeses são vossos irmãos — não vos presteis a instrumento de um govêrno de traição nacional que manda atirar no povo para poder mais fàcilmente entregar o Brasil aos imperialistas. Lutai dentro do quartel e do navio contra as brutalidades e as perseguições, contra uma disciplina fascista, pelo direito de reunião e de discussão do vossos problemas, pelo direito de melhor alimentação, por um sôldo que vos permita uma vida digna. Lutai pelo govêrno democrático popular que vos assegurará o direito à instrução e ao livre acesso ao oficialato do

Exército Popular de Libertação Nacional. Lutai contra a guerra imperialista e não participeis como instrumento dos generais fascistas na perseguição e na ação terrorista contra os filhos do povo que estão lutando pela independência do Brasil."

O Exército Popular de Libertação Nacional seria, segundo a proclamação de Prestes, uma nova fôrça constituída em substituição ao Exército dissolvido pela Revolução. Declara o Manifesto:

"POR UM EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — Expulsão das fôrças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo bem como a admissão e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática revolucionária. Livre acesso das praças-de-pré ao oficialato por suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das fôrças armadas, na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e seus agentes no país."

Êsse o programa para a formação do exército popular comunista.

O programa do Partido Comunista de 1954 persistia nesse plano que não obteve o menor apoio nas Fôrças Armadas, embora acenasse com o acesso ao oficialato para as praças e graduados. Dizia o referido Programa:

"14 — Democratização das fôrças armadas e criação do exército, da marinha e da aviação nacional — papulares, estreitamente ligados ao povo, que defendam a paz, a independência nacional e as conquistas democráticas. Os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais gozarão de plenos direitos civis, de liberdade de atuação política e terão asseguradas condições de vida normais e humanas, livre acesso das praças-de-pré ao oficialato."

As Teses para Discussão do V Congresso, editadas em abril de 1960, derubaram a idéia de formação do Exército Popular, considerada como incoerente com a nova política do Partido. Assim declaram as Teses:

"A tática traçada no manifesto, de sentido aventureiro e "putsdrista", desprezava o trabalho nas organizações de massas e as formas legais de luta, apelando para a formação de uma "Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional", com a finalidade de lutar pela realização imediata do programa revolucionário radical.

As palavras de ordem ultra-esquerdistas do manifesto de agôsto não guardavam qualquer correspondência com a realidade política do país, constituiam uma expressão do pensamento subjetivista e do radicalismo pequeno-burguês que dominava a direção do Partido e, conseqüentemente, não podiam ser levadas à prática. Com êsse documento, atingiu o auge a política sectária e o afastamento dos comunistas em relação às massas."

O objetivo de legalização que os comunistas possuiam na ocasião fê-los retrair-se inteiramente, retornando à política de infiltração progressiva.

Apesar de conseguir algumas conquistas individuais no seio da oficialidade, pela adesão de certos elementos, o Partido procurou sempre infiltrar-se de modo particular entre as praças, em cujo meio as condições de número e a maior facilidade de contato asseguravam maiores vantagens.

O setor militar do Partido Comunista foi sempre sujeito a normas rigorosas de clandestinidade. Raros são os documentos em que se encontram referências à infiltração nas Fôrças Armadas.

Todavia, a partir de 1955, essa infiltração começou a intensificar-se, principalmente em virtude do apoio dado pelo Partido Comunista ao movimento de 11 de novembro de 1955. Na gestão do General Teixeira Lott, alguns oficiais superiores suspeitos de ligação com comunistas ou comunistas declarados

conseguiram assumir postos-de-comando de alta importância, apesar de todos os protestos.

Quando João Goulart assumiu a presidência da República as manifestações de infiltração e agitação comunistas, principalmente entre as praças, assumiram crescente incremento.

O intuito divisionista e a tática de infiltração dos escalões inferiores passou a inspirar tôda a ação do Partido Comunista nas Fôrças Armadas. Nos escalões superiores essa tática se traduzia na obtenção de um clima de passivo consentimento das contínuas conquistas da subversão comunista. Alguns generais e oficiais superiores progressistas, que se diziam incrédulos em relação ao apregoado perigo comunista foram conduzidos aos mais elevados postos de comando e órgãos de segurança nacional. A instrução contra a Guerra Revolucionária e os processos comunistas foi proibida ou restringida. Oficiais que persistiram em atividades de preparo militar e doutrinários contra a ação comunista foram punidos e removidos.

A revista francesa ESTE e OESTE apresentou um resumo sugestivo dessa situação que iria culminar com os acontecimentos subversivos de Brasília e do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio. E' a seguinte a transcrição do artigo constante do nº 39 de 15 Fev. 64 do citado periódico:

AS FÔRÇAS ARMADAS COMPLACENTES

A infiltração nos meios que deveriam ser os órgãos principais da resistência ao comunismo, manifesta-se de modo visível nas fôrças armadas, onde em muitos casos, o espírito de resistência ao comunismo é anulado e substituído por uma atitude de complacência e, algumas vêzes, ainda mais entreguista. Parece que a ação comunista começou há muito tempo nas polícias militares (Polícias dos Estados), onde o espírito de solidariedade é mais débil e a disciplina menos rigorosa. O pretexto ideal era o aumento do custo de vida, com os reajustamentos de salários que, lògicamente, deve provocar. Dos salários passou-se, pouco a pouco, às questões de disciplina interna, à discussão de ordens e ao ostracismo lançado contra certos chefes, considerados demasiado duros. Assim, por-

tanto, a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro declarou-se em greve, em julho último, a fim de exigir a substituição de seu comandante. Porém, desde o mês anterior, "Última Hora" afirmava que numerosos oficiais e sargentos da polícia militar da Guanabara estavam resolvidos a não atirar "sôbre o povo", no caso de uma agitação revolucionária que se estendesse a tôdas as ruas.

No exército regular a infiltração também vem de longe. Pode-se observar desde 26 de agôsto de 1961, quando os sargentos da Aeronáutica sabotaram os aviões de combate destinados a apoiar as ordens do Ministro, e quando os fuzileiros navais imobilizaram os veículos que deveriam levá-los até os rebeldes. Já falamos extensamente sôbre êsses acontecimentos, em ESTE e OESTE. É de se supor que nos anos decorridos desde então, sob o comando do Sr. Goulart, a situação não tenha melhorado.

Quanto à Marinha, o primeiro gesto do Presidente foi nomear como ministro o almirante Araújo Suzano, bem conhecido por haver dirigido a mira de suas peças de artilharia costeira contra seus companheiros do cruzador "Tamandaré", durante o "putsch" de novembro de 1955. Por outro lado, colocou à testa dos fuzileiros navais do Rio de Janeiro, o Almirante Cândido Aragão, comunista notório e fanático de Brizola, a quem proporciona uma guarda pessoal durante cada uma de suas visitas ao Rio de Janeiro. É fora de dúvida que, nessas condições, a propaganda comunista não tenha encontrado muitos obstáculos à sua ação de penetração entre os suboficiais da Marinha de Guerra. Como prova disto, seu Clube é conhecido como foco de propaganda marxista-leninista. Durante o mês de agôsto não se falava do cruzador "Barroso" a não ser sob a denominação de "Couraçado Potemkin", dada a sucessão de atos de rebeldia registrados a respeito dêsse navio. Entretanto, mais recentemente, os serviços secretos da Marinha evitaram, no último momento, um ato de sabotagem muito

grave: tratava-se de aplicar um verniz incolor sôbre as peças essenciais da instalação elétrica dos cruzadores, a fim de inutilizá-los.

A situação também é séria na Aeronáutica. A infiltração nesse corpo é dirigida e protegida pelo brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da zona aérea do Rio de Janeiro, auxiliado pelo brigadeiro Ricardo Nicoll, assim como pelos coronéis Lino Teixeira, José Guilherme, Paulo Malta e Caggiano Hall. Favorecidos pela complacência do Ministro Anísio Botelho, os comunistas e comunizantes chegaram a impor a lei da fôrça militar a êsse departamento vital, como se pode verificar durante as eleições do Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

"O candidato dos comunistas à presidência do Clube era o brigadeiro Souza Prata, instrumento dócil dos irmãos Teixeira. A fim de assegurar sua vitória, francamente incerta, foram desviados de seu serviço regular os aparelhos quadrimotores C-54, para que fôssem buscar os oficiais "simpatizantes" nas regiões mais distantes enquanto eram negados todos os meios de transporte aos elementos suspeitos de apoiar a chapa democrática. Esta última foi, conseqüentemente, vencida por uma margem de 66 votos, enquanto os quadrimotores haviam levado "in extremis", mais de 300 "progressistas". Algumas semanas mais tarde, o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Correia de Melo, foi punido pelo Ministro, por haver difundido um opúsculo anticomunista intitulado " Como Atuam". A circulação dêsse texto foi imediatamente proibida.

"Vejamos, que dizia êsse opúsculo? Baseando-se em documentos em poder do Estado-Maior, analizava detalhadamente os métodos de "lavagem de cérebro" utilizados pela infiltração para fanatizar os simpatizantes e abalar a convicção dos democratas. Relata minuciosamente os temas dessa propaganda, define seus objetivos, revela seus meios de ação e denuncia suas manobras. Demonstra como a infiltração abusa de boa-fé dos nacionalistas sinceros para transformá-los pouco a pouco de

progressistas decididos, a simpatizantes cada vez mais incondicionais da ação comunista. Analisa a técnica de infiltração, suas etapas e seus métodos acaba insistindo sôbre o fundo subversivo do mito da legalidade, que passou a ser cavalo de batalha dos comunistas desde as jornadas de agôsto-setembro de 1961.

Quanto ao Exército de terra, também tem seu núcleo de militantes de extrema esquerda. Êste funciona, sobretudo, entre os sargentos e nos Corpos de tropa do Rio Grande do Sul (3º Exército), onde, há bastante tempo, é favorecido pelo general Osvino Ferreira Alves. Nomeado para chefiar o 1º exército (Rio de Janeiro), Osvino transportou para lá suas tendências e sua técnica. Os métodos são simples: trata-se de cercar-se de nacionalistas progressistas, tais como os coronéis Chrysanto de Figueiredo e Napoleão Nobre; ignorar a existência da propaganda comunista, apoiar os sargentos em tôdas suas reivindicações e manter um contato permanente com os elementos sindicalistas mais avançados (CGT, PUA, CPOS) até mesmo em épocas de greves gerais e de desordens populares.

Esta técnica não deixava, algumas vêzes, de ser um tanto imprudente, por exemplo, quando o general Osvino ordenava que fôssem colocados em liberdade, dentro de vinte e quatro horas, os agitadores comunistas das Ligas Camponesas (março de 1963) ou quando suspendia dos exercícios táticos, todos os contingentes encarregados de enfrentar uma eventual guerra de guerrilhas. E' o que explica o recente relatório (agôsto de 1963) do General Amaury Kruel ao Congresso, afirmando que até mesmo no seio do Exército, os oficiais pró-comunistas atuam em importantes postos de comando.

O resultado de todo êsse trabalho já se fêz sentir no mês de setembro último, quando os suboficiais de Brasília tentaram levar a cabo um levante claramente revolucionário. Desde o mês de maio de 1962, os sargentos participavam, no Rio Grande do Sul, de reuniões clandestinas em que os civis eram instruidos quanto à

tática da insurreição. No mês de dezembro do mesmo ano, foram surpreendidos outros civís incitando os sargentos à rebelião, no caso da Justiça se atrever a considerar — segundo os têrmos da Constituição — nulos os mandatos parlamentares dos suboficiais. No entanto vejamos, êsse pretexto é precisamente o que serviu para justificar a insurreição de Brasília no dia 12 de setembro.

Na véspera, o Supremo Tribunal confirmou mais uma vez o texto da Constituição, negando-se a reconhecer como válida a eleição de um sargento à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Às 3 horas da madrugada do dia 12, cêrca de 300 homens da Aeronáutica comandados por sargentos, apoderaram-se da base aérea de Brasília enquanto 200 fuzileiros navais ocupavam a base da Marinha. Outro grupo ocupava imediatamente o Departamento de Correios e Telégrafos, cortando as comunicações telefônicas e telegráficas e concitando às armas os sargentos de todo o país, através de emissoras ocupadas de surprêsa. Um último grupo cercava, durante êsse tempo, o batalhão de guardas da Presidência.

Porém, apesar de tudo isto, o alerta foi dado imediatamente e as tropas de terra fiéis, do, Exército imediatamente mobilizadas, não tardaram a forçar a rendição dos rebeldes. A operação realizou-se com um mínimo de mortos (um morto e dois feridos) graças à pronta ação do Ministro da Guerra e a lealdade dos soldados e dos chefes. Às 11 horas da manhã foi restabelecida a ordem.

Desde o primeiro dia da insurreição ficou claro que o assunto ia muito além de uma manifestação de mau-humor contra o Supremo Tribunal. Visìvelmente, fôra desencadeada prematuramente, mas os planos eram minuciosos. Previam a prisão imediata de todos os elementos anticomunistas civís e militares, a tomada das baterias anti-aéreas, a obstrução das pistas de aterrissagem, a interceptação das estradas de acesso a Brasília e uma ação simultânea das Ligas Camponesas de Goiás, mais próximas da capital federal. Em diversas outras guarnições deviam ser iniciadas, concomitantemente, ou-

tras rebeliões, enquanto as rádio-emissoras anunciavam a vitória da insurreição e a instauração de uma República Popular Democrática. De fato, sòmente a guarnição aeronáutica de Natal tentou imitar a de Brasília.

Presume-se que se tenha verificado algum fato que desencadeou a revolta antes que se pudessse articular suficientemente a fim de lançar-se nessa emprêsa com a maior parte das fôrças já "trabalhadas". Parece que, entre as duas tendências que haviam dividido o Estado-Maior dos rebeldes, alguns integrantes estimavam que o assunto não estava ainda maduro e, os mais impacientes, desejavam atuar imediatamente e foi o que fizeram para demonstrar que era possível. Sem dúvida, também foram seduzidos pelo fato de não haver em Brasília naquele dia, 12 de setembro, um único membro do Govêrno, mas apenas, alguns parlamentares.

Não foi necessário muito tempo para que se descobrisse que o "putsch" estava em discussão havia várias semanas, em Brasília e no Rio de Janeiro; no Estado-Maior dos insurretos o sargento-deputado Garcia e o chefe oculto da Frente Popular, deputado Neiva Moreira, discutiam todos os pormenores. Por outro lado, êste deixou cair a máscara proclamando imediatamente a solidariedade da Frente Parlamentar Nacionalista com os rebeldes. Todos os deputados que se associaram a êsse gesto pertencem à maioria do Sr. Goulart e também a suas relações. Isto não significa de maneira nenhuma que o Presidente tenha sido cúmplice da aventura. Tudo que se pode dizer é que a conduta política do PTB, a ação da Frente Popular e a complacência dos generais do tipo Osvino Ferreira Alves, propiciaram o clima, pacientemente.

Os responsáveis trataram também, depois do fracasso, de realizar uma manobra a fim de encerrar o assunto. Enquanto o líder do PTB, Bocayuva Cunha, atribuia a origem da rebelião à incompreensão do Supremo Tribunal, o chefe do Gabinete Civil da Presidência apressava-se a reafirmar o apoio do Sr. Goulart

à reivindicação de elegibilidade dos sargentos, negada pelo Tribunal. Quanto à Frente Popular Nacionalista, antes que terminasse a investigação — e, conseqüentemente, que os culpados fôssem punidos — já apresentava uma proposta de Lei concedendo anistia total a todos os insurretos. Êsse tipo de "anistia anterior à condenação", constitui uma inovação jurídica sem precedentes.

O resultado do "putsch" frustrado não se limita ao estabelecimento de provas da infiltração comunista nas Fôrças Armadas. As circunstâncias de sua execução, e sobretudo, as de seu fracasso, demonstram igualmente que a partida não está perdida e que a grande maioria dos militares continua submetida à discplina fiel às instituições. O Exército de terra, principalmente, reagiu com uma espontaneidade e um vigor, que não deixam dúvidas quanto à sua lealdade. Outra conseqüência é o súbito despertar da consciência e da vigilância democráticas, adormecidas há muito tempo graças aos artifícios da infiltração e brutalmente sacudidas pela súbita revelação do perigo. Pode-se dizer que, desde a madrugada do dia 13 de setembro, tôdas as fôrças vitais do país tomaram conhecimento de sua responsabilidade cívica.

O problema consiste em saber se êsse impulso da consciência nacional não corre o perigo de apagar-se muito depressa, com a recordação do 12 de setembro, e se um costume muito difundido de abandono otimista e de preguiçosa indiferença, não acabará por triunfar sôbre a lucidez do momento. E' necessário considerar, desde já, o maquiavelismo cruel e implacável dos chefes comunistas a fim de favorecer essa nova operação de adormecimento da consciência e da responsabilidade nacional dos vigorosos patriotas brasileiros.

Não obstante, o brado de alerta foi suficientemente forte e sério para que se possa medir a gravidade da situação. O Brasil é hoje um dos países onde a infiltração e o domínio comunistas alcançaram um ponto tão alto e importante, que as próprias fôrças vivas da nação perderam quase seu espírito de resistência. Não é por-

tanto exagerado, afirmar que se a deterioração do clima político prosseguir naquele país, o Brasil estará preparado para as piores aventuras, e ulterior destruição no caos e na dissolução nacional de tôda a América Latina."

A revolta dos sargentos de Brasília, citada no artigo precedente foi a primeira manifestação violenta da infiltração comunista no seio das Fôrças Armadas. Embora o PCB, como organização, não apoiasse a ação violenta dos sargentos que considerava contraproducente nas condições de sua realização, tôda a imprensa comunista manifestou sua solidariedade à revolta de Brasília. O jornal "Novos Rumos", em edição extra de 13 de setembro de 1963, noticiou os fatos e, em editorial, exprimiu o seu apoio ao ato subversivo. Declarou o artigo de fundo:

"A decisão do Supremo Tribunal Federal, contra a elegibilidade dos sargentos, viola os direitos democráticos de nosso povo. No caso concreto, foi rasgado um mandato popular. Dezenas de milhares eleitores escolheram, livremente, conscienciosamente, o Sargento Aimoré seu representante na Assembléia Legislativa gaúcha. Desta escolha nasceu um mandato limpo, verdadeiramente representativo, o oposto do que ocorreu com os deputados e senadores ibadianos, filhos da fraude e da corrupção. Pois foi êsse mandato popular que a decisão do Supremo Tribunal Federal rasgou, esbulhando dezenas de milhares de eleitores e abrindo inaceitável precedente a novos e maiores esbulhos da mesma natureza.

Está em jôgo, pois, um princípio democrático fundamental, o respeito à vontade popular. Foi a violação dêsse princípio que desencadeou o movimento de protesto, em Brasília, dos graduados da Marinha e da Aeronáutica. Êles merecem, por isso, a mais ampla solidariedade de todos os patriotas e democratas. E agora, mais ainda do que antes, deve ser intensificada a luta contra as odiosas discriminações de que são vítimas os sargentos das Fôrças Armadas, em defesa dos mandatos e da posse dos deputados eleitos.

As condições de vida de nosso povo se tornam cada dia mais penosas. O Govêrno, insistindo em levar à prática sua política de conciliação com as fôrças reacionárias, não dá solução aos problemas nacionais. A perspectiva imediata é de que essa situação vai se agravar. Já se anuncia o sinistro recorde de um aumento de 100% no custo de vida até o fim do ano. Como não podia deixar de ser, os trabalhadores lutam contra semelhante estado de coisas, não concordam em carregar sôbre os ombros as conseqüências da inflação, exigem que seus salários sejam reajustados. O movimento de massas continua a avançar. Cresce a exigência de reformas de base.

Torna-se evidente, por outro lado, a tentativa reacionária de conter o avanço do movimento de massas. Já se procura ressuscitar o cadáver do decreto 9.070, para impedir que os trabalhores exerçam, em tôda a sua plenitude, o direito de greve que a Constituição lhes assegura. Sucedem-se os ataques às liberdades sindicais. O atentado aos direitos dos sargentos não constitui, assim, um fato isolado. E todos êsses fatos colocam com vigor, na ordem-do-dia, a defesa das liberdades democráticas, estreitamente ligada às lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de todo o povo.

Existem tôdas as condições para que as manobras da reação sejam desfeitas e quebrada sua resistência. Tudo depende, fundamentalmente, da ação organizada das massas, de que as fôrças democráticas e patrióticas caminhem unidas e coordenadas e de que intensifiquem sua atividade, concentrando seus esforços no combate à carestia da vida, na luta por aumento de salários, na defesa do direito de greve, na defesa dos mandatos e da posse dos deputados eleitos, na exigência de que não sejam adiadas as reformas de base, particularmente a reforma agrária, e de que sejam plenamente asseguradas as liberdades democráticas. A unidade e ação das massas trabalhadoras e populares é o caminho seguro para a conquista de novas vitórias, para a consolidação e ampliação da democracia."

A UNE e o CGT hipotecaram, também, solidariedade integral à frustrada rebelião.

A situação de progressiva corrosão do organismo militar iria finalmente culminar com a revolta dos marinheiros e a cerimônia do Automóvel Clube, em março de 1964. A disciplina militar, o prestígio das Fôrças Armadas e as mais elevadas tradições militares seriam fundamente atingidas em episódios deprimentes.

8. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO RELIGIOSO

A penetração comunista no meio religioso é um fenômeno complexo não apenas por suas conotações internacionais, como pelo fato de atingir profundamente as bases dos descontentamentos e das inquietações sociais que agitam os povos. É extremamente difícil destinguir os limites onde a sinceridade ou a hipocrisia se encontram na defesa ou na exploração de justas causas da miséria e da injustiça humana. A verdade é que se observam constantemente atividades subversivas de religiosos que procuram exacerbar as populações, lançando-as contra as classes socialmente melhor situadas e contra as bases da ordem vigente.

O movimento católico-comunista vem se manifestando de modo crescente, em particular na América Latina, continente no qual se observam condições bastante favoráveis à disseminação de motivos, de insatisfação e revolta.

O Padre Aloísio Guerra em seu livro: "O Catolicismo ainda é Cristão?", editado por uma livraria comunista (Editôra Fulgor), em uma coleção de livros comunistas (Universidade do Povo), dirigida e orientada por uma comissão de comunistas (Gondim da Fonsêca, José Rêgo e João Cunha Andrade), escreve uma série de crônicas sôbre os motivos revolucionários, apoiados nas falhas ou deturpações da estrutura social e da organização da Igreja, que têm sido as bases da pregação religiosa nesse estilo. Declara, por exemplo, defendendo Karl Marx a quem considera como não sendo anticristão ou materialista, no sentido absoluto:

> "Não foi apenas levado pela má vontade ou má fé que Karl Marx afirmou que "a Religião é o ópio do

povo". Dizer Marx um anticristão ou um materialista em sentido absoluto, é ignorá-lo (teològicamente ao menos). E' desconhecer sua generosidade, sua obra. O certo é que estava longe de ser um teólogo. Era um grande professor, um estudioso e, mais que isso, um angustiado ante a situação desumana dos trabalhadores. Deveria julgar a Religião pelo que ouvia e via. E as pregações que ainda hoje ouvimos é teologia evangélica? O exemplo que verificamos e damos é testemunho de vida cristã? Nossos irmãos são massacrados num trabalho escravo diante da cumplicidade de nosso silêncio. O Evangelho não é pregado em tôda a sua dimensão e fôrça, sobretudo nas verdadeiras dimensões da Justiça e da Caridade."

E para absolver Karl Marx ataca a prática atual da Justiça, da Caridade e da Moral:

> "A Justiça deixou de ser exigida com o devido vigor. A Caridade passou a ser uma forma de agradar aos ricos, aos quais se mendiga migalhas para tranquilizá-los ao invés de se dizer que sua riqueza tem como finalidade precípua o bem comum, e não o luxo e a espoliação do semelhante.
>
> Para compensar, nos fixamos numa Moral que vê pecado em tudo. A virtude da pureza e o pudor passaram a ter uma importância além da que lhes confere o Evangelho. Aqui, o 2º mandamento é semelhante ao 1º. A importância do 6º mandamento nos veio do evangelho freudiano."

Justifica dessa maneira o Padre Guerra a definição marxista sôbre a Religião que considera um entorpecente social. Diz êle:

> "Essa Religião assim constituída, com bases na hipocrisia, na descaridade, num falso amor, num zêlo detestável num autêntico desprêzo dos pobres e numa verdadeira aliança (para o progresso?) com os ricos, é ou não um ópio do povo?

O Padre Guerra é um dos numerosos sacerdotes que hoje participam por todo o Brasil, e, em geral, por tôda a América Latina, excitando as massas, segundo uma técnica perfeitamente leninista. Vejamos, por exemplo como aquêle sacerdote investe contra a Constituição e o Congresso:

> Em 1946, muito se discutiu se o nome de Deus seria ou não invocado, na Constituição Brasileira. O nome de Deus entrou. Deus mesmo creio que não. E entrou como uma blasfêmia. Reza o início que os Representantes do Povo (das Elites, é a tradução) estão ali reunidos sob a proteção de Deus. Então, é Deus que está protegendo aquilo? Seria a mesma coisa dizer que Deus é das Elites, contra os interêsses do povo.
>
> Os problemas nacionais são graves, certamente, mas não insolúveis, da mesma forma como não existe ignorância científica. E os problemas estão aí, diante de todos, como um desafio permanente ao capitalismo liberal que já deu provas demasiadamente eloqüentes de sua incapacidade em resolvê-los.
>
> Como um desafio também ao Cristianismo (já nem falo da chamada "democracia ou civilização cristã", maneira bonita de esconder o capitalismo espoliador), mas ao Cristianismo mesmo, que medrosamente deixa de se decidir pelos trabalhadores, como se o Dr. Patrão fôsse um Cristo.
>
> E continuo a perguntar. A serviço de quem estão os que se calam quando deveriam gritar? Os que se vendem quando deveriam lutar ? Os que freqüentam os ricos e vivem longe dos trabalhadores, vendo o comunismo em tudo? Os que se destinam ao mercantilismo do ensino particular, cuidando dos "filhinhos de papai", numa Nação analfabeta? A serviço de quem estão os que não querem a reforma da Constituição (tão divorciada da realidade brasileira) ? Os que defendem (da conhecida maneira) o respeito à propriedade privada?"

Sua linguagem é claramente comunista. As suas investidas contra o direito de propriedade constituem uma tese marxista:

"A propriedade é um direito. Pode ser também um crime. O que vemos? Gordos proprietários, senhores de gordas possessões, agarrando-se com unhas e dentes aos seus imóveis e, em nome do direito de propriedade, investindo contra outros direitos mais importantes. A propriedade muitas vêzes está ferindo o bem comum. E, meus amigos, em nome de que Deus, vamos defender latifúndios imensos, terras sem limites, fazendas sem têrmino, imóveis sôbre imóveis, riquezas sôbre riquezas, alargando-se, multiplicando-se, acumulando-se, em contraste brutal e gritante com a pobreza crescente, com a penúria da Comunidade?! E' esta a Ordem que devemos manter?! O que temos é uma desordem social! Falar contra êste deplorável estado de coisas é subverter a Ordem? Subverteu a Ordem quem criou êste estado de injustiça que massacra. E' Ordem que deve ser mantida esta de grandes latifúndios concentrados em mãos de poucos, de propriedades imensas para um dono só, de imóveis sem conta acumulados pela ambição, de emprêsas inumeráveis regidas pela ganância, patrocinando escravidões, degradando homens, amarrando liberdades, criando pobrezas, dividindo a humanidade em minoria gozadora e libertina e uma massa escrava, faminta, revoltada?! Isto não é Ordem, é desordem; não é um direito, é um crime! E' um abuso, uma exorbitância, um desrespeito à vida.

Êste é o motivo por que, amigos, clamamos por uma nova ordem social, em que a justiça condicione mais o direito de possuir ao direito de viver, condicione o direito do indivíduo ao direito da comunidade."

A teoria do Padre Guerra é a de que a humanidade penetra agora em uma nova era social, para a qual a igreja tradicional não se encontra preparada.

O padre Aloysio Guerra é também autor de outro livro, publicado na coleção comunista "Cadernos do Povo", e denominado: A igreja católica está com o povo?

Nesse trabalho, o religioso ataca violentamente o sistema capitalista, a ordem vigente, o conceito atual de liberdade e o direito de propriedade. "A falsa teoria do direito absoluto de propriedade é um crime perpétuo contra a natureza", declara.

E mais adiante: "Êste é o motivo porque, amigos, clamamos por uma nova ordem social, em que a justiça condisse mais o direito de possuir do direito de viver, condicione a propriedade particular ao bem comum, condicione o direito do indivíduo ao direito de comunidade.

No Brasil as novas tendências religiosas engendraram várias organizações como a J.O.C. (Juventude Operária Católica) e a J.U.C. (Juventude Universitária Católica) nas quais se firmaram as bases do movimento socialista cristão, aliado ao Partido Comunista, denominado Ação Popular.

Em seu artigo "As novas correntes no catolicismo e a política dos comunistas chilenos", Orlando Millas, na Revista Internacional (nº 3 — Mar — 64), analisa a nova orientação sociológica dos jesuitas no Chile e apesar das tendências "progressistas" por êles manifestadas em vários textos, considera como apoiadas na intenção de frustrar, através de um reformismo burguês, os objetivos radicais do Partido Comunista. Millas refere-se as atividades extremistas de religiosos brasileiros considerando-os, sob o ponto de vista comunista, como mais autênticos que os jesuítas chilenos: "Foram mais longe do que êles e têm sido mais sensatos aqueles sacerdotes peruanos ou brasileiros que já se incorporaram aos movimentos de libertação afrontando tôdas as conseqüências".

O articulista Orlando Millas, membro da Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, considera que o aparecimento das novas correntes do catolicismo latino americano obedece a várias causas entre as quais se destacam as seguintes:

— manobra política da Igreja para marginalizar a ação comunista;

— adequação das teorias religiosas às condições criadas por decênios de atividades dos comunistas junto às massas;
— resultado da pressão exercida pelos próprios católicos que participam dos movimentos de libertação nacional e social.

Segundo essa sistematização o movimento socialista católico é uma resultante da convergência de vários interêsses que se associam ou se opõem, mas que, no final de conta, se exteriorizam através de manifestações desagregadoras e perniciosas.

Uma das fontes do apoio internacional dêsse movimento é explicado em um livro do Bispo Alejo Polypenko, argentino naturalizado. Essa obra denominada "Infiltração Comunista nas Igrejas Cristãs da América", mostra as ligações entre várias seitas religiosas e elementos do govêrno russo. Selecionamos o seguinte trecho:

> "O govêrno soviético, como também o patriarca de Moscou, consideram a Igreja Romano-Católica como o seu inimigo mais importante. Tanto os diplomatas comunistas de Moscou, como também os dirigentes da Igreja Russa, não são de nenhum modo ingênuos. Sabem perfeitamente bem a influência com que todo o mundo conta a Igreja Católica. Têm plena consciência de que o Vaticano foi, é e será inimigo implacável do comunismo, um inimigo incorruptível com o qual não se pode chegar a nenhum acôrdo. Depois da Segunda Guerra Mundial houve muitas tentativas, por parte do Kremlin, para buscar um entendimento com o Vaticano e eventualmente chegar a um acôrdo. Com tal propósito foram mobilizados alguns sacerdotes católicos na POLÔNIA e em outros países satélites. Mas tôdas essas tentativas soviéticas resultaram em completo insucesso. Decepcionando, o Kremlin empregou a tática de violentas repressões, perseguindo em vários países-satélites aos dignatários da Igreja Católica. Dessa maneira, sem qualquer motivo justo, foram detidos o Arcebispo primado da Hungria,

Midshenty e o Arcebispo Stepinak da Iugoslávia. Essa coação não obrigou, entretanto, ao Vaticano a reconciliar-se com os ateus do Kremlin."

Depois de historiar outras perseguições e barbaridades soviéticas contra os representantes da Igreja Católica, como o assassinato dos bispos ucranianos, o bispo Polypenko encara o caso da América Latina:

> "Em sua luta com o Vaticano, Moscou prestou especial atenção a América Latina, cuja população está bastante diluída com a imigração de distintos países e conta com material muito convincente para os comunistas. Moscou sabe que na América Latina, a Igreja Católica é muito forte e conta com influências muito poderosas. Por isso, imediatamente depois do término do último conflito, o Kremlin mandou para a América do Sul os seus melhores agentes com a missão de singular importância.
>
> A importante missão de destruir a Igreja Católica na América Latina foi atribuída pelo govêrno soviético a duas pessoas: o Patriarca de Moscou e o general do Exército Vermelho Alexandre Hunderoff. Êsses dois dignatários soviéticos, assessorados por especialistas eclesiásticos e civís, elaboraram um plano, pôsto em execução imediatamente. O Patriarca de Moscou mobilizou desde logo a todo o seu clero na América ordenando-lhe que, juntamente com as organizações sob as ordens do general Hunderoff, começassem sem intensa propaganda comunista a favor da União Soviética, e tratassem de prejudicar, de todos os modos possíveis, a Igreja Católica.
>
> Os representantes do Patriarca de Moscou puzeram-se também em ligação com vários grupos da igreja protestante, induzindo muitos dêles a cooperar com o movimento comunista em tôdas as partes do mundo. Conseguiu fazer amigos e colaboradores em quase todos os ramos do protestantismo. Sòmente a Igreja Luterana escapou de fazer qualquer espécie de entendimento com o Pa-

triarca de Moscou. Veremos posteriormente como colaboraram essas seitas com Moscou e que classe de auxílios prestam.

De sua parte, o General Hunderoff deu ordem para a formação de organizações especiais chamadas "Uniões Eslavas". Foi precisamente nessas organizações que se concentrou tôda a atividade dos agentes soviéticos na América. As duas instituições soviéticas: a Igreja Patriarcal de Moscou e a União Eslava, trabalham em conjunto. Ambas desenvolvem intensa ação anticatólica na América, mobilizando cada vez mais, novos grupos de agentes civís e do clero.

....

Tôda essa classe de oradores evangélicos interessou ao govêrno soviético especialmente depois de 1947, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS. Schostakovsky e o Bispo Tekucheff receberam instruções secretas no sentido de relacionar-se estreitamente com o movimento espírita no Brasil. O govêrno soviético destinou consideráveis quantias para apoiar o desenvolvimento do movimento espírita com o evidente propósito de arruinar o poder e as influências da Igreja Católica no Brasil.

Assim, como o Padre Aloísio Guerra, inúmeros religiosos exteriorizam claras e constantes manifestações de idéias radicais e socialistas, realizam campanhas e adotam iniciativas dessa natureza."

O Bispo Alejo Polypenko história em seguida as ligações entre os agentes soviéticos e o movimento espírita brasileiro, apresentando inclusive a reprodução fotográfica de um documento, enviado pelo Bispo Teodoro da Igreja Ortodoxa Russa do Patriarcado de Moscou, remetendo da Argentina ao seu agente no Brasil seis mil dólares para "reforçar o movimento espírita" e apoiar o bispo Carlos Duarte Costa da Igreja Católica Apostólica Brasileira.

O Bispo Polypenko fêz também detalhado relato sôbre o interêsse despertado nos soviéticos pela ICAB, Igreja Católica

Apostólica Brasileira, dissidente da Igreja Romana e constituindo, por conseguinte, um movimento capaz de minar o seu prestígio e organização.

O movimento esquerdista da Igreja tem apresentado uma série de manifestações e se vem ampliando continuamente. Durante o govêrno de João Goulart a ação católica-comunista teve notável incremento. O artigo "Infiltração Comunista no Brasil", publicado na revista "Este Oeste" (n°s 37, 38 e 39, de 15 jan, 1 fev e 15 fev, respectivamente) apresentou o resumo abaixo transcrito:

> "No seio das igrejas manifesta-se uma ação mais sutil. Enquanto o setor presbiteriano é minado por pessoas como Almir dos Santos e Gérson Maciel Neto, o meio evangelista é mais particularmente trabalhado por Antônio Reddo e sua equipe. Desde logo, os cismáticos da Igreja Católica Brasileira apareceram também como importante objetivo, a fim de criar confusão com a Igreja Romana, que permite todo o aparato exterior de seu culto. A criação de células entre os cismáticos é dirigida pelo Bispo Aires da Cruz, favorito de "Última Hora", onde prega o nacionalismo e o combate ao regime capitalista.
>
> Já dissemos até que ponto um certo clero brasileiro está impregnado pela corrente progressista. O fato se explica por sua vez, pela imensidão das terras a catequizar — certas dioceses do Brasil são muito vastas — e pela penúria de sacerdotes (algumas vêzes, regiões inteiras têm apenas um, para mais de trinta mil almas). Disto resulta um conhecimento extremamente superficial dos dogmas (não sòmente entre os fiéis), o que abre a porta a tôdas as fraquezas com respeito ao comunismo. Convém reconhecer a admirável resistência do Clero a essas circunstâncias difíceis, e o número restrito dos que sucumbem a êsse êrro; também é preciso distinguir claramente entre os imprudentes e os corrompidos. Em certas regiões como o Nordeste, onde a miséria é espantosa e a injustiça social realmente provocadora, compreende-se fàcilmente que os vigários indignados tenham feito causa

comum com agitadores patentes. Sua intenção interior era perfeitamente cristã; mesmo Jesus chegou a expulsar a chicotadas os mercadores do Templo. Trata-se porém de incidentes passageiros, esporádicos e sem significação política.

Existe, entretanto, um trabalho permanente, metódico, executado por certos sacerdotes perfeitamente conscientes e suficientemente instruídos quanto às teses mais negativas da propaganda marxista-leninista. Nesse caso, tudo se apresenta como se o cristianismo não tivesse outro inimigo senão a direita; como se tôdas as iniqüidades fôssem representadas ùnicamente pelo capitalismo e pelas classes "privilegiadas". Nenhum plano do comunismo, senão para fazer côro contra seus adversários e proclamar ineficazes e loucas as medidas de profilaxia empregadas contra êle. (Cristianismo de hoje, por R. P. Le Cardonnel O. P.). Revoltam-se contra os adversários da UNE (União Nacional de Estudantes Brasileiros), estigmatizam a "intolerância democrática", chamam de suspeitas as campanhas contra a infiltração e desculpam todos os convênios entre certos católicos e o comunismo, dizendo que "agem como cristãos, mas não como representantes do cristianismo" (R. P. Enrique Vaz S. J.).

Esta ação dissolvente não cessa perante os texto do papa, cujas Encíclicas são interpretadas e expostas em versões falsificadas. Quando o original latino de "Pacem in Terris" se insurgia contra tôda coação com respeito às minorias étnicas, a versão difundida pelos cléricos suprime o qualificativo para estender a proteção papal a qualquer minoria, ainda mesmo ideológica... O mesmo acontece quando a Encíclica expressa a idéia de que certas iniciativas de outros tempos tenham se alterado e graças a essa alteração já não se justifica uma condenação automática, a versão que circula no Brasil traduz "iniciativas" por "movimentos históricos" o que faz com que mais adiante o comunismo escape ao anátema pronunciado, e tantas vêzes confirmado, contra êle.

Naturalmente, vê-se que perturbação êsses métodos podem causar nos espíritos e nas almas mais sinceras.

Alguns acabam por achar-se melhores cristãos ao sentirem-se mais radicalmente revolucionários. Durante um retiro realizado no mês de Julho último no Seminário do Ipiranga (São Paulo), no qual se encontravam reunidos 70 sacerdotes, a minoria "progressista" fêz uma propaganda marxista-leninista tão provocadora que suscitou sérios conflitos pessoais e terminou com o encerramento prematuro do retiro, a fim de evitar o pior. Já temos diante de nós um recorte de jornal onde está estampada a fotografia de um sacerdote de sotaina e armado até os dentes (carabina na mão e revólver na cintura). E' o chefe de um grupo das Ligas Camponesas dirigindo uma invasão a terras da região de Pernambuco...

Mesmo a hierarquia não escapa totalmente ao contágio. Durante o último Congresso Nacional da UNE (realizada em Santo André, perto de S. Paulo), o Bispo local, Monsenhor Marcos de Oliveira, quis fazer-se representar ao lado dos comunistas na Comissão. No dia do encerramento achou-se no dever de enviar aos jovens revolucionários uma mensagem pública na qual insultava os anticomunistas. Enquanto isso o Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, qualifica pùblicamente de "meu querido Samuel" ao presidente do diário comunista "Última Hora" e reserva para êsse jornal suas mais retumbantes entrevistas.

Para ser mais completa a lista convém mencionar o MEB (Movimento de Educação de Base) que reune as Escolas Radiofônicas, organizado pela Conferência de Bispos do Brasil. Nesse Movimento, por intermédio da juventude Universitária Católica e de alguns universitários, introduz-se uma corrente de extrema esquerda que prega a revolução e recusa submeter-se à hierarquia.

Existe também um semanário que se diz de orientação cristã, cuja direção está a cargo de um dominicano, Frei Josaphat, e chama-se "Brasil-Urgente". Nêle colaboram jornalistas criptocomunistas nos quais é manifesta a tendência de extrema esquerda.

A infiltração nos meios católicos encontram-se igualmente em movimentos como a Ação Católica, a Juventude Universitária Católica, e a Juventude Operária Católica, onde certos militantes difundem abertamente posições, sob todos os pontos conformes aos padrões comunistas."

Êsse artigo nos dá um aspecto muito geral de um problema cuja importância é digna da maior atenção. O movimento comunista que objetiva a destruição da Igreja Católica é de âmbito mundial. Os comunistas procuraram tirar partido das encíclicas papais "Pacem in Terris" e "Mater et Magister" para expandir uma campanha de penetração no clero, desmoralização das bases tradicionais da Igreja e utilização dos recursos e dos prestígios desta na disseminação das idéias socialistas.

O Papa Paulo VI declarou a 12 de setembro de 1965 que os regimes comunistas estão tentando suprimir a Igreja Católica por processos semelhantes aos dos antigos perseguidores do cristianismo. Disse também que se a Igreja se abstém de protestar cada vez mais freqüente e vigorosamente, "não é porque ignora ou esconde a realidade das cousas, mas em virtude da reflexiva concepção da paciência cristã e para não provocar piores contingências". "O objetivo da Igreja, continuou Paulo VI, resistindo agora e sempre é o de defender o direito de cada um à sua liberdade acima de tudo no campo fundamental da consciência e da religião."

De um modo geral os religiosos que desenvolvem teses radicais, de cunho socialista, no seio de seus fiéis, podem ser classificados em um dos seguintes grupos: comunistas infiltrados, simpatizantes, revoltados e os socialistas. Existe um pequeno número de democratas convictos que se rebelam contra a ordem social vigente, com as suas características atuais, e procuram usar uma série de recursos anólogos aos comunistas para neutralizar-lhes a ação.

Os três grupos mencionados adotam a posição religiosa denominada de progressista, nada mais representando do que uma linha auxiliar do comunismo.

Os comunistas infiltrados são elementos designados pelo Partido Comunista para os Seminários e as Ordens Religiosas, e os elementos que se contaminaram e aderiram ao comunismo.

Os simpatizantes são geralmente os adeptos da convivência pacífica, os condescendentes e os que não consideram o comunismo como um sério perigo para a sociedade e para a Igreja.

Os revoltados são os que se rebelam contra o "capitalismo do Vaticano" e a servidão de clero ao "imperialismo econômico". Essa corrente é a mais numerosa e influente. Considera que o comunismo é o único meio de alcançar a igualdade social e a justiça pregada no Evangelho. Por essa razão denomina à sua campanha de evangelização ou concientização.

Os socialistas pregam o socialismo cristão, na realidade um comunismo disfarçado.

A ação dêsses grupos vem se traduzindo através de atividades esquerdistas da JOC, da JUC, da AP e outras organizações, pelo clima subversivo que êsses religiosos progressitas instauram em vários centros, com a participação de elementos descontentes e auxiliares da linha comunista.

9. A AÇÃO COMUNISTA NO MEIO FEMININO

A ação comunista no meio feminino vem sendo motivo de crescente preocupação dos dirigentes partidários. As reivindicações das mulheres, na sua luta constante para obtenção de direitos que só modernamente lhes vem sendo reconhecidos, são motivos favoráveis para a exploração política, da qual os comunistas são inveterados participantes.

Ao lado dêsse fator, deve-se considerar como incentivo à doutrinação comunista do elemento feminino, o relevante papel que a mulher sempre exerceu como instrumento de combate e de pressão política. As militantes do Partido revelam grande tenacidade e eficiência, nas suas missões de infiltração, propaganda e agitação. Conseguem, muitas vêzes, resultados superiores aos ativistas masculinos.

Prestes, em seu Informe para o IV Congresso do PCB, em novembro de 1954, declarou:

> "A mulher tem no Brasil, apesar de todo o nosso atraso e dos preconceitos burgueses e feudais com que procuram prendê-la exclusivamente ao lar e à cozinha, uma grande tradição de luta pela liberdade e pelos interêsses do povo. Pelo seu espírito de iniciativa, pela sua combatividade, pelo ardor com que lutaram as mulheres muito contribuíram para a grande vitória do povo brasileiro que impediu aos governos de Dutra e de Vargas enviar soldados e marinheiros do Brasil para a matança da Coréia. O Programa de nosso Partido tem em conta — que a vitória da revolução não será possível sem a

participação das grandes massas femininas, levanta com vigor e clareza tôdas as reivindicações da mulher, vítima de discriminação no terreno econômico, das desigualdades sociais e jurídicas, por vêzes arrastada pela miséria à prostituição e que é, sem dúvida, quem mais sofre com a carestia da vida, com o abandono em que se encontra a infância e com as conseqüências sangrentas de uma guerra."

E fixava para a penetração nas massas femininas, as tarefas do Partido Comunista:

"Para ganharmos, porém, as grandes massas femininas para a política do Partido, é indispensável e urgente dedicar maior atenção ao trabalho dos comunistas entre as mulheres. O desprêzo e a subestimação do trabalho entre as mulheres significam que esquecemos que a parte feminina da população representa importante reserva que deve ser ganha para a classe operária. E' manifestação de oportunismo e indica que ainda estamos longe de eliminar em nossas fileiras os preconceitos burgueses a respeito da mulher. "A primeira tarefa do proletariado e de seu destacamento de vanguarda, o Partido Comunista — ensina Stálin — consiste em travar uma luta decisiva para libertar as mulheres, operárias e camponesas, da influência da burguesia, para educar pològicamente e organizar as operárias e as camponesas sob a bandeira do proletariado. E' dever, não apenas das Organizações de Base feminina, mas de tôdas as organizações do Partido incluir entre suas tarefas cotidianas e permanentes o trabalho entre as massas femininas, a fim de dirigir e orientar a luta das mulheres em defesa de seus direitos, em defesa da infância e da paz. Será esta a maneira de acabarmos com a deficiência de nossa atividade entre a mulher operária, seja a que diretamente trabalha na fábrica, seja a dona de casa, espôsa, mãe ou filha de operário. Maior ainda é nosso atraso no sentido de despertar e mobilizar para a atividade política as mulheres camponesas que representam, no entanto,

> uma considerável massa oprimida e brutalmente explorada, que pode e deve ser ganha através da luta em defesa de seus direitos e da paz, em defesa de seus filhos. E' dever dos comunistas e das organizações do Partido levar a mulher operária aos sindicatos, organizar as camponesas, participar da atividade de tôdas as organizações de massas femininas, levantar tôdas as reivindicações imediatas das mulheres, apoiá-las em suas lutas, ter sempre em mira a necessidade de ganhar as mulheres e suas organizações para a frente democrática de libertação nacional.
>
> Os comunistas e as organizações do Partido devem apoiar com o maior vigor e decisão a Federação de Mulheres do Brasil, participar ativamente de suas campanhas e não poupar esforços para assegurar às organizações da Federação de Mulheres do Brasil, além da maior amplitude possível, uma sólida base operária e camponesa, com raízes nas grandes fábricas e fazendas".

O fato de ter o trabalho no meio feminino motivado essa diretiva especial de Prestes bem demonstra o interêsse que o Partido atribui a êsse encargo.

Ainda no mesmo Congresso, Olga Maranhão, fêz uma intervenção intitulada: "Ganhar milhões de mulheres para o programa do Partido".

Depois de fazer um histórico do papel da mulher brasileira nas lutas nacionais e de mostrar a situação de atraso que caracteriza a vida feminina em nosso País, Olga Maranhão faz um retrospecto do trabalho feminino no PC. Diz ela:

> "As lutas femininas tomaram, nos últimos anos, características de movimento organizado. Sob a influência do nosso Partido, surgiram a partir de 1944 as primeiras organizações femininas de massas. Inicialmente foram organizadas as uniões femininas, que desenvolviam suas atividades nas campanhas pelas reivindicações imediatas e específicas das mulheres. Chegaram a existir centenas dessas uniões femininas em todos os Estados, atingindo grande número de Municípios do interior.

Nêste período, o trabalho feminino de massas consistia, fundamentalmente, em mobilizar milhares de mulheres para as campanhas contra a carestia de vida, ora adquirindo gêneros e tecidos populares, para revenda às associadas, ora desmascarando os sonegadores dos produtos de primeira necessidade. Êste trabalho, embora importante, não tinha como objetivo ganhar as massas femininas para lutas mais altas e conseqüentes, para as lutas decisivas pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional.

Posteriormente, rompemos com essa orientação no trabalho feminino, orientação fortemente influenciada por tendências reformistas. Mas, ao corrigirmos um êrro caímos no outro extremo, passamos a realizar um trabalho sectário, exclusivamente político e desligado das reivindicações mais sentidas das massas. Isto acarretou o isolamento das uniões femininas das grandes massas de mulheres e determinou uma queda no trabalho feminino de massas.

A partir de 1950, em virtude de nova modificação em nossa orientação, começaram a surgir grandes movimentos femininos em nosso país. O importante nestes movimentos foi o fato nôvo de que êles eram liderados por uma organização de massas de caráter nacional — A Federação de Mulheres do Brasil. Novas e poderosas organizações femininas de massas foram criadas. Cada dia aumenta a influência do Partido no seio das grandes massas femininas. Intensifica-se a participação das mulheres trabalhadoras nos movimentos grevistas e nas lutas políticas da classe operária. Queremos rememorar neste IV Congresso do Partido, a combatividades extraordinária das mulheres da Rêde Mineira de Viação, mães, esposas e irmãs dos ferroviários, que contribuiram decisivamente para o desenvolvimento vitorioso das suas lutas reivindicativas. É preciso destacar ainda as atividades das mulheres grevistas da Fábrica Perseverança, no Pará, a participação ativa das mulheres pernambucanas na greve geral dos têxteis do Nordeste. Nestes, como em tantos outros movimentos grevistas, a vitória foi conquistada com

atuação direta e combativa de grandes contingentes de mulheres.

Um dos mais destacados movimentos femininos no Brasil foi a participação das mulheres na greve dos consumidores no Rio Grande do Sul, em agôsto de 1952, greve que atingiu a muitos Municípios, abrangendo a quase totalidade da população gaúcha.

Na grandiosa campanha do Apêlo de Estocolmo, pela interdição da bomba atômica, as organizações femininas existentes em todo o território nacional, recolheram cêrca de 1 milhão de assinaturas, num trabalho tenaz, de bairro em bairro, de rua em rua, de porta em porta. A vitoriosa campanha contra o envio de soldados brasileiros para a Coréia, as centenas de concentrações de protesto contra o govêrno, particularmente nas lutas em defesa das liberdades democráticas e da Constituição, são demonstrações da vitalidade e da combatividade do movimento feminino no Brasil, liderado pelo Partido da classe operária.

A maior experiência do trabalho feminino de massas já realizada, foi a Conferência Latino-Americana de Mulheres, que além de ter sido uma vitória do movimento democrático e antiimperialista dos nossos povos.

A Conferência Latino-Americana de Mulheres revelou, também, o profundo sentimento patriótico das mulheres e o seu espírito de luta em defesa dos direitos da mulher e da criança, reivindicações que não podem ser isoladas das lutas democráticas e emancipadoras dos povos latino-americanos. Existiram, sem dúvida, debilidades e falhas. Mas, seguindo uma justa orientação e atuando com o máximo de flexibilidade, ganhamos novos setores das massas femininas para a luta pelos seus direitos, enfrentamos vitoriosamente a maior propaganda reacionária já realizada contra um movimento de massas. Esta onda de propaganda de mentiras e calúnias foi orientada diretamente pelo Departamento de Estado norte-americano.

Apesar da reação organizada pelos piores inimigos dos povos latino-americanos, empregando novos métodos de provocação, chegando mesmo a falsificar documentos,

conseguimos — as mulheres brasileiras e as mulheres dos demais países da América Latina — realizar vitoriosamente a Conferência Latino-Americana de Mulheres. Participaram desta Conferência 400 delegadas, das quais 64 de países irmãos do Continente. Cêrca de 100 expressivas mensagens de sindicatos, organizações profissionais e personalidades femininas foram enviadas à Conferência.

O trabalho de preparação realizado no Brasil em função da Conferência Latino-Americana de Mulheres deu nôvo impulso à organização do movimento feminino de massas. Surgiram no Brasil, nesse período, mais de 30 organizações de massa femininas. Iniciamos também um importante trabalho junto às mulheres operárias e camponesas. Vários sindicatos elegeram em assembléias gerais ou em assembléias específicas de mulheres operárias suas representantes à Conferência Latino-Americana de Mulheres. Em função da Conferência, foram ainda realizadas assembléias de camponesas em muitos lugares do país, das quais surgiram organizações de mulheres camponesas em Xerem no Estado do Rio, em Erechim no Rio Grande do Sul, em Taciba, Pedreira e Salto Grande no Estado de São Paulo. Isto mostra que a tarefa de organizar e pôr em movimento as massas camponesas já começa a dar alguns frutos. Tal fato foi confirmado na II Conferência de Camponeses e Assalariados Agrícolas, realizado em setembro último em São Paulo, com a participação de camponesas de vários Estados, eleitas como delegadas em grandes assembléias".

As diretrizes de Prestes não foram satisfatòriamente atendidas. É o que se depreende pelo fato de, em 1950, na Conferência Nacional, voltar o assunto a ser motivo de importante intervenção de um outro dirigente: Carlos Marighela. Êste foi muito rigoroso em sua reprimenda sôbre a deficiência do aludido trabalho. Diz Marighela:

"Ao examinar com espírito autocrítico nossa situação no desempenho dêste papel podemos perguntar: Quais os

resultados de nossa agitação e propaganda em favor dos direitos e das reivindicações das diversas camadas da população feminina?

O que podemos responder é que têm predominado a negligência e o desinterêsse pela agitação e propaganda entre mulheres.

Que foi feito com a Resolução de março de 1955? Que artigos, folhetos, palestras e outras iniciativas empreendemos para torná-la conhecida do Partido e de pelo menos uma boa parte das massas femininas?

É imenso o atraso de nosso trabalho de agitação e propaganda orientado para as grandes massas de mulheres do povo brasileiro.

Nossa agitação e propaganda entre as massas femininas é ainda muito geral e pouco convincente, não se relaciona sistemàticamente com os problemas específicos e as reivindicações das mulheres.

Falta à nossa agitação e propaganda a capacidade de mobilizar novas formas e meios, capazes de despertar para a ação das grandes massas de mulheres, preocupadas em encontrar uma saída para a terrível situação de injustiça que se encontram. Nossa agitação e propaganda serve-se de uma linguagem de difícil compreensão, inadequada ao nível de cultura ainda pouco desenvolvido da imensa massa de mulheres, vítimas do analfabetismo e dos preconceitos sustentados para mantê-las na ignorância. Nossa propaganda escrita é por demais sobrecarregada com o emprêgo de textos muito grandes, não é diversificada e não pode por isto atingir várias camadas da população por onde se distribuem as mulheres. Nosso desconhecimento da situação objetiva das mulheres, de suas condições de vida no lar como dona de casa, no emprêgo, na fábrica ou no campo, a ignorância em que nos encontramos em relação às suas reivindicações específicas e locais e até mesmo em relação às lutas e combates em que vêm se empenhando em todo o país nos dias de hoje, enfim, o desligamento com os seus problemas permanentes ou mais imediatos, do dia a dia, o nosso afastamento das orga-

nizações de massas femininas, tudo isso nos leva a uma agitação e propaganda despida do colorido da vida e em consequência pouco ou nada atraente para as mulheres.

Nossa agitação e propaganda, enfim, não é voltada para as grandes massas femininas e, na prática, dado seu caráter sectário, nem mesmo consegue atingir uma parte considerável das militantes comunistas.

Comumente nosso trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres só aparece quando há campanhas promovidas em escala internacional ou nacional, quando é preciso enviar delegadas para fora do país ou em campanhas como a da anistia, etc. Não deixa de ser justo, positivo e necessário pôr em ação nossa agitação e propaganda entre as mulheres nessas campanhas. Mas é evidente que constitui um êrro grave o abandono crônico a que está sujeito o trabalho sistemático de agitação e propaganda em tôrno dos problemas locais e das reivindicações específicas e diárias das mulheres. Agravamos, assim, o nosso desligamento permanente em relação às amplas massas femininas e suas reivindicações mais elementares.

As militantes comunistas nas organizações de massa femininas concorrem por vêzes para um bom trabalho de agitação e propaganda dentro dessas organizações, ajudando a lançar prospectos, folhetos, volantes, questionários sôbre a carestia etc, com o que são atingidos certos setores da população feminina. O trabalho de agitação e propaganda para a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora em certos casos, por exemplo, revelou-se justo, como aconteceu com o lançamento da convocatória assinada por líderes sindicais e importantes personalidades, bem como com outros materiais que chegaram a despertar grande interêsse nas fábricas em São Paulo ou no Distrito Federal. Mas de um modo geral êste tipo de propaganda tem defeitos tão sérios como aquêles apontados no trabalho de agitação e propaganda do Partido entre as massas femininas.

O nosso trabalho de imprensa para as mulheres se ressente das mesmas falhas e debilidades de nossa agitação e propaganda. Além de não atingir as amplas massas de mulheres, nossa imprensa feminina tem uma circulação irregular, sua difusão é diminuta e instável. A única publicação progressista feminina não vai além de 15 mil exemplares. Sua rêde de agentes é quase exclusivamente constituída de comunistas, mesmo assim não ultrapassa a casa dos 200. As dívidas acumulam-se nos CC.RR., mas importantes do país como Piratininga e Rio, sem falar no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e outros. Tal situação revela nossa imensa fraqueza no terreno da imprensa feminina, fraqueza que se torna necessário reconhecer abertamente e ao mesmo tempo eliminar com rapidez. Isto é absolutamente imprescindível, a fim de podermos enfrentar com êxito a terrível propaganda pelo imperialismo norte-americano e seus agentes no país através do rádio, da televisão, da imprensa, das histórias em quadrinhos e revistas de cinema, cuja influência sôbre as mulheres, as môças, a infância e a juventude é grandemente perniciosa.

Onde estão as causas das nossas debilidades no trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres e em nossa imprensa feminina? Estas causas são várias e não diferem das causas apontadas, que entravam nosso trabalho de massa entre as mulheres. Mas a causa principal, sem dúvida, reside na subestimação do trabalho entre as mulheres, na indiferença com que o temos encarado até agora no terreno da agitação e propaganda e da imprensa. Pertence ao CC, em primeiro lugar, a responsabilidade por esta situação que agora procuramos resolver, partindo de nossa própria autocrítica. Penso, por isso, que merece franco estímulo tôda a crítica a êste respeito aqui trazida pelos camaradas delegados e delegadas a esta Conferência.

A realização com êxito das históricas tarefas hoje colocadas diante da classe operária e de sua vanguarda exige vencer no mais breve prazo possível nossas debilidades na agitação e propaganda entre as mulheres e na imprensa feminina.

> É urgente e necessário darmos uma viragem em nosso trabalho nesse terreno, enveredar por novos caminhos, exigidos pelas atuais condições para ajudar a assegurar a vitória do Programa do Partido.
>
> São da maior importância as indicações do informe do camarada Prestes que mostra ser possível tornar a nossa agitação e propaganda entre as mulheres, de pequena e acanhada que era, num grande e amplo trabalho inteiramente voltado para as vastas massas femininas".

E em seguida descreve como deve ser executada a propaganda e agitação entre as mulheres, quais os motivos a serem explorados, qual a linguagem a ser usada. A carestia de vida é o tema predominante, mas deve-se tocar a fundo a sensibilidade feminina. Declara o conferencista:

> "Em que consiste para isso, no momento atual, no terreno da agitação e propaganda entre as mulheres, nosso objetivo principal? Êsse objetivo consiste em ajudar a despertar a mulher para a luta por sua própria emancipação, é antes e acima de tudo e essencialmente, a luta contra a miséria, pela elevação do nível de vida das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo. Isto não se consegue com generalidades, com palavras de ordem gerais e vastas. Nossa agitação e propaganda deve saber tocar no fundo do coração das mulheres, apontar-lhe o caminho da luta contra a miséria, pela sua emancipação.
>
> Devemos buscar as palavras de ordem que correspondem aos desejos das massas femininas e levantá-los. Nossa agitação e propaganda para as mulheres deve ser simples, combativa, convincente, sugestiva, com poucas palavras. Devemos saber falar às mulheres tão simplesmente como aquêles camponeses do Vale do Rio Doce, quando disseram: "Terra para ter fartura", o que, por ser demais sugestivo, dispensa outras explicações. É necessário levar em conta que não se pode copiar nenhum material de agitação e propaganda. A vida é por demais rica e variada, para que nos limitemos ingênuamente a

fazer transplantações da realidade. Semelhante agitação e propaganda seria burocrata e as grandes massas de mulheres nos voltariam as costas.

Para uma agitação e propaganda correta, penso que nossas militantes precisam ir às grandes concentrações de mulheres, viver entre elas, conhecer a situação concreta das massas femininas em cada região ou localidade, em cada conjunto residencial, em cada fábrica ou fazenda, e ter a capacidade de saber encontrar os meios e formas de despertar as mulheres para a ação pelas reivindicações mais imediatas e sensíveis, pelas liberdades, pela paz e pelo progresso do Brasil.

Os problemas que a nossa agitação e propaganda entre as mulheres deve levantar são a meu ver os problemas da carestia da vida, as dificuldades de moradia, os altos aluguéis, falta d'água, a difícil situação dos transportes e os aumentos incessantes, a falta de creches, escolas, jardins de infância, a defesa da criança, etc.

Assim, ligados às amplas massas femininas, sempre lhes poderemos falar em anistia a partir de 1945 e em outras palavras de ordem como esta, e trazê-las para a luta política. Igualmente, sempre que fôr útil, necessário e conveniente começar por uma agitação e propaganda política, jamais deixaremos de saber ligá-la à luta pelas menores reivindicações específicas, permanentes ou temporárias da mulher.

Isto tudo pode ser feito em combinação com a propaganda de pontos específicos do Programa do Partido relacionados com a defesa da mulher, e da infância com a mais ampla difusão da Resolução de março de 1955 e de seu programa de reivindicações e a intensa divulgação entre as massas femininas da plataforma de quatro pontos apresentada pelo Partido".

A técnica e a tática de agitação e propaganda no meio feminino são a seguir expostas por Marighela, com um impressionante cinismo. É interessante observar como utilizam os comunistas todos os artifícios, inclusive o ardil e a mentira para doutrinar

as pessoas incautas. Assinalaremos algumas expressões que devem merecer maior atenção no texto mencionado:

> "Uma grande agitação e propaganda de massas exige que nos orientemos para as grandes massas de mulheres que vivem afastadas de qualquer atividade produtiva, para as grandes massas de donas de casa que vivem a maior parte do tempo no lar, presas aos afazeres domésticos. A elas devemos fazer chegar a nossa agitação e propaganda de massas. Em vez de esperar que elas venham a nós, é mais acertado irmos em sua procura no próprio lar, utilizando os meios que nos facilitam entrar em contacto com elas. Com isso poderemos responder aos monopólios norte-americanos que em sua luta pela colonização do Brasil e pela implantação de uma ditadura militar de tipo fascista em nosso país tudo fazem para isolar dos comunistas as amplas massas femininas, afastá-las de qualquer atividade política, utilizá-las para refrear a luta de seus maridos, filhos, irmãos ou noivos, e prepará-las para a aceitação passiva da escravidão imperialista. Às donas de casa, no lar, devemos mostrar que somos defensores da família e que lutamos pela liberdade de religião, respeitamos os sentimentos religiosos de todos e a todos estendemos a mão na luta em defesa dos direitos democráticos, em defesa de nossa soberania, contra a miséria e pelo bem-estar do povo".

Marighela preconiza a adoção dos processos mais eficientes entre as mulheres: novelas de rádio, teatro, leituras coletivas de romances soviéticos, etc.:

> "Não devemos ter mêdo de utilizar as formas mais elementares de agitação e propaganda. O primeiro elemento indispensável para uma ação eficaz de nossa agitação e propaganda entre as mulheres no sentido de despertá-las para a luta deve ser a clareza e a simplicidade da linguagem inseparáveis da sinceridade e da fôrça da convicção. Só venceremos o isolamento da mulher do lar, só transporemos a barreira que lhe antepõe o anal-

fabetismo, se descobrirmos os meios e as formas de agitação e propaganda mais acessíveis às massas femininas e de mais fácil difusão. Ao tratar desta questão, o informe do camarada Prestes nos indica a utilização dos volantes e folhetos elementares, de poucas palavras e poucas páginas, sem textos extensos, com grandes caracteres, fotografias e gravuras sugestivas. Penso que é urgente utilizarmos novas formas de agitação e propaganda para as mulheres no lar. Vimos nesta Conferência como foi relatada a experiência da utilização do rádio em Governador Valadares para a propaganda entre as mulheres, na defesa dos seus direitos e organizações. Não será possível também utilizá-lo através das novelas, gênero preferido pelas donas de casa no lar? Os intelectuais e radialistas poderão produzir novelas progressistas que muitas estações de rádio terão interêsse em transmitir às suas ouvintes ou que poderão ser difundidas em folhetos e avulsos impressos, publicados nos rodapés da imprensa democrática. O teatro constitui, ao lado da formação dos grupos teatrais de amadores, outra forma de propaganda sensível às mulheres. Com êstes meios e outros, simples e elementares, poderão igualmente ser atingidas as mulheres que trabalham fora do lar não só as operárias e comerciárias, bem como tôdas as trabalhadoras que aspiram a um salário igual por igual trabalho, as funcionárias e tantas outras, sobretudo as camponesas, cujas condições de existência chegam ao extremo da pior miséria. Através da organização da simples leitura coletiva de um romance soviético, ou outro romance, de um folhetim popular na imprensa, quantas mulheres não poderão ser atingidas pela nossa propaganda! Devemos ter sempre em conta que as mulheres analfabetas no Brasil são mais de 10 milhões. Lutamos contra o analfabetismo, trabalhamos pela abertura dos cursos de alfabetização para mulheres e pela utilização dos cursos de alfabetização existentes, mas enquanto não se alfabetizaram tôdas as mulheres, podemos utilizar meios de atingir e educar as massas de milhões de mulheres com uma agitação e propaganda adequada. É possível elevar o nível ideológico das mu-

lheres, dar-lhes cursos específicos no Partido, prepará-las como agitadoras comunistas e propagandistas eficientes. Não é difícil compreender que mesmo as mulheres analfabetas em nosso Partido podem por meios adequados participar do curso de 4 aulas sôbre a Resolução de março de 1955, do curso de 4 aulas sôbre o Programa do Partido ou de 3 aulas sôbre os Estatutos. O que se torna necessário, como assinala o informe do camarada Prestes é o melhor preparo de nossas militantes de base para o trabalho de agitação e propaganda oral".

A precária situação da mulher em muitas regiões socialmente atrazadas deve ser explorada pela agitação e propaganda comunista:

> "São as próprias condições que a mulher enfrenta, vítima de odiosas restrições e sufocada pelo analfabetismo, que nos devem levar a valorizar a agitação e propaganda oral e desenvolvê-la ao máximo, visando atingir e arrastar milhões de mulheres para a nossa influência despertá-las para a luta contra a miséria, pela sua emancipação. É útil destacar a tarefa da divulgação das conquistas já obtidas pela mulher na União Soviética, na República Popular da China e nas democracias populares, explicando às amplas massas femininas, pela propaganda falada ou através de folhetos e fotografias, que a emancipação da mulher nesses países não é, como falsamente apregoam os porta-vozes do imperialismo norte-americano, nem a licenciosidade, nem a quebra de dignidade feminina, mas exatamente aquilo que a mulher brasileira deseja — a libertação da miséria, a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e jurídicos com o homem.
>
> O trabalho de agitação e propaganda entre as mulheres reveste-se de uma importância cada vez maior, em face da necessidade do reforçamento da influência do Partido em um setor tão numeroso e decisivo da população brasileira como as massas femininas. Daí porque, a meu ver, a secção de agitação e propaganda do CC e as secções de agitação e propaganda dos Regionais devem promover

reuniões específicas de agitação e propaganda convidando a nelas participarem as agitadoras e propagandistas do Partido, em particular aquelas que integram as secções do trabalho feminino, com o fito de obterem de sua parte uma colaboração mais efetiva".

Finalmente, Carlos Marighela mostra o papel da imprensa feminina como veículo de propaganda:

"Um carinho especial deve merecer a imprensa feminina. A indicação do informe do camarada Prestes sôbre a necessidade do aparecimento em nosso país de jornais e revistas de caráter progressista, dedicadas às mulheres, de leitura fácil e atraente, apresentando soluções para os seus problemas, representa importante contribuição ao desenvolvimento da imprensa para as mulheres. A possibilidade de publicar amplas reportagens fotográficas, a importância que teria a realizar através da imprensa feminina progressista, denúncias tão sérias e comovedoras sôbre a situação da mulher como as que ouvimos aqui das companheiras delegadas chegadas de todos os rincões do país, tudo isto seria um enorme passo adiante na luta para libertar as mulheres dos sofrimentos que as afligem e proporcionar-lhes uma vida nova, feliz e diferentes da que têm hoje sob o regime de latifundiários e grandes capitalistas serviçais do imperialismo norte-americano. Com isto se poderia igualmente criar e desenvolver uma vasta rêde de mulheres, correspondentes femininas, abrangendo fábricas, fazendas, usinas de açucar, repartições públicas, escolas, etc. Precisamos imperiosamente de uma imprensa feminina diferente da que hoje existe, imprensa que pela sua amplitude e extensão esteja em condições de editar tão poucos mil exemplares, mas 50 mil ou 100 mil exemplares capazes de pentrar nos lares mais distantes, nas favelas e nos mocambos, nas cidades como no campo. Não será um sonho pensar em têrmos tão amplos. As condições são tão favoráveis que vale a pena sonhar. Enquanto nos preparamos para a ampliação indispensável da imprensa feminina, é preciso simultâneamente enfrentar ou-

tras questões e tudo fazermos no Partido para ajudar desde já "Momento Feminino", responsabilizando-nos em todos os escalões do Partido pelo rápido aumento de sua difusão, pelo pagamento das dívidas, fornecimento de informações, denúncias e reportagens, através de correspondências femininas, etc. Ajudar a regularizar a saída do "Momento Feminino" será uma valiosa contribuição à luta da mulher por seus direitos e reivindicações e em consequência à luta geral democrática de nosso povo.

Muito ainda podemos fazer criando, melhorando e reforçando as páginas e secções femininas ou suplementos dominicais em nossa imprensa, a partir da VOZ OPERÁRIA e "IMPRENSA POPULAR". É possível tomar medidas para um melhor aproveitamento dos jornais sindicais e jornais de emprêsa e setores e de um modo geral até mesmo da imprensa, do rádio e do cinema, que, sob nossa influência direta ou não, sempre são sensíveis a muitas das questões que interessam à mulher, tais como a defesa da infância, certas denúncias, etc".

A intervenção de Carlos Marighela, acima transcrita é um documento impressionante sôbre a técnica de agitação e propaganda dos comunistas e demonstra como procuram adaptar, com a máxima habilidade, os objetivos partidários aos problemas inerentes aos meios em que atuam. Esta é uma comprovação de que em tôdas as campanhas comunistas as reivindicações populares são apenas exploradas em proveito das manobras do Partido.

Vinculação internacional

O movimento comunista feminino está ligado internacionalmente à Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Berlim Oriental. A entidade é claramente submetida a orientação de Moscou, razão pela qual acompanha a evolução da política da URSS e do PCUS.

Em janeiro de 1963 realizou-se em Havana, o Congresso de Mulheres de tôda a América com mais de 500 participantes. Do Brasil compareceram representantes da Federação de Mulheres de São Paulo, da Comissão Feminina de Intercâmbio e

Amizade e da Liga Feminina do Estado da Guanabara. A presidente da delegação foi a Sra. Bertina Blum.

A intervenção dessa representação no Congresso foi tìpicamente comunista. Depois de traçar um quadro terrível da exploração imperialista em nosso país, declarou:

> "Desenvolvemos nossas atividades em consonância com necessidades de constituição dessa Frente-Única, dentro dos caminhos que conduzem àqueles objetivos de Libertação Nacional, através da constituição de um Govêrno Nacionalista e Democrático que possa abrir perspectivas de cumprimento às reivindicações do povo brasileiro".

Anexo 2-II-1 (1)

INTERVENÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA SÔBRE O INFORME APRESENTADO NO CONGRESSO DE UNIDADE SINDICAL DA AMÉRICA LATINA (BRASÍLIA-JAN 64)

Saudamos efusivamente os companheiros delegados da América Latina e os delegados fraternais dos países da Europa, em nome da quase totalidade dos trabalhadores da cidade e do campo de nossa pátria e desejamo-lhes uma feliz permanência em nosso país.

Companheiros: ouvimos atentamente o informe do Comitê Coordenador apresentando o balanço da sua atividade em prol da concretização do Congresso de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina, ao qual temos a honra de render nossas homenagens.

A análise da situação latino-americana, constante do informe, revelou um dramático desfile da situação de milhões de trabalhadores da cidade e do campo, enfim, de todos os povos latino-americanos, *em face da opressão do latifúndio e imperialismo norte-americano* — nossos inimigos comuns e do tenaz e heróico esfôrço realizado pelos nossos povos pela sua completa libertação em busca da conquista dos nossos próprios destinos.

Consideramos ser nosso dever, neste Congresso, ao discutirmos as decorrências dessa trágica realidade latino-americana e as teses mais apaixonantes do Informe, contribuir, de modo fraternal, franco e construtivo, para um maior intercâmbio de experiências. Apresentaremos estimados companheiros delegados, uma análise sucinta da atividade da classe operária e dos trabalhadores brasileiros no sentido de transformar a nossa realidade, através da participação consciente no processo histórico, sócio-político-econômico, fazendo-a pender em favor dos

interêsses e dos objetivos da emancipação dos trabalhadores e do nosso povo.

O fato mais relevante, em 1960, para o movimento sindical brasileiro, foi a grave da Paridade em 8.11.60, que determinou o surgimento do PACTO DE UNIDADE E AÇÃO — PUA, que muito contribuiu para a participação dos trabalhadores, de maneira organizada, na vida política do país.

Em agôsto de 1961 a derrota da tentativa de implantação de uma ditadura militar fascista, quando da renúncia do então Presidente Jânio Quadros, objetivando impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava em missão oficial na China Popular, constituiu uma vitória dos trabalhadores brasileiros, dirigidos pelos seus Sindicatos e entidades superiores, aliados as fôrças progressistas da Nação (estudantes, militares, parlamentares) tanto por meio da greve geral, como movimentos de rua de estudantes e militares, especialmente o 3º Exército e o Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul. Na defesa da vontade popular e das liberdades democráticas e sindicais, uniram-se, *contra o golpe gorilista de direita,* os mais amplos setores das fôrças nacionalistas e democráticas, impedindo a consumação do *assalto ao poder pelos agentes do latifúndio e do imperialismo.*

O aprofundamento das contradições políticas em nossa Pátria levou ao desencadeamento de inúmeras e importantes greves em todo o País, à luta e à conquista do 13º mês de salário e despertou o movimento sindical para a vida política, permitindo a criação de entidades coordenadoras horizontais na maioria dos Estados brasileiros, passando a influir decisivamente na vida política nacional.

A experiência da atuação do PACTO DE UNIDADE E AÇÃO e a intensificação das lutas dos diversos setores da classe operária, conduziram os trabalhadores a compreenderem a necessidade de uma organização que os levasse à ações mais altas e amplas. *Em 5 de julho de 1962, dirigidos pelo COMANDO GERAL DA GREVE, criado na ocasião, os trabalhadores brasileiros realizaram a sua primeira greve geral política. Esta greve geral alertou nossos inimigos para a nova fôrça que passamos a representar.*

Em decorrência da unidade pela base nos Sindicatos, Federações e Confederações, através do esclarecimento e da experiência das próprias lutas, os dirigentes sindicais honestos, mas eventualmente equivocados ou *influenciados pela propaganda do inimigo e pelas provocações da indústria do anticomunismo, através do "Instituto Brasileiro de Ação Democrática" (IBAD) enfim,* unindo e procurando somar fôrças em tôrno da ação concreta, levando em conta a posição de luta dos companheiros e não realizando discriminações decorrentes de falhas ou posições incorretas no passado — *logramos somar fôrças poderosas e chegar ao IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL dos TRABALHADORES, em agôsto de 1962, em São Paulo.*

Reunimos nesse conclave 4.000 delegados de Sindicatos de todo o País, refletindo não só o avanço e o amadurecimento político do espírito de classe dos dirigentes das entidades superiores, mas, também, a radicalização consciente e organizada dos trabalhadores na base.

Naquele histórico Encontro, o COMANDO GERAL DA GREVE, foi transformado em COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES — C.G.T. — englobando quatro Confederações: C.N.T.I., CONTEC, C.N.T.M.F.A., partes ponderáveis do movimento sindical filiado à C.N.T.C. e a C.N.T.T.T. e muitas outras entidades não confederadas, destacando-se, *os jornalistas, professores, telegrafistas, radialistas,* etc., ficando aprovado, por unanimidade, um Programa de Ação, *a realização de um Congresso Sindical Nacional,* determinando os *inimigos fundamentais do povo brasileiro como o latifúndio e o imperialismo, particularmente o norte-americano, concluindo;* pela necessidade da formação *imediata de um govêrno nacionalista e democrático, como reflexo da frente-única na qual estamos integrados.*

Em setembro de 1962 nos empenhamos em nova greve geral nacional de 3 dias e através dela lideramos um vigoroso movimento de pressão que levou o Congresso Nacional à aprovação do Plebiscito para Janeiro de 1963 e o Govêrno Federal à aprovação do nôvo salário-mínimo, a partir de janeiro de 1963, *bem como à decretação de medidas que simplificassem e facilitassem a organização e o registro de Sindicatos de trabalhadores agrícolas.*

Cumpre salientar que as Resoluções aprovadas na Conferência Sindical Latino-Americana, realizada em Santiago, em setembro de 1962, e o Programa de Ação Comum nela aprovada coincidiam com as tarefas e as perspectivas de unidade do movimento sindical brasileiro.

O ano de 1963 foi fértil de experiências, não só de vitórias econômicas e sociais, em defesa e fortalecimento da unidade dos trabalhadores, como, também, *da participação ativa nos rumos da política nacional e internacional do Brasil. A manutenção da política exterior brasileira de não-intervenção e de defesa da auto-determinação dos povos, de apoio à proibição das experiências termo-nucleares, de ampliação das relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, de defesa da paz e da coexistência pacífica entre todos os povos, de manutenção das relações diplomáticas, comerciais e culturais com a heróica Cuba Socialista, deve-se fundamentalmente, ao apoio do movimento sindical brasileiro a essa política realizada pelo Govêrno de nosso país.*

A realização do plebiscito pelo qual se devolveu, ao Presidente da República, os podêres usurpados pela maioria reacionária do Congresso Nacional, graças aos 10 milhões de votos dados em favor da realização das reformas de base, constituiu um sério compromisso assumido pelo Presidente João Goulart com o povo brasileiro, particularmente com o movimento sindical, que teve destacado papel na realização do plebiscito.

As lutas pelas reformas de base, em nosso país, na qual estão empenhados, inclusive, alguns setores do Govêrno, tem um profundo conteúdo revolucionário e progressista, desde que os setores mais ativos e combativos da frente-única, consignam, por pressão popular, estabelecer um programa mínimo de ação, um govêrno representativo da frente-única, como é claro, com a representação da classe operária e a realização prática das medidas apresentadas pelos trabalhadores e admitidas inclusive pelo Presidente da República.

Para o fortalecimento da frente-única, importante papel, nesta luta pelas reformas, *desempenha a aliança operário-camponesa-estudantil.* Nesse sentido, *a criação da SUPRA* (Supe-

rintendência de Política Agrária), o *surgimento de centenas de sindicatos de trabalhadores agrícolas e a fundação da CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura — já filiada ao C.G.T., são exemplos concretos e experiências que desejamos transmitir aos companheiros.*

Companheiros: é evidente que, em nossa experiência de frente-única com representantes de outras classes e camadas sociais, em luta por determinados objetivos comuns, lutamos intransigentemente para manter a nossa independência. *Ao derrotarmos as tentativas golpistas, que ameaçavam e ameaçam as liberdades democráticas e sindicais, e as tentatvias de implantação do estado de sítio, acreditamos que soubemos aplicar uma justa tática de unidade e luta.*

Temos conseguido vitórias políticas para o movimento sindical, mas, não temos arrefecido a nossa luta pelas reivindicações econômicas e sociais, tais como: conquistamos em 1962 o 13º mês de salário para todos os trabalhadores e, em 1963, conquistamos o salário-família para os trabalhadores da cidade e do campo, e a aprovação da lei que criou o Estatuto do Trabalhador Rural, que, entre outras vantagens, inclui a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais. Conquistamos o 13º mês de salário para os aposentados e pensionistas, conseguimos na Previdência Social, manter o seus sistema colegiado — previsto na Lei Orgânica — a salvo das tentativas dos que querem destruí-lo e afastar os trabalhadores de sua direção, e realizamos importantes greves de aeroviários e aeronautas em defesa da estabilidade sindical e de apoio à dirigentes do C.G.T. e dos bancários de todo o país contra um projeto de reforma bancária, benéfico ao imperialismo norte-americano.

A luta contra o alto custo de vida e as conseqüências da inflação levou a inúmeras greves em 1963, destacando-se a de 700 mil trabalhadores da indústria de São Paulo, que, mesmo enfrentando o terror policial do govêrno fascista daquele Estado, conseguiu importante vitória, tanto econômica como no terreno da unidade e da organização, através da criação do Pacto de Ação Conjunta (PAC).

Tivemos pela primeira vez, em Pernambuco, uma greve geral das usinas de açúcar, englobando 200 mil trabalhadores

rurais e conquistando tôdas as reivindicações pleiteadas, em 3 dias de greve.

Em 1964, houve fatos novos e importantes no movimento sindical e reivindicatório dos trabalhadores, destacando-se a greve dos funcionários da previdência social, dos Correios e Telégrafos, Arsenal de Marinha e outras repartições, englobando cêrca de 250 mil pessoas, as quais conquistaram, na prática, o direito de greve e o 13º mês de salário.

A decretação da regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o monopólio da importação do óleo cru, bem como o movimento contra a compra das concessionárias do serviço público representaram importante vitória dos trabalhadores e do povo contra a espoliação imperialista em nosso país.

Queremos ressaltar a importância da vitória unitária que representou a reeleicão em 6-1-64, da Diretoria democrática e nacionalista da CNTI, a qual representa mais de 4 milhões de operários.

Outra experiência importante que temos no Brasil, decorrente das lutas unitárias e patriotas, é a constituição e fortalecimento de emprêsas estatais que controlam, no todo ou em parte, importantes ramos da economia nacional, tais como a Petrobrás, Eletrobrás, Rêde Ferroviária Federal S/A., Cia. Nacional de Álcalis, emprêsas de navegação, e, em perspectiva, à Aerobrás.

Companheiros: Julgamos que a unidade, desde o âmbito do sindicato, o nacional ou o internacional não tem como obstáculo a existência de dirigentes sindicais reformistas ou oportunistas, mas, sim, a falta de um amplo, conseqüente e persistente trabalho de unificação pela base, em tôrno de reivindicações econômicas, políticas, sociais e de interêsse nacional, que se oponham ao imperialismo e permitam romper com os grilhões do subdesenvolvimento.

A experiência brasileira de unidade de ação com todos os que queiram dar um passo à frente tem dado frutos positivos, pois ela vem conduzindo à reeducação sindical de muitos dirigentes equivocados, mas, honestos e patriotas, ou ao isolamento e à liquidação, sob o ponto de vista de liderança, daqueles falsos dirigentes que, tentando opor-se ao desejo das massas

e às suas reivindicações, são superados pela própria vida e deixados à margem.

O movimento sindical brasileiro tem posição muito clara sôbre o problema da formação de uma central única dos trabalhadores da América Latina. Defendemos a sua necessidade e estamos dispostos a contribuir para tornar realidade êste anseio dos trabalhadores conscientes de tôda a América Latina. Contudo, julgamos que a unidade orgânica dos trabalhadores latino-americanos deve resultar do amadurecimento das condições objetivas em cada um de nossos países, através de um processo de coordenação permanente e do intercâmbio de nossas experiências no sentido da luta pela conquista de unidade sindical nacional.

Acreditamos que qualquer solução dêsse problema que não tome na devida consideração a realidade do movimento sindical em cada país, não contribui para o reforçamento da unidade nacional e poderá resultar, no plano continental, numa solução artificial. O processo da unidade não é fácil e nem sempre pode ser abreviado em homenagem apenas aos nossos desejos e aspirações.

Temos de encontrar, neste Congresso, através do profundo debate da questão, o caminho que conduza com firmeza à formação da Central Única, que deve refletir, realmente, a efetiva unidade do movimento sindical latino-americano.

Companheiros: a delegação brasileira, além da criação do Conselho Permanente Consultivo, propõe que seja elaborado e aprovado um Programa de Ação Comum, com a atualização, no que fôr necessário, do Programa em vigor desde 1962.

Para exame dos Congressistas, consideramos que devemos, respeitadas as peculiaridades de cada país irmão, coordenar uma ação conjunta contra os inimigos comuns, isto é, o imperialismo norte-americano e o latifúndio, baseada nos seguintes pontos:

— Luta pela reforma agrária.

— Desmascaramento da Aliança para o Progresso e de tôdas as formas de infiltração do imperialismo norte-americano.

— Lutar para regulamentar a remessa de lucros pelas emprêsas estrangeiras.

— Encampação das concessionárias de serviços públicos ou nacionalização e confisco (emprêsas estrangeiras).

— Defesa e desenvolvimento de uma política externa de autodeterminação e não-intervenção. Desmascaramento da O.E.A. — Luta pelo restabelecimento ou fortalecimento de relações com Cuba. Solidariedade à luta do povo panamenho e dos demais povos dependentes e coloniais. Relações diplomáticas e comerciais com a China Popular e outros países.

— Ampliação do Comércio Internacional, com a valorização dos preços dos produtos primários exportados pelos países subdesenvolvidos.

— Participação na Conferência Internacional do Comércio, em março, em Genebra, apesar da oposição das potências capitalistas.

Companheiros: de tudo que foi dito do Informe da Comissão Coordenadora, das experiências aqui transmitidas pelos Congressistas dos diversos países irmãos e de nossa própria experiência — fica patente que os inimigos fundamentais dos povos latino-americanos são a dominação imperialista principalmente norte-americana, e a existência do latifúndio, sustentáculo dos interêsses colonialistas em nossos países.

Fatôr fundamental para o êxito da luta contra nossos inimigos comuns é a unidade sindical latino-americana — unidade em cada país e unidade em todo o Continente.

Para a conquista desta unidade, compreendemos, em nosso país que em geral por causa da difícil situação das massas, alguns companheiros se deixam levar por palavras de ordem radicais, deixando de lado o importante papel que representa — para a mobilização de tôda a classe operária e o fortalecimento da frente-única — a luta pelas reivindicações econômico-sociais e nacionais das massas trabalhadoras e de todo o povo e sua estreita ligação para a conquista das reformas de base almejadas pelo povo brasileiro, o que, acreditamos, abrirá um amplo caminho para o progresso e o bem estar de nossa Pátria.

Anexo 2-II-1 (2)

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO SÔBRE A SITUAÇÃO SINDICAL NA AMÉRICA LATINA

Um dos traços essenciais da atual situação da América Latina é o grande impulso da luta e da ampliação da unidade de ação dos trabalhadores pelo aumento dos salários, contra o alto custo de vida, pelo seguro social, contra o desemprêgo e as demissões. Nestas lutas se entrelaçam, cada vez mais estreitamente, com a ação em defesa da economia nacional, contra a espoliação das riquezas nacionais pelos monopólios estrangeiros, pela ampliação do comércio com todos os países, pelos direitos sindicais e pelas liberdades democráticas e pela paz.

Apesar de que o grau de luta e de unidade dos trabalhadores não é igual em todos os países, contudo, mesmo naqueles onde o movimento sindical está mais dividido ou onde as represálias são mais intensas, os trabalhadores respondem à ofensiva patronal e à violação dos direitos sindicais com greves combativas e manifestações de protestos e com o fortalecimento da unidade em suas próprias fileiras.

À medida que estas lutas se desenvolvem e os partidários da unidade sabem eliminar de sua política tudo que tende a desunir os trabalhadores e encontrar os caminhos da unidade, o divisionismo vai perdendo terreno tanto entre os operários das emprêsas e nas organizações de base dos sindicatos, como entre numerosos dirigentes sindicais de todos os critérios e filiações.

Graças à unidade de ação, que levou os trabalhadores a obterem importantes êxitos e vitórias, cresce entre os mesmos a decisão de ampliar as ações unitárias por suas reivindicações

em escala industrial, nacional e continental e para reconstruir a unidade sindical orgânica na América Latina.

As modificações em favor da unidade que se estão operando atualmente no movimento sindical latino-americano são um reflexo das peculiaridades dêsse movimento e das modificações em escala internacional. Elas se devem, de um lado, à crescente convicção dos trabalhadores de que a conquista de suas reivindicações depende, antes de mais nada, de sua unidade e, de outro, ao fato de que as organizações e os partidários da CTAL aplicaram, cada vez melhor, a política da FSM de levantar e defender as reivindicações dos trabalhadores, de forjar a unidade de ação nas emprêsas e entre as organizações sindicais, de propiciar e apoiar tôda iniciativa de unidade orgânica dos sindicatos e de combater o sectarismo.

Frente à ofensiva dos monopólios estrangeiros e dos grandes capitalistas contra os salários, ordenados e pensões; frente à política de inflação e suas conseqüências; frente à intensificação desumana do trabalho, as demissões e a agravação das já por si terríveis condições de vida dos trabalhadores agrícolas e frente à violação sistemática dos direitos sindicais, a aplicação firme e persistente da linha e das resoluções da FSM, adaptadas à situação concreta latino-americana, continua sendo a condição para triunfos ainda maiores da classe operária no futuro.

No caminho rumo à ampliação da unidade de ação e a reconstrução da unidade sindical na América Latina é preciso levar em conta as características particulares da América Latina e de cada um de seus países bem como de seu movimento sindical.

São as seguintes algumas dessas particularidades:

— O caráter monoprodutor da economia da maior parte dos países. Êste traço específico de sua economia traz como conseqüência que os trabalhadores ocupados no setor econômico esencial sejam os mais numerosos em relação aos outros setores operários. Em alguns países, os operários dêsses ramos de produção desempenham um papel decisivo e um outros um papel sumamente importante para a conquista da unidade de ação e da unidade sindical, dos trabalhadores dos demais ramos da economia. Tal fato impõe, mais que em qualquer outra

região do mundo, a necessidade de prestar a máxima atenção às reivindicações, à organização sindical e aos problemas de unidade dos trabalhadores dessas principais indústrias ou ramos agrícolas.

— As freqüentes modificações de ordem política que se produzem nos países latino-americanos, como resultado dos golpes de Estado, eleições etc. Essas modificações de govêrno criam em conseqüência novas situações, favoráveis ou desfavoráveis, para o movimento sindical e sua unidade. Para fazer avançar a unidade de ação e a unidade sindical dos trabalhadores é preciso levar em conta estas modificações de ordem política e, de acôrdo com seu caráter, adotar a posição conveniente aos interêsses e à unidade dos trabalhadores.

— O caráter reacionário da legislação sindical da maioria dos países latino-americanos. Ela dificulta imensamente a livre organização dos operários, dificulta ou impede o exercício do direito de greve, faculta às autoridades intervir na vida interna dos sindicatos, violar o direito da livre eleição dos dirigentes sindicais, impor a filiação internacional das organizações operárias, etc. Nesta legislação, mais os métodos de aberta violência que numerosos governos aplicam, levam a que os operários se afastem dos sindicatos, a que os sindicatos se tornem organizações burocráticas e a que numerosos dirigentes sindicais se deixem corromper pelos patrões e pelos governos. Isto impõe a necessidade de que a luta por melhores condições de vida e pela unidade e organização dos trabalhadores tenha que estar sempre estreitamente ligada com a luta pela abolição das leis e dos decretos antioperários, pela defesa das liberdades democráticas e dos direitos sindicais.

— Na maior parte dos países, bem como em escala continental, o movimento sindical está dividido em várias centrais, filiadas a diferentes organizações internacionais ou não filiadas a nenhuma, e em numerosos sindicatos paralelos, autônomos, etc. Esta divisão é fomentada e utilizada pelos patrões para, de um lado, intensificar a exploração dos trabalhadores e continuar atacando seus direitos e impedir suas ações de solidariedade mútua e, de outros, para dificultar que importantes setores de assalariados, particularmente os trabalhadores agrícolas,

ingressem nos sindicatos, evitando assim que cresça a capacidade de luta e a potência orgânica de todo o movimento sindical.

Dentro de tal situação, a CTAL e suas organizações filiadas, que não têm outro objetivo que o de unir e defender a todos os trabalhadores, devem continuar vencendo os obstáculos que, no seio do movimento sindical, ainda impedem a unidade de ação e a aproximação e a cooperação fraternal entre os sindicatos de tôdas as tendências e filiações.

Entre êstes obstáculos existem três que, atualmente, mais dificultam a realização dos objetivos unitários:

— A sistemática negativa da direção da ORIT à unidade de ação e sua constante propaganda hostil à CTAL.

— A falta de democracia interna em um grande número de organizações sindicais.

— Os vestígios de sectarismo nas massas trabalhadoras, inclusive nas que estão organizadas dentro da CTAL ou sob sua influência.

Não obstante os reiterados apelos à unidade, feitos pela CTAL, à direção da ORIT nos últimos anos, esta não desistiu de sua atitude antiunitária e, pelo contrário, desafiando a opinião e os sentimentos dos trabalhadores de tôdas as tendências, exortou pùblicamente aos governos a colocarem a CTAL na ilegalidade.

Além disso, alguns dos principais dirigentes da ORIT tratam obstinadamente de impor sua política antiunitária sôbre as direções das centrais nacionais a ela filiadas. Em alguns países, aproveitam-se das represálias do govêrno contra o movimento sindical independente para realizar seu trabalho de divisão. Assim, por exemplo, um dos principais objetivos dos divisionistas nos últimos tempos é o de romper a unidade dos trabalhadores do Chile, e de dividir a Central única dos trabalhadores dêsse país.

De outro lado, a falta de democracia sindical conduz, juntamente com a legislação antioperária e a violência das autoridades, a uma burocratização ainda maior dos sindicatos. Dirigentes sindicais, uns equivocadamente e outros conscientemente, não levam os trabalhadores a participarem na elaboração

de suas reivindicações e as resolvem por si mesmo — sem consultar a opinião dos operários e sem levá-las em conta — impõem contribuições obrigatórias descontadas dos salários pelos patrões, etc. Esta falta de democracia sindical impede, por sua vez, que os membros dos sindicatos possam manifestar livremente suas opiniões e resolver suas divergências por meio de discussões fraternais e nas assembléias e congressos; possibilita a aplicação de uma política extremamente nociva à unidade, de intolerância e discriminações e torna difícil ou impossível a eleição democrática dos dirigentes. A falta de democracia sindical contribui para aprofundar ainda mais a divisão entre os trabalhadores.

Por último, no que se refere aos vestígios do sectarismo, é preciso afirmar que, apesar de que nos últimos anos se conseguiu consideráveis avanços na luta contra êste mal dentro das fileiras da CTAL, o mesmo não foi ainda totalmente liquidado. Na realidade, subsistem em suas fileiras manifestações de superestimação das próprias fôrças, de subestimação das organizações filiadas a outras centrais internacionais, de considerar-se a si mesmo isentos de erros e equívocos, de resistências ao trabalho nas emprêsas e a pertencer aos sindicatos que não praticam a democracia em sua vida interna, de poucos esforços para cultivar relações fraternais com os dirigentes sindicais de outros critérios e filiações, de invocar freqüentemente o passado de certos dirigentes sindicais ou de destacar as divergências com êles no presente, de não insistir suficientemente junto aos dirigentes das organizações não filiadas sôbre a necessidade de se colocarem conjuntamente de acôrdo nos pontos sôbre os quais não existem divergências, etc.

A experiência dos últimos anos ensinou que, nos países onde as organizações e os partidários da CTAL souberam realizar um trabalho sério e sistemático nas emprêsas e ligar a luta dos trabalhadores por suas reivindicações com a luta pela unidade e a democracia sindical, combatendo ao mesmo tempo as atitudes e opiniões sectárias, foram alcançados importantes progressos na unidade de ação e na unidade sindical dos trabalhadores de tôdas as tendências e filiações. Exemplos dêsses progressos são o surgimento das centrais sindicais únicas do Chile, Bolívia e Peru; as amplas ações unitárias dos trabalha-

dores no Brasil, Argentina, Cuba, Costa Rica e outros países e os avanços da unidade sindical no Uruguai.

Por conseguinte, o trabalho nas emprêsas e a ação para agrupar a todos os trabalhadores e a todos os sindicatos na luta comum por reivindicações comuns, indissolùvelmente ligada à luta contra os mencionados obstáculos que se opõem à unidade, continua sendo a condição essencial para a realização de futuros progressos unitários na América Latina.

As principais reivindicações que, atualmente, poderiam servir de plataforma comum de luta para tôdas as organizações sindicais, independentemente de sua filiação, são as seguintes:

— Pelo aumento dos salários, ordenados e pensões e pela melhoria e a aplicação do seguro social.

— Contra o alto custo de vida.

— Contra o desemprêgo e as demissões, ligado estreitamente à luta em defesa e pelo desenvolvimento da economia nacional, pela realização da reforma agrária e pelo estabelecimento e ampliação das relações comerciais com todos os países.

— Pelo respeito aos direitos sindicais e às liberdades democráticas e pela liberdade dos militantes sindicais presos.

— Por uma política em defesa da soberania nacional e da paz.

Por estas reivindicações manifestam-se atualmente, de uma ou outra forma, a maior parte das organizações sindicais. Baseadas nelas e em outras reivindicações de caráter específico, desenvolveram-se nos últimos tempos as grande ações unitárias dos trabalhadores na América Latina. Estas reivindicações, ou uma parte delas, podem atualmente continuar sendo a base sôbre a qual se continue forjando a unidade de ação dos trabalhadores e de suas organizações também em um futuro imediato.

A fim de dar um impulso maior à unidade em escala nacional e continental é necessário que os trabalhadores exerçam constante pressão sôbre os dirigentes que a ela se opõem. É necessário não olvidar que, diferentemente da CTAL, que é uma central sindical que congrega apenas os países latino-america-

nos, a ORIT é uma organização continental que agrupa também os sindicatos da América do Norte, a AFL-CIO, cujos dirigentes nela desempenham o principal papel. Seria um grave êrro confundir a atividade antiunitária de certos dirigentes da AFL-CIO e da ORIT com a dos trabalhadores norte-americanos por exemplo. Os trabalhadores dos Estados Unidos, quando se declaram em greve contra a exploração dos monopólios, estão dando, de um modo indireto, sua solidariedade aos trabalhadores latino-americanos que lutam também contra os mesmos monopólios. De outro lado, em numerosas ocasiões, muitos sindicatos da América do Norte e do Canadá realizaram ações de solidariedade para com os trabalhadores latino-americanos em luta. Os trabalhadores latino-americanos exercem, junto com êles, uma pressão sôbre os dirigentes da AFL-CIO e da ORIT em favor da unidade e da solidariedade.

Assim, por exemplo, além dos apelos à unidade que a direção da CTAL faz freqüentemente à direção da ORIT, os trabalhadores das emprêsas e seus sindicatos deveriam reclamar, de um modo direto, a essa central continental e às suas organizações filiadas, apoio às suas reivindicações econômicas e sociais e ações de solidariedade às suas lutas pelos direitos sindicais, a liberdade dos presos operários, a legalidade dos sindicatos, etc.

Dentro do mesmo espírito de unidade, a CTAL deve propiciar e estimular os mais amplos contatos e cooperação entre as diferentes organizações sindicais de cada país e, particularmente, propiciar e impulsionar os contatos diretos entre as mesmas em escala continental, através da correspondência, do intercâmbio de delegações, de convites para a mútua participação nos congressos sindicais, etc.

Dadas as condições favoráveis que se criaram para acelerar o processo de unidade de ação e unidade sindical em escala continental, é necessário que a CTAL estimule algumas outras iniciativas unitárias, tais como a de propiciar a unidade de ação entre os trabalhadores de uma mesma indústria, ou entre os que trabalham para um mesmo truste estrangeiro.

Assim, por exemplo, poderiam ser organizadas conferências de caráter continental, ou de certas regiões do continente, dos sindicatos portuários e marítimos, dos da luz e da fôrça, dos mineiros, dos trabalhadores agrícolas da Unitet Fruit, etc.

Esta classe de conferências, além de facilitar a unidade de ação dos respectivos sindicatos pelas reivindicações dos trabalhadores dessas indústrias, contribuíram para o progresso geral da unidade de ação no continente.

Tomando como ponto de partida a situação da CTAL em fins de 1950, pode-se constatar o seguinte:

a) A influência da FSM e dos partidários da CTAL reforçou-se consideràvelmente.

b) Não obstante, a CTAL deixou de agrupar a maioria dos trabalhadores organizados da América Latina.

Se por influência se compreende a quantidade de trabalhadores que seguem a linha da FSM, não há dúvida de que ela aumentou consideràvelmente nos últimos anos. Desde 1950, os partidários da CTAL deram consideráveis passos à frente do ponto de vista de sua ligação e ação entre os trabalhadores. Exemplos disso são os avanços do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, Costa Rica e outros países.

Contudo, o número de organizações filiadas à FSM diminuiu consideràvelmente.

Tal fato deve-se às seguintes razões:

1) No período transcorrido foram declaradas fora de lei ou adotaram uma atitude antiunitária — devilo à imposição violenta de novos dirigentes — as centrais filiadas de Cuba, Brasil, Colômbia, Guatemala e outras. Os sindicatos dessas organizações, levando em conta a nova situação, filiaram-se às centrais legais ou permaneceram autônomos.

2) Certas centrais sindicais filiadas, como as do Chile e da Bolívia, com o fim de possibilitar a constituição de centrais únicas em seus países, se dissolveram para integrar respectivamente a CUTCH e a COB.

3) Outras organizações filiadas, como a do Panamá, sofreu perseguições e o número de seus filiados diminuiu.

Em conseqüência desta situação, estão hoje em dia filiadas à CTAL as seguintes centrais sindicais: a UTG do Uruguai, a CTE do Equador, a CGTC de Costa Rica a FST do Panamá, a UGOCM do México e a FTDFEM de Caracas (Venezuela).

Contudo, seria errôneo ver a fôrça da CTAL e da FSM ùnicamente do ponto de vista numérico. É preciso levar em conta o grande poder que representam no movimento sindical latino-americano os movimentos unitários na Argentina, Brasil, Cuba, Paraguai, etc., onde os partidários da CTAL e da FSM dirigem grandes lutas e constituem uma importante fôrça organizativa nas emprêsas e, inclusive, em numerosos sindicatos filiados à ORIT.

No que se refere à ORIT, do ponto de vista do número de organizações e operários formalmente organizados em seu seio, é a central continental mais importante hoje em dia. A ORIT diz ter 25 milhões de operários organizados. Isto é, naturalmente, um grande exagêro, mesmo se se leva em conta a filiação a ela dos sindicatos norte-americanos. A ORIT conta com centrais sindicais importantes no Brasil (1.340.000 organizados), Cuba (1.200.000), México (1.000.000) Colômbia (70.000), Paraguai e Pôrto Rico, e com menos importantes no Uruguai e em alguns outros países. (Os números são da "Revue Internacionale du Travail" da OIT, do Ministério do Trabalho do Brasil e de outras fontes).

Mas, não obstante a necessidade de conceder tôda a importância à ORIT, seu edifício está construído em grande parte sôbre areia. Em um clima de democracia e de respeito aos direitos sindicais, a ORIT poderia sofrer com rapidez um vertiginoso descenso no número de suas organizações filiadas. A política antiunitária de seus principais dirigentes é profundamente repudiada pelos trabalhadores latino-americanos.

No que se refere à ATLAS, com exceção da Argentina, cuja CGT tem uns 5.000.000 de filiados, nunca constituiu uma fôrça séria no movimento sindical latino-americano. Agora, depois da queda de Perón, está pràticamente desintegrada. Hoje em dia conta com alguns pequenos sindicatos em Nicaragua, Costa Rica e Haiti. A CNT da Colômbia, filiada a TLAS, foi dissolvida. A ORIT trata de aproveitar-se da nova situação na Argentina para lograr a filiação de sua central sindical, mas esbarra com os sentimentos antiimperialistas dos trabalhadores.

No que se refere aos sindicatos autônomos, a situação atual da América Latina explica a tendência para o autonomismo sindical em alguns países. Esta tendência recebeu um grande

impulso com a constituição da CUTCH no Chile (600.000). Depois se manifestou na Bolívia (a quase totalidade dos operários e camponeses integra a COB) e no Peru (190.000), cujas centrais sindicais decidiram não se filiar a nenhuma central continental. Não está excluída a possibilidade de que o mesmo ocorra na Argentina com a CGT. De fato, esta central sindical é atualmente uma organização autônoma.

Além disso, existem centrais sindicais autônomas na Venezuela (300.000) e na República Dominicana (200.000), ambas de caráter governamental, apoiadas pelas ditaduras reacionárias. O país em que o autonomismo sindical está mais ampliado é o México. Ali existem numerosas federações e algumas centrais sindicais autônomas. Mas o autonomismo manifesta-se também no Uruguai (onde há mais de 40 sindicatos autônomos com uns 50.000 filiados), na Colômbia e em outros países.

As centrais sindicais e sindicatos autônomos não têm todos a mesma fisionomia política. Há entre êles organizações que seguem uma política unitária (como a CUTCH), que tem bons programas de luta (Bolívia e Peru) e outras que adotam posições reacionárias e abertamente antiunitárias (Venezuela, República Dominicana). Em muitas dessas organizações, os partidários da CTAL têm grande influência e algumas delas estão inclusive filiadas às UIS da FSM (México, Chile, Uruguai).

Levando em conta as modificações que se operam nos últimos anos no movimento sindical, seu estado atual de organização e, principalmente, a diversidade de situações de problemas de cada país, é natural que as questões de unidade e de organização sindical não podem ser resolvidas do mesmo modo em tôda a América Latina. Para encontrar uma justa solução para êsses problemas se exigem antes de tudo, um conhecimento profundo da situação específica de cada país e de seu movimento sindical, e das possibilidades e caminhos existentes em cada um dêles para fazer avançar a unidade de ação e a unidade sindical.

Isto significa que, para fazer progredir a unidade em escala continental, tôda a atividade da CTAL deve ser projetada em direção aos próprios países, o que supõe modificações de organização na CTAL e em seus métodos de direção, especialmente

no sentido da descentralização da direção e das atividades da CTAL.

Estas modificações devem visar o objetivo de que a CTAL se vincule mais estreitamente com o movimento sindical de cada país, que seus dirigentes visitem com mais freqüência os países, se apresentem nas assembléias operárias, estabeleçam contatos e relações com os trabalhadores e dirigentes dos sindicatos não filiados, que em suas publicações se reflitam mais as reivindicações e as lutas dos trabalhadores e que se popularizem mais as experiências positivas de unidade de ação. Tais modificações devem facilitar também a realização do objetivo de que as atividades da CTAL e da FSM, bem como suas publicações sejam legais em tôda a América Latina, que seus dirigentes gozem do direito de visitar todos os países.

No decorrer das discussões, em matéria de organização, foram adiantadas algumas idéias. Trata-se dos elementos essenciais que se deduzem da discussão realizada com os membros do C.C. da CTAL, por ocasião da reunião do Conselho Geral e posteriormente.

— Uns manifestaram a opinião de que não é necessário modificar a organização atual da CTAL, que é suficiente reduzir a composição do seu Secretariado e que é necessário desenvolver as atividades dos Comitês regionais Sul Atlântico e Sul Pacífico.

— Outros consideram que é necessário dividir a CTAL em duas regiões principais:

a) os países da América Central e do Norte e b) os países da América do Sul. Dêste modo, uma parte do secretariado da CTAL assumiria a responsabilidade pela região norte centro e a outra pela região sul.

— Que o próximo Congresso da CTAL deveria reduzir o número de membros do C.C., a fim de facilitar sua reunião e levar em conta a composição atual da CTAL.

— Que é necessário aspirar que os dirigentes da CTAL sejam companheiros que representem organizações sindicais legais levando-se em conta, ao mesmo tempo, os quadros sindicais que, sem representar formalmente organizações legais, são contudo, representativo.

Anexo 2-II-1 (3)

O FORUM SINDICAL DE DEBATES, (Santos, SP)

Órgão de cúpula do sindicalismo santista, é, como o dizem seus próprios dirigentes, o C.G.T. de Santos. *Sua origem remonta ao ano de 1955,* sendo mais ou menos uma sequência do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e União Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores de Santos, que, por sua vez, advem da Internacional de Santos. Após o fechamento dessas entidades pela Polícia, trataram os líderes sindicais desta cidade, encabeçados por JOÃO DE MORAES CHAVES, de organizar outra que pudesse controlar, de conformidade com seus interesses, via de regra políticos, as classes trabalhadoras. Assim é que:

14. 9.55 Publica o jornal "O Diário" artigo sob o título "Forum de Debates e os Dirigentes Sindicais", pelo qual sugeria a criação do Forum Sindical de Debates, que teria a função de estabelecer debates elucidativos, a fim de que os trabalhadores tivessem oportunidade de melhor conhecer seus direitos e, igualmente, suas obrigações, através de palestras para as quais seriam convidados os autores de projetos de caráter trabalhista, ou de qualquer forma ligado ao interesse dos trabalhadores, apresentados à Câmara Federal, ou pela Presidência da República enviado ao Congresso. Assim teriam os trabalhadores ensejo de debater, democraticamente, problemas de seu interesse.

15. 9.55 Convocam os líderes sindicais de Santos, através do jornal "A Tribuna", uma reunião de cujos editais constava, como item 5º, "posição dos Sindicatos sôbre

a viabilidade da criação de um FORUM DE DEBATES de assuntos relacionados com os interesses dos trabalhadores".

16. 8.56 É criado o FORUM SINDICAL DE DEBATES, sendo seu primeiro presidente (1ª mesa diretora) o então agitador JOÃO DE MORAES CHAVES, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Urbanas de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão.

20. 4.57 Reune-se para elaborar planos de festejos comemorativos ao 1º de Maio. Já então os elementos comunistas pretendem que constasse do programa uma passeata e realização de comício de caráter subversivo, tendo se destacado nessa pretensão BERNARDO DE ABREU MADEIRA (presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio), HENRIQUE MATIAS (presidente do Sindicato dos trabalhadores na Construção Civil), ANTÔNIO GUARNIERI (presidente do Sindicato dos Bancários), JOSÉ KANIOWSKI (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica) e RAIMUNDO BRITO DOS SANTOS (presidente da União Municipal dos Servidores Públicos).

16. 7.57 Reune-se, contando com cêrca de 200 pessoas, tendo-se procedido à nomeação da 3ª mesa diretora, que ficou assim constituída: presidente, BERNARDO DE ABREU MADEIRA, secretários, JOÃO DE MORAES CHAVES e ANTONIO GUARNIERI. Entre outros assuntos, foram tratados: direito de greve; extinção, mediante amplo movimento sindical, do Fundo Social Sindical; viagem de um grupo de lideres a Itanhaém, a fim de lá fundar o Sindicato dos Empregados e Assalariados Agrícolas do Litoral Paulista.

15. 8.57 Em nome dos 40 sindicatos que já representava, dirige-se, por telegrama, ao Ministro da Guerra e aos presidentes dos Sindicatos dos Bancários, do Rio de Janeiro e de São Paulo, ao primeiro, em apoio à defesa da constituição da Petrobrás, e aos demais, em favor da classe bancária. Era presidente da mesa diretora o bancário comunista ANTONIO GUARNIERI.

27. 8.57 Toma posição ao lado dos operários e carpinteiros navais que haviam se declarado em greve, dando-lhes apoio e fazendo ampla campanha, atacando o govêrno.

23.10.57 Faz, através da imprensa, proclamação dando integral apoio aos trabalhadores em greve, terminando com "vivas ao direito de greve".

7.11.57 Realiza eleições para composição da diretoria, sendo vencedora, dentre 3, a chapa encabeçada por JOÃO DE MORAES CHAVES.

21.11.57 Toma posição ao lado dos enfermeiros, solicitando do Tribunal Regional do Trabalho o apressamento do julgamento do dissídio coletivo, tendo em vista a tendência de greve daquela categoria.

30. 3.58 Presente, através de seus diretores, à II Conferência Nacional Intersindical, realizada no Rio de Janeiro.

14. 7.58 Em assembléia, é eleita nova diretoria, na qual, novamente encabeçada por JOÃO DE MORAES CHAVES, aparecem os comunistas FELIPE RAMOS RODRIGUES, ANTONIO GUARNIERI, NELSON DE ALMEIDA, HENRIQUE MATIAS, ORLANDO SPOSITO, JOÃO AUGUSTO DE BRITO, e outros.

3. 8.58 Reune-se e decide, ante o veto imposto pelo Presidente da República ao art. 4º da Lei nº 3.399, decretar, com antecedência de 3 dias da sessão do Congresso Nacional, que apreciaria aquele veto, uma greve de advertência, de 5 minutos no 1º dia e de 10 minutos nos subseqüentes.

15.12.58 Realiza PASSEATA CONTRA A CARESTIA, com o comparecimento de cêrca de 2.000 pessoas. Houve algumas arruaças praticadas por elementos embriagados, mas prontamente reprimidas.

27. 4.59 Reune-se para tratar da greve dos marítimos da Cia. Docas de Santos, tomando posição ao seu lado e, a certa altura, o comunista FELIPE RAMOS RODRIGUES propõe uma GREVE GERAL em Santos, na qual deveriam intervir todos os sindicatos, a fim de forçar a decisão favorável aos grevistas.

1. 5.59 Resolve a diretoria suspender as festividades programadas, em virtude do falecimento de dois líderes sindicais (NELSON DE ALMEIDA e LUIZ VITKOSKI). Com isso não concordaram os elementos comunistas, que exigiram e realizaram discursos, inclusive durante o sepultamento, quando atacaram o govêrno e a diretoria do Forum pela medida adotada, ao que chamaram sabotagem.

2. 5.59 Envia ao Presidente da República telegrama protestando contra a atitude protelatória do Ministro da Viação e Obras Públicas no caso dos marítimos da CDS, acrescentando que essa atitude vem contrariar compromisso assumido com os dirigentes sindicais, alertando que outras categorias poderão tomar atitudes de conseqüências imprevisíveis.

28. 7.59 Reune-se para debater o problema da Convenção Contra a Carestia, de iniciativa do Centro dos Estudantes de Santos. Falaram vários oradores, todos enaltecendo a união entre estudantes e trabalhadores. Ao final foi organizada a Comissão Executiva do Movimento Contra a Carestia, ficando, na direção do setor estudantil LUIZ RODRIGUES CORVO, no setor trabalhadores ORLANDO SPOSITO e no setor bairros, morros e vilas MANOEL AGUIAR JUNIOR, todos comunistas.

28. 8.59 Movimenta-se a fim de, reunindo todos os trabalhadores, forçar a aprovação pelo Congresso Nacional, da Lei Orgânica de Previdência Social e o direito de greve. Resolve fazer paralizar o trabalho na cidade, no dia 23 de setembro, a fim de homenagear o ex-governador Jânio Quadros.

19. 9.59 Inicia movimento interno contra o presidente JOÃO DE MORAES CHAVES, havendo mesmo, em assembléia, se decidido fazer seu entêrro simbólico.

10.10.59 Realizam-se eleições, vencendo a chapa encabeçada por EXPEDITO GUEDES RODRIGUES, sendo derrotada a chapa comunista.

30. 3.60 Reune-se, em trabalhos preparatórios, para a 1ª Conferência Sindical dos Trabalhadores de Santos.

21. 6.60 Reune-se para debater o caso dos trabalhadores do Moinho Paulista (alguns trabalhadores haviam sido transferidos para o Paraná) e envia ofício à direção da firma empregadora informando que todos os trabalhadores de Santos se solidarizavam com aquêles empregados e que se não fôssem atendidos haveria uma GREVE GERAL de tôdas as categorias profissionais da cidade.

30. 6.60 Conclama os trabalhadores e o povo a cessarem suas atividades a 1º de julho, numa GREVE GERAL em apoio aos trabalhadores do Moinho Paulista.

2. 7.60 Termina à 0 hora a GREVE GERAL realizada na véspera. Destacaram-se nesse movimento os comunistas WALDEMAR NEVES GUERRA, ORLANDO SPOSITO, ANTONIO RODRIGUES, OSWALDO LOURENÇO, OSWALDO PACHECO DA SILVA, JAIME PERES, MANOEL DE ALMEIDA, BERNARDO DE ABREU MADEIRA, tendo a colaboração do proprietário da Rádio Cultura de São Vicente, PAULO MANSUR.

13. 7.60 Comunica a todos os sindicatos que haverá assembléia para ser resolvida a data da deflagração da GREVE GERAL por 48 horas, em apoio aos trabalhadores do Moinho Paulista. Decidiram, posteriormente, adiar por 8 dias êsse movimento, que afinal não se realizou.

24.10.60 Realiza eleições para nova diretoria. Concorreram duas chapas, voltando a vencer a que era encabeçada por EXPEDITO GUEDES RODRIGUES, derrotando, mais uma vez, a comunista.

29.10.60 Reune-se para estudar a greve dos trabalhadores do DER e SPG, tendo WALDEMAR NEVES GUERRA, proposto se desse um prazo de 10 dias para solução favorável aos grevistas, e, caso não fôssem atendidos, deflagrariam GREVE GERAL na cidade, tendo sido, nessa proposta, secundado por OSWALDO LOURENÇO (ambos estranhos às categorias em greve).

8. 2.61 Reune-se e resolve dar apoio à greve dos estivadores.

26. 4.61 Reune-se e resolve dar apoio à greve dos arrumadores.

30. 8.61 Por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros, decide desencadear MOVIMENTO GREVISTA DE ÂMBITO GERAL, na cidade, quando efetuou a Polícia a prisão de alguns agitadores comunistas.

31. 8.61 Realiza reunião programada e conclamada pelos elementos comunistas, tendo à frente WALDEMAR NEVES GUERRA, MANOEL DE ALMEIDA, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, ORLANDO SPOSITO, VITOR PORTA NOVA, ANTONIO GUARNIERI, HENRIQUE MATIAS, HERNANI FERREIRA LEITE, e outros, com o comparecimento dos advogados comunistas RAFAEL SAMPAIO FILHO, DANTE LEONELLI e FREDERICO JOSÉ AFLALO. Nessa ocasião foi verberada, de forma violenta, a atitude dos dirigentes do Forum, que foram taxados de traidores, covardes, pelegos, patronais, etc., e, numa atitude inteiramente reacionária, resolveram constituir uma JUNTA GOVERNATIVA composta de 5 membros, depois alterada para 7, dos quais 5 eram comunistas e 2 inocentes úteis.

1. 9.61 Reune-se, já dirigido pela Junta Governativa. Foi lido manifesto subscrito por OSWALDO PACHECO DA SILVA, da Federação Nacional dos Estivadores, conclamando à GRÉVE GERAL em todos os portos do Brasil.

2. 9.61 Reune-se, sob a presidência do comunista GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA e resolve conclamar o povo a que suspendesse suas atividades e comparecesse à Praça Mauá, quando seriam comemorada a posse do presidente João Goulart. Durante a reunião presentes os comunistas de Santos, foram feitas as mais variadas sugestões, tôdas de caráter subversivo.

7. 9.61 Comanda a concentração popular em favôr do plebiscito.

14. 9.61 Reune-se, sob a presidência da Junta Governativa, e resolve: entrega à Junta Governativa dos livros, documentos e valores; prestação de contas. Não tendo comparecido a antiga diretoria foram seus participantes acremente censurados. Resolveu a Junta convocar

as entidades sindicais para tratar dos seguintes assuntos: reajustamento salarial, baseado na elevação do custo de vida; revisão do atual nível do salário-mínimo; férias de 30 dias para os trabalhadores; gratificação de Natal correspondente a 1 mês de salários; aplicação da Lei Orgânica de Previdência Social. Tratou-se ainda, da eleição a ser convocada para escolha da nova diretoria. Presentes todos os lideres sindicais comunistas.

16. 9.61 Reune-se, agora sob a presidência de ANTONIO VITOR DOS SANTOS, e tendo como vice-presidente JULIO GONÇALVES PINHEIRO, 1º secretário CAMILA DE ALMEIDA, 2º secretário ANTONY CAVALCANTI DE SOUZA e tesoureiro ANTONIO MOREIRA e, depois de vários assuntos tratados, é denunciado o fato de vir a entidade sendo usada indevidamente, por elementos que, destituidos de credenciais, se propõem a dirigi-la.

21. 9.61 Resolve hipotecar solidariedade aos trabalhadores da construção civil e felicitar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos pela vitória obtida com o aumento salarial, e repudiar o aumento das passagens de bondes e ônibus.

16.10.61 Realizam-se eleições, vencendo a chapa comunista, encabeçada por GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA e tendo, nos demais cargos, ANTONIO GUARNIERI como vice-presidente, OSWALDO LOURENÇO 1º secretário, ALFREDO EGREJAS 2º secretário, VITOR PORTA NOVA, tesoureiro. No quadro de suplentes e membros do Conselho Fiscal, verifica-se que a quase totalidade é formada de comunistas. Com essa diretoria começa realmente a fase deletéria do Forum Sindical de Debates.

28.10.61 Reune-se para estudar a situação dos trabalhadores em titurarias e lavanderias, do S.M.T.C. e da Repartição do Saneamento, bem como o estado de funcionamento do SAMDU.

8.11.61 Em reunião havida, resolve nomear comissão para fiscalizar a arrecadação e aplicação dos fundos angariados pela Cruzada de Recuperação Financeira da Santa

Casa de Santos. Decidem, nessa mesma reunião, escolher o elemento do Forum que acompanhará a comissão de Delegados ao V Congresso Mundial Sindical que se realizaria em dezembro, em Moscou, recaindo a escolha no vice-presidente, ANTONIO GUARNIERI.

17.11.61 Em reunião desta data, resolvem seus dirigentes, entre outras coisas: dar todo o apoio ao Sindicato dos Tintureiros, visto não estarem os empregadores cumprindo o acôrdo homologado no Ministério do Trabalho; enviar ofício à Câmara, solicitando aprovação do projeto n. 375/61, que favorecia os bancários; oficiar à diretoria da Santa Casa, comunicando que sòmente daria apoio à Campanha de Recuperação Financeira, se fôsse cumprido o dissídio coletivo TRT/SP 170/57A, ganho pelo Sindicato dos Enfermeiros.

6.12.61 Envia telegramas ao Presidente da República e ao Presidente da Câmara Federal, congratulando-se, em nome de 56 sindicatos, com o reatamento de relações diplomáticas Brasil-URSS e solicitando a extensão dessa medida à China Comunista.

12.12.61 Precedida de ampla publicidade pela imprensa, realiza assembléia com objetivo de adotar medidas visando forçar o Senado a aprovar a lei que concederá aos trabalhadores o direito ao 13º mês — como abono de Natal. Contando com a presença dos lideres sindicais OSWALDO LOURENÇO, JOSÉ BARRETO (êste dirigindo os trabalhos), AUGUSTO VERNDEL, ALBERTO PIRES BARBOSA, FORTUNATO DANTAS, ANTONIO MOREIRA, JULIO GONÇALVES PINHEIRO, ANTONIO RODRIGUES (vereador), URIAS GOUVEIA, GILBERTO PEREIRA DA COSTA, AGRICIO SÁ, ALBERTO DE CARVALHO, BENEDITO DOS SANTOS, GELASIO AYRES FERNANDES, e outros, deliberaram: deflagrar GRÉVE GERAL no caso de não aprovação, pelo Congresso do projeto 440/59 (13º salário); reunião dos lideres sindicais, no dia 13, a fim de traçarem os planos para a gréve geral; distribuição de volantes; envio de veículos providos de alto-falantes, aos locais de trabalho;

confecção e distribuição de circulares; FORMAÇÃO DE PIQUETES DE GRÉVE.

13.12.61 Faz publicar comunicado de GRÉVE GERAL a partir de 0 hora. Posteriormente resolveram suspender êsse movimento, face às denúncias de sua ilegalidade.

14.12.61 Reune-se, com a presença dos lideres sindicais de maior evidência, para debater o assunto "GRÉVE GERAL". Dadas as razões de sua sustação, manifestaram-se os presentes, uns apoiando o critério adotado, e outros censurando-o. Nas exposições feitas, mais se destacaram, em atitudes subversivas, MANOEL DE ALMEIDA (disse que se não conseguissem o 13º salário, teriam um Natal com mesa vazia, passando fome); ORLANDO SPOSITO (estivera em Brasília e declarou que a maioria dos deputados era contra o 13º salário e que, portanto, deveriam os trabalhadores entrar na luta, denunciando os traidores); NELSON COUTINHO AZEVEDO (concitou todos à luta, com grande exaltação, chamando de covardes aos que não apoiam o F.S.D.); CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO (dizendo que sua categoria — Indústrias Químicas e Farmacêuticas — recebe 1 mês e 120 horas de abono, mas está disposta a ir à greve); JULIO GONÇALVES PINHEIRO (dizendo que a greve malogrou, mas os trabalhadores não foram derrotados, acrescentando que deveriam ser mais objetivos. Já fôra socialista, mas hoje está convencido que só com o marxismo é que poderão contar para conseguir a vitória), OSWALDO LOURENÇO (taxou o Presidente da República e o Governador do Estado de reacionários), GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA (atacou rudemente os dirigentes sindicais que divergiram de seu ponto de vista, chamando-os de covardes, traidores, pelêgos, acrescentando que Pereira Magaldi, do Movimento Sindical Democrático, estava recebendo dinheiro dos americanos para trair os trabalhadores. Mencionou ser o Governador do Estado um "safado", acrescentando "Parlamento de corruptos", "Senado de velhos corócas", "Jango Latifundiário", e outros epitetos). Ao final, aprovaram fôsse publicado pela imprensa local um

manifesto explicando as razões da sustação da greve geral (inoportunidade) e atacando as autoridades pelo aparato policial adotado, terminando com uma conclamação aos dirigentes sindicais e trabalhadores para que se unam para fortalecimento do órgão de cúpula, o Forum Sindical de Debates, para lutas futuras. No mesmo comunicado dá apoio aos trabalhadores da construção civil, que se encontram em greve.

23.12.61 Em ofício dirigido ao Forum Sindical de Debates e em entrevista concedida à imprensa, o presidente do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café repudia atos do presidente daquele órgão de cúpula do sindicalismo santista, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, visto estar êle se imiscuindo em problemas internos dos sindicatos e por ter usado, indevidamente, do nome daquele sindicato em proclamação de greve (comunicado de greve geral publicado a 13.12.61), acrescentando que Geraldo Silvino de Oliveira que, demagògicamente, vive apregoando a unidade sindical, na prática se desmascara, mostrando ser, na verdade, um subvertor da ordem.

11. 1.62 Realiza uma reunião para a qual foram convidados, especialmente, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA e DOMINGOS GARCIA, que tomaram lugar à mesa diretora, ambos participantes do último Congresso Mundial dos Trabalhadores, realizado em Moscou. Depois de tratado o caso da greve dos trabalhadores em vidros e cristais e da carta recebida pelo sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café, assunto êste que deu origem a sérias divergências entre os líderes sindicais presentes e que redundou com a retirada de grande parte dos presentes, de tal forma que, de aproximadamente 170 pessoas que lá estavam, apenas permaneceram 58, foi dada a palavra aos recém chegados de Moscou, para que fizessem uma exposição do que haviam visto, o que foi feito, da forma que lhes convinha.

22. 2.62 Reune-se para apreciar o movimento dos estivadores, que reivindicam melhoria salarial e, ao final, toma resolução que fêz publicar pela imprensa local, sob

o título "Esclarecimentos aos trabalhadores e ao povo em geral", onde, entre ameaças, previnem as demais categorias do porto que não executem suas tarefas sem os estivadores a bordo e, caso haja qualquer repressão contra êsses trabalhadores, com violência policial, que ponha em perigo as liberdades sindicais, deflagrarão uma GRÉVE GERAL na cidade.

24. 2.62 Distribue a todos os sindicatos fichas para encaminhamento de elementos para o Curso de Formação de Novos Dirigentes Sindicais. Um dos professores desse curso é o advogado comunista DANTE LEONELLI.

1. 4.62 Publica manifesto assinado por 24 dirigentes sindicais (dos quais apenas 12 são presidentes de sindicatos), quase todos comunistas, protestando contra a viagem do Sr. Presidente da República aos EE. UU.

11. 4.62 Declara-se em assembléia permanente, em apoio aos petroquímicos (com greve marcada para dia 13) e estivadores (com greve marcada para dia 16), ameaçando deflagração de GREVE GERAL, em solidariedade àquelas categorias.

26. 4.62 Reune-se para apreciar a greve dos petroquímicos, e resolve apelar ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da República, no sentido de serem as empresas do grupo petroquímico encampadas pela Petrobrás, de modo a que tenham todos os trabalhadores equiparados seus vencimentos.

1º. 5.62 Em festividades comemorativas à data, servem-se os dirigentes do Forum Sindical de Debates, especialmente seu presidente, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, para, em discursos, enaltecer a luta dos trabalhadores por seus direitos. Falando no cemitério, quando reverenciavam um companheiro falecido, apontaram-no como vítima do capitalismo. Realizaram, a seguir, um comício em praça pública, inaugurando a "Convenção Contra a Carestia". Usando da palavra OSWALDO LOURENÇO, disse, a certa altura "devemos seguir o exemplo da brava e pequenina Cuba", e, mais adiante, "uma revolução armada será o único meio de expulsar os exploradores", no que foi muito aplaudido.

3. 5.62 Reune-se para apreciar as propostas e contra-propostas havidas no caso dos estivadores. OSWALDO LOURENÇO concita os trabalhadores para se unirem para uma PARALIZAÇÃO GERAL, que viria solucionar todos os problemas do pôrto de Santos.

4. 5.62 Em reunião a qual compareceram, além dos lideres sindicais santistas, elementos vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo quando analizavam a greve dos petroquímicos, foi proposto por ORLANDO SPOSITO se deflagrasse GREVE GERAL, a partir de 0 hora de 8 do corrente, de forma a poderem demonstrar a fôrça dos trabalhadores, que sobrepujaria à da polícia discricionária, que seria derrubada pelos operários unidos. A greve geral seria decretada se até às 20 horas do dia 7 não fôssem atendidas as reivindicações dos petroquímicos de Cubatão. A propósito foram distribuidos boletins mimeografados comunicando aos trabalhadores e ao povo em geral, a resolução adotada, de deflagração de GREVE GERAL, dizendo ser êsse o passo inicial para a encampação das emprêsas estrangeiras. A certa altura foi dito por GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA "os patrões continuam intransigentes, mas serão esmagados pela unidade operária" (essa frase deveria constar do edital que fariam publicar).

5. 5.62 Reune-se para estudar as reivindicações dos motoristas e cobradores da Viação Santos São Vicente e Litoral S/A.

30. 5.62 Resolve tomar posição frente à ameaça de crise política no país e solidariza-se com os trabalhadores de Espanha, que se encontram em greve. A respeito da Conferência Regional dos trabalhadores faz publicar manifesto no qual afirma "nossos irmãos do campo são impedidos de plantar por uma criminosa estrutura feudal, nesta hora em que, sem amparo governamental, sem assistência médica, sem terra, sem nada, os homens do campo vegetam nas mais desumanas condições de vida, perseguidos, espancados, torturados e até mortos pela polícia como se passar fome fôsse crime".

14. 6.62 Reune-se e resolve: dar apoio aos arrumadores (aguardando regulamentação da profissão); solidariedade aos trabalhadores do setor de açúcar (em greve desde 4.6.62); envio de telegrama emprestando solidariedade aos portuários e marítimos de São Francisco do Sul (em greve há 1 mês).

23. 6.62 Conclama o povo para comício do dia 27, quando tratarão, inclusive, da "Marcha a Brasília".

25. 6.62 Nova ameaça de GREVE GERAL, caso não sejam atendidos os trabalhadores do DER e SPG. Em foco também o caso dos dispensados da Cia. Docas de Santos. A propósito dêstes últimos, resolveram nomear uma comissão para avistar-se com o diretor geral da C.D.S., cujo trabalho seria assessorado pelo F.S.D., para estudar as demissões havidas recentemente.

27. 6.62 Precedida de intensa propaganda, realiza comício na Praça da República, "a fim de serem prestados ao povo, esclarecimentos sôbre a situação nacional". Compareceram e usaram da palavra os comunistas JURANDYR DE ABREU, sua esposa ROSA GARCIA DE ABREU, MANOEL SILVESTRE DA SILVA, LAZARO MOREIRA, WALDOMIRO MANETTE DA SILVA, JOÃO MACHADO, AGNALDO MARQUES, ORLANDO SPOSITO, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS, BENEDITO NEVES GOIS, LUIZ RODRIGUES CORVO, DANIEL DO NASCIMENTO, OSWALDO LOURENÇO, HERNANI LEITE RIBEIRO, ANTONIO MARQUES CARVALHAL, JOSÉ ARNALDO ROSSI, DANTE LEONELLI, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, ANTONIO CAPELO, ANTONIO VITOR DOS SANTOS, RENE SILVA, e outros. Os oradores atacaram o govêrno e pregaram a união dos trabalhadores, reforma de base e reforma agrária, sendo que no tocante a esta última, referiam-se à reforma integral, com distribuição pura e simples de terras a todos os camponeses. Como de costume, foi empregada a técnica comunista, ou seja, cada orador abordava um tema, sendo que o último, no caso GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, enfeixou todos, para,

em têrmos agressivos, atacar o govêrno, pedindo a todos que se mantivessem vigilantes, pois que se não fosse formado um Gabinete Nacionalista e Democrático, o país inteiro pararia (já outro orador JORGE CARLOS GOMES), afirmara que Brizola pararia o Rio Grande do Sul).

3. 7.62 Reune-se para apreciação da escolha do Sr. Auro de Moura Andrade para 1º Ministro, tendo-se decidido pelo repúdio, por não representar a vontade dos trabalhadores. Decidem, desse modo, continuar na preparação de GREVE GERAL em Santos.

5. 7.62 À 0 hora inicia a GREVE GERAL (nesta data dava-se a aplicação da Vacina Sabin às crianças de Santos e, em face da falta de transportes, grandes foram as dificuldades encontradas pelas famílias), merecendo destacar que o pessoal da Refinaria Presidente Bernardes tomou a dianteira nesse movimento grevista, com excessão do pessoal da manutenção (serviço de operação), que cientes da importância de seu setor, (não havia comunistas nessa secção), continuaram trabalhando. Uma comissão do F.S.D. dirigiu-se ao Prefeito a fim de solicitar a paralização do S.M.T.C., no que foi prontamente atendida. Foram distribuidos manifestos do F.S.D., da USOMS, e da PUA, solidarizando-se com a CNTI e, em todos êles aparecia o apoio irrestrito ao Presidente da República e ao Comandante do 1º Exército, Gen. Osvino Alves. Terminada a GREVE GERAL, que teve duração de 24 horas, reuniu-se o F.S.D., sob a presidência de RAYMUNDO SOARES DE VASCONCELOS e secretariada por OSWALDO LOURENÇO e HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS, contando com a presença de DANTE LEONELLI, SERGIO MARTINS e outros notórios comunistas, e resolvem, ao encerramento do movimento grevista, enviar telegramas ao Presidente da República, na qualidade de representante de 56 sindicatos de trabalhadores, afirmando que continuam vigilantes e se vangloriando do êxito obtido.

6. 7.62 Faz publicar na imprensa local um comunicado no qual afirma: "Por decisão do F.S.D. e USOMS, de

conformidade com as resoluções tomadas pelo PUA dos Estivadores, Portuários, Marítimos e Ferroviários e pela CNTI, foram paralizados ontem tôdas as atividades na Baixada Santista", terminando com a afirmações de que continuarão vigilantes e prontos para nôvo movimento caso se faça necessário".

9. 7.62 Distribue, juntamente com a USOMS, panfletos sob o título "Ainda a Greve do dia 5", nos quais faz um auto-elogio e aponta uma série de razões para o movimento grevista que levou a efeito e ataca vereadores (nominalmente) que se manifestaram contra o surto de greves. Assinam êsses panfletos, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, pelo F.S.D. e MANOEL DE ALMEIDA, pela USOMS.

9. 7.62 Repudiando as Associações Comerciais de Santos e São Vicente, a ação subversiva das entidades sindicais chamadas de entidades de cúpula, que vêm causando transtornos e prejuízos incalculáveis à cidade, sofreram, da parte do F.S.D., violentos ataques, sendo taxadas, juntamente com os vereadores, de reacionários, negocistas, sonegadores e exploradores do povo. A esta reunião, em que foram tratadas as manifestações acima, achavam-se presente diversos lideres sindicais reconhecidamente comunistas, como GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, WALDEMAR NEVES GUERRA, JOSÉ BARBOSA LEITE JR., OSWALDO LOURENÇO, PAULO FERREIRA LIMA, ANTONIO RODRIGUES (vereador), HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS, SEBASTIÃO ASSIS BEZERRA, ORLANDO SPOSITO, MANOEL SILVESTRE DA SILVA, GELASIO AIRES FERNANDES, LUIZ PACHECO DA SILVA, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, ANTONIO RODRIGUES DO VALE, CLAUDIO JOSÉ RODRIGUES, PAULO GUILHERME MARTINS, WALDIR COSTA OLIVEIRA, e outros, de menor projeção.

20. 7.62 Diante do assalto comunista ao F.S.D., vários (20) sindicatos presididos por elementos democráticos, dêle se desligaram, o que provocou reação dos agitadores que fizeram publicar a propósito, comunicado (maté-

ria paga) em que afirmavam a certa altura, dirigindo-se aos sindicatos que se desligaram: "tratar-se de campanha encetada por alguns elementos a soldo da classe patronal e da reação, contra a unidade dos trabalhadores, a pretexto da esfarrapada bandeira do anticomunismo".

1. 8.62 Em comunicado publicado pela imprensa, numa tentativa de atrair novamente para o seu meio os sindicatos que se haviam desligado, faz uma exposição de sua participação ativa em movimentos grevistas havidos na cidade. Assim temos, de conformidade com a publicação feita pelo F.S.D.: 1961 — luta dos *servidores municipais* por aumento salarial; trabalhadores da *Vidrobrás;* empregados em escritórios de *empresas de navegação;* luta pelo 13º *mês de salário;* trabalhadores na *Refinaria Presidente Bernardes* (*Cubatão*); trabalhadores em *tinturarias e lavanderias;* empregados em *estabelecimentos bancários;* 1962 — trabalhadores na *indústria petroquímica de Cubatão, conferentes de carga e descarga; estivadores; vigias portuários;* trabalhadores em *carris urbanos;* trabalhadores nas *indústrias urbanas* (*gás e energia*); *comerciários;* trabalhadores em *telégrafos; jornalistas; marítimos; ferroviários; marítimos da C.D.S.;* empregados no *comércio hoteleiro;* trabalhadores em *pedreiras;* trabalhadores em *açúcar;* trabalhadores na *construção civil;* emprêsas de *telecomunicações; publicidade; marítimos do DER E SPG; amarradores;* além de apoio aos camponeses, de luta contra contrato da C.T.B., contra a demissão de motoristas e cobradores do SMTC, da Mineração da Ribeira, de trabalhadores do Grupo Perús, e outros. Êste comunicado foi assinado por GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, OSWALDO LOURENÇO e ANTONIO GUARNIERI.

16. 8.62 Adere ao movimento liderado pela CNTI e Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo, pela formação de um govêrno nacionalista e democrático, capaz de efetivar as reformas de base, e conclama o povo para a deflagração de uma *GREVE GERAL,* sob a direção

do Comando Geral da Greve, pela efetivação das reformas de base.

17. 8.62 Envia ao Governador do Estado reclamação contra a punição de que estão sendo vítimas grevistas do DER e SPG, e recomenda a tôdas as entidades sindicais que se mantenham em reunião permanente e alertas para as lutas que se avizinham.

24. 8.62 Recebe visita de lideres sindicais da China comunista e fêz com que alguns de seus associados acompanhassem os visitantes em passeios pela cidade.

8. 9.62 Reune-se em assembléia, para apreciar a greve do pessoal do SMTC, tendo o presidente do Sind. dos Carris Urbanos (Antonio Vitor dos Santos) se insurgido contra essa intromissão, conseguiram os elementos do Forum arrebanhar grande número de empregado do SMTC, levando-os para sua assembléia. No decorrer dos trabalhos, por indicação de CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, (indústrias químicas de Cubatão), foi aprovada a *GREVE GERAL* que eclodiria à 0 hora de 12 dêsse mês, já em obediência ao esquema traçado pelos comandos da greve "RIO-SÃO PAULO", que por sua vez atendiam a determinações superiores.

15. 9.62 Publica vasta noticia, vangloriando-se do êxito da GREVE GERAL deflagrada a 12, ameaçando prosseguir nesse movimento em atendimento aos anseios da classe operária, desejosa de defender as liberdades democráticas e sindicais.

16. 9.62 Reune-se sob a direção de GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, OSWALDO LOURENÇO, ORLANDO SPOSITO, CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, SERGIO MARTINS, MANOEL DE ALMEIDA, ANTONIO RODRIGUES, PAULO MANSUR, tomando parte à mesa dois representantes do "COMANDO NACIONAL DA GREVE", DANTE PELACANI (CNTI) e OSWALDO PACHECO DA SILVA (Fed. Nac. dos Estivadores) e deliberam aprovar o encerramento da GREVE GERAL, com o conseqüente retôrno dos operários ao trabalho. Essa greve geral, programada com grande antecedência, fôra encomendada às Federações e Confederações de trabalhadores, que deveriam usar, como

tema, a "situação política do país". Assim é que a 5.9.62, já se articulavam, e serviam-se da greve dos funcionários do SMTC, para ponto de partida. Note-se que o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos estava desligado do Forum Sindical de Debates, ou melhor, sua diretoria se havia indisposto com a direção dêste último, e que seu movimento reivincatório estava já pràticamente superado, pois tanto a superintendência da autarquia como o Prefeito Municipal haviam chegado a um acôrdo com os trabalhadores. Todavia, os elementos comunistas do Sindicato, liderados por ARIOVALDO VICENTE, BENEDITO TEREZO, JOSÉ BISPO DOS SANTOS, JOSÉ BARRETO, JOÃO GERALDO, OTAVIO JOSÉ DOS SANTOS, LUIZ CIANTELLA e JOÃO FLORENCIO LEITE, passaram-se para o F.S.D., anulando os esforços de pacificação do pessoal dos carris urbanos. O presidente do Sind. dos Trab. em Carris Urbanos, Antonio Vitor dos Santos, dirigiu-se ao "COMANDO DA GREVE", a fim de persuadir seus associados a que voltassem ao trabalho, e lá chegando, foi seguro e mantido em cárcere privado, para que não prejudicasse a baderna em pleno funcionamento. Houve a prisão de um lider sindical, passando então o Comando da Greve, no intuito de mais acirrar os ânimos, a proclamar que vários lideres estavam prêsos. Posteriormente chegou ao conhecimento de alguns grevistas não ser verídica a prisão dêsses líderes, mas sim que estavam êles foragidos. Protestando contra essa falsa informação, foram ameaçados de morte, nas dependências do Sindicato dos Operários em Serviços Portuários, quartel general do Comando da Greve. Foram efetuadas, ao todo, 364 prisões, tendo o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal expedido, a 11.9.62, mandado de prisão contra ORLANDO SPOSITO, ANTONIO RODRIGUES, SERGIO MARTINS, CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, JOSÉ BARRETO, MANOEL DE ALMEIDA, OSWALDO LOURENÇO, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA e ERNANI LEITE RIBEIRO. A 16 do mesmo mês expediu o mesmo Juiz contra-man-

dado de prisão. Apenas o comunista ANTONIO GUARNIERI fôra prêso, tendo os demais se homiziado em locais diversos (Geraldo Silvino de Oliveira, na própria Refinaria Presidente Bernardes).

18. 9.62 Publica manifesto onde se lê: "Ao conquistar o proletariado desta região tôdas as suas reivindicações, desde aquelas formuladas pelos operários do SMTC, até a levantada por todos os trabalhadores, exigindo a libertação dos seus dirigentes sindicais (um só fôra prêso), o F.S.D. e a USOMS, entidades dirigentes dêste grandioso movimento grevista transmitem sua fraternal saudação". Mais abaixo segue: "Não poderiamos porém deixar de apresentar os nossos agradecimentos ao ilustre Procurador da Justiça, sr. LUIZ ROBERTO DE REZENDE PUECH, credenciado pelo Ministro do Trabalho, a pedido do Sr. João Goulart, e pelo Secretário da Segurança Pública, para resolver o problema criado em Santos, o qual grandes esforços desenvolveu".

16. 8.62 O Ministério do Trabalho publicou, no Diário Oficial, secção I, parte I, fls. 8612, desta data, as RESOLUÇÕES da Comissão de Enquadramento Sindical, que diz o seguinte; no item 8º das resoluções:...... "8 — A fls. 72 consta o telegrama do Sindicato de Carris Urbanos de Santos, pedindo seja mantida decisão da CFS. e, a fls. 73 consta o telegrama do Forum Sindical de Debates de Santos (entidade ilegal, que abrange 54 sindicatos), comunicando disposição de paralizar o Pôrto de Santos, responsabilizando esta Comissão".

24.10.62 Reune-se para tratar do "BLOQUEIO DE CUBA PELOS EE. UU.".

12.11.62 Realizam-se eleições, com uma única chapa, encabeçada por VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, e contando com ORLANDO DOS SANTOS, ALBERTO PIRES BARBOSA, HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS, ADISTON SOARES DIAS, ORLANDO ALVES, AMERICO LUIZ, AMAURI L. COSTA, ALFREDO EGREJAS, JOSÉ FERREIRA CAMPOS, JULIO GONÇALVES PINHEIRO, IRENIO JACOMO DE ARAUJO, ARTHUR JOSÉ TINOCO DA SILVA,

JOSÉ ALVES PAIVA, GILBERTO PEREIRA DA COSTA e LUIZ ANTONIO DE CARVALHO BURLE.

7.12.62 Reune-se, com a participação de quatro (4) elementos do Comando Sindical, vindos de São Paulo. Assunto: 13º Salário. Ao final dos debates ficou decidido se determinasse aos trabalhadores das firmas que não pagassem o 13º mês que se declarassem em GREVE, acertando, ainda, dar apoio ao movimento dos empregados da firma F. Monteiro (essa firma decidira fechar sua filial em Santos, transferindo os empregados para S. Paulo ou indenizando-os); apoio aos trabalhadores da Fábrica de Gêlo Vila-Mathias; deflagrar greve, a partir de 21, nas emprêsas que se negassem ao pagamento do 13º mês; demonstrar ao Eg. T.R.E. a necessidade de serem diplomados e empossados os candidatos populares; emprestar solidariedade ao sr. João Pinheiro Neto, exonerado do cargo de Ministro do Trabalho.

10.12.62 Pretendeu fazer uma concentração e passeata de protesto contra a não diplomação dos candidatos "democratas" e "populares". Não tendo sido requerida a necessária autorização, foram impedidos, restringindo-se a comparecer aos jornais para fazer apoio ao Tribunal Eleitoral.

13.12.62 Reune-se para examinar o caso dos trabalhadores da Fábrica de Gêlo Vila Mathias, resolvendo ao final: aumento de 60% ou GREVE GERAL na Baixada Santista a partir de 27. Quanto aos empregados da firma F. Monteiro, decidiram boicotar todos os embarques e desembarques de mercadorias a ela pertinentes, solicitando, para isso, o concurso dos Sindicatos da orla marítima, oficiando aos portuários da Guanabara, pedindo igual providência.

15.12.62 Promove a vinda a Santos, para realizar Conferência, do deputado Almino Afonso.

17.12.62 Reune-se, juntamente com a USOMS, para apreciar os seguintes casos: acôrdo entre a CDS e os empregados portuários; tarifas de transportes urbanos; insucesso das Sociedades de Bairros, que não lograram

ser recebidas pelo Prefeito quando pretendiam entregar-lhe memorial; encampação da City; inclusão de operários estudantes no Conselho Administrativo do SMTC; protesto do Sindicato dos Marinheiros quanto ao "serviço de bloco"; caso da firma F. Monteiro, tendo, a êsse respeito, afirmado MANOEL DE ALMEIDA que não houve receptividade à ordem de boicote às mercadorias daquela firma, e que seus empregados não vinham demonstrando interêsse pela ação do órgão de cúpula, e que assim, não iriam êles, do F.S.D. "pegar em rabo de foguete"; apoio ao movimento dos jornalistas.

6. 1.63 Servindo-se de ampla propaganda, consegue reunir, na sede do Sindicato dos Operários Portuários, cêrca de 1.000 pessoas, que ali foram para ouvir o vice-governador da Guanabara, sr. Eloy Dutra, o homem que, consoante a publicidade feita, "derrotaria Lacerda", e que realizaria uma conferência sob o tema "Problemas Nacionais". Não compareceu o conferencista, vindo em seu lugar o sr. MARCO ANTONIO COELHO, que não conseguiu do auditório mais que poucas palmas. À saída, por volta de 22.30 horas, foram distribuidos volantes impressos, concitando os trabalhadores, estudantes e homens do povo, a votar NÃO no plebiscito, e atacando o imperialismo e exaltando as reformas de base. Tais "volantes" eram subscritos, "pelos comunistas, ANTONIO DE BRITO LOPES".

23. 1.63 Em reunião à qual compareceram e participaram os comunistas mais em evidência da cidade, sob a presidência de VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, decidem, em sinal de protesto pela negativa de posse aos candidatos populares e aos sargentos eleitos, deflagrar uma GREVE de 1 hora, no período das 10 às 11 de 25 dêsse mês.

26. 1.63 Participaram de greve de 1 hora, programada pelo F.S.D., os seguintes sindicatos: Operários Portuários, Empregados da Administração dos Serv. Portuários, Conferentes de Carga e Descarga, Estivadores, Vigias

Portuários, Consertadores de Carga e Descarga, Descartadores de Frutas e Carregadores de Bagagens. Malgrado o esfôrço feito pelo F.S.D., apenas as categorias que operam no pôrto aderiram a êsse movimento subversivo, muito embora CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO e GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA tudo tivessem feito no sentido de arrastar o pessoal do parque petroquímico de Cubatão. Muito embora tenha essa greve se restringido apenas ao setor portuários, os prejuízos verificados foram de grande monta, haja visto que os salários variam entre Cr$ 150,00 e Cr$.. 600,00 por hora, e o total de participantes elevou-se a perto de 10.000 pessoas.

5. 2.63 Pela palavra de seu presidente, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, foi declarado à imprensa que em sua última reunião decidiu o F.S.D. adotar as seguintes providências: analisar as últimas nomeações feitas pelo sr. Governador, especialmente a do Diretor da Polícia Marítima; analisar as declarações do sr. Governador no que diz respeito ao deficit fazendário, sôbre cujo assunto farão publicar um "manifesto" ao povo e aos trabalhadores; estudar o caso da presidência da Petrobrás, visto terem apurado que as fôrças reacionárias pretendem afastar dêsse cargo o sr. Mangabeira, a fim de o substituir por algum elemento interessado em extinguir a Lei n. 2004. Para tratar dêsse caso seguiu para Brasília uma comitiva de líderes sindicais, chefiada por GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, (pres. do Sind. dos Trabalhadores da Destilação e Refinação de Petróleo), onde exigirão do Sr. Presidente da República a permanência do atual diretor da Petrobrás; protestar contra ato do Sr. Governador, que vem demitindo funcionários a fim de abrir vagas para apadrinhados políticos.

16. 2.63 Lança, novamente, manifesto pela imprensa, protestando contra a cassação de mandatos dos candidatos comunistas e sargentos.

5. 3.63 Alguns dirigentes sindicais, representando o F.S.D., estiveram na cidade de Itanhaém, a fim de dar apoio a grevistas e, de volta, fizeram graves acusações à Polícia, por lhes haver barrado a passagem.

22. 3.63 Realiza comício em defesa dos mandatos dos deputados operários e sargentos e contra a alta do Custo de vida. Presente grande número de comunistas. Fizeram uso da palavra, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, ORLANDO SPOSITO e outros líderes sindicais, além do dep. OSWALDO MARTINS e do vereador PAULO FERREIRA LIMA. Em nome dos estudantes manifestou-se o comunista LUIZ RODRIGUES CORVO que, ao final de seu discurso, manifestou-se pela legalização do Partido Comunista.

24. 3.63 Dirigentes do F.S.D. voltam a Itanhaém, para prestigiar reunião de lavradores daquela região que firmaram acôrdo salarial na D.R.T. depois de um movimento grevista.

30. 3.63 Novamente faz-se representar, agora em Miracatú, a fim de participar de reunião que tratará da transformação da Associação dos Trabalhadores Rurais em Sindicato dos Lavradores e Trabalhadores do Litoral Sul, que deverá funcionar nos moldes do que foi criado em Taniguá.

10. 4.63 Publica manifesto concitando tôdas as entidades que lhe são filiadas, bem como organizações estudantis, populares e femininas, a que se mantenham em estado de alerta, face à situação política nacional e prontos para o cumprimento de qualquer palavra de ordem emanada do C.G.T.

1. 5.63 Promove os festejos comemorativos ao dia do Trabalho. Missa pela manhã, seguida de visitas aos cemitérios, onde homenagearam os "camaradas mortos". Nova missa foi celebrada na praça Mauá, terminando com procissão. À tarde houve concentração de trabalhadores na praça de esportes de um clube local, tendo atuado como mestre de cerimônias o comunista ASTROGILDO PEREIRA BITTENCOURT. Aos participantes, no portão de entrada, foram entre-

gues dois modêlos de panfletos, do mesmo formato e mesma impressão, sendo um dos comunistas, saudando a valorosa classe operária de Santos, sem assinaturas, e outro, um Comunicado do Comando Geral dos Trabalhadores, subscrito por DANTE PELACANI E VITELBINO FERREIRA DE SOUZA. Durante as solenidades usaram da palavra os comunistas LUIZ RODRIGUES CORVO, GERALDO SILVINO DE OLIVEIRA, ANTONIO RODRIGUES (vereador), além do sr. JOSÉ VIEIRA, presidente da Câmara Municipal. Nas comemorações à data, em São Vicente, foi o F.S.D. representado pelo comunista JOSÉ ARNALDO ROSSI (advogado da entidade) o qual, em discurso concitou os trabalhadores a se unirem a fim de pleitearem junto às autoridades maiores vantagens para os trabalhadores e, inclusive, para pressionar o Congresso a votar as reformas de base.

10. 5.63 Em apoio às pretensões do Sind. dos Carregadores e Ensacadores de Café, decide o F.S.D. que se até o dia 16 não fôssem os ensacadores atendidos em suas reivindicações, os estivadores e marinheiros que operam na faixa do cais suspenderiam o embarque de café e que, se ainda assim não fôssem atendidos, tôdas as categorias entrariam em greve de protesto, por 1 hora.

20. 5.63 Não tendo sido resolvido o caso dos ensacadores, decide o F.S.D. deflagrar GREVE GERAL, por 24 horas, a partir de 0 hora de 28.

2. 6.63 Faz publicar pela imprensa comunicado pelo qual decreta estado de alerta em tôda a Baixada Santista, conclamando todos os trabalhadores a permanecerem vigilantes, pois que a qualquer momento poderá ser deflagrada GREVE GERAL, exigindo reformas de base, solidariedade aos aeronautas e protesto contra manobras golpistas das fôrças retrógradas.

4. 6.63 Convoca todos os sindicatos e associações de classe para reunião na qual será objeto de estudo o cêrco a lacração do Sindicato dos Estivadores, e medidas

que deverão adotar com respeito à paralização total da Baixada Santista, com uma GREVE GERAL.

16. 6.63 Conclama todos os trabalhadores para uma GREVE GERAL em solidariedade aos trabalhadores em pedreiras, em greve desde 28.5.63.

25. 6.63 Reune-se para estudar as reivindicações das seguintes categorias: gráficos, empregados em hoteis, tintureiros, comerciários, trabalhadores do SMTC., construção civil, jornalistas, servidores municipais e servidores da Repartição de Saneamento. Ao término dos trabalhos decidiram os participantes a nomeação do Dr. Decio de Toledo Leite, Juiz do T.R.T. para uma das vagas do T.F. Recursos ou para o Sup. Tribunal Federal, demonstrando, dessa forma, a gratidão dos trabalhadores a um Juiz que sempre encarou com simpatia as suas reivindicações.

11. 7.63 Em telegrama endereçado ao prof. Darci Ribeiro, chefe da Casa Civil da Presidência da República, manifesta seu apoio pelo recente pronunciamento feito. Na mesma ocasião, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, na qualidade de presidente do F.S.D. em declarações à imprensa, afirmou: o F.S.D., diante do pronunciamento do prof. Darci Ribeiro, conclamou todos os trabalhadores a manterem-se unidos e vigilantes, para, a qualquer momento, atenderem à convocação dêste órgão de cúpula. Toda ameaça de supressão das liberdades democráticas, partindo de grupos de qualquer sentido, tanto a favor como contra o govêrno, merecerá, de imediato, um pronunciamento enérgico das categorias de trabalhadores filiados ao F.S.D., os quais repudiam todo e qualquer extremismo. Outrossim, estamos acompanhando, atentamente, os pronunciamentos antinacionais feitos pelos governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda.

14. 7.63 Reune-se para traçar planos sôbre a forma que deverão adotar para combater o restabelecimento do Impôsto de Vendas e Consignações. O assunto, levantado por ARTHUR ALVES DE AMORIM JR. (presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes frescas)

teve o apoio do comunista MANOEL SILVESTRE DA SILVA (pres. do Sindicato dos Feirantes), que propôs se formasse numerosa caravana para participar de um comício em São Paulo, no próximo dia 19, em protesto àquêle impôsto. Seguiu-se CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, também comunista (pres. do Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Cubatão) que propôs fôsse organizada uma comissão de dirigentes sindicais do FSD para que, em São Paulo acompanhasse o desenvolvimento das demarches a que se programasse uma passeata de protesto em Santos. Ao término das reunião compareceu uma comitiva chefiada por JULIO GONÇALVES PINHEIRO, pres. do Sind. dos Trabalhadores em Empresas de Gás de Petróleo Liquefeito, a fim de comunicar que a categoria havia se declarado em greve, e pedia o apoio do F.S.D., o que de imediato foi deferido pela mesa.

18. 7.63 Faz comunicação aos sindicatos para que se mantenham vigilantes, pois poderá eclodir um movimento grevista a qualquer momento, em apoio aos trabalhadores em emprêsas de gás liquefeito e petróleo.

19. 7.63 Tendo havido detenção de alguns agitadores, filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas de Gás liqüefeito de Petróleo, reune-se o FSD, participando da mesa VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, ALBERTO PIRES BARBOSA, MANOEL DE ALMEIDA, ADISTON SOARES DIAS e JULIO GONÇALVES PINHEIRO, e do plenário, WALDEMAR NEVES GUERRA, ALBERTO DE CARVALHO, DOMINGOS GARCIA, MARIO SILVA, JONAS SOBRINHO, WALDOMIRO MANETE DA SILVA, ORLANDO SPOSITO, e outros. Nessa reunião ficou deliberado fôsse concedido um prazo de 96 horas para que fôssem os presos postos em liberdade e, caso isso não se verificasse, deflagrariam uma GREVE GERAL, com paralização total a partir de 0 hora de 24 dêsse mesmo mês. Na mesma ocasião foi designada uma comissão composta de Adiston Soares Dias, Mario Silva e Domingos

Garcia, para apresentar aos funcionários municipais de São Vicente, na ocasião em greve, a solidariedade do FSD.

23. 7.63 Reune-se, sob a presidência de VITELBINO FERREIRA DE SOUZA e secretariado por ALBERTO PIRES BARBOSA, tomam as seguintes deliberações: 1 — apoio à UNE; 2 — solidariedade aos jornalistas e gráficos, em luta reivindicatória; 3 — comparecimento a assembléia dos servidores públicos, no dia imediato, a fim de hipotecar solidariedade ao movimento que realizam visando aumentos salariais: 4 — levar ao Presidente da República os problemas da agência do IAPI em Santos; 5 — oficiar à Câmara, solicitando a retirada do projeto que propõe a extinção do SMTC; 6 — constituir comissão composta de ORLANDO SPOSITO, CLAUDIO JOSÉ RIBEIRO, JOAQUIM VENTURA DE SÁ, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, ALBERTO PIRES BARBOSA e ADISTON SOARES DIAS, para organizar a programação da "Jornada Contra a Carestia"; 7 — protestar contra o aumento das tarifas de ônibus; 8 — tornar sem efeito a deliberação de GREVE GERAL, visto terem sido libertados os participantes de piquetes de greve.

1. 8.63 Reune-se para apreciar os problemas relacionados com a "Semana do Protesto Contra a Alta do Custo e Pró Reformas de Base", que nesta data se iniciava.

7. 8.63 Deu-se o encerramento do Movimento Contra a Carestia e Pró Reformas de Base, levado a efeito no período de 1 a 7 dêsse mês. Presentes cêrca de 500 pessoas, destacando-se a elite comunista de Santos, notando-se a presença de GERALDO COSTA MANSO, ferroviário da Leopoldina, que na ocasião representava o C.G.T. Representando a classe estudantil compareceu o comunista LUIZ RODRIGUES CORVO. Compareceram, ainda, os vereadores ANTONIO RODRIGUES, ANACLETO SERAFIM DE ALMEIDA e GERALDO FERRONE, que em nome do presidente

da Câmara Municipal entregaram ofício de solidariedade à campanha que se encerrava.

20. 8.63 Solidariza-se com a greve dos portuários.

5. 9.63 Havendo decretado GREVE GERAL na Baixada Santista, em apoio aos enfermeiros, que vinham em greve já há algum tempo, viram seu movimento mais ou menos fracassado, já que atingiu apenas o setor do cais do pôrto, tendo as demais categorias malgrado o esfôrço dispendido pelos líderes sindicais, comparecido ao trabalho, inclusive o setor bancário, onde poucos elementos atenderam à ordem do órgão de cúpula. Apesar dêsse fracasso, faz publicar pela imprensa extenso comunicado no qual, juntamente com a USOMS, procura dar um aspecto de vitória ao movimento e serve-se da oportunidade para atacar, rudemente, o Governador do Estado, acusando-o de haver desencadeado o terror fascista sôbre Santos, espancando trabalhadores, fechando sindicatos e lançando bombas sôbre senhoras e crianças. Atacou, ainda, o Secretário da Viação, e da Educação, o Delegado Auxiliar de Santos, a mesa administrativa da Santa Casa, além de outras autoridades, enquanto louvava a atitude tomada pelo prefeito José Gomes e pelos Ministro e Delegado do Trabalho, Amaury Silva e Lucio Gusmão, respectivamente.

6. 9.63 Foi lido em assembléia realizada nesta data, perante cêrca de 2.000 pessoas, telegrama (Telex-Radional) enviado pelo Sindicato dos Marítimos da CHINA COMUNISTA, hipotecando solidariedade aos grevistas da Santa Casa de Santos. Na mesma assembléia foi deliberada a ida ao Rio de Janeiro de uma comissão formada por VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, TINOCO BARBOSA, OSCAR MAGRINI, GERALDO SILVEIRA e o advogado Faro Melo, onde se avistariam com o Presidente da República.

8. 9.63 Regressam os dirigentes que, chefiados por Vitelbino Ferreira de Souza, haviam viajado para o Rio de Janeiro, onde foram se avistar com o Presidente da

República a fim de tratarem da greve dos enfermeiros de Santos. Mal chegados, mantiveram contato com o prefeito José Gomes e alguns vereadores abstendo-se de fazer declarações em público. À noite, compareceram à assembléia (permanente), quando informaram sôbre os entendimentos havidos.

12. 9.63 Conclama todos os dirigentes sindicais e trabalhadores da Baixada Santista para que se mantenham alerta e vigilantes, mobilizados e prontos para repelirem, de imediato, qualquer ato que venha ferir as liberdades públicas, sindicais e democráticas. Essa conclamação é feita com vistas ao movimento dos sargentos em Brasília.

19. 9.63 Em memorável "Nota de Instrução" (n. 7E/3) o Gen. Pery Constant Bevilaqua, comandante do II Exército, deplorando a rebelião de Brasília, menciona, a certa altura: "ajuntamentos espúrios, serpentários de peçonhentos da Democracia, traidores da consciência democrática, se apresentam sob títulos exdrúxulos de C.G.T., PUA e FORUM SINDICAL DE DEBATES, com a veleidade de se erigirem em um super poder da República" (essa N.I. custou-lhe a transferência para outra função).

20. 9.63 Em comunicado pela imprensa local, por ocasião da visita do Mar. Tito ao Brasil, declara considera-lo benvindo e amigo do país, atacando os governadores de São Paulo e Guanabara por se negarem a receber o presidente da Iugoslávia.

1.10.63 Constata-se que os dirigentes do F.S.D., apreensivos procuram se inteirar sôbre novas admissões de policiais e aquisição de armamento pela Polícia Marítima, bem como sôbre a localização do material bélico do Exército em Santos.

2.10.63 Desenvolve grande atividade com vistas à visita que faria o Presidente da República a São Paulo. Contrata trem especial para o transporte da caravana santista. Nesse sentido, convida dirigentes sindicais, sociedades de bairros e trabalhadores em geral, visando dar ao visitante uma demonstração da fôrça

sindicalista em Santos. Esperavam um pronunciamento do presidente João Goulart sôbre a lei que institue o salário família para todos os trabalhadores do Brasil.

5.10.63 Faz publicar nos jornais locais Convocação Extraordinária de Urgência, para apreciação dos acontecimentos relacionados com o pedido do estado de sítio pelo presidente da República. Sentindo o perigo que para êles apresentaria uma situação de exceção, declaram-se contra essa medida, reiterando, todavia, seu apoio aos ministros militares e ao presidente João Goulart e repudiando os governadores Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Reunidos às 16.30 horas (a convocação era para 15 horas), usaram da palavra DANTE PELACANI, VITELBINO FERREIRA DE SOUZA, JOSÉ MARTINS, ALBERTO PIRES BARBOSA, e outros, terminando com as seguintes resoluções: manterem-se em assembléia permanente e em constante contato com o CGT, aguardando instruções; que nenhuma categoria deverá pronunciar-se isoladamente; declararem-se solidários com o presidente da República, ainda que decretado o estado de sítio, porém com ressalva quanto aos direitos dos trabalhadores; que os sindicatos convoquem assembléias permanentes, esclarecendo seus filiados sôbre a situação política nacional; dar solidariedade aos ferroviários e pessoal do DAE e DER, em greve; convocar nova assembléia para o dia seguinte para deliberar sôbre aumento de salários, na base de 100%.

29.10.63 Reune-se para apreciar o movimento grevista da Capital. Resolveu o plenário: emprestar solidariedade integral às reivindicações dos comerciários; solidarizar-se totalmente com a CNTI e PUA, mantendo-se em sessão permanente até o final do movimento reivindicatório das categorias a elas filiadas.

Anexo 2-II-1 (4)

DEPOIMENTO SÔBRE A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NO GOVÊRNO JOÃO GOULART

Apresentamos neste anexo o depoimento de uma pessoa que exerceu várias funções importantes no Govêrno Goulart e tinha permanente acesso em setores da administração pública.

Os seguintes quesitos lhe foram propostos:

1) Profundidade e extensão da penetração comunista nos diversos setores do Govêrno e da administração pública.
2) Técnica e tática da atuação dos comunistas para a manipulação e contrôle dos setores do Govêrno.
3) Papel dos comunistas na preparação e na conduta dos movimentos grevistas.
4) Apoio financeiro a entidades ou frentes de atuação comunista como CGT, PUA, etc.
5) Ligação entre Brizola e os comunistas.
6) Ação dos comunistas no Parlamento.
7) Divergências entre CGT-PUA-CPOS e o PCB.
8) Retraimento do PCB.
9) Porque os comunistas que exerciam a alta direção do PC não se asilaram?
10) Os comunistas não foram surpreendidos pela Revolução, mas sim pela queda vertiginosa do dispositivo militar. A sua impressão?
11) Reunião clandestina de armas.

Quesitos:

1) *Profundidade e extensão da penetração comunista nos diversos setores do Govêrno e da administração pública;*

2) *Técnica e tática da atuação dos comunistas para a manipulação e contrôle de setores do Govêrno.*

Devemos ressaltar, de início — afastados da convivência governamental nos momentos e instantes em que se firmaram decisões para se constituir o nôvo Govêrno em Setembro de 1961, não podemos sentir quais as influências e tendências que então prevaleceram. Para responder objetivamente êsses quesitos, faltam-nos dados. Poderão ser respondidos por pessoas que participaram da composição governamental, viveram dentro dos gabinetes e seguiram o desenvolvimento dos aludidos fatos.

Podemos dizer, por ciência própria, que algumas pessoas foram decisivas na primeira fase do Govêrno — Leonel Brizola, San Thiago Dantas, Antonio Balbino, General Amaury Kruel, Tancredo Neves, Walter Moreira Salles, Hermes Lima, Hugo de Araujo Faria, Samuel Wainer, Evandro Lins e Raul Ryff. E que a penetração comunista no Gvêrno, nessa primeira fase, quanto pudemos sentir, foi mínima. Homens como Antonio Balbino, Amaury Kruel, Tancredo Neves, Walter Moreira Salles, Hugo de Araujo Faria e outros colocavam obstáculos e dificuldades à citada penetração.

Algumas nomeações no Govêrno provocaram, no primeiro momento, surprêsa em várias áreas, inclusive dentro do próprio PTB. O professor Hermes Lima para a Chefia da Casa Civil da Presidência da República; o advogado Evandro Lins e Silva para Procurador Geral da República; o jornalista Raul Ryff para Assessor de Imprensa do Presidente — estiveram nesse plano. Essas designações foram, todavia, justificadas como cargos de confiança do Presidente.

Foi notória a união que estabeleceram Hermes, Evandro Lins e Raul Ryff, formando um "cêrco" na Presidência e sôbre o sr. João Goulart. A impressão nos domínios do PTB — a influência dêsses elementos era, então, decisiva, até no acesso

ao Presidente. Aí foi que começaram surgir os primeiros rumores em tôrno da infiltração da esquerda, em detrimento dos elementos do PTB. Enquanto, os líderes da Frente Parlamentar Nacionalista, Grupo Compacto do PTB, Frente de Mobilização Popular, o dispositivo sindical CGT-PUA-CPOS e dirigentes da UNE-UME-UBES tudo obtinham, os dirigentes do PTB, especialmente, os do Estado da Guanabara, eram preteridos e não atendidos.

IV — A Carta de 1937, rompeu com o sistema instituido pela Constituição de 1934, firmando — que a associação profissional ou sindical seria livre, mas, sòmente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado teria o direito de representação e defender os direitos, estipular contratos coletivos de trabalho e exercer funções delegadas de poder público. Em 1939, foi regulada a sindicalização no Brasil em princípios plasmados na Carta del Lavoro da Itália. Êsse texto, com pequenas emendas, foi incorporado em 1943 à Consolidação das Leis do Trabalho. Sucessivas leis e decretos surgiram depois, não lhe modificando, entretanto, estruturalmente o sentido e regime.

V — A Constituição de 1946 estabeleceu a liberdade sindical, o direito de greve e outros dispositivos, mas, pouco influiram sôbre a legislação ordinária que regula a organização sindical no Brasil.

VI — Alteração mais relevante nesse campo foi a supressão, pela Lei n. 1.667, de 1952, do impedimento decorrente do professamento de ideologias incompatíveis com as instruções ou interêsses nacionais.

VII — Assim, a interferência e contrôle das autoridades públicas sôbre as entidades sindicais, foi indubitável até 1952-53, decorrente dos preceitos vigentes e respeitados.

Em síntese, êste o nosso panorama sindical, antes do nôvo ciclo que se iniciou com a Lei n. 1.667 e o irrompimento, a partir de 1953, da série de greves, começando com a dos marítimos. Êxito desta, foi o rastilho, notadamente, no Rio de Janeiro, que como centro de irradiação, passou a influir na mudança de mentalidade dos trabalhadores. O princípio de conciliação, da tolerância e das concessões recíprocas, passou a dar

lugar às lutas, conflitos e discórdias sociais, prevalecendo a fôrça dos movimentos e dos articuladores. As classes que conseguiram organizar seus movimentos com o apoio de suas coletividades e participação dos setores decisivos, conquistavam o direito de impôr condições. As greves dos marítimos obtinham êxito, quando profissionais como comandantes, pilotos ou maquinistas (insubstituíveis) aderiam às paralisações. Nos portos — os estivadores e guindasteiros; nas ferrovias — os maquinistas; nos transportes coletivos — os motoristas.

Por outro lado, a proibição do envolvimneto dos sindicatos em disputas político-partidárias, preceito até então observado, se inverteu. Líderes sindicais passaram a se interessar pelas situações políticas.

1º — Os comunistas infiltrados nos meios sindicais, face a Lei n. 1.667; com o êxito da greve dos marítimos em 1953, participação que passaram a ter na deflagração de movimentos grevistas; preparação e adestramento de seus agentes para a conquista dos sindicatos e associações profissionais; destruição de dirigentes e líderes que não se submetiam a orientação extremista; pactos e acertos que estendiam as múltiplas atividades profissionais — passaram a propiciar penetração na organização sindical, e conseqüentemente, na preparação dos movimentos grevistas.

2º — Essa preparação, todavia, não foi imediata, ou logo nos anos de 1953 e 1954, mas, progressiva, tornando-se decisiva no ano de 1960, quando falhando os dirigentes comunistas, segundo o PCB, na liderança do funcionalismo público, surgiu o Comando de Greve dos Trabalhadores na condução da campanha da paridade, integrada por marítimos, portuários, ferroviários, estivadores e integrantes de outras categorias.

3º — Antes de um acontecimento lançou as bases para a fermentação de frente sindicais — o Congresso Brasileiro de Previdência Social, onde a presença comunista foi pública.

4º — No ano de 1960, os projetos relativos ao Plano de Classificação, a nova Lei Orgânica da Previdência Social, os debates em tôrno da regulamentação do Direito de Greve, do projeto de sindicalização, da participação dos lucros nas em-

prêsas — alargaram a influência dos comunistas sôbre as coletividades profissionais.

5º — Na greve da paridade surgiu o Comando de Greve dos Trabalhadores, que se transformou, em seguida, no Comando Geral dos Trabalhadores. Estabeleceram, também, o PACTO DE UNIDADE E AÇÃO (PUA) entre marítimos, portuários, ferroviários e estivadores. Nessa mesma época — foi criada para o âmbito do Estado da Guanabara — a Comissão Permanente das Organizações Sindicais.

6º — O Govêrno Juscelino Kubitschek nos seus últimos meses, teve que enfrentar inúmeros problemas, não só dos trabalhadores como do funcionalismo em geral. Dirigentes do CGT, PUA, CPOS, etc, atuando nas greves, passaram a garantir êsses movimentos. Por fôrça do êxito na greve da paridade e nos demais movimentos, o CGT, PUA, CPOS e respectivo dispositivo sindical, passaram a ser temidos pelas autoridades. Aí, nessa época, é que êsse dispositivo sindical consolidou sua fôrça, profundidade e extensão.

7º — No Govêrno Janio Quadros, o ministro do Trabalho, Castro Neves — logo de início — estabeleceu contatos e diálogos com o referido dispositivo sindical, no desejo de extirpar a "política paternalista (como classificava a orientação dos govêrnos anteriores na execução da política sindical). Essas relações e entendimentos entre o Ministro do Trabalho e o Diretor Geral do DNT e o respectivo dispositivo sindical, ganhou em profundidade.

8º — No dia 25 de Agosto de 1961, quando anunciada a estarrecedora renúncia de Janio Quadros — as organizações sindicais se levantaram, em greve geral, para pugnar pelo retôrno do Presidente. A confusão e agitação que êsse acontecimento provocou em todos os setores, perturbou, também, os meios sindicais, daí o fracasso na sua extensão.

9º — O apoio ao Vice-Presidente João Goulart para sua posse na Chefia do Govêrno, só se estabeleceu depois de constatada a impossibilidade da volta de Janio Quadros. A confusão não elucídou bem a posição do dispositivo sindical, deixando a impressão de que se tratava de solidariedade à João Goulart, quando na realidade o apoio destinava-se à Janio Quadros.

10º — No Govêrno João Goulart a penetração das esquerdas, de princípio, na primeira fase foi mínima, crescente, porém, nas alterações governamentais que se processaram, e com a conseqüente ascensão facilitada à Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Mobilização Popular, CGT-PUA-CPOS, UNE-UME-UBES as "Frentes" e demais dispositivos das chamadas fôrças populares.

O papel dos comunistas na preparação e na condução dos movimentos grevistas, poderá ser descrito por outros prismas e aspectos. O que aqui foi exposto representa a observação dentro dos ângulos de nossa limitada compreensão.

3) *Papel dos comunistas na preparação e na conduta dos movimentos grevistas*

Os deveres impostos aos sindicatos e associações profissionais pela Consolidação das Leis do Trabalho e demais textos legais, afigurando que entre as finalidades daquelas entidades, o mais significativo, é a obrigação de promover o entendimento e a conciliação. Os citados textos, dentro dos princípios normativos, encaram que o sindicato não deve ser um instrumento para a luta de classes, em que as associações operárias e patronais se fitam, recìprocamente, como inimigas.

O Presidente Getúlio Vargas extraindo de fatos sociais e firmando-se nos conceitos da constituição, convenções e recomendações da OIT, imprimiu nova concepção na realidade social, estabelecendo o princípio da conciliação, da tolerância mútua, das concessões recíprocas livremente acordadas, como o primeiro postulado para uma verdadeira solução das questões sociais.

A Consolidação e demais textos prescrevendo como dever impostergável a iniciativa de promover a conciliação, presidiram o espírito da concórdia no Brasil.

Foi esta a solução sábia do Brasil no campo social, atendendo as tendências e inclinações do nosso povo e que constituiu obstáculo para a fomentação da luta de classes durante muito tempo. Os argumentos preconizados pelos formadores de mentalidades torcidas, os fomentadores de dissenções e divergências

não tiveram, porisso, sucesso em nosso país até fins de 1952 e princípios de 1953.

Estas considerações precisam ser esplanadas para entendimento do problema, com respeito aos conflitos sociais e as lutas entre classes. Antes, porém, de entrar na resposta específica, são necessárias outras apreciações.

I — A Constituição de 1891 assegurou a liberdade de associação. Em 1903 o Govêrno da República sancionou um decreto dispondo sôbre sindicatos rurais e um outro texto ampliando o direito de sindicalização aos profissionais em geral.

II — Só depois de 1930 começaram as primeiras agremiações classistas com vida associativa e defendendo interêsses profissionais.

III — A primeira Constituição a dispor especìficamente sôbre a organização sindical foi a de 1934 — reconhecimento dos sindicatos e associações profissionais, estabelecendo a pluralidade sindical.

A evidente influência de Hermes Lima-Evandro Lins-Raul Ryff ficou confirmada nas alterações de govêrno, quando o primeiro foi para a Pasta do Trabalho, o segundo para a Chefia do Gabinete Civil e o terceiro como Secretário de Imprensa da Presidência da República (não mais Assessor de Imprensa do Presidente).

O sr. Evandro Lins na Chefia do Gabinete reformulou, inteiramente, êsse setor. Estabeleceu uma alteração geral e profunda não só nos sistemas de trabalho, como de pessoal, fazendo a remoção de elementos que não lhe inspiravam confiança — Hugo de Araujo Faria, Luiz Costa Araujo, Gilberto Crockratt de Sá e outros. Na nova organização limitou as atribuições até do Secretário do Presidente (Eugenio Caillar Ferreira). Desconheceu a existência da Assessoria Sindical, não a incluindo no organograma da PR, passando a ser um órgão oficioso.

No Ministério do Trabalho, o professor Hermes Lima, levou para o seu gabiente e depois para Sub-Ministro, o jornalista João Pinheiro Neto, ignorando o PTB, o próprio Diretório da Guanabara, ao qual se vinculara na pretensão de ser candidato a Senador. Não convocou nenhum trabalhista carioca, como não

acolheu qualquer das reivindicações que o PTB da Guanabara formulara. A política sindical entregou-a à João Pinheiro Neto.

Na Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Raul Ryff, conquistou novas atribuições, gabinetes no Palácio do Planalto, no Palácio da Alvorada, no Palácio do Catete, e no Palácio das Laranjeiras. Passou a ter coordenação sôbre os órgãos de divulgação governamental, notadamente, Agência Nacional, Rádio Nacional e Serviços de Divulgação dos diversos setores.

O esquema Hermes Lima-Evandro Lins-Raul Ryff — que na primeira fase se limitava à Chefia do Gabinete, Procuradoria Geral da República e Assessoria de Imprensa da PR — depois avançou, não só em profundidade e extensão, como estabeleceu contrôle sôbre outros setores da administração pública. Os mesmos só facilitavam aos homens de esquerda e de sua simpatia, e daí o predomínio da FPN, do Grupo Compacto, da FMP, da UNE etc. Eram inabordáveis aos elementos tradicionais do PTB e até aos amigos pessoais do Presidente João Goulart.

A influência de Hermes Lima-Evandro Lins-Raul Ryff se alargou, não apenas dentro da Presidência da República, como noutros setores — Petrobrás, Banco do Brasil, IBC, BNDE, SUPRA, IAPs etc.

Na Petrobrás, com Francisco Mangabeira, antigo militante do PCB e então membro do PSB, propiciou-se a penetração da esquerda naquela autarquia. As nomeações e contratações nesse setor refletiram, então, o grau da mencionada penetração.

No Banco do Brasil e BNDE a influência da esquerda e seus dispositivos era notória. Suas Chefias e o aproveitamento de pessoal, eram só obtidos pelos citados elementos.

Nos IAPs — foi onde a esquerda, o PCB, conseguiu maior penetração, chegando a controlar as administrações do IAPI, IAPB, IAPM e IAPFESP. Através do dispositivo sindical (CGT-PUA-CPOS) conquistavam as representações de trabalhadores e depois pressionavam o Govêrno quanto a designação dos representantes governamentais. Quando não absorviam tais representantes, procuravam formar "frente-comum" com os representantes patronais. As mais importantes penetrações foram — no Conselho Diretor do DNPS, com Dante Pelacani;

e no IAPI, quando se manipulou a substituição de Waldemar Luiz Alves, como representante dos empregados, por Roberto Morena. O PCB trabalhou pela eleição de Waldemar Luiz Alves como deputado federal, pelo OST, em Pernambuco, e êste, por sua vez, facilitou a escolha de Roberto Morena para o Conselho de Administração do IAPI. Os enquadramentos e restruturações dos quadros de pessoal nos IAPS, até 31 de Março de 1964, foram outras formas de penetração nesses setores. Foi estabelecida, inclusive, cotas de nomeações para os membros de Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, DNPS e organizações sindicais de trabalhadores e patronais.

Na SUPRA, durante as gestões de João Caruso e João Pinheiro Neto, a esquerda e seus dispositivos mantiveram acentuada influência.

Enquanto isso, os elementos do PTB da Guanabara lutavam para o aproveitamento de seus filiados e nada obtinham, a esquerda e respectivos dispositivos tudo conseguiam.

A técnica e tática dos comunistas — foram estabelecidas, sem dúvida, através dos elementos infiltrados na primeira fase. A penetração foi mínima, sem dúvida, mas, decisiva. Os primeiros infiltrados foram persistentes, estabelecendo uma união; no cêrco ao Presidente; afastando os militantes tradicionais do PTB; e avançando na penetração. Os que resistiram nos primeiros instantes acabaram afrouxando, e assim, sorrateira e sutilmente alargaram a penetração. Para isso contaram com a ajuda e apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, do Grupo Compacto do PTB, da Frente de Mobilização Popular, dos dispositivos sindical (CGT-PUA-CPOS) e estudantil-universitário (UNE-UME-UBES).

Nas demais alterações governamentais, a esquerda e os citados dispositivos voltaram a conquistar outros setores e novos elementos. E com a conivência de homens como General Assis Brasil, professor Darcy Ribeiro e Raul Ryff, e de outros, conseguiram transformar o Presidente João Goulart em seu prisioneiro.

O PCB, a FPN, FMP, CGT, PUA, CPOS, UNE, UME, UBES e as demais "frentes" mantinham o Presidente em "estado de choque", sob contínuas pressões e debaixo de permanente "cêr-

co". Não propiciavam tranquilidade, nem possibilitavam um estado de espírito para que o Chefe da Nação decidisse seus encargos e responsabilidades com serenidade e calma.

O encontros, diálogos e debates entre o Presidente João Goulart e os elementos de tais frentes, eram dramáticos, duros e constrangedores para os seus amigos.

Na última fase governamental, quando os amigos do Presidente passaram a pressentir êsse estado de coisas insolúveis, reuniram-se em tôrno de San Thiago Dantas concebendo a formação de uma coligação, com a participação de tôdas as correntes que almejassem solucionar os problemas nacionais, com objetividade e patriotismo. Estudos profundos, consultas, encontros e reuniões se sucederam. Quando a esquerda e seus dispositivos tomaram conhecimento, em detalhes, da "Frente Ampla", passaram ao ataque e combate, procurando primeiro negar a possibilidade da formação dêsse esquema político; segundo, vetando a participação de certas áreas partidárias; terceiro, tentando destruir o homem que estava com a missão de elaborar o plano da formação da Frente.

Em seguida, o Presidente pretendeu reorganizar o Ministério, mas, a esquerda vetou agressivamente, uma remodelação, sustentando a conveniência de alterações de setores, temendo que numa reformulação geral de Govêrno, não pudessem influir e perdessem posições.

O Presidente cercado de uma equipe fraca e débil, com os Chefes das Casas Civil e Militar comprometidos, enganado no esquema de segurança, chegou aos dias 30 e 31 de Março, ludibriado desiludido e desencantado com tais situações.

4) *Apoio financeiro a entidades ou frentes de atuação comunista como CGT, PUA etc.*

Êsse é aspecto impossível à nossa apreciação. Há de convir que problemas dessa natureza são do domínio secreto e dos mais reservados, de esferas inalcansáveis. Não sendo comunista, nem integrando ou participando, como já reafirmamos, dos quadros e das direções do CGT, PUA, CPOS etc — é assunto que não alcançamos.

5) *Ligações entre Brizola e os comunistas*

As ligações de Leonel Brizola com os comunistas, tanto quanto foi possível sentir, e isto à distância e sem a nossa participação devido divergências pessoais pela orientação e ações do ex-governador gaúcho — seriam:

1º — Através de seus auxiliares Paulo Schiling e Maia Neto (antigo diretor da Radio Mayrink Veiga);

2º — Nos contatos e campanhas desenvolvidas pela Frente de Mobilização Popular;

3º — Nas relações mantidas com o dispositivo sindical CGT-PUA-CPOS etc;

4º — Nos entrosamentos com os dirigentes da UNE-UME-UBES;

5º — Nos atos da Frente Parlamentar Nacionalista.

Não merecendo as simpatias dos "brizolistas" que integravam tais dispositivos e esquemas, não participando de seus encontros ou reuniões, apontando como "janguista", é impossível outras considerações.

Sentimos alguns aspectos em relação a Leonel Brizola:

1º — sua preocupação permanente em manter uma liderança política;

2º — estar atualizado em tôrno dos problemas nacionais e para isso assessorado por uma equipe (Paulo Schiling, Maia Neto, Franklin de Oliveira, Gessi Sarmento, Lisboa Carrion e outros);

3º — depois de conquistar o contrôle do PTB e esvasiar a influência de João Goulart no trabalhismo do Rio Grande do Sul, pretendia conquistar a Chefia do PTB nacional;

4º — Disputava a liderança popular a João Goulart;

5º — Preocupava-se quanto aos problemas, objetivos e campanhas do PCB, pois, desejava estar, sempre, na dianteira.

6) *Ação dos comunistas no Parlamento*

I — Depois do fechamento do Partido Comunista do Brasil em 1947 e cassação dos mandatos de seus representantes nos

legislativos, em 1950-54, na Câmara dos Deputados, surgiu Roberto Morena, eleito pelo PRT.

II — Na legislatura seguinte, 1954-58, o representante comunista foi Bruzzi de Mendonça, eleito, igualmente, pelo PRT.

III — Em 1958, a Comissão Executiva Nacional do PTB, face o dispositivo estatutário que lhe atribui a faculdade de indicar nomes de candidatos para as chapas nas Seções Estaduais, determinou a inclusão de Fernando Santana, na Bahia; Licio Hauer, Olimpio de Melo e Benedito Cerqueira, na Guanabara; Domingos Velasco, no Estado do Rio. Eleitos foram — Fernando Santana, Licio Hauer e Domingos Velasco.

IV — Em 1962, o PTB decidiu não mais incluir novos comunistas em suas legendas. Foi mantido na Guanabara Licio Hauer, que em virtude da indicação de seu companheiro Marco Antonio, no PST, teve 500 poucos votos. Fernando Santana foi disputar no PSD da Bahia.

A ação dos comunistas no Parlamento — é difícil de ser analisada, sem os dados da Câmara dos Deputados. Nas suas fichas parlamentares estão registrados seus pronunciamentos, intervenções, proposições (emendas e projetos) apresentadas, refletindo a conduta de cada um. Sem tais elementos, não podemos fazer uma apreciação concreta.

É preciso frisar que comunistas quando investidos no mandato parlamentar, agiam diferentemente de como simples membro do PCB. Na tribuna do Parlamento colocam e expressam o ponto de vista de seu Partido. Seus pronunciamentos obedeceriam à orientação e a palavra de ordem do PCB.

Essa nossa dedução.

7) *Divergências entre CGT-PUA-CPOS e o PCB*

8) *Retraimento do PCB*

Sôbre as indagações feitas a impressão e dedução consequente são as seguintes:

I — O dispositivo sindical de esquerda (CGT-PUA-CPOS etc.), como foi esclarecido anteriormente, consolidou sua posição no último ano do período governamental do Presidente

Juscelino Kubitschek. Nessa ocasião, face o problema da sucessão presidencial e as inúmeras reivindicações das coletividades profissionais, o Govêrno da União nos últimos meses de 1960 procurou solucionar as questões sociais, através de subvenções dos vários "Fundos". JK almejou passar o Govêrno ao seu sucessor com as respectivas situações superadas.

Em virtude dessa posição governamental, o mencionado dispositivo sindical alcançou projeção, passando a constituir uma "fôrça". A sua atuação no movimento da paridade, por outro lado, registrando um êxito, esvasiou dentro do Partido Comunista um forte esquema que predominava desde 1953 nos serviços públicos, liderado por Licio Hauer, Carlos Taylor, Aiace Mendes Tavares e outros militantes do PCB. O projeto da Lei do Plano de Classificação de Cargos e Funções, cuja proposição levou vários anos no Congresso, quando aprovado em 1960, provocou descontentamento no seio do funcionalismo. Tinha sido essa a "grande bandeira" do dispositivo funcional do PCB. A impressão deixada na época, é que êsse grupo fracassou no trabalho de articulação na Câmara dos Deputados e Senado, apesar de todos os meios e recursos que contou. A "autocrítica" do PCB, veio a público, considerando que os referidos membros tinham sido ineptos. Essa "condenação" provocou, sem dúvida, o deslocamento do interêsse do Partido Comunista para o dispositivo sindical (CGT-PUA-CPOS), no qual pontificavam dirigentes dos grupos dos marítimos, portuários, ferroviários, estivadores etc. O PCB estabeleceu, em princípio, o desaparecimento da União Nacional dos Servidores Públicos, motivando essa determinação forte reação do então deputado Licio Hauer, abrindo-se séria dissenção entre os comunistas que atuavam nos setores do funcionalismo e na própria UNSP. Surgiu, assim, a fundação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, num conclave realizado no Rio de Janeiro, em que Licio Hauer, até então lider incontestável dos servidores públicos foi posto à margem, e na presidência da CSPB colocado Carlos Taylor, até então um dos colaboradores do antigo presidente da UNSP.

Com isso, êsse dispositivo sindical (CGT-PUA-CPOS) e Sindicatos dirigidos pelos comunistas, passou a dominar os grandes movimentos reivindicatórios e sociais. O sucesso das

suas campanhas, grangeavam maior penetração entre as coletividades profissionais. O movimento pela aprovação da nova Lei Orgânica da Previdência Social; a greve da paridade e a imposição das "frentes", até então consideradas espúrias pela Consolidação das Leis do Trabalho, galvanizou as preferências da alta direção do PCB.

O dispositivo sindical arrebatou, dessa maneira, das mãos dos dirigentes das associações representativas do funcionalismo, a "bandeira" da paridade, concretizando, como já foi dito, uma vitória surpreendente. O Govêrno JK diante da apreensão de uma greve geral, iniciada pelos marítimos, portuários, ferroviários e estivadores (êstes, parte apenas) e de outras categorias, acabou aceitando as exigências levantadas pelo CGT-PUA-CPOS. Declinou, assim, o esquema comunista no funcionalismo, surgindo a nova fôrça: — o dispositivo sindical.

Consolidado, pois, nos últimos momentos do Govêrno JK, projetou-se com Janio Quadros. Conhecendo profunda e detalhadamente o movimento sindical brasileiro, o referido Presidente, antes de assumir a responsabilidade de Govêrno, passou a dialogar com os dirigentes sindicais. Deixava transparecer o interêsse de manter contato com os mesmos, mas, sem as interferências de "cúpulas". Fazia sentir que o diálogo e entendimento eram desejos de sua pessoa, mas, sem que os dirigentes sindicais fossem "bitolados".

JQ era atencioso e cordial com os dirigentes sindicais; duro e áspero com os responsáveis pelas coletividades do funcionalismo público. Incentivou, inclusive, a predisposição não só dos trabalhadores, como da opinião pública contra o funcionalismo, apontando-o como relapso, gozador de regalias, usufrurário de "benesses".

No Ministério do Trabalho, o titular da pasta, sr. Castro Neves, refletia o ponto de vista do Presidente, procurando alargar a penetração janista nos meios sindicais, impunhando a bandeira contra os "paternalismos" e pregando a necessidade de fortalecimento das lideranças autênticas nas entidades profissionais.

Dessa maneira, a partir dessa época, os dirigentes sindicais comunistas passaram a demonstrar uma linha de independência

nos seus atos e campanhas, assumindo posições que não eram (provàvelmente) submetidas à alta direção do PCB.

Em São Paulo, José Maria Crispim, antigo dissidente do PCB, voltava às atividades.

A condecoração conferida pelo Presidente JQ á Che Guevara, ministro de Economia de Cuba, na sua passagem de retôrno da Conferência de Ponta de Leste, objetivou a conquista das simpatias das esquerdas. Começava aflorar nessa ocasião, na América Latina, o movimento pró-Cuba e de hostilidades aos Estados Unidos. Êsse fato, que chocou a opinião pública brasileira, teve, entretanto, a melhor acolhida nos dispositivos de esquerda.

No dia 25 de Agôsto, estourou a crise da renúncia de Janio Quadros. Todos são colhidos de estarrecedora surprêsa. O dispositivo sindical, sem conhecimento de detalhes e aspéctos da renúncia, mas, face aos seus contatos e ligações com o Presidente, quando lhes falava das poderosas fôrças ocultas que impediam o progresso e o desenvolvimento do Brasil — resolveu deflagrar uma greve geral, objetivando o retôrno de JQ ao Govêrno. A palavra de ordem do CGT-PUA-CPOS foi atendida, de imediato, pelos ferroviários da Leopoldina; servidores da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro; algumas categorias profissionais dos marítimos; portuários e estivadores.

As dificuldades de comunicações naquele momento, bem assim, a surprêsa do acontecimento não propiciou que o movimento se alastrasse, ficando restrito à Guanabara, Estado do Rio e parte de São Paulo, assim mesmo, apenas nos primeiros instantes. Só depois de convencidos de que a renúncia de JQ era irreversível e consumada com ascensão do Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Paschoal Ranieri Mazzilli, é que o dispositivo sindical passou a apoiar a posse do Vice- Presidente João Goulart.

O tumulto reinante naqueles dias confundiu as autoridades, os observadores e a própria opinião pública, ficando a impressão que a movimentação sindical estabelecida teria sido em favor de João Goulart, quando na realidade fora, inicialmente, em apoio à Janio Quadros.

O Presidente empossado, João Goulart, teve a nítida impressão dessa ocorrência, tanto que na composição governa-

mental, o CGT-PUA-CPOS não teve participação. O escolhido para a Pasta do Trabalho, foi o deputado André Franco Montoro, do PDC e ligado aos círculos católicos.

A penetração da esquerda no Govêrno, só viria ocorrer depois nas alterações administrativas que se processariam no país (a respeito dêsse aspécto existe uma explanação anterior).

O dispositivo sindical foi assim, se fortalecendo e conquistando setores, constituindo-se numa fôrça própria, que avançou sempre. Com a campanha do plebiscito, comícios e movimentos populares — CGT-PUA-CPOS passou a se considerar independente. A alta direção do PCB, por fôrça das circunstâncias e distanciada dos homens de Govêrno, precisando, muitas vêzes, resguardar conveniências, não podia ter ligações públicas com os membros dos Podêres Constituídos. Os integrantes do dispositivo sindical, face as reivindicações de classe, campanhas populares e problemas de interêsse geral, estavam, em decorrência disso, com os responsáveis dos diversos setores governamentais e de outros podêres. Daí os primeiros choques e divergências entre o CGT-PUA-CPOS com a direção do PCB, cujos detalhes e aspéctos é impossível alcançar, considerando a nossa condição de não pertencer aos quadros ou às direções do citado dispositivo, e muito menos ao Partido Comunista.

II — O retraimento do PCB nos acontecimentos, deve ter sido, pois, face a posição do dispositivo sindical CGT-PUA-CPOS, e porque a sua direção não se comprometera com os fatos. Com outra vivência e maior experiência de lutas, os homens da direção do PCB teriam julgado que o dispositivo sindical avançara demasiado e que a apregoada fôrça popular, não representava senão uma estrutura frágil, sustentada apenas em reivindicações classistas momentâneas e na distribuição de favores e vantagens eventuais.

Homens como Bomfim, Dias, Joven Telles, Marco Antonio, Timbauba, Isac etc, da direção do PCB, não escondiam críticas aos dirigentes do CGT-PUA-CPOS pela maneira como conduziam suas campanhas, reprovando a independência e a radicalização de seus atos. As conclusões dessas divergências só poderão ser atingidas por dedução ou por observações superficiais.

Afora êsses aspéctos, é preciso focalizar o que representou o deslocamento de Luiz Carlos Prestes para São Paulo. Com isso, o CGT-PUA-CPOS, etc, tinham campo mais livre para as suas ações no Rio de Janeiro e Brasília.

9) *Por que os comunistas que exerciam a alta direção do PC não se asilaram?*

Impossível responder essa indagação por falta de maiores elementos. Poder-se-ia dizer que os integrantes do CGT-PUA-CPOS, Oswaldo Pacheco, Sttanford, Dante Pelacani, Melo Bastos, Humberto Pinheiro e outros se asilaram. Hercules Corrêa, João Massena, Roberto Morena, Luiz Tenório de Lima e outros desapareceram. Todavia, é preciso que se frise — a conspiração, o movimento e articulação subterrânea, é uma tradição e maneira de agir dos comunistas. Além disso, afora a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos de alguns comunistas, a não ser os dirigentes notórios do CGT-PUA-CPOS e de entidades sindicais; do esquema UNE-UME-UBES; e dos dispositivos rurais do Nordeste, Estado do Rio e sul do país, os membros da alta direção do PCB, não tinham sido incomodados até a denúncia em São Paulo indiciando-os na subversão, e com a instauração do IPM presidido pelo Coronel Ferdinando de Carvalho. Antes disso, os comunistas andaram tranquilos em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e outras cidades.

10) *Os comunistas não foram surpreendidos pela Revolução, mas, sim pela queda vertiginosa do dispositivo militar. A sua impressão?*

A pergunta já é uma resposta. A nossa impressão é que o PCB estava ao par da conspiração militar. Os membros do CGT-PUA-CPOS levaram, várias vêzes, denúncias sôbre o movimento de militares e de ações que vinham desenvolvendo contra o Govêrno, chegando a apontarem os marechais Odilio Denis, Nelson de Melo, Almirante Sylvio Heck, Sodré e Pena Boto, Generais Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, e vários coronéis e civis como João Dantas, Jorge

Bering, Rui Gomes de Almeida, bem como homens das áreas de Carlos de Lacerda e de Adhemar de Barros.

O Presidente tinha duas grandes preocupações — o dispositivo militar e o esquema popular; mantendo as melhores relações com a Igreja Católica, inclusive, com o Núncio Apostólico, D. Lombardi; Cardeal Mota, de São Paulo; Dom Helder Câmara e diversos Bispos. Sustentava uma posição de entendimento comum com tôdas as nações.

Quando Jango reformou o General Osvino foi alertado para o perigo que representava a sua saida do I Exército. O Presidente respondeu que não podia ter outra atitude, sob pena de evidenciar desconfiança sôbre os demais Generais. Admitia que era um risco, mas, afrontar o Exército não o faria. Cabia, também, dar oportunidade a outros oficiais superiores.

As insistências para tirar os generais Castelo Branco e Amaury Kruel, do Estado-Maior e do Comando do II Exército, o Dr. João Goulart desconversava. Em relação ao General Castelo Branco dizia que era homem da FEB e dos proeminentes da Escola Superior de Guerra. Como retirar um militar do mais alto conceito sem ferir o prestígio do Govêrno? O general Kruel era seu amigo pessoal. Certa feita encerrando o assunto disse aos acusadores do Comandante do II Exército — o Kruel é meu amigo e suas divergências comigo é causada pela CGT-PUA-CPOS e pela sua conhecida aversão aos comunistas. Se algo me acontecer desejaria que os meus filhos fôssem entregues à sua tutela.

Os generais Oromar Osório e Morais Ancora, eram homens que estavam em contato permanente com o Presidente. Sempre que vinha ao Rio falava-lhes pessoalmente e procurava contatos com os demais círculos militares.

O Chefe da Casa Militar, General Assis Brasil — que na Presidência da República e fatìdicamente repetia que o seu dispositivo militar era inexpugnável, criou um mito em tôrno de sua pessoa, desde os acontecimentos que culminaram com a posse do Dr. João Goulart. Sustentado por Brizola, pela Frente de Mobilização Popular, pela Frente Parlamentar Nacionalista, mantendo contatos com os dispositivos do CGT-PUA-CPOS e demais esquemas populares — era um dos intocáveis. Dizia êle — ter contato permanente com os Comandantes de

Exército, das diversas Regiões e das principais unidades militares. Na realidade o general, era, entretanto, um ausente nesses contatos, limitando-se as suas observações aos informes que lhe eram enviados e aos contatos com os ministros militares.

O General Assis Brasil pode ter iludido o Presidente, mas não cremos que o tenha feito em relação aos comunistas. Êstes ha muito denunciavam as tramas e conspirações. Sustentavam a tese que era preciso o Govêrno e as fôrças populares, estarem preparadas para qualquer eventualidade.

Os comunistas não foram, portanto, surpreendidos pela Revolução. Conforme a indagação que acima foi feita, ficaram surpreendidos pela queda vertiginosa do alegado dispositivo militar, tão apregoado pelo General Assis Brasil.

Nas explanações que se seguem — outras considerações a respeito.

11) *Reunião clandestina de armas*

Os dirigentes do CGT-PUA-CPOS denunciavam (muito antes de 31 de março de 1964) a existência de conspirações para derrubar o Govêrno João Goulart e contra as conquistas alcançadas pelas coletividades sindicais. Nessas referências aludiam, entre outros fatos: 1 — reuniões nesta Capital e viagens efetuadas por militares contrários ao Govêrno; 2 — atitudes e campanhas das classes produtoras e conservadoras procurando indispor o Govêrno e as chamadas fôrças populares com a opinião pública; 3 — coletas de fundos (recursos) entre as classes produtoras; 4 — informes de encomendas de armas por parte dos Governadores de São Paulo e Guanabara; 5 — Aliciamento de elementos para integrarem grupos de ação nesses Estados.

Membros do CGT-PUA-CPOS, da Frente de Mobilização Popular, da Frente Parlamentar Nacionalista etc — evidenciavam conhecimento sôbre as conspirações que se desenvolviam. Tinham informações dos convites para a participação nesse movimento. Essas denúncias não eram, entretanto, levadas a sério, sustentando-se que o Govêrno dispunha de dispositivo militar. Afora êsse aspécto, havia a cobertura popular.

Aqui está uma ocorrência que deve ser analisada neste conjunto. Em princípios de 1964, o Presidente João Goulart

determinou que sua assessoria sindical e o Ministério do Trabalho se antepusessem ao dispositivo sindical da esquerda. Essa articulação foi iniciada com o veto a Dante Pelacani em continuar no cargo de diretor geral do DNPS e na presidência do Conselho Diretor dêsse Departamento (colegiado). A mesma orientação para os IAPs — rejeição dos elementos sustentados pelo CGT-PUA-CPOS. Surge, então, a eleição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. O Presidente veta os nomes de Clodsmith Riani, Dante Pelacani, Roberto Morena e outros dirigentes esquerdistas. Prestigia a formação de uma chapa encabeçada por João Wagner, do Paraná. Nas vésperas do pleito, é levado à presença do Dr. João Goulart pelo deputado San Thiago Dantas, Clodsmith Riani — com o propósito de que o Presidente suspendesse o seu veto a êsse dirigente sindical. As fôrças de esquerda considerando essa Confederação — a entidade chave na vida sindical brasileira, iniciaram um dos maiores cercos em tôrno do Presidente, com o objetivo de manter a CNTI sob seu contrôle. Além dos cercos — o Presidente passou a ser "alertado" para o perigo de afrontar UNE-UME-UBES, FMP, FPN etc, que estavam solidários com o dispositivo sindical. Foi "avisado" da ameaça de se criarem problemas e dificuldades, em todos os setores, ao Govêrno. Essas comunicações eram feitas ao Presidente por membros do Govêrno e de seu próprio Gabinete.

No momento do pleito, o Presidente determinou que se desfizesse a articulação estabelecida contra a eleição de Riani e dos dirigentes do CGT-PUA-CPOS. Dessa maneira, êsse dispositivo conseguiu manter sob seu contrôle a CNTI.

O Presidente depois dêsse desfecho, pressentiu que o envolveram num passo temerário. Buscou, então, situações para o fortalecimento do seu Govêrno. Com a organização da Frente Ampla, preconizada por San Thiago Dantas, visava reunir tôdas as correntes políticas para sustentar e colaborar com o Govêrno. Outro indício — o desejo de apressar as reformas, traduzidas na mensagem presidencial de 1964 ao Congresso Nacional. A reformulação de seu Ministério — era outra etapa. O estabelecimento de maiores contactos com a opinião pública e sua presença em atos públicos para o diálogo direto com o povo.

Apesar de nunca ter declarado deixou a transparecer que poderia ter o mesmo fim do Presidente Getúlio Vargas. Conhecia, em detalhes, os episódios de novembro de 1945 e de agôsto de 1954, bem como a deposição do Presidente Café Filho e ainda ocorrências referentes a outros Governadores. Deixou escapar, algumas vêzes, citações a Getúlio e ao propósito de não faltar aos que lhe depositavam confiança. Nas últimas semanas, essas suas referências foram mais constantes. Não pareceu nunca um desesperado. Desde dos acontecimentos dos marinheiros e fusileiros navais, no Sindicato dos Metalúrgicos, crescia sua descrença a vários auxiliares — General Assis Brasil, professor Darcy Ribeiro, jornalista Raul Ryff, almirante Aragão, Brizola, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Eugenio Caillar e outros.

Era conhecedor das divergências da alta direção do PCB com o dispositivo CGT-PUA-CPOS.

A questão da hierarquia militar passou a ser uma das suas preocupações. Essa parte, fundamental e da maior importância para um Chefe de Estado, era uma das atribuições do Chefe da Casa Militar. Como assessor natural do Presidente nesse aspécto, competia preservar a hierarquia militar, cooperar, intervir junto ao Chefe da Nação nesse sentido. Êsse problema, fôra para o Dr. João Goulart, desde que deixara o Ministério do Trabalho, assunto que merecia a melhor atenção. Os casos e problemas militares surgidos nos últimos meses de seu Govêrno, demonstraram que o Presidente não teve, porém, assessoramento nem assistência, e muito menos foi alertado para as suas consequências e implicações. A sensibilidade do Presidente reconhecida por todos, foi evidenciada nas últimas horas de seu Govêrno, quando deixou o Rio de Janeiro ouvindo as ponderações do General Morais Ancora; depois em Brasília, o general Nicolau Fico; e por último, o General Ladario Telles, em Pôrto Alegre, desautorizando qualquer resistência armada naquele Estado. Foi ao escutar o General Assis Brasil, naqueles instantes derradeiros de sua estada no Sul, que contrariou, uma vez mais, sua tendência e inclinação. Queria se internar no interior de Mato Grosso ou Goiaz, e aí esperar as consequências. Queria permanecer no Brasil. Não pretendia se asilar. Foi induzido pelo General Assis Brasil a viajar com destino ao Uruguai.

Essas considerações julgamos necessárias ao responder as indagações sôbre armas. Nos dias 30 e 31 de Março, surgiram "sugestões" e apelos para que o Presidente autorizasse a entrega de armas aos diversos grupos sindicais, aos ex-combatentes e aos estudantes. O sr. João Goulart recusou terminantemente tôdas investidas a respeito. Não o convenceram.

Após a visita do General Jair, ministro da Guerra, no Hospital dos Servidores do Estado, e depois, no Palácio das Laranjeiras, antes de receber o General Morais Ancora — demonstrou firmeza nesse sentido. Dirigentes do CGT-PUA-CPOS (Oswaldo Pacheco, Herculas Corrêa e Melo Bastos foram ao Palácio reafirmar propósitos de luta. O sr. João Goulart não os recebeu. Embarcava, por volta do meio dia, para Brasília, sem falar aos dirigentes do CGT-PUA-CPOS. Determinou que o General Assis Brasil permanecesse com o ministro da Justiça, deputado Abelardo Jurema, no Rio de Janeiro na contenção dos acontecimentos, enquanto ia à Brasília. O General Assis Brasil permaneceu no Palácio das Laranjeiras até às 16 horas, quando rumou para o Aeroporto, considerando a situação liquidada e proclamando, também, nessa hora, a renúncia do Dr. João Goulart. O Congresso não tinha ainda se reunido e nada se sabia de Brasília. Os demais aspéctos são de conhecimento geral — a permanência de Jango em Brasília, sua viagem para Pôrto Alegre, a tentativa de resistência armada e a saída do Presidente da capital gaúcha.

No que se refere a armas, o Presidente João Goulart não permitiu, mesmo quando o seu Govêrno estava sendo derrubado, a distribuição de armas, o que teria levado o Brasil a uma guerra civil de consequências imprevisíveis.

(Projeto)

Anexo 2-II-2 (5)

RESOLUÇÃO SÔBRE A POLÍTICA DO PARTIDO PARA A JUVENTUDE

O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, reunido em sessão plenária, após debater as questões relativas à política do Partido para a juventude, resolve adotar a seguinte resolução:

I

A juventude corresponde um papel de primeira grandeza na luta em que se empenha o povo brasileiro por sua libertação nacional, a democracia e o progresso social. Pelas qualidades que lhe são inerentes, é a juventude a parcela mais combativa do povo, a mais apta à assimilação das idéias sociais de vanguarda, e a que com maior ardor abraça e defende as nobres causas dos explorados e oprimidos, contra os exploradores e opressores. Tôda a experiência, passada e atual das lutas políticas e sociais de nosso povo confirma sobejamente essas qualidades de sua juventude.

As profundas transformações políticas, sociais e econômicas necessárias para levar a cabo a revolução brasileira só podem ser realizadas por uma fôrça social — a frente-única — que englobe em seu seio as classes e camadas objetivamente revolucinárias em cada etapa da revolução. Essa fôrça social não chegará a ser, no entanto, suficientemente poderosa se dela não participar, com o entusiasmo e a combatividade que lhe são próprios, a juventude das classes e camadas que a compuserem.

Conquistar a juventude brasileira para a revolução é, assim, tarefa central do Partido, parte integrante e inseparável

da tarefa de forjar a frente única revolucinária. Por isso mesmo, a ela deve dedicar-se o conjunto do Partido, tôdas as suas organizações e frentes de trabalho, e não apenas os jovens, aos quais se atribua a inteira responsabilidade pela realização da mesma. A pouca atenção dispensada atualmente pelo Partido ao trabalho juvenil ou o relegamento dêste à condição de tarefa atribuida aos comunistas jovens, apenas, constitui grave êrro que precisa ser com urgência corrigido.

II

O trabalho de massas do Partido para a juventude, do mesmo modo que o destinado às demais parcelas da população, tem por objetivo imediato levá-la a participar da luta geral do povo brasileiro pela democracia e a libertação nacional. Devido, porém, as peculiaridades que possue a juventude, em primeiro lugar àquelas que conduzem a se aproximarem na atividade política os jovens operários, estudantes e camponeses, o trabalho do Partido para a juventude visa a desenvolver no País um amplo movimento juvenil nacionalista e democrático, movimento que seja parte integrante e destacamento mais combativo da grande frente-única antiimperialista e agrária antifeudal de todo o povo.

Um tal movimento se irá formando num processo de trabalho e de lutas, como resultado da unidade de objetivos e de ação política das massas juvenis em tôrno de uma plataforma que contemple as reivindicações e aspirações sentidas de cada camada da juventude, os grandes temas políticos atuais da humanidade, tais como os da defesa da paz, da democracia e do progresso social, e as transformações revolucionárias preconizadas por nosso Partido em sua plataforma para a frente-única.

Elementos de realização concreta dessa política já podem ser encontrados na aliança que se vem estabelecendo na prática entre o movimento estudantil universitário e o sindical, e entre ambos e o movimento camponês, assim como na valiosa e ainda pouco considerada experiência de frente-única que se tem alcançado dentro do movimento universitário.

Êsse movimento juvenil nacionalista e democrático não deve desenvolver-se como uma entidade à parte, alheia às or-

ganizações juvenis políticas e de massas existentes no País. Ao contrário, êle deve esforçar-se para que sua base seja constituída principalmente por essas organizações, pelos milhares de clubes esportivos e recreativos de fábricas, bairros e localidades do interior, os sindicatos de trabalhadores e as associações camponesas, as entidades estudantis e as organizações artísticas e culturais, assim como pelas organizações políticas juvenis de caráter democrático. O trabalho político deve ser conduzido de modo que as organizações adiram ao movimento ou com êle se solidarizem formal ou informalmente, com tôda ou com parte de sua plataforma, e que participam de tôdas ou de algumas apenas das campanhas ou ações por êle empreendidas. O grau de ligação de tais entidades com o movimento e de participação nas lutas dêste pode ser, portanto, muito variável. Êsse critério é absolutamente necessário, em virtude da enorme diversidade de níveis de politização e de capacidade organizativa atual da juventude brasileira.

Uma forma de coordenação e direção ampla e flexível deve ser adotada para o movimento, em consonância com as características políticas e organizativas acima expostas e os tipos de relações que devem ser estabelecidas entre tal direção e aquelas bases.

Para alcançar a unidade de objetivos e de ação política das massas juvenis e formar êsse amplo movimento nacionalista e democrático, é indispensável que o Partido, como fôrça motriz consciente que é da frente-única, desenvolva uma grande atividade política em tôdas as camadas da juventude, particularmente na operária, camponesa e estudantil, e que trabalhe nas organizações de massas e organizações políticas e democráticas da juventude, levando-as a que, de um modo ou de outro, manifestem sua adesão ou simpatia pelo movimento e sua plataforma e contribuam para os objetivos dêste. É indispensável, igualmente, que trabalhe nas organizações em poder das fôrças reacionárias visando a libertá-las de tais fôrças ou impedir que estas últimas influenciem as massas juvenis.

Tendo em vista o nível real de organização e atividade política das diferentes camadas da juventude, assim como a experiência passada e recente de trabalho de massas juvenil, um movimento dêsse tipo e envergadura pode ser lançado e

desenvolver-se com rapidez se tiver como ponto de partida as organizações estudantis e sindicais, se inicialmente concentrar seu trabalho nas organizações esportivas e recreativas de bairro, na base de um ativo programa de intercâmbio esportivo, recreativo ou cultural, respaldado por palavras-de-ordem políticas como defesa da paz, reformas de base, libertação nacional, etc.

III

Um movimento nacionalista e democrático em têrmos realmente de massas, atingindo ou influenciando dezenas ou centenas de milhares de jovens e apoiando-se nas organizações próprias dêstes, só pode ser alcançado se partir das reivindicações mais elementares de cada camada e setor da juventude e se souber distinguir concretamente as enormes diferenças de níveis de politização que no momento ela apresenta. A subestimação das reivindicações elementares das grandes massas da juventude e o trabalho em tôrno apenas de reivindicações políticas, que por enquanto atraem e mobilizam sòmente limitadas camadas juvenis — eis o maior obstáculo que tem impedido u'a maior participação da juventude nas lutas do povo e que precisa ser afastado.

A formulação de uma plataforma completa das reivindicações da juventude sòmente será viável com a participação da própria juventude e no processo de suas lutas de massas. Como contribuição inicial para essa plataforma, os comunistas apresentam aos jovens uma lista de questões em tôrno das quais julgam poder basear-se a unidade e a ação de grandes contingentes da juventude brasileira.

Questões interessando à juventude em geral:

— Defesa da paz e desenvolvimento das relações econômicas e culturais entre todos os povos;

— desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e elevação continuada do nível do salário real dos trabalhadores, de modo a garantir segurança contra o desemprêgo e um melhor padrão de vida no presente e no futuro;

— elevação cultural da juventude e melhor preparação para o trabalho produtivo no ramo de atividade que o jovem escolher;

— barateamento dos meios de recreação e cultura interessando à juventude, tais como o teatro, o cinema, o esporte, o livro, etc.;

— ajuda governamental às organizações recreativas, culturais e esportivas da juventude, nos bairros, nas emprêsas e nas localidades do interior;

— ajuda governamental aos jovens que se destaquem em qualquer ramo da produção, dos esportes, das artes, das ciências, etc., e que demonstrem vontade de desenvolver suas aptidões.

Questões interessando à juventude trabalhadora urbana:

— Melhores salários e salário igual para trabalho igual, inclusive para o menor que realize trabalho igual ao do adulto e para a moça em idênticas condições;

— ensino técnico-profissional, de modo a melhorar a qualificação profissional do jovem;

— melhor proporção para o salário do menor aprendiz;

— cumprimento das disposições legais existentes, tais como a que proibe o trabalho do menor em serviços perigosos ou insalubres e a que torna obrigatório o ensino primário gratuito nas emprêsas de mais de cem operários;

— empréstimo-casamento pelos IAPs, a longo prazo, descontado em fôlha.

Questões interessando à juventude do campo:

— Reforma agrária radical, que assegure a todo jovem camponês trabalhador um pedaço de terra e assistência técnico-financeira governamental;

— cumprimento da legislação trabalhista que estende ao assalariado agrícola e a todos os empregados (colonos, empreiteiros, etc.), conquistas sociais da classe operária, como salário-mínimo, férias e indenização por dispensa sem causa justa. Pagamento das férias em dinheiro, devido às peculiaridades do trabalho agrícola;

— contrato coletivo de trabalho quando se tratar da família do trabalhador e não apenas dêste, incluindo, assim, os filhos

que participem da produção (bem como a mulher, quando for o caso);

— liquidação das restrições ao direit) de ir-e-vir, existentes nas fazendas e usinas, que negam os direitos civis do trabalhador, tolhem as atividades sociais e recreativas dos jovens e os submetem a situações vexatórias;

— previdência social para o trabalhador do campo, custeada pelo govêrno e empregadores;

— escolas primárias rurais em quantidade suficiente e que proporcionem uma educação prática para a vida rural;

— ensino técnico-agrícola condizente com a realidade nacional e regional.

Questões interessando à juventude universitária:

— Reforma da Universidade, colocando-a, quanto aos fins e à qualidade do ensino ministrado, em consonância com as necessidades econômicas e políticas de nosso povo em luta pela libertação nacional e social; democratização da Universidade, tornando-a acessível à grande massa dos que desejam frequentá-la e se preparam para nela ingressar (multiplicação no número de vagas nas universidades oficiais, especialmente no ensino politécnico e médico);

— melhoria das condições de vida do estudante pobre, através do barateamento do livro didático, redução nas tarifas dos transportes melhor assistência social (alimentação, moradia, bolsas de estudos);

Questões interessando à juventude estudantil de grau médio:

— Democratização do ensino secundário, estendendo a rêde de estabelecimentos de ensino oficiais, de modo a assegurar aumento constante do número de vagas gratuitas e condições para que os estudantes concluam os cursos seguidos:

— barateamento do livro e dos materiais didáticos, contrôle das taxas e anuidades dos estabelecimentos particulares, redução nas tarifas dos transportes urbanos, melhor assistência social a exemplo do reivindicado para os universitários;

— cursos noturnos em todos os ramos do ensino médio oficial para estudantes que trabalhem;

— reforma dos programas e métodos de ensino; amplo desenvolvimento do ensino técnico-industrial proporcionando formação profissional de grau médio aos jovens que a desejarem;

— criação de ginásios industriais, regulamentação da profissão de técnico-industrial, publicação de livros didáticos especializados. Vinculação do ensino técnico-industrial à realidade nacional e regional.

Existem no Brasil as condições objetivas necessárias para que a juventude seja mobilizada para uma participação ativa e de vanguarda na luta política. Vivemos numa época em que profundas transformações ocorrem na vida dos povos. O socialismo está triunfante em uma terça parte da humanidade e a revolução socialista já chegou às terras da América; desmorona-se o sistema colonial do imperialismo, tornando clara a incapacidade dêsse último de manter subjugados por muito tempo mais os povos ainda dêle dependentes, enquanto os povos que lutam e conquistam a sua independência política encontram no campo socialista o apoio eficaz e decidido de que necessitam para defender-se das arremetidas imperialistas. Tudo isso marca uma nova etapa na história da humanidade e abre amplas perspectivas para a luta do povo brasileiro por sua libertação nacional e social.

Essas condições novas já influenciam de modo sensível o desenvolvimento econômico, social e político de nosso País. A par da ação das fôrças produtivas progressistas, que abrem caminho apesar dos entraves que lhe são opostos pelo latifúndio e o imperialismo, cresce a consciência política das massas, notadamente a partir da crise político-militar de agôsto de 1961.

Por outro lado, os processos econômicos em curso no País vêm provocando mudanças na própria estrutura da juventude. Aumenta o número e o pêso relativo dos jovens no conjunto da classe operária, particularmente nos centros industriais mais importantes, e cresce igualmente o número de jovens que participam do trabalho agrícola como assalariados. Aumentos proporcionais verificam-se também no número de trabalhadores jovens no comércio, nos transportes, etc., assim como no de estudantes. Essa participação cada dia maior da juventude no processo de produção não podia deixar de acarretar conse-

quências sociais e políticas importantes. Na fábrica, no campo e no comércio o jovem trabalhador trava conhecimento, por experiência própria, com a exploração e a luta de classes, e é levado a interessar-se e a participar da luta política geral de sua classe e do povo.

Tôdas essas mudanças repercutem fortemente na vida, nas idéias e na ação política da nossa juventude. Atraem especialmente o seu interêsse os progressos da ciência e da técnica soviéticas e a vitoriosa revolução cubana. A revolução cubana e a derrota que ela infingiu à intervenção norte-americana dão uma nova dimensão ao impulso revolucionário de nossa juventude, infundindo-lhe maior confiança na capacidade do povo brasileiro de vencer também seus inimigos internos e libertar-se da exploração imperialista.

V

Batalhando para que a juventude participe em posições de vanguarda da luta atual do povo brasileiro pela democracia e a libertação nacional, o Partido objetiva ao mesmo tempo ganhá-la para as suas próprias idéias sôbre essa etapa da revolução e para a etapa socialista que a ela se seguirá. Nisto consiste a tarefa ideológica fundamental do trabalho dos comunistas entre as massas juvenis.

Ao conduzirem a juventude para a luta contra o imperialismo e seus aliados internos, o Partido e as demais fôrças integrantes do movimento juvenil nacionalista e democrático devem fazê-lo não apenas no terreno político, mas também, e fundamentalmente, no terreno ideológico. O domínio político do imperialismo e de seus aliados internos sôbre a grande massa do povo e da juventude se exerce através da aceitação, ativa ou passiva, por êstes, das idéias políticas e sociais que aquêles apregoam. Desmascarar essas idéias e a política antinacional e antipopular que delas decorre é condição imprescindível para unir a juventude em tôrno das idéias e da política do movimento, isolar o inimigo e finalmente derrotá-lo. Isto é ponto pacífico e tôdas as fôrças componentes da frente-única empenham-se em tal luta, embora em têrmos e em profundidade de cada uma.
diferentes, de acôrdo com as condições e o interêsse de classe

Mas não é sòmente entre o imperialismo e seus aliados internos, de um lado, e as fôrças da frente-única, de outro, que tem lugar a luta ideológica; ela se verifica, igualmente, no interior da própria frente-única, entre as fôrças sociais que dela participam. O movimento juvenil nacionalista e democrático compor-se-á de jovens pertencentes a tôdas as classes e camadas sociais que participam da frente-única de todo o povo, de jovens pertencentes ao proletariado, ao campesinato, à pequena burguesia urbana, à intelectualidade, à burguesia ligada aos interêsses nacionais. Dessas classes, duas possuem condições para dirigir política e ideològicamente o movimento: a burguesia e o proletariado, e ambos disputam essa direção.

A burguesia ligada aos interêsses nacionais e o proletariado batem-se igualmente contra a dominação e a exploração nacional pelos monopólios imperialistas e por transformações de estrutura na vida econômica, social e política do País, mas o fazem em graus muito diversos e com objetivos fundamentalmente diferentes entre si.

O interêsse de classe do proletariado é de que a revolução antiimperialista e agrária antifeudal seja a mais profunda possível, que extirpe em suas raízes o poder do latifúndio e dos monopólios imperialistas no País, e que se constitua numa ponte para a passagem à revolução socialista; o interêsse de classe da burguesia que participa da frente-única é de limitar as transformações econômico-sociais da revolução aos marcos estritos de suas necessidades e interêsses particulares (marcos êsses, aliás, muito variáveis de grupo para grupo da burguesia e até de indivíduo para indivíduo), restringir o alcance e o conteúdo da revolução ao democratismo burguês e impedir sua oportuna transformação em revolução socialista.

O conteúdo, a fôrça e o resultado final da luta que realizar o movimento juvenil — do mesmo modo que o conteúdo, a fôrça e o resultado final da luta de tôda a frente-única — dependerá internamente da direção política e ideológica sob a qual se colocar êle — se da burguesia ou do proletariado. A burguesia empenha tôdas as suas fôrças para assegurar-se essa direção.

Aos comunistas cabe conduzir a luta ideológica do proletariado dentro do movimento juvenil, como vanguarda cons-

ciente que são dessa classe e intérprete de seus superiores interêsses. É seu dever difundir entre os jovens as idéias sociais do marxismo-leninismo, apresentar-lhes as soluções e os caminhos preconizados pelo Partido para os problemas gerais de todo o povo e para aquêles específicos da juventude, e esforçar-se para que, por essa via, a juventude e o movimento aceitem as idéias, a política e a direção do Partido, constituindo-se naquela fôrça entusiástica e combativa capaz de levar a revolução brasileira até as suas últimas consequências, até o socialismo. Essa tarefa mais importante do trabalho político do Partido na juventude.

A luta ideológica na frente-única cobre um campo muito vasto, é complexa e multifacética, mas se refere sempre a cada momento, a problemas concretos de interêsse político para a juventude e a revolução. Os comunistas devem apresentar sempre às massas e ao movimento juvenil suas idéias e soluções para êsses problemas e, quando for necessário, contrapô-las francamente as idéias e soluções de conteúdo reformista, conciliador, reacionário apresentadas pela burguesia.

Em sua atividade ideológica, o imperialismo, os latifundiários e a burguesia criam e difundem "teorias" destinadas a justificar perante as massas e a juventude as posições reformistas, conciliadoras ou reacionárias que tomam e a afastar estas do caminho proletário da revolução. São exemplos dessas "teorias" a do "desenvolvimentismo" conservando intacta a arcaica infraestrutura atual, a do fatalismo geográfico e da inevitabilidade da aliança militar do Brasil com os Estados Unidos, e da existência de terras de sobra no Brasil, tornando desnecessária e contraproducente uma reforma agrária que golpeie de morte o latifúndio, e muitas outras mais. É dever dos comunistas desmascarar perante a juventude e dentro do movimento o caráter reacionário e o objetivo dessas teorias, e apresentar-lhes suas próprias idéias e teorias sôbre essas questões.

Combatendo as idéias e a política reacionária, conciliadora ou reformista da burguesia que participa da frente-única e pugnando por suas próprias idéias e política, os comunistas não pretendem nem tentam impor seus pontos de vista, e compreendem que muitas vêzes o entendimento e a aceitação dêstes por parte da juventude e do movimento demandam tempo e

experiência vivida por êles mesmos. Em cada momento e diante de cada caso concreto, os comunistas se firmam na solução mais avançada que o nível político e a fôrça real do movimento e da juventude comportarem, e rejeitam as soluções que, por estarem muito aquém ou muito além do nível de consciência e de capacidade combativa das massas, sirvam para atrasar ou dividir o movimento, reforçar a influência ideológica e a direção política da burguesia, e debilitar nossa própria influência e direção. Os comunistas distinguem entre luta política e luta ideológica dentro da frente-única. No terreno ideológico, somos inflexíveis na apresentação e defesa de nossas idéias e pontos de vista, e no combate às idéias e pontos de vista outros que julguemos errôneos e prejudiciais à juventude e à revolução; no terreno da política prática estamos sempre prontos a chegar a acôrdo em tôrno da solução possível de alcançar. Nêste último terreno decidimo-nos pelas posições que sejam aceitas e unam para a luta as massas fundamentais da juventude e do movimento — a juventude proletária, camponesa, estudantil e intelectual — e rejeitamos aquelas posições que dividam essas massas.

VI

Simultâneamente com a conquista da juventude para as fileiras da revolução nacionalista e democrática e para as idéias comunistas, visa também o trabalho juvenil do Partido recrutar milhares de jovens para suas fileiras partidárias e para as organizações juvenis comunistas. Como organização social viva que é, necessita o Partido, para não envelhecer e definhar, assimilar constantemente novos e novos militantes que lhe darão a vitalidade e as condições humanas necessárias para crescer, fortalecer e estreitar cada vez mais suas ligações com as massas, e é precisamente na juventude que êle vai buscar os militantes mais ardorosos e abnegados. O trabalho de massas do Partido para a juventude, por essa razão, deve ser realizado de tal maneira que desta flua para as fileiras comunistas uma corrente ininterrupta de novos militantes e que a juventude se constitua no principal manancial onde o Partido aura e multiplique as suas fôrças.

Anexo 2-II-5 (7)

A ação dos comunistas no Parlamento

A eficaz luta dos comunistas no Parlamento em defesa dos interêsses dos trabalhadores facilita em grande medida a possibilidade de libertar as massas populares da influência dos partidos burgueses, a possibilidade de unir o povo sôbre a base das reivindicações programáticas do Partido Comunista. Ao organizar a luta dentro e fora do Parlamento pelas reivindicações vitais dos trabalhadores, os comunistas têm em conta que assim se coopera a fim de preparar as premissas para transformações radicais do regime social. Guiam-se pela Declaração da Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários, em que se diz: "Apoiando-se na maioria do povo e dando uma réplica resoluta aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar à política de conciliação com os capitalistas e latifundiários, a classe operária pode derrotar as fôrças reacionárias, antipopulares conquistar uma maioria estável no Parlamento, fazer com que êste deixe de ser um instrumento a serviço dos interêsses da classe da burguesia para converter-se num instrumento a serviço do povo trabalhador, desenvolver uma ampla luta de massas fora do Parlamento, romper a resistência das fôrças reacionárias e criar as condições necessárias para fazer a revolução pelo caminho pacífico. Tudo isso será possível ùnicamente por meio de um avanço amplo e constante da luta de classes das massas operárias e camponesas e das camadas médias urbanas contra o grande capital monopolista, contra a reação, por profundas reformas sociais, pela paz e o socialismo.

No momento em que a atividade parlamentar dos comunistas é cada vez mais intensa, adquirem uma grande impor-

tância os acôrdos e alianças (temporárias ou permanentes, sôbre questões concretas ou gerais) entre as frações parlamentares, mantendo os comunistas, claro está, suas posições de princípio. Quando a maioria governamental é instável, o Partido Comunista tem a possibilidade de conseguir no Parlamento uma correlação de fôrças capaz de levar à criação de uma maioria que apoie as reformas democráticas.

Mas, apesar de tôda a importância de tais acôrdos e da atividade que desenvolvam os comunistas no Parlamento (crítica das medidas governamentais e das propostas dos partidos burgueses e conciliadores, interpelações, apresentação de projetos de lei, etc) êsse trabalho não será fecundo se não estiver vinculado ao movimento do povo, a uma intensa e diária luta extraparlamentar das massas nas fábricas e no campo. Só as ações enérgicas dos trabalhadores podem conduzir a uma diferenciação de fôrças nos diversos partidos e grupos políticos, a isolar dentro dêsses partidos e grupos os elementos mais conservadores, a criar uma frente-única de tôdas as fôrças progressistas.

A experiência de nosso Partido é uma boa prova da importância de ligar cada ação da bancada parlamentar com a luta das massas". (Erkki Tuominem - do Birô Político do CC do PC da Finlândia - in Problemas da Paz e do Socialismo n12/ 62 - p 53).

(PARA DOBRAR E COLAR)

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

N.º ....

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

SEC CONTRÔLE DE ASSINATURA

ATUALIZAÇÃO DO ENDERÊÇO

Informo a seguinte alteração de enderêço:

Nome: ....

Pôsto ou graduação ....

ENDERÊÇO ANTIGO:

Rua ou Unidade ....

Cidade, Estado ou Região Militar ....

NÔVO ENDERÊÇO:

Rua ou Unidade ....

Cidade, Estado ou Região Militar ....

Data, ...

....

(Assinatura)

Observação: Solicita-se aos assinantes o preenchimento da presente e encaminhamento a esta Biblioteca, logo que haja qualquer alteração.

PREENCHA E PONHA NO CORREIO

MINISTÉRIO DA GUERRA

ISENTO DE SÊLO
(Decreto-lei n.º 1 955 — de 1 Fev 940)

Diretor da Biblioteca do Exército

Edifício do Ministério da Guerra — ZC - 55

Rio de Janeiro

ESTADO DA GUANABARA

ATUALIZAÇÃO DE ENDERÊÇO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
EX-LIBRIS

Biblioteca
do Exército
Editôra

Vol. 50-255

1966